



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA CRISTINA DE SOUZA MARIA

**A GEOGRAFIA DO BRASIL CENTRAL NA ÓTICA DA PESQUISA EM PÓS  
GRADUAÇÃO: ESTUDO DE CASO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA DA UFG, UNB E UFU NO PERÍODO DE 1998-2023**

BRASÍLIA, DF  
2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA CRISTINA DE SOUZA MARIA

**A GEOGRAFIA DO BRASIL CENTRAL NA ÓTICA DA PESQUISA EM PÓS  
GRADUAÇÃO: ESTUDO DE CASO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA DA UFG, UNB E UFU NO PERÍODO DE 1998-2023**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Geografia do Departamento de Geografia do  
Instituto de Ciências Humanas da Universidade de  
Brasília como parte dos requisitos para a obtenção  
do grau de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e  
Territorial

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano,  
Rural e Regional

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Co-orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina da Silva

BRASÍLIA, DF  
2024



ANA CRISTINA DE SOUZA MARIA

A GEOGRAFIA DO BRASIL CENTRAL NA ÓTICA DA PESQUISA EM PÓS GRADUAÇÃO: ESTUDO DE CASO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFG, UNB E UFU NO PERÍODO DE 1998-2023

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Defendida e aprovada em: 6 de março de 2024

Banca examinadora formada pelos professores:

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa  
Departamento de Geografia- GEA/ICH/UnB (Orientador)

---

Profa. Dra. Ana Cristina da Silva  
Departamento de Geografia- UFG (Co-orientadora)

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho  
Departamento de Geografia- GEA/ICH/UnB (Avaliador)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Magda Valéria da Silva  
Instituto de Geografia – UFCAT (Avaliadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Beatriz Ribeiro Soares  
Instituto de Geografia – UFU (Avaliadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Luana Nunes Martins de Lima  
Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas – UEG (Avaliadora)

BRASÍLIA, DF  
2024

À minha querida mãe Geralda Cecília – obrigada  
pelo exemplo de mulher trabalhadora!

## AGRADECIMENTOS

A construção dessa tese iniciou-se em meio as dificuldades impostas pelo contexto de uma pandemia. Foram tempos difíceis, de inúmeras provações vividas por todos os brasileiros. Hoje graças a Deus estou aqui, encerrando essa fase tão importante que finda o ciclo de minha formação acadêmica.

Por isso, em primeiro e mais importante lugar, agradeço a Deus pela vida, saúde, por me dar tanta coragem e determinação para que eu busque e conquiste meus sonhos. A Nossa Senhora Aparecida, pela proteção e constantes livramentos, minha eterna devoção.

Construir uma tese ao longo de quatro anos não é tarefa fácil, sobretudo na condição de docente em tempo integral, sem auxílio de bolsa de estudos e somente com a persistência. No decorrer desse tempo vivenciei desafios e superações, as quais foram maiores do que alguns percalços atravessados.

Nesse percurso, essa frase, atribuída a Isaac Newton: “se eu vi mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes”, definiu muito bem esse período, no qual os desafios foram vencidos graças a pessoas essenciais, as quais agradeço com muito carinho:

À minha família: meu pai José Antônio Maria (Toninho), minha mãe Geralda Cecília de Souza Maria e meu irmão Arthur Henrique de Souza Maria, que sempre esteve ao meu lado. A vocês, queridos pais, agradeço pela educação recebida e por me mostrarem o caminho dos estudos como a possibilidade concreta de melhoria de vida. Sinto uma grande alegria ao tecer-lhes estas palavras, vocês são grandes vencedores, sempre colocaram o estudo em primeiro lugar na nossa casa e trabalharam a vida toda para que eu e meu irmão tivéssemos a possibilidade de estudar. Dos meus pais sempre ouvi: “filha, estude, para que tenha oportunidades que nós não tivemos e não enfrente o que nós já passamos”. Obrigada por nos proporcionar as condições de nos manter em duas universidades federais (UFV e UFLA). Me perdoem pela ausência constante em tantos momentos ao longo desses anos. Obrigada, Arthur, pela amizade.

“Ofertar, receber e retribuir”. Lembro-me bem dessa frase dita pelo prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, na ocasião da primeira reunião com os orientandos. Por isso, agradeço, prof. Everaldo, por me aceitar no doutorado como orientador desta tese, por sua generosidade de sempre, confiança, paciência, educação, empatia e sabedoria durante esses quatro anos. Contigo pude aprender o que de fato é ser um Mestre, no sentido mais amplo da palavra, pois você é grande exemplo de profissionalismo a ser seguido.

A querida professora e coorientadora, Dra. Ana Cristina da Silva que, em março de 2021, gentilmente aceitou me coorientar; agradeço por suas leituras cuidadosas, suas sábias

indicações, recomendações e correções. A vocês, o meu reconhecimento. Que Deus os abençoe e coloque pessoas boas em seus caminhos, como os colocou no meu!

À Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEA) pela oportunidade de estudar. Aos secretários, Agnelo e Jorge, pelo auxílio sempre que necessário; a coordenação, profa. Dra. Helen da Costa Gurgel pela atenção, por sua dedicação ao programa e a todos os docentes pelo empenho durante as disciplinas cursadas.

Aos professores Dra. Magda Valéria da Silva, Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho e Dr. Marcos Bernardino de Carvalho; pelas críticas, sugestões e apontamentos preciosos apresentados em nosso Exame de Qualificação, que ajudaram a lapidar o trabalho e traçar os rumos necessários para o desenvolvimento da tese.

À banca examinadora formada pelos professores Dra. Magda Valéria da Silva, Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Dra. Luana Nunes Martins de Lima e Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho; pelas contribuições, sugestões e considerações finais durante a defesa.

Ao meu marido Vinícius Sampaio Maciel, agradeço por suas precisas “habilidades cartográficas” que tanto contribuíram em minha pesquisa. Obrigada por me ajudar na elaboração de todos os mapas que compõem esta tese. Ademais, agradeço, Vini, por seu companheirismo diário ao me acompanhar em absolutamente tudo, em todos os passos, do processo seletivo até a entrega. Nesse momento único, a finalização deste trabalho só foi possível porque você me encorajou a não desanimar e nos momentos mais solitários, sempre me ajudou, me fortaleceu e me animou.

Aos alunos e alunas nesses doze anos de sala de aula e também aos que passaram por mim durante esse período de conciliação entre estudos e docência. Do Ensino Fundamental, Médio e da Educação de Jovens e Adultos; cada um deixou uma lembrança que, embora eu não me recorde de todos os nomes, ajudaram a constituir a profissional que aos poucos me torno.

Aos gestores pelo auxílio na adaptação de horários para que eu pudesse continuar os estudos trabalhando todos os dias da semana. Ser professora de Geografia é minha vocação, e hoje concluir esta tese evoca-me o sentimento de dever cumprido, pois estarei inteiramente dedicada à Geografia.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pela concessão do afastamento integral para estudos literalmente aos “quarenta e cinco do segundo tempo”, apenas por 99 dias e sob muita persistência, mas que foi primordial para dedicação e conclusão da pesquisa.

Aos meus professores da Universidade Federal de Viçosa que se fizeram presentes em minha trajetória acadêmica. Meu reconhecimento e gratidão a instituição pela formação recebida em nível de graduação e mestrado.

Meu agradecimento também a todos os professores que me formaram na E.M. Erasto de Barros, E.E. Padre Américo e E.E. Presidente Kennedy, do município de Candeias-MG.

Ao psiquiatra Dr. Alonso Freire Rettore Mendes, profissional que me auxiliou a “abrir os olhos” e encontrar tempo de qualidade para a vida. Por vezes estamos tão ocupados, sempre correndo atrás de algo a mais, que acabamos nos esquecendo da dádiva que é viver bem o tempo presente.

Aos meus padrinhos Rosana e Luiz André, as amizades construídas e consolidadas no tempo e aos demais familiares que torceram por mim. Deixo um agradecimento especial ao Marcos Aurélio Rigueira Sampaio e família, que sempre me recebeu em sua casa em Brasília com carinho.

Por fim, quinze anos se passaram desde que deixei minha terra natal Candeias e o colo dos meus pais para iniciar uma longa caminhada de estudos. Naquela época, o “mundo” que eu conhecia até então resumia-se a capital Belo Horizonte. Ingressar na universidade me proporcionou conhecer boa parte de nosso país; estudar me levou a lugares e me apresentou oportunidades que eu jamais teria. Uma menina sonhadora incansável desde o primeiro dia de aulas; aprendi a viver um dia de cada vez, a valorizar cada lugar que passei e com humildade fui conquistando meu espaço. Parafraseando Bráulio Bessa: “sempre que olho para trás, quero voltar sem ter freio, quem esquece de onde veio, não sabe para onde vai”.

Talvez eu não me sentisse totalmente preparada para nada, mas o medo não me impediu de avançar. Fui forte, cresci. Me considero forte e corajosa. Hoje, com lágrimas de alegria, a última etapa da formação foi vencida e enfim, de “Candeias-MG para onde Deus quiser”, sem jamais esquecer as minhas raízes, conquisto o grau de doutora em Geografia.

O Senhor é o meu pastor, nada me faltará.

Salmos 23:1

## RESUMO

MARIA, Ana Cristina de Souza. **A Geografia do Brasil Central na ótica da pesquisa em pós-graduação: estudo de caso dos programas de pós-graduação em Geografia da UFG, UNB e UFU no período de 1998-2023.** Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa. Brasília, DF, 2024.

O objetivo desta tese foi analisar a produção do conhecimento científico-acadêmico em Geografia desenvolvida pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, UFG, Universidade de Brasília, UnB e Universidade Federal de Uberlândia, UFU, no período de 1998 a 2023. Com a proposta de avaliar a produção do conhecimento geográfico no recorte do Brasil Central. Do conceito de território, deriva-se a categoria geográfica território usado, categoria teórico-metodológica destacada nesta tese. Considerando a hipótese de que os usos corporativos do território no Brasil Central balizam a produção do conhecimento geográfico dessas universidades e de que a expansão da pesquisa geográfica é resultado do avanço da Pós-Graduação, em termos teórico-metodológicos buscou-se compreender os principais temas de pesquisa e abordagens estudadas presentes na análise de dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil Central. Para tanto, metodologicamente, trabalhamos com pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, pesquisa bibliométrica e realização de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores dos programas. Realizamos levantamentos junto ao banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na biblioteca digital de Teses e Dissertações, no currículo Lattes e nos repositórios institucionais das universidades. Aplicamos o software Iramuteq como ferramenta de análise textual nas análises quantitativas da produção acadêmica dos programas. Desse modo, a pesquisa apresentou a trajetória da formação territorial do país e de constituição histórica do Brasil Central; discutiu dados sobre a evolução da Pós-Graduação em Geografia no Brasil e o contexto da trajetória da Pós-Graduação em Geografia dos programas analisados; e quantificou as dissertações e teses defendidas. Assim, esta tese foi fundamental para entender que pesquisas são produzidas em diferentes instituições do Brasil Central, quais temas são mais estudados, quais linhas de investigação apareceram mais e quais foram os recortes espaciais mais citados nas dissertações e teses. O estudo analisou, portanto, parte da produção científica-acadêmica em Geografia em nível regional, sendo essencial para compreensão do escopo geográfico do Brasil Central. Os resultados apontaram o crescimento no número de trabalhos desenvolvidos na área nos últimos 25 anos, ressaltando o importante papel desempenhado pelos programas de mestrado e doutorado em Geografia do Brasil Central. Foi possível chegar a tese de que a expansão da pesquisa geográfica é resultado do avanço da Pós-Graduação em Geografia desenvolvida nessas instituições. A fundação dos três programas de Pós-Graduação em Geografia Central, quase que respectivamente a partir de meados dos anos 1990, demonstraram a expansão e interiorização da Pós-Graduação em Geografia, o que reverberou na ampliação da produção geográfica brasileira. Cabe também destacar, do ponto de vista da ciência produzida nas universidades, a diversidade de análises das pesquisas desenvolvidas nos programas, que demonstraram uma multiplicidade de temas estudados. A tese então evidenciou a grande presença da pluralidade de investigações realizadas na Geografia do Brasil Central, expressa pela heterogeneidade dos temas, mas também como ponto em comum dos três programas, pesquisas desenvolvidas a nível regional e a incorporação das múltiplas abordagens temáticas com os estudos do bioma Cerrado e da Urbanização dos Cerrados. Sendo possível, portanto, confirmar a tese de que os usos corporativos do território no Brasil Central balizam e direcionam a produção do conhecimento geográfico desses programas.

**Palavras-chave:** 1. Geografia. 2. Pós-Graduação. 3. Conhecimento. 4. Território usado. 5. História do Pensamento Geográfico.

## ABSTRACT

MARIA, Ana Cristina de Souza. **A Geografia do Brasil Central na ótica da pesquisa em pós-graduação: estudo de caso dos programas de pós-graduação em Geografia da UFG, UNB e UFU no período de 1998-2023.** Thesis (Doctor's degree) – Department of Geography, Institute of Human Sciences of the University of Brasília. Advisor: Prof. Everaldo Batista da Costa. Brasília, DF, 2024.

The objective of this thesis was to analyze the production of scientific-academic knowledge in Geography developed by the Postgraduate Programs in Geography at the Federal University of Goiás, UFG, University of Brasília, UnB and Federal University of Uberlândia, UFU, in the period from 1998 to 2023. With the proposal to evaluate the production of geographic knowledge in Central Brazil. From the concept of territory, the geographical category used territory is derived, a theoretical-methodological category highlighted in this thesis. Considering the hypothesis that the corporate uses of the territory in Central Brazil guide the production of geographic knowledge in these universities and that the expansion of geographic research is a result of the advancement of postgraduate studies, in theoretical-methodological terms we sought to understand the main themes of research and approaches studied present in the analysis of dissertations and theses defended in Postgraduate programs in Geography in Central Brazil. To this end, methodologically, we work with bibliographical research and documentary research, bibliometric research and semi-structured interviews with program coordinators. We carried out surveys in the Theses and Dissertations database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in the digital library of Theses and Dissertations, in the Lattes curriculum and in the institutional repositories of universities. We applied the Iramuteq software as a textual analysis tool in quantitative analyzes of the programs' academic production. In this way, the research presented the trajectory of the country's territorial formation and the historical constitution of Central Brazil; discussed data on the evolution of Postgraduate Studies in Geography in Brazil and the context of the trajectory of Postgraduate Studies in Geography of the analyzed programs; and quantified the dissertations and theses defended. Thus, this thesis was fundamental to understanding what research is produced in different institutions in Central Brazil, which themes are most studied, which lines of investigation appeared the most and which were the spatial sections most cited in dissertations and theses. The study therefore analyzed part of the scientific-academic production in Geography at a regional level, which is essential for understanding the geographic scope of Central Brazil. The results showed an increase in the number of works developed in the area over the last 25 years, highlighting the important role played by master's and doctoral programs in Geography in Central Brazil. It was possible to arrive at the thesis that the expansion of geographic research is the result of the advancement of Postgraduate Studies in Geography developed in these institutions. The founding of the three Postgraduate Programs in Central Geography, almost respectively from the mid-1990s, demonstrated the expansion and internalization of Postgraduate Studies in Geography, which reverberated in the expansion of Brazilian geographic production. It is also worth highlighting, from the point of view of science produced at universities, the diversity of analyzes of the research carried out in the programs, which demonstrated a multiplicity of topics studied. The thesis then highlighted the great presence of the plurality of investigations carried out in the Geography of Central Brazil, expressed by the heterogeneity of themes, but also as a common point of the three programs, research developed at a regional level and the incorporation of multiple thematic approaches with studies of Cerrado biome and the Urbanization of Cerrados. Therefore, it is possible to confirm the thesis that the corporate uses of the territory in Central Brazil guide and guide the production of geographic knowledge in these programs.

**Key words:** Geography. Postgraduate. Knowledge. Territory used. History of Geographical Thought.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Unidades de relevo do Brasil .....	62
Figura 2 – Linha do tempo – Histórico da Pós-Graduação Brasileira .....	86
Figura 3 – Linha do tempo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG.....	119
Figura 4– Nuvem de palavras-chave das dissertações do PPGEU UFG (1998-2022).....	147
Figura 5 – Nuvem de palavras-chave das teses do PPGEU UFG (2009-2022) .....	150
Figura 6 – Linha do tempo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB .....	166
Figura 7– Nuvem de palavras-chave das dissertações do PPGGEA UnB (1999-2022) .....	185
Figura 8 – Nuvem de palavras-chave das teses do PPGGEA UnB (2013-2022).....	188
Figura 9 – Linha do tempo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU.....	199
Figura 10 – Nuvem de palavras-chave das dissertações do PPGEU UFU (2000-2022).....	220
Figura 11 – Dendograma de palavras-chave das dissertações PPGEU UFU.....	221
Figura 12 – Nuvem de palavras-chave das teses do PPGEU UFU (2006-2022) .....	224
Figura 13 – Dendograma de palavras-chave das teses PPGEU UFU .....	225

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Programas de Pós-Graduação em Geografia estudados.....	23
Mapa 2 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 1970.....	89
Mapa 3 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 1980.....	91
Mapa 4 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 1990.....	93
Mapa 5 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 2000.....	95
Mapa 6 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – período 2010 a 2020.....	97
Mapa 7 – Programas de Pós-Graduação em Ensino de Geografia em Rede – PROFGEO .....	100
Mapa 8 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – período 2021 a 2023.....	102
Mapa 9 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 3.....	108
Mapa 10 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 4.....	109
Mapa 11 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 5.....	110
Mapa 12 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 6.....	111
Mapa 13 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 7.....	112
Mapa 14 – Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil Central .....	117

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil Central por nota .....	114
Tabela 2 – Linhas de pesquisa das instituições .....	115
Tabela 3 – Periódicos PPGEU UFG .....	141
Tabela 4 – Recortes espaciais das dissertações do PPGEU (1998-2022) .....	145
Tabela 5 – Recortes espaciais das teses do PPGEU (2009-2022).....	149
Tabela 6 – Número de egressos do PPGEU doutorado (2009-2022).....	152
Tabela 7 – Número de egressos do PPGEU mestrado (1998-2022) .....	153
Tabela 8 – Periódicos PPGGEA.....	182
Tabela 9 – Recortes espaciais das dissertações do PPGGEA (1999-2022) .....	184
Tabela 10 – Recortes espaciais das teses do PPGGEA (2013-2022).....	187
Tabela 11 – Número de egressos do PPGGEA doutorado (2013-2022).....	189
Tabela 12 – Número de egressos do PPGGEA mestrado (1999-2022) .....	190
Tabela 13 – Atividades que fortalecem a internacionalização do PPGGEA .....	195
Tabela 14 – Periódicos PPGEU UFU .....	216
Tabela 15 – Recortes espaciais das dissertações do PPGEU UFU (2000-2022) .....	218
Tabela 16 – Recortes espaciais das teses do PPGEU (2006-2022).....	223
Tabela 17 – Número de egressos do PPGEU doutorado (2006-2022).....	226
Tabela 18 – Número de egressos do PPGEU mestrado (2000-2022) .....	227
Tabela 19 – Número de egressos do mestrado e do doutorado do PPGEU em 2020, 2021 e 2022 e respectivo número de ingressantes.....	229

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de PPGs em Geografia por década .....	85
Gráfico 2 – Quantitativo de PPGs em Geografia por década.....	101
Gráfico 3 – Dados de ingresso ao PPGEU UFG.....	121
Gráfico 4 – Notas do PPGEU UFG nas avaliações da Capes .....	140
Gráfico 5 – Dissertações PPGEU UFG (1998-2022).....	144
Gráfico 6 – Teses PPGEU UFG (2009-2022).....	148
Gráfico 7 – Número de titulados de Mestrado e Doutorado no PPGEU.....	154
Gráfico 8 – Dados de ingresso ao PPGGEA.....	168
Gráfico 9 – Quantitativo de pós-doutorandos do PPGGEA.....	168
Gráfico 10 – Docentes do PPGGEA UnB.....	170
Gráfico 11 – Notas do PPGGEA nas avaliações da CAPES.....	181
Gráfico 12 – Dissertações PPGGEA UnB (1999-2022) .....	184
Gráfico 13 – Teses PPGGEA UnB (2013-2022) .....	186
Gráfico 14 – Tempo médio de titulação do Doutorado no PPGGEA .....	191
Gráfico 15 – Tempo médio de titulação do Mestrado no PPGGEA .....	191
Gráfico 16 – Número de titulados de Mestrado e Doutorado no PPGGEA.....	192
Gráfico 17 – Número de desligamentos do Mestrado e Doutorado PPGGEA .....	193
Gráfico 18 – Dados de ingresso ao PPGEU UFU .....	200
Gráfico 19 – Notas do PPGEU UFU nas avaliações da Capes .....	215
Gráfico 20 – Dissertações PPGEU UFU (2000-2022).....	218
Gráfico 21 – Teses PPGEU UFU (2006-2022).....	222
Gráfico 22 – Número de titulados de Mestrado e Doutorado no PPGEU UFU .....	228

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas de avaliação da Capes – 2023 .....	105
Quadro 2 – Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil por nota .....	113
Quadro 3 – Laboratórios PPGEU UFG .....	121
Quadro 4 – Grupos de pesquisa PPGEU UFG .....	122
Quadro 5 – Formação acadêmica em nível de Mestrado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG .....	125
Quadro 6 – Formação acadêmica em nível de Doutorado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG .....	128
Quadro 7 – Linhas de pesquisa PPGEU - UFG .....	133
Quadro 8 – Modificações na Área de concentração e Linhas de pesquisa .....	133
Quadro 9 – Parcerias nacionais firmadas PPGEU .....	156
Quadro 10 – Parcerias internacionais firmadas PPGEU .....	160
Quadro 11 – Parcerias órgãos e entidades público / privadas .....	161
Quadro 12 – Laboratórios PPGGEA UnB .....	169
Quadro 13 – Grupos de pesquisa PPGGEA UnB .....	169
Quadro 14 – Formação acadêmica em nível de Mestrado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB .....	171
Quadro 15 – Formação acadêmica em nível de Doutorado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB .....	174
Quadro 16 – Linhas de pesquisa PPGGEA UnB .....	179
Quadro 17 – Laboratórios PPGEU UFU .....	200
Quadro 18 – Grupos de pesquisa PPGEU UFU .....	201
Quadro 19 – Formação acadêmica em nível de Mestrado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU .....	202
Quadro 20 – Formação acadêmica em nível de Doutorado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU .....	205
Quadro 21 – Linhas de pesquisa PPGEU UFU .....	212
Quadro 22 – Modificações na Área de concentração e nas Linhas de pesquisa .....	212

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
BC	Brasil Central
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CME	Comissão Estatal de Mobilização Econômica
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DINTER	Doutorado Interinstitucional
FAP'S	Fundações de Amparo à Pesquisa
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia
ERX	Expedição Roncador-Xingú
FBC	Fundação Brasil Central
GEA	Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
GECIPA	Grupo de Pesquisa Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
JK	Juscelino Kubitschek
LMI	Laboratório Misto Internacional - Observatórios Transfronteiriços do
SENTINELA	Meio Ambiente, Clima e Doenças Vetoriais - Sítios Sentinelas do Observatório Brasileiro de Clima e Saúde
LMI OCE	Laboratório Misto Internacional - Observatório das mudanças ambientais
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Interinstitucional

PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGEO UFG	Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás
PPGEO UFU	Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
PPGGEA	Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília
PRINT	Programa Institucional de Internacionalização
PROFGEO	Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>23</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>26</b>
<b>OS PASSOS DA PESQUISA.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 1: O BRASIL CENTRAL NA GEOGRAFIA: NOTAS GEOGRÁFICAS DE SUA INSTITUIÇÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>1.1 Formação do território brasileiro, notas geográficas e históricas .....</b>	<b>36</b>
<b>1.2 A história da Marcha para o Oeste .....</b>	<b>43</b>
<b>1.3. Breves apontamentos da história do IBGE e a origem da Fundação Brasil Central .....</b>	<b>52</b>
<b>1.4. O processo de formação espacial do planalto central - Brasília .....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL .....</b>	<b>69</b>
<b>2.1 Institucionalização acadêmica da Geografia no Brasil .....</b>	<b>70</b>
<b>2.2 Sobre a fundação das agências de fomento à pesquisa no Brasil: CAPES e CNPq .....</b>	<b>80</b>
<b>2.3 A trajetória da Pós-Graduação em Geografia no Brasil.....</b>	<b>85</b>
<b>2.4 Estrutura de ensino superior no Brasil Central.....</b>	<b>104</b>
<b>CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA-ACADÊMICA DO PPGEU – UFG.....</b>	<b>118</b>
<b>3.1 Breve histórico da Universidade e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG .....</b>	<b>118</b>
<b>3.2 Dados e gerais e caracterização do Programa.....</b>	<b>121</b>
<b>3.3 Perfil do corpo docente: formação acadêmica .....</b>	<b>124</b>
<b>3.4 Áreas de concentração e linhas de pesquisa .....</b>	<b>132</b>
<b>3.5 Avaliações .....</b>	<b>140</b>
<b>Prêmios .....</b>	<b>140</b>
<b>3.6 Periódicos associados ao programa.....</b>	<b>140</b>
<b>3.7 Dissertações produzidas .....</b>	<b>143</b>
<b>3.8 Teses produzidas .....</b>	<b>148</b>
<b>3.9 Egressos.....</b>	<b>152</b>
<b>3.10 Internacionalização, parcerias e formação de redes.....</b>	<b>155</b>
<b>CAPÍTULO 4: TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACADÊMICA EM GEOGRAFIA DO PPGGEA – UNB.....</b>	<b>163</b>
<b>4.1 Breve contextualização histórica da Universidade do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB.....</b>	<b>163</b>
<b>4.2 Dados e gerais e caracterização do Programa.....</b>	<b>167</b>
<b>4.3 Perfil do corpo docente: formação acadêmica .....</b>	<b>170</b>
<b>4.4 Área de concentração e Linhas de pesquisa .....</b>	<b>179</b>

	21
4.5 Avaliações .....	180
Prêmios .....	181
4.6 Periódicos associados ao Programa.....	181
4.7 Dissertações produzidas .....	183
4.8 Teses produzidas .....	186
4.9 Egressos.....	189
4.10 Internacionalização, parcerias e formação de redes.....	194
<b>CAPÍTULO 5: O PERFIL DA GEOGRAFIA DO PP GEO – UFU .....</b>	<b>198</b>
5.1 A trajetória da Universidade do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU .....	198
5.2 Dados e gerais e caracterização do Programa.....	200
5.3 Perfil do corpo docente: formação acadêmica .....	201
5.4 Áreas de concentração e linhas de pesquisa .....	212
5.5 Avaliações .....	215
Prêmios .....	215
5.6 Periódicos associados ao Programa.....	216
5.7 Dissertações produzidas .....	217
Análise das classes.....	221
5.8 Teses produzidas .....	222
Análise das classes.....	225
5.9 Egressos.....	226
5.10 Internacionalização, parcerias e formação de redes.....	230
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>234</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>237</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>246</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>246</b>
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	246
<b>APÊNDICE B – PAUTA DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS .....</b>	<b>248</b>
Pauta das entrevistas semi-estruturadas .....	248
<b>APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>250</b>
Parecer Consubstanciado do CEP .....	250

## APRESENTAÇÃO

A produção do conhecimento geográfico do Brasil Central, analisada nesta tese por meio da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Uberlândia, remete como uma temática de pesquisa proposta e incentivada, no ano de 2021, pelo coordenador do *Grupo de Pesquisa Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA/ CNPq/ UnB)*. O grupo, fundado há 13 anos, coordenado pelo professor Everaldo Batista da Costa, é formado por uma rede de pesquisadoras e pesquisadores que se voltam ao desenvolvimento de pesquisas, PIBICs, monografias, dissertações e teses focadas na relação entre urbanização e patrimonialização na América Latina, bem como teorias e métodos em Geografia.

Após o início do curso de Doutorado em Geografia, imediatamente ocorreu também o agravamento da pandemia, situação que acarretou na necessidade de isolamento social e a continuidade das atividades acadêmicas à distância. O contexto da pandemia nos limitou um pouco. No entanto, o trabalho continuou e as disciplinas e orientações seguiram virtualmente. Em decorrência disso, novas leituras e possibilidades de pesquisa foram incorporadas e propostas pelo orientador, que culminaram no tema desta tese.

Esta tese não foi financiada por bolsa de estudos. No entanto, é resultado do empenho coletivo de orientação e estímulo por meio de diversas atividades empreendidas pelo grupo ao longo dos anos, como seminários de projeto com a participação de doutores e mestres formados pelo GECIPA e de docentes convidados.

Dessa forma, a presente tese que submeto à avaliação no PPGGEA, tem como propósito ampliar o horizonte do conhecimento do estudo sobre a produção científico-acadêmica de três programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil Central, da Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Uberlândia.

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Brasil possui, hoje, 80 Programas de Pós-Graduação em Geografia, os quais ofertam cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmico e Mestrado Profissional, instalados em todas as capitais do país, em seu interior e em áreas de fronteira. Ainda que o fenômeno da expansão da oferta de Pós-Graduação em Geografia seja relativamente recente, atrelado a isso, tivemos também uma grande expansão da produção geográfica, propiciada pela pluralidade de temáticas desenvolvidas e estudadas na Pós-Graduação em Geografia brasileira em 53 anos de existência.

Desses programas, três, em especial, chama-nos atenção por apresentarem características em comum, os Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Uberlândia. Esses programas foram fundados quase que simultaneamente, em 1995, 1996 e 1997; localizam-se no Brasil Central e são destaque nas avaliações quadrienais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Mapa 1 – Programas de Pós-Graduação em Geografia estudados



Fontes: IBGE/ Capes.

Faz-se pertinente entender a produção científica-acadêmica em Geografia desses

programas à luz do território usado, aqui entendido, com base em Souza e Santos (2003), como o espaço geográfico efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas, produto do acúmulo de tempos correlacionados à indissociabilidade entre formas e conteúdo, fixos e fluxos, objetos e ações.

Do conceito de território, deriva-se a categoria geográfica território usado, que será a categoria teórico-metodológica destacada nesta pesquisa. O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistema de coisas. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território tem que ser entendido como o território usado. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 2006, p. 8).

Cunhada por Santos (1982), na esfera da Geografia Crítica, a categoria coloca os atores que aparecem, em constante cooperação e conflito, mediados pelos objetos e revelando diferentes poderes nos usos do território. Para análise do território é necessário compreendê-lo como território usado, que proporciona instrumentalidade analítica à categoria formação socioespacial.

O ponto de partida desta pesquisa é o território usado, compreendido enquanto categoria de análise introduzida por Santos (2001). O autor considera o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado; resultado tanto do processo histórico, quanto da base material e social das novas ações humanas. Esse ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial. (SANTOS *et al* 2011, p. 9).

Conforme Santos (2006, *et al*, p.13), o território deve ser compreendido como “território usado” porque ele, [...] é o lugar que desemboca todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. [...] o território é o fundamento do trabalho, lugar de resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, *et al*, 2006, p-13-14).

Esta tese parte da hipótese de que os usos corporativos do território no Brasil Central balizam a produção do conhecimento geográfico dos Programas de Pós-Graduação em Geografia dessas três Instituições de Ensino Superior. Desta hipótese, temos a premissa secundária que consideramos que a expansão da pesquisa geográfica é resultado do avanço da Pós-Graduação em Geografia desenvolvida na Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Uberlândia.

Quais são os pressupostos epistemológicos da produção científica em Geografia do Brasil

Central? Este é o problema de pesquisa da presente tese. De maneira mais específica, a tese pretende ilustrar, com o trabalho desenvolvido nas três universidades, UFG, UnB e UFU, o quanto a estrutura corporativa do Brasil Central influencia na produção acadêmica dessas instituições, seja como adesão ou como resistência. Outras duas questões imbricadas são: qual é o perfil ou a identidade da Geografia produzida por esses Programas de Pós-Graduação? Existe alguma relação entre as temáticas de pesquisas desenvolvidas nesses Programas com os processos de modernização e planejamento do território do Brasil Central? Logo, para responder a principal questão norteadora, faz-se necessário compreender como a produção científica da Geografia do Brasil Central está caracterizada.

O objetivo geral da tese é analisar a produção do conhecimento científico-acadêmico em Geografia desenvolvida pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, UnB e UFU, no período de 1998 a 2023.

Deixamos claro que, para o desenvolvimento desta tese o recorte temporal se dará no intervalo entre 1998-2023, ou seja, o recorte temporal adotado representa desde o primeiro ano de defesas de mestrado, um período de 25 anos de produção acadêmica, cuja investigação poderá levantar dados históricos e atuais de pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos programas em nível de mestrado e doutorado.

Por meio desse objetivo principal, desencadeiam-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) apresentar a trajetória de formação histórica do Brasil Central, bem como da formação territorial de nosso país, para entender a constituição do Brasil Central;
- 2) compreender as características da evolução da Pós-Graduação em Geografia no Brasil e o contexto da trajetória da Pós-Graduação em Geografia dos programas analisados;
- 3) quantificar e qualificar as dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG (PPGEO/ IESA), UnB (PPGGEA) e UFU (PPGEO), entre 1998 e 2023;
- 4) identificar os temas mais estudados e os recortes espaciais mais citados nas dissertações e teses.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem como objetivo apresentar a metodologia adotada na elaboração da tese, por meio da abordagem do tipo de pesquisa e descrição dos caminhos adotados para obtenção de dados.

Em termos teórico-metodológicos, esta pesquisa é resultante da combinação de três focos de atuação: 1. pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, 2. pesquisa bibliométrica e 3. entrevistas com os coordenadores dos programas.

Definida por Gil (2008, p.50), como a pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, a pesquisa bibliográfica é imprescindível nos estudos históricos, pois em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão baseado em dados secundários. Há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, como é o caso dos estudos exploratórios, assim como pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. Autores como Teixeira Neto (1982), Moraes (2000, 2002, 2012), Moreira (2014), Silveira (2003), Santos (2005), Vidal e Souza (2015), Maia (2012) dentre outros; e o conceito de território usado balizaram as discussões da tese.

Concomitantemente a pesquisa bibliográfica, realizamos também a pesquisa documental, onde foram analisados dados secundários relativos aos programas de Pós-Graduação em Geografia. Ou seja, documentos institucionais dos cursos contendo o histórico, matriz curricular, ementa, projeto pedagógico do curso de graduação, propostas para implantação dos cursos de mestrado e doutorado e Relatório da Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) do período 2017-2020, da Avaliação de 2021. Ainda que a maioria desses documentos se encontra em meio virtual, na página dos respectivos programas, a busca por algumas fontes desenvolveu-se com muita dificuldade, pois tratavam-se de documentos que continham informações específicas e pessoais dos docentes das instituições.

Na análise da produção científico-acadêmica realizamos também a pesquisa bibliométrica, com a aplicação do método quantitativo-descritivo. A bibliometria, como área de estudo da ciência da informação, tem um papel fundamental na análise da produção científica, pois seus indicadores demonstram o grau de desenvolvimento de uma área do conhecimento de um campo científico (Araújo e Alvarenga 2011). Segundo Maranhão (2014), a bibliometria é a contagem de atividades bibliográficas, que permite a possibilidade de estudo de termos específicos, como autores, instituições, número de citações, dentre outros pontos de interesse

do pesquisador. Para o autor, as pesquisas bibliométricas estão em alta na atualidade e cada vez mais presentes em meio acadêmico e governamental. Assim, a produção científica-acadêmica analisada foi a produção discente disponível nos bancos de dados de Dissertações e Teses das três IES pesquisadas, nas páginas dos programas e das bibliotecas.

Para caracterizar a produção científica acadêmica dos programas de Pós-Graduação em Geografia, os critérios que adotamos foram adaptados dos critérios propostos na avaliação dos programas realizada pela CAPES. Não foram abordados todos em sua totalidade, mas quesitos como a coerência entre área e linhas de pesquisa, laboratórios, infraestrutura, perfil de formação docente, estrutura curricular, produção discente, egressos, impacto na sociedade, internacionalização e inserção local, regional e nacional, bem como à visibilidade do programa são trabalhados nesta tese ao longo dos três capítulos que abordam a produção acadêmica em Geografia do Brasil Central.

Segundo Gil (2008, p. 109), a entrevista é a “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. A entrevista é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (Gil, 2008, p. 128). A entrevista é, portanto, uma forma de interação social e uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais.

Os relatos dos pesquisadores coordenadores dos programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, prof. Dr. Denis Richter, da UnB, profa. Dra. Helen da Costa Gurgel e da UFU, prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio; obtidos por meio da realização de entrevistas<sup>1</sup> semi-estruturadas, foram importantes no levantamento de dados para caracterizar o perfil dos programas e seguem registrados ao longo do presente texto.

As entrevistas<sup>2</sup> realizadas foram essenciais, face a necessidade de acesso a dados

---

<sup>1</sup> Consideramos fundamental a realização de entrevistas, pela riqueza de informações que foram detalhadas. Para tanto, o Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília. O CEP/CHS tem por objetivo registrar e acompanhar as pesquisas envolvendo seres humanos, visando contribuir para o desenvolvimento das pesquisas dentro de padrões éticos. Após a tramitação do projeto, o contato com os entrevistados foi realizado via e-mail e o agendamento das entrevistas foi realizado em data, local e horário mais adequados ao entrevistado, realizadas em plataforma online (por meio das ferramentas Google Meet, Microsoft Teams ou Zoom). O roteiro da entrevista, bem como os objetivos da tese foram encaminhados previamente aos docentes, para que estes tivessem acesso ao teor da pesquisa. As entrevistas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O Parecer Consubstanciado do CEP, que aprovou a realização da pesquisa, ocorreu em 04/04/2022, CAAE: 56428622.3.0000.5540.

<sup>2</sup> Entrevista concedida à pesquisadora pelo Prof. Denis Richter, em 24 de novembro de 2023, via Google Meet. Entrevista concedida à pesquisadora pela Profa. Helen da Costa Gurgel, em 27 de novembro de 2023, via Microsoft Teams. Entrevista concedida à pesquisadora pelo Prof. Antônio Carlos Freire Sampaio, em 29 de novembro de 2023, via Zoom. Entrevista concedida à pesquisadora pela Profa. Beatriz Ribeiro Soares, em 30 de novembro de 2023, via Google Meet. Os roteiros de entrevistas e o Parecer do CEP encontram-se em anexo.

contidos na Plataforma Sucupira e que não se encontram disponíveis por via de acesso público. Consideramos que as entrevistas possibilitaram o conhecimento do programa a partir do vivido cotidiano por sua coordenação e por aqueles que estiveram envolvidos em sua criação. Pois, segundo Gil (2008), as entrevistas, possibilitam ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais.

Ademais, para compreender a história da institucionalização da Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, optamos por entrevistar, também, a docente profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares. Os registros de seus relatos foram essenciais para caracterização do histórico e perfil do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU, uma vez que a professora apontou diversas especificidades nessa entrevista, as quais talvez não seriam obtidas de outra forma, com tamanha riqueza de detalhes. Portanto, a docente contribuiu na tese por meio da descrição de sua sólida experiência vivida na estruturação do curso de Licenciatura em Geografia, na criação do curso de Bacharelado, bem como na criação dos programas de Mestrado e de Doutorado, pois participou ativamente de todo processo. Além disso, a docente conhece muito bem o curso, pois integrou a primeira turma de alunos, graduando-se em Licenciatura em Geografia pela UFU em 1974 e ingressando no serviço público na universidade em 1976.

As entrevistas foram de fundamental importância para o entendimento do funcionamento e da história envolvida na fundação dos programas. Essas entrevistas foram constituídas em três blocos principais de questionamentos: o primeiro buscava compreender a atuação do pesquisador na coordenação do programa de Pós-Graduação, e era relativo, ainda, a dados específicos do PPG e sua interação com outros programas. O segundo bloco referia-se ao território em que a universidade se insere. E o terceiro bloco de questões era voltado para a produção do conhecimento geográfico no Brasil Central a partir da produção científica acadêmica desenvolvida pela Pós-Graduação. Os relatos das entrevistas aparecem distribuídos em citações de depoimentos ao longo dos capítulos 3, 4 e 5, que tratam da caracterização da produção acadêmica dos PPG's em Geografia.

Durante o levantamento de dados sobre o programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, outra ação desenvolvida e que consideramos de grande contribuição a tese foi a participação da pesquisadora e seu orientador em Seminário ocorrido na UnB, na data de 14 de dezembro de 2023. A atividade acadêmica foi organizada pela coordenação do programa, com a participação dos representantes de área da Geografia na CAPES, a Coordenadora Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (UFPA) e o Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP), com o objetivo de

apoiar no planejamento e autoavaliação do programa, no que se refere a Avaliação Quadrienal 2021-2024.

Para análise da produção acadêmica desenvolvida ao longo dos anos de existência dos três programas de Pós-Graduação em Geografia, trabalhamos com a produção discente por meio da análise dos títulos das dissertações e teses defendidas. Para isso, realizamos os levantamentos com base nos dados disponíveis na ferramenta banco<sup>3</sup> de Teses e Dissertações da CAPES (em vigor desde 2013), por meio de filtros que possibilitaram verificar o quantitativo anual de dissertações e teses defendidas em cada programa. Os demais títulos, anteriores ao ano de 2013 até o ano da primeira defesa, foram levantados diretamente por meio de consulta aos seus respectivos registros nas páginas dos programas e, quando não foram encontrados dados, foram realizadas buscas nos repositórios institucionais das bibliotecas das três universidades, possibilitando, portanto, o acesso integral aos trabalhos.

Ao todo, no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, trabalhamos com a análise de 368 títulos de dissertações de Mestrado e 214 títulos de teses de Doutorado, produzidos no período de 1998 a 2022. A escolha desse recorte temporal se deu pelo fato de se tratar do intervalo de tempo da primeira defesa até os dias atuais.

No programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília trabalhamos ao todo com a análise de 363 títulos de dissertações de Mestrado e 119 títulos de teses de Doutorado, produzidos entre 1999 a 2022.

E no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia trabalhamos ao todo com a análise de 524 títulos de dissertações de Mestrado e 232 títulos de teses de Doutorado, produzidos no intervalo de 2000 a 2022.

Após a identificação dos títulos de todas as dissertações e teses produzidas nos programas até o ano de 2022, sistematizamos um banco de dados no software Microsoft Excel, onde todas as informações coletadas foram tabuladas e organizadas em planilhas. Esse banco de dados foi composto por variáveis relativas ao ano de defesa, instituição, título, autor, orientadores, nível (mestrado ou doutorado), área do conhecimento e membros da banca. Após tabuladas e devidamente organizadas, as informações do banco de dados foram transformadas nos gráficos, quadros e tabelas que integram os respectivos capítulos e facilitam a compreensão e discussão dos dados.

---

<sup>3</sup> Em julho de 2002, a CAPES disponibilizou o Catálogo de Teses e Dissertações com referências e resumos das teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação *stricto sensu* do país, com o objetivo de facilitar o acesso a estas informações. Em 2013, tornou-se pública uma nova versão para o Catálogo de Teses e Dissertações, passando a utilizar a tecnologia Elastic Search (ES) e Java. Ver: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses#!/info>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Para análise dos temas mais citados nas dissertações e teses produzidas nos programas utilizamos o software de análise textual Iramuteq, indicada em nosso exame de qualificação. O Iramuteq é um software baseado em estatísticas que utiliza como auxiliar o software estatístico R, e possibilita revelar ligações e outras características textuais, tais como o posicionamento e a estruturação de palavras no texto por meio de nuvens de palavras, de tal forma que sejam retornados indicadores e visualizações intuitivas sobre a estrutura e ambientes do texto proposto para análise.

Para a elaboração dos produtos cartográficos, pelos quais espacializamos dados referentes à expansão da oferta de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, além de dados sobre avaliação dos programas; para isso, utilizamos softwares estatísticos e cartográficos: o Microsoft Excel, para a tabulação das coordenadas geográficas dos municípios e, posteriormente, para elaboração dos mapas, por meio da utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), fizemos uso do software ArcGis 10.1; com a base cartográfica do IBGE para espacialização dos dados levantados junto à plataforma Sucupira (CAPES).

Com o objetivo de entender como estrutura-se o corpo docente dos programas de Pós-Graduação em Geografia estudados, foi realizado um levantamento minucioso nos registros do corpo docente dos três programas e uma busca detalhada na página de pesquisa da plataforma Lattes (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>). A busca na plataforma Lattes teve como intuito identificar a formação acadêmica do corpo docente que orienta pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas pelo corpo docente dos programas.

Consideramos válido, também, investigar o perfil dos egressos, que é um dos critérios de avaliação institucional dos programas de Pós-Graduação, classificando-os por gênero, identificando se ocorre predominância de um sobre o outro ou se há igualdade entre pesquisas publicadas por homens e por mulheres.

Assim, a metodologia de pesquisa adotada na tese foi resultado da conjugação de dados quantitativos e qualitativos e análise da produção geográfica.

## OS PASSOS DA PESQUISA

A estrutura da redação da tese se desenvolve em cinco capítulos, estes divididos em seções e subseções. No primeiro capítulo buscamos trazer elementos essenciais na definição de Brasil Central. Dividido em quatro seções, inicialmente enunciaremos uma discussão acerca da formação do território brasileiro, onde periodizamos os acontecimentos mais significativos desse processo. Na segunda seção, analisaremos a construção de Goiânia no contexto da história da Marcha para o Oeste, destacando a importância das ferrovias na articulação do território, o papel do Estado em seu impulsionamento e seus desdobramentos. A terceira seção contempla dados e discussões sobre a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação Brasil Central, compreendidos como importantes agentes territoriais do processo de definição dos contornos do Estado brasileiro, em especial, do Brasil Central. E, por último, na quarta seção do primeiro capítulo discorreremos sobre o processo de formação espacial do Planalto Central, com a construção da capital Brasília, como centro político-administrativo para a integração nacional.

No segundo capítulo, intitulado são apresentados, detalhadamente, marcos historiográficos e institucionais relevantes sobre a concretização da Geografia acadêmica no Brasil. Sua segunda seção, contempla o contexto de fundação das agências de fomento à pesquisa. Na terceira seção, realizaremos a periodização e apresentação do estado da área de Geografia, a partir da apresentação de um panorama da evolução dos programas de Pós-Graduação até o período atual, possuindo como referencial teórico principalmente publicações vinculadas nas edições do periódico da Anpege. A quarta seção demonstra a estrutura de ensino superior existente no Brasil Central, bem como explica os critérios adotados para definição das escolhas do recorte espacial.

Os capítulos três, quatro e cinco constituem o núcleo da tese, discorrem sobre os resultados da pesquisa, sendo dedicados à apresentação e análise dos dados qualitativos e quantitativos levantados para caracterização da produção científica dos programas de Pós-Graduação em Geografia. Os capítulos iniciam com a apresentação de um breve panorama histórico e dos principais momentos da trajetória de criação das universidades, dos cursos de Geografia e da instituição de seus respectivos programas de Pós-Graduação em Geografia. Em seguida, os capítulos apresentam a produção do conhecimento geográfico desenvolvida por essas instituições, balizados, em partes, nos critérios de Avaliação dos programas, como: infraestrutura; perfil de formação acadêmica do corpo docente; áreas de concentração, linhas de pesquisa; avaliações e prêmios; revistas associadas aos programas; análise das dissertações e

teses defendidas; perfil dos egressos; internacionalização, parcerias e formação de redes.

Por fim, apresentamos as considerações finais, nas quais procuramos sintetizar as ideias trabalhadas no decorrer da tese e os resultados alcançados em relação à hipótese de pesquisa e as questões formuladas.

## CAPÍTULO 1: O BRASIL CENTRAL NA GEOGRAFIA: NOTAS GEOGRÁFICAS DE SUA INSTITUIÇÃO

O propósito deste capítulo é evidenciar os principais apontamentos que fizeram parte da formação histórica do Brasil Central, bem como apresentar aspectos da formação territorial de nosso país, para que assim possamos pensar como o Brasil Central foi constituído e justificar a escolha do recorte territorial adotado na tese.

Em primeiro lugar é preciso considerar o fato de que a ocupação histórica do território brasileiro tendeu a privilegiar determinadas regiões em detrimento de outras. A estrutura espacial refletia um país de ocupação concentrada na faixa litorânea. Essa situação se estendeu ao longo do tempo e, por isso, explica, até hoje, a maior concentração financeira, econômica, industrial e populacional no eixo Sudeste-Sul brasileiro.

Historicamente, o Brasil Central foi uma das últimas regiões brasileiras a serem ocupadas pelo colonizador. De acordo com Moraes (2002), até o início do século XX, em termos geográficos e políticos, o Brasil não constituía, plenamente, um território, sendo mais bem caracterizado como um conjunto disperso de regiões fragilmente articuladas em meio a vastos “fundos territoriais”, genericamente associados aos sertões ou às extensas áreas de fronteira, que permaneciam, em grande parte, desconhecidos e precariamente revelados pela cartografia, em meados da década de 1930.

Uma das obras colocadas como referência para o período colonial e, conseqüentemente, a constituição do território brasileiro é “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, publicada pela primeira vez em 1942, de Caio Prado Jr, historiador e cientista político brasileiro. Em sua tese, Prado Júnior propõe uma interpretação marxista da história do Brasil, enfatizando as relações econômicas como fator determinante na formação da sociedade brasileira.

Para o autor, a finalidade da colonização não era ocupar, mas sim retirar o máximo proveito das riquezas aqui existentes:

Tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis (Prado, Jr. 1961, p. 18).

Assim, segundo Moraes (2002), a produção de “ideologias geográficas” sempre desempenhou função importante no processo de formação do Brasil, escondendo as contradições e os interesses de classe presentes nos projetos de “desenvolvimento” implantados

no país, favorecendo uma visão da classe dominante ou do Estado.

Conforme elucidou Moraes (2008), a ideia de construir o país legitimou plenamente a ação do Estado, permitiu uma série de desdobramentos lógicos bastante úteis para o exercício do poder estatal ou privado. Assim, de acordo com o autor, ali, onde a história pouco forneceu para a elaboração de uma identidade nacional, os argumentos de índole geográfica possibilitaram a elaboração de discursos legitimadores onde o país era visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado (Moraes, 2008, p.95).

Para Moreira (2014), as diferentes configurações geográficas do espaço brasileiro ao longo de sua história sempre trouxeram traços da estrutura das relações de classe impostas na sociedade, bem como vestígios de diferentes modos de acumulação e formas particulares de envolvimento do Brasil em cada período do desenvolvimento do capitalismo mundial. Do ponto de vista do autor, a formação social brasileira poderia, assim, ser percebida como "uma parte indissociável e autônoma do modelo histórico mundial", ora misturando-se a ele e ora "distinguindo-se dele".

De acordo com Santos e Silveira (2006), na obra *“O Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI”*, entender a constituição de um território por meio da transformação de suas bases técnicas e dos consequentes processos de valorização e desvalorização de suas partes proporciona desvelar, a cada período, como o território é utilizado<sup>4</sup>: ou ainda, nas palavras dos autores "como, onde, por quem, por quê, para quê". Proporcionando então um importante trajeto para desvelar o “enigma” da formação socioespacial<sup>5</sup> brasileira.

Por isso, este capítulo pretende descrever o Brasil Central do ponto de vista geográfico e histórico de sua formação, embasado geograficamente em diversos autores que tiveram a formação territorial brasileira como fio condutor do desenvolvimento de seus estudos, tais como: Teixeira Neto (1982), Prado Júnior (1961), Moraes (2000, 2002), Silveira (2003), Furtado (2007), Santos (2005), Santos e Silveira (2006), Moreira (2014), Vidal e Souza (2015), dentre outros.

Ao sintetizar o espaço geográfico, redefinindo-o como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, Santos (1999), propôs a necessidade de se situar no

---

<sup>4</sup> Segundo Silveira (2011), a partir dessas questões, o território, entendido como território usado, coloca os atores que aparecem, em constante cooperação e conflito, mediados pelos objetos e revelando diferente poder no uso do território. SILVEIRA, M. L. O território em pedaços. ComCiência, n.133, Campinas, 2011.

<sup>5</sup> Ao fazermos referência a esta categoria, não a vimos como a mesma categoria formação territorial, na ótica de Moraes. Para Santos (1982), o território usado proporciona instrumentalidade analítica à categoria formação socioespacial. Ao propor o conceito de formação socioespacial, Santos (1982), o elaborou na esfera da Geografia Crítica, incorporando-o ao conceito de Marx da formação econômica e social. E o considera como categoria teórico-metodológica para análise do território. SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

tempo e no espaço, tendo como métodos, a escala e a periodização (meio natural, meio técnico e meio técnico-científico e informacional).

Para Santos e Silveira (2006), a busca por uma periodização do território brasileiro é um caminho essencial para um projeto ambicioso, fazer falar a nação pelo território, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso (Santos e Silveira, 2006, p. 20). Assim, por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional (Santos e Silveira, 2006, p.27).

Nessa mesma direção, Santos e Silveira (2006) tratam o espaço geográfico como sinônimo de território usado e, para seu estudo, chamam atenção para a necessidade de periodizar as transformações que esse espaço passou e constituiu-se em território.

Ao analisar a tese apresentada por Santos e Silveira (2006), três grandes momentos, poderiam, grosso modo, ser identificados para fazer a leitura do Brasil: os meios naturais, os meios técnicos e o meio técnico científico informacional:

O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus. Uma segunda fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscavam atenuar o império da natureza. A incorporação das máquinas no território, que levaram a uma industrialização e integração do território e do mercado. E o terceiro grande período é a construção e a difusão do meio técnico-científico- informacional, caracterizado por uma revolução das telecomunicações, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis chave. Com ele agravam-se as diferenças regionais e aumenta a importância da Região Concentrada, mas também a ocupação de áreas periféricas com produções modernas (Santos e Silveira, 2006, p. 28).

No caso da região Centro-Oeste, os Cerrados aparecem como a mais produtiva das regiões brasileiras para a produção agropecuária capitalista. Ali, o meio técnico precedente era parcamente presente e a enormidade dos vazios diminuiu as resistências à inovação, permitindo a chegada brutal da nova tecnosfera e da nova racionalidade econômica (Santos e Silveira, 2006, p. 104).

Assim, consideramos que o Brasil Central corresponde aos territórios notórios da expansão do agronegócio, ou seja, áreas onde a modernização avançou sobre o bioma Cerrado. A expansão do agronegócio é evidente nessa área desde os primórdios dos anos de 1970, com o avanço da Revolução Verde e a apropriação do espaço pelo capital. Hoje, trata-se de uma região marcada pela modernização das atividades produtivas inerentes ao agronegócio e às corporações.

É importante deixar claro que o uso do território pelo agronegócio no Brasil Central não

se limita apenas as transformações no campo. E que existem outros usos corporativos do território em outros tipos de capitais tais como o capital minerador, turismo, automotivo, farmacêutico, logístico, etc.

Historicamente, o Brasil Central, devido a sua condição ou tanto no âmbito da produção acadêmica, é palco que envolve uma grande tensão entre paradigmas, seja o agronegócio ou da questão agrária. O fortalecimento do paradigma da questão agrária é fundamental, por exemplo, para a sobrevivência da floresta, dos povos originários, para a questão ecológica.

Além disso, não é somente o campo que se transforma. As áreas urbanas também experimentaram a intensificação da urbanização no eixo Brasília-Goiânia, Anápolis-Goiânia, Uberlândia-Brasília e outros pontos do Brasil Central.

Assim a cultura, as tradições também são transformadas ou eximadas. Esses apontamentos sobre os distintos usos do território no Brasil Central aparecerão nos produtos científicos defendidos nos três programas de Pós-Graduação pesquisados nessa tese.

### **1.1 Formação do território brasileiro, notas geográficas e históricas**

Segundo o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, em “*Bases da formação territorial do Brasil*”, a formação territorial da América portuguesa foi caracterizada pelo ideal de conquista e apropriação de grandes “fundos territoriais”, como já ocorria na história de Portugal (Moraes, 2000). Sabe-se que as primeiras fronteiras territoriais das Américas foram demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas, acordo firmado entre Portugal e Espanha, que definiu as terras espanholas e portuguesas, dividindo o Novo Mundo entre os dois países da Península Ibérica. O reconhecimento do território nacional começou após seu descobrimento pelos portugueses.

Moraes (2002) enfatiza que a dimensão espacial dos territórios a serem conquistados foi um elemento importante para a história dos movimentos e operações sociais latino-americanas durante os períodos coloniais e pós-coloniais. A gênese da divisão do espaço colonial baseada na distribuição dos recursos naturais e a localização geopolítica estratégica, aliada à origem dos colonos e sua estrutura administrativa desempenharam um papel decisivo na diferenciação do processo de desenvolvimento latino-americano durante os séculos XVI a XIX.

Em uma síntese curta, pode-se dizer que a formação colonial no Brasil vinculou-se, economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos ( Bosi, 1992, p. 25).

Pela tradição de ocupação costeira, os portugueses estabeleceram vários núcleos de ocupação ao longo da zona litorânea e criaram as capitanias hereditárias. Da costa ao meridiano de Tordesilhas, haviam grandes extensões de terra que foram doadas a capitães donatários que não as podiam vender ou desmembrar, cabendo apenas ao imperador modificá-las ou excluí-las (Straforini, 2008, p. 70).

Em síntese, as capitanias hereditárias referiam-se a divisão do território em quinze lotes de terra de norte a sul do Brasil, que foram doados a portugueses responsáveis pelo povoamento da capitania, além de seu desenvolvimento econômico.

Durante a colonização, os espanhóis exploraram as riquezas de outras colônias e não ocuparam efetivamente suas terras localizadas nas regiões centrais da América do Sul. Sem a devida proteção espanhola, portugueses e bandeirantes entraram nessas terras em busca de ouro, pedras preciosas e população indígena a ser escravizada. Nas quinze capitanias hereditárias, utilizou-se mão de obra indígena para seu projeto colonial, indígenas que compunham uma população de cinco milhões de habitantes e que se tornaram atores essenciais no processo de formação do Brasil (Moraes, 2012).

Tais incursões portuguesas adentravam no território por meio de expedições realizadas no interior do continente, as chamadas “Bandeiras”, que contribuíram para a expansão do domínio português. Eram expedições de longa distância, que partiam de São Paulo, seguindo para o sul, oeste ou norte do país. Movidos pela esperança de obtenção de lucro, os bandeirantes, capturavam indígenas para o trabalho nas plantações de cana de açúcar no litoral (Moraes, 2012).

Vidal e Souza (2015) aborda que o período compreendido entre o século XVI ao XVIII marcou a conquista do patrimônio geográfico brasileiro sob a ação das expedições bandeirantes que, em suas diversas formas de organização e objetivos, foram um movimento coletivo de expansão da sociedade colonial, adentrando para além dos núcleos de povoamento situados no litoral. Desta forma, as bandeiras desempenharam um papel vital na expansão do domínio português e contribuíram para a extensão do país próxima do que é hoje. Apesar disso, não podemos nos esquecer de que foram os bandeirantes os responsáveis pela escravização e pelo massacre de centenas de milhares de indígenas.

Com a decadência do ciclo da cana de açúcar no Nordeste, os bandeirantes voltaram-se para a busca de metais e pedras preciosas, descobrindo jazidas de ouro em Minas Gerais, depois em Goiás, em 1718 e Mato Grosso no final do século XVII, em 1725 (Moraes, 2012).

Após a descoberta de ouro nos territórios onde hoje se localizam os estados de Goiás e Mato Grosso, outro tratado teve que ser assinado, onde os dois países estabeleciam oficialmente

a posse portuguesa das terras espanholas invadidas por Portugal. Segundo Teixeira Neto (1982), o Tratado de Madri foi responsável por uma nova redistribuição das terras que deram origem a novas capitanias, como a de Goiás e Mato Grosso.

Para Teixeira Neto (1982, p. 145), a ocupação territorial do Brasil foi marcada por múltiplas frentes pioneiras sucessivas, com reflexos evidentes na sua evolução territorial:

O avanço da cultura do café em direção primeiro do Norte e Noroeste Paulista e, depois em direção do Noroeste paranaense é um exemplo vivo do dinamismo da zona pioneira. A do Nordeste de São Paulo foi talvez a mais espetacular de todas pelo seu caráter socioeconômico e seu dinamismo. Primeiro foi o café, depois a pequena agricultura especializada e a pecuária dirigida por japoneses e italianos. A frente pioneira paulista se estendeu além do grande rio, exportando após a estabilização do movimento de colonização, os excedentes migratórios para outra autêntica zona pioneira, que é o Sul-Sudoeste matogrossense, tendo na Ferrovia Noroeste do Brasil o eixo mais importante.

A partir de uma análise da história brasileira, fica claro que os fluxos migratórios estão ligados aos fatores econômicos. Essas grandes movimentações de pessoas desencadearam o processo de urbanização no novo centro econômico do país, a região Sudeste.

A noção de frente pioneira, trabalhada por Teixeira Neto, advém, por sua vez, de Pierre Monbeig, que define a região pioneira “como um conjunto de setores em vias de incorporação ao ecúmeno”. Para Monbeig, a frente pioneira depende de forças marginais influenciadas ou não por uma autoridade central, unificando interesses, sendo uma zona dinâmica, em constante movimento (Teixeira Neto, 1982, p. 143).

Segundo Teixeira Neto (1982), o povoamento e a urbanização do território progrediram gradativamente devido a fatores precisos como o ciclo aurífero, a agricultura tradicional, a colonização espontânea e oficial nas zonas pioneiras, a mineração de pedras preciosas, ferrovias e estradas de integração, a expansão da agroindústria. A ausência de uma colonização organizada para atrair e fixar a população e a implantação de pólos industriais mostraram porque a ocupação do Brasil Central nunca foi regular, o que explica o caráter preciso, descontínuo e rarefeito da ocupação do espaço.

A tese central de Caio Prado Júnior é que o desenvolvimento histórico do Brasil pode ser compreendido principalmente por meio da análise das relações de produção, isto é, das formas como as pessoas produzem, trocam e consomem bens materiais. Ele argumenta que a estrutura econômica, especialmente a economia agrária, é fundamental para entender a formação da sociedade brasileira.

Para Prado Júnior (1961), o sistema colonial brasileiro foi moldado pela produção voltada para exportação, baseada principalmente na agricultura de plantation, como a produção

de açúcar. O autor destaca a dependência econômica do Brasil em relação às potências coloniais e como essa dinâmica influenciou a estrutura social e política do país.

Vidal e Souza (2015, p. 30) ao abordar sobre as imagens do Brasil, expressa a ideia das categorias sertão-litoral na formação da representação do Brasil; que para a autora, antecede e condiciona a elaboração de uma ideia de Brasil, sendo recursos nominadores para caracteres percebidos na configuração do país. O Brasil é coisa que se imagina com a ajuda da figura de sertão-litoral. Sendo assim, ao de ser encontrar espaços e modos de viver próprios do sertão ou do litoral.

Segundo Vidal e Souza (2015), o pensamento social deverá ser trabalhado somente enquanto conjunto articulado de ideias, as quais por si só são fato de poder e valor. Isso significa que se quer permanecer no âmbito da representação, interessando a consistência interna da sociografia e as ideias formadas sobre o Brasil e seu vazio, deserto de muita terra e poucos brasileiros. Para então se tecer, pouco a pouco, uma sugestão de como ler aqueles que possuem a posse simbólica da Nação, pensando por meio do que o intelectual sociógrafo fez do direito a ele concedido de dar nomes e valores ao país que se desbravava em sua reflexão. É hora de ter com essas autoridades em Brasil um encontro em que se mostra o sertão falado e representado pela inteligência nativa (Vidal e Souza, 2015, p. 37).

Segundo Moraes (2000), com a emancipação política em 1822, era necessário consolidar o novo Estado nacional, em uma situação em que quase metade da população era constituída por povos escravizados. Na dificuldade de identificar-se numa nação, o Estado brasileiro tomou o território como centro de referência da unidade nacional, tomando o seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção espacialista enraíza-se na cultura política do Brasil, estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas.

Desse modo, Moreira (2014), periodiza a formação espacial brasileira em cinco fases, balizando as formas de relação sociedade-espço no Brasil ao longo do tempo: a dos vetores fundacionais; a dos ciclos de assentamento; a da redivisão territorial industrial do trabalho; a da privatização da gestão e desintegração espacial do projeto nacional; e a da articulação das sociabilidades e as tendências de uma formação espacial complexa.

De acordo com Moreira (2014), a primeira fase refere-se aos três primeiros séculos do Brasil Colônia, marcado pela atuação dos jesuítas, pela incursão das bandeiras e expansão da pecuária como verdadeiros vetores fundacionais do território. Nessa fase, definiu-se aldeamentos, vilas, ocupou-se núcleos, sendo responsáveis pelo avanço aos confins da

hinterlândia, os limites do território colonial.

Já o segundo momento seriam os chamados ciclos de assentamento, ligados aos ciclos econômicos brasileiros. Iniciando pela cana-de-açúcar no Nordeste, pela pecuária no interior até os pampas gaúchos, além do ciclo do ouro, que levou ao povoamento e ocupação do interior do país, passando pelo curto ciclo da borracha na Amazônia e pelo ciclo do café no Sudeste (Moreira, 2014). Para o autor, esses momentos foram responsáveis pela constituição de economias regionais, o que alguns estudiosos referem-se como padrão de ocupação em “arquipélagos” econômicos<sup>6</sup> para caracterizar a organização econômica brasileira no século XIX.

Como ressalta Silveira (2003, p.75),

A ocupação do território, mesmo sendo rarefeita, era necessária para garantir certo domínio. Surgiram, assim, as ilhas econômicas, os arquipélagos econômicos, os bolsões econômico-populacionais, compostos por dois primordiais interesses: a exploração econômica e a manutenção territorial (fins militares e estratégicos – litoral sul e norte do país e interior fronteiriço a oeste) e marcados por grandes vazios demográficos entre elas.

A esse respeito, segundo Furtado (2007), por mais de quatro séculos a história econômica do Brasil foi composta por uma série de ciclos econômicos; uma sucessão de produção em larga escala que compôs sucessivamente a maior parte das exportações brasileiras. Açúcar no século XVII, ouro no final do século XVII e início do século XVIII. Café nos séculos XVIII, XIX e XX; borracha no início do século XX. A formação do arquipélago brasileiro justificou-se por uma enxurrada de especulações, pois cada uma afetava uma parte distinta do país: açúcar, o nordeste; ouro, Minas Gerais; café, o sudeste; borracha, a Amazônia.

Silveira (2003) relata que o território brasileiro era composto por um imenso isolamento entre as regiões geoeconômicas, como se houvesse uma variedade de ilhas isoladas econômica e geograficamente. Esse sistema só foi amenizado pela utilização dos caminhos primitivos e,

---

<sup>6</sup>No entanto, é válido mencionar que historiadores como Jacob Gorender, geógrafos como Milton Santos, Antônio C. R. Moraes e Rui Moreira criticam e refutam a ideia de ciclos econômicos independentes. Segundo Santos (2005), o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram, segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 2005, p.26). Moreira (2014), em sua obra, “A Formação Espacial Brasileira”, indica dois pontos de vista que também mostram a articulação entre os espaços. Para o autor, o primeiro deles foi as relações de troca, isto é, a circulação de pessoas e bens entre os macroespaços do sistema econômico colonial; que facilitaram a redistribuição territorial da mão de obra, revelando a existência de interações entre os diferentes subespaços do território. Já o segundo ponto de vista que negaria a ideia clássica de “espaço-arquipélago” segundo Moreira, foi a “trama” política-institucional organizada e intercedida pela aparelhagem Estatal no século XIX, que garantia a unidade do espaço brasileiro, já que permitia a mobilização dos instrumentos de regulação jurídico-política do poder central, tendendo a privilegiar o sucesso da produção plantacionista-exportadora.

mais tarde, pela mineração de ouro em Minas Gerais, que forçou o aparecimento de diversos caminhos para o centro do país. O autor destaca que os primeiros caminhos que surgiram foram aqueles utilizados pelos negociantes de gado e pelas tropas de muares, permitindo uma interligação um pouco mais intensa, em especial com o Sul do Brasil:

No entanto, a interligação territorial brasileira só se concretizou efetivamente com as rodovias automobilísticas, rompendo as ilhas econômicas. [...] na medida que a necessidade de exploração econômica avança e que as técnicas evoluem, a influência do meio físico é diminuída. Assim foi com o desenvolvimento dos transportes no país, que acompanhou as variações socioeconômicas a uma distância considerável (Silveira, 2003, p. 76).

De acordo com Moreira (2014), a terceira fase da formação do espaço brasileiro teve início em meados do século XX, e foi marcada pela implantação de arranjos capitalistas, nos quais a industrialização se tornou o motor de transformação do sistema econômico e do espaço da sociedade. Fundamentado na autora Maria da Conceição Tavares, Moreira (2014) observou que o Brasil passou de um modelo econômico “externo”, definido pela lógica das exportações agrícolas, para um modelo “voltado para dentro” e alavancado pela indústria que, substituindo o sistema plantacionista, agora se firma como o motor da acumulação capitalista no país. Dessa forma, se estabeleceu, então, uma ligação entre as regiões de modo a modificar o padrão em que estava assentada a economia política do território brasileiro.

Segundo Moreira (2014, p. 17):

[...] a consolidação do comando da indústria sobre a agricultura e assim da cidade sobre o campo e do Sudeste sobre as outras regiões marca a integração industrial-mercantil do espaço nacional polarizado [...].

O quarto período da formação espacial ocorreu entre os anos de 1970 e 1980, caracterizado pela movimentação e reestruturação do espaço nacional, marcado pelo fenômeno da desconcentração industrial e fomentado pelo Estado, com a criação de pólos industriais e aumento dos incentivos fiscais nas regiões Norte e Nordeste (Moreira, 2014). Esse processo fez com que a expansão da agricultura, relacionada à modernização conservadora e a urbanização difusa, implicasse em novos papéis desempenhados pelas cidades pequenas e médias na rede urbana brasileira, bem como o crescimento das cidades médias, em função da desconcentração industrial e da expansão do agronegócio (Sposito, 2010).

Por fim, a última etapa de formação espacial do Brasil foi estabelecida, de acordo com Moreira (2014), pela obtenção de uma “regulação privada” do território, na qual as privatizações de empresas e infraestruturas públicas, a gestão do espaço nacional, até então a prerrogativa

maior do Estado, foi agora concedida à iniciativa privada e subordinada aos interesses econômicos das empresas. Assim, tendo como epicentro a propagação de políticas neoliberais nos anos 1990 e a criação das agências de regulação, nessa nova etapa, o poder de comando das empresas privadas foi ampliado, as quais “fatiavam o controle, a administração e a definição da estratégia de regulação da formação social brasileira através da gestão do seu espaço” (Moreira, 2014, p. 22).

Em síntese, uma característica significativa do processo de urbanização brasileira, tradicionalmente relacionado às atividades agrárias do país, foi sua concentração no litoral. O grande desenvolvimento das cidades ocorreu na segunda metade do século XX. Até a década de 1930, o Brasil era um país exportador de gêneros agrícolas e, logo após este período, esse padrão de exportação agrícola começou a mudar, com o processo de industrialização iniciada na era Vargas, na região Sudeste, que ocasionou a expansão da urbanização no Brasil. Esse foi um dos principais fatores responsáveis pelo deslocamento de populações do campo para as cidades, que provocou a mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, caracterizado, por sua vez, como rápido e desordenado.

A análise de Prado Júnior (1961) se estende até o século XX, abordando as mudanças na estrutura econômica e social do Brasil, quando mostra como as transformações econômicas, como a transição do feudalismo para o capitalismo, moldaram a sociedade brasileira contemporânea.

A urbanização brasileira é um fenômeno complexo e multifacetado, objeto de estudo de diversos autores, dentre os quais se destaca o geógrafo Milton Santos. Ao analisar a urbanização no Brasil, Santos (2005) destacou a desigualdade como uma característica marcante desse processo. Ele argumentou que o desenvolvimento urbano no país não ocorreu de maneira homogênea, mas sim de forma fragmentada e segregada. Enquanto algumas regiões metropolitanas experimentaram um crescimento acelerado e se tornaram centros econômicos dinâmicos, outras áreas foram marginalizadas e excluídas do desenvolvimento.

Como ressalta Santos (2005, p. 89):

Houve, ao longo da história brasileira, quatro momentos do ponto de vista do papel e da significação das metrópoles. Quando o Brasil urbano era um arquipélago, com ausência de comunicações fáceis entre as metrópoles, estas apenas comandavam uma fração do território, sua zona de influência. Num segundo, há esforços para formação de um mercado único, mas a integração territorial é, praticamente, limitada ao Sudeste e ao Sul. Um terceiro momento é quando um mercado único nacional se constitui. E o quarto momento é quando conhece um ajustamento: primeiro à expansão e, depois, à crise desse mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com o apoio do Estado. Não é demais lembrar que o mercado e espaço, ou ainda melhor, mercado e território, são sinônimos. Um

não se entende sem o outro.

A concentração de recursos nas grandes cidades, na análise de Santos (2005), contribuiu para a criação de espaços urbanos dualistas, nos quais a riqueza e a pobreza coexistem lado a lado. Essa dualidade manifesta-se na disparidade entre bairros nobres, com infraestrutura de qualidade e serviços públicos eficientes, e favelas, onde as condições de vida são precárias e os serviços básicos muitas vezes são escassos.

Outro aspecto abordado por Santos (2005) foi a influência da globalização na urbanização brasileira. O autor observou que as cidades brasileiras, em sua busca por integração na economia global, muitas vezes adotaram políticas que favoreciam os interesses internacionais em detrimento dos locais. Isso ocasionou em processos de gentrificação, expulsão de comunidades tradicionais e transformações no espaço urbano que nem sempre beneficiaram a população mais vulnerável. Além disso, Santos (2005) destacou a importância da participação cidadã na construção de cidades mais justas e sustentáveis. O autor elucidou a necessidade de participação da comunidade, para garantir que o desenvolvimento das cidades seja orientado pelos interesses coletivos e promova equidade social.

A contribuição de Santos (2005) para o entendimento da urbanização brasileira reside em sua análise crítica das disparidades socioespaciais, na abordagem das influências globais sobre o desenvolvimento urbano e na defesa da participação cidadã como um elemento fundamental na construção de cidades justas e inclusivas.

Santos e Silveira (2006), definiram o Centro-Oeste, que não podemos considerar como sinônimo de Brasil Central, por não abarcar todos os estados da federação os quais consideramos pertencer ao Brasil Central; como uma área de “ocupação periférica” recente, na qual o meio técnico-científico-informacional se estabeleceu sob um território praticamente “natural”. Os autores abordam que atualmente os produtos de uma agricultura moderna são cultivados numa área que abriga as maiores densidades de mecanização agrícola, maior consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas e utilização da agricultura de precisão. Beneficiada pelo baixo valor da terra, ela consegue diminuir seus gastos de trabalho com altos graus de capacitação em fixos e fluxos.

## **1.2 A história da Marcha para o Oeste**

Nesta seção, destacaremos os momentos ou eventos históricos importantes e constitutivos desse novo momento de ocupação do Brasil Central, a construção de Goiânia e a

Marcha para o Oeste. Atualmente denominamos como Brasil Central, uma região marcada pelos usos do território sobre as áreas do bioma Cerrado, ou seja, que é formada pelas unidades da federação da região Centro-Oeste, mas também, por suas características históricas, abarca o Triângulo Mineiro e o Tocantins.

Segundo Cyro Lisita (1996), em *“Fronteira e Conflito”*: o processo de ocupação das terras de Goiás, o povoamento e a ocupação do território goiano somente se intensificaram a partir da vinda mais ou menos massiva de imigrantes atraídos pela transformação econômica do Estado que, por meio da ferrovia, se incorporava cada vez mais ao mercado desenvolvido da região sudeste.

Nesse sentido, o papel das ferrovias na articulação do território nacional é significativo. A história das ferrovias no Brasil remonta ao século XIX, marcada por períodos de grande prosperidade e declínio, sendo um capítulo fundamental no desenvolvimento do transporte e da infraestrutura do país.

Durante o século XX, as ferrovias continuaram desempenhando um papel estratégico na matriz de transporte brasileira. De acordo com a tese de Mendonça Filho (2015), ao analisar o histórico da implantação das primeiras ferrovias em Goiás, ao adentrarem o solo goiano no início do século XX, as ferrovias aceleraram o processo de ocupação do Estado, modificaram a estrutura econômica, favoreceram o fluxo migratório, e integraram de forma mais intensa o Estado ao cenário econômico nacional e internacional. A circulação favorecida pelas ferrovias no período após a Primeira Guerra Mundial, ainda permitiu a implantação de políticas de ocupação e integração do território, como a Marcha para o Oeste. Foi pelas ferrovias que boa parte das populações que estavam no litoral paulatinamente avançaram sobre o território, marcando o avanço das frentes de expansão e frentes pioneiras.

Como destacou Campos (2015), a presença da Estrada de Ferro Goiás, implantada no início do século XX, no auge da expansão ferroviária brasileira, sendo exemplo de via de transporte de penetração ao Oeste do país. Esta ferrovia integrou parte do território goiano à economia nacional, permitindo a expansão da fronteira agrícola e favorecendo o crescimento econômico da região, ainda que de maneira subordinada.

A esse respeito, Waibel (1958), aborda que a Estrada de Ferro Goiás chegou à cidade de Anápolis em 1935, causando uma nova era de povoamento e de prosperidade econômica na região. A estrada de ferro levou para a outrora remota área, não somente mercadorias de toda espécie, mas também gente que era atraída pelos vastos espaços vazios da parte sul do estado, seus férteis solos de mata e seu saudável clima. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, a ascensão do transporte rodoviário e a negligência em investimentos nas ferrovias

contribuíram para a decadência desse meio de transporte. A malha ferroviária brasileira sofreu com a falta de modernização, manutenção e expansão, resultando em uma perda significativa de participação no mercado de transporte de carga.

Para Teixeira Neto (1982), a atividade mineradora e a agropecuária foram fundamentais para a expansão e o povoamento de Goiás. A mineração foi um grande fator de urbanização, e a agropecuária, o principal elemento da mobilidade da população. Dois terços das cidades do Estado de Goiás tiveram suas origens nos núcleos mineiros ou na atividade agropastoril.

De acordo com Estevam (2004, p. 109), a passagem dos anos trinta afetou o andamento socioeconômico regional e promoveu algumas modificações na realidade goiana, principalmente no caminho de sua integração com a dinâmica da economia nacional. A Revolução de 30, ao ensejar alterações na ordem política. Apontou novos rumos para a sociedade e os novos dirigentes promoveram uma aposta no desenvolvimento do estado com a concretização do antigo sonho da nova capital. Assim, a mudança da capital se encaixava perfeitamente no espírito da Revolução de 1930.

Assim, para Lisita (1996), as principais medidas de incitação à expansão capitalista no estado de Goiás foram tomadas por Pedro Ludovico Teixeira, durante o Governo Vargas, que preconizavam suprimir os vazios demográficos do território.

Segundo Maia (2012), na obra<sup>7</sup> “*Estado, território e imaginação espacial - o caso da Fundação Brasil Central*”, a história de Goiânia iniciou-se na década de 1930 quando, no contexto da política de interiorização do país, surgiu a iniciativa de se criar uma nova cidade. Goiânia, hoje sede do poder estadual, teve sua instalação em local escolhido por uma comissão<sup>8</sup>, nomeada em dezembro de 1932 por Pedro Ludovico Teixeira, então interventor federal. Dessa comissão, saíram sugestões para a elaboração de seu plano urbanístico. A pedra fundamental do que viria a ser a nova capital de Goiás foi lançada em 24 de outubro de 1933.

Goiânia foi idealizada e projetada a partir do desejo de mudança, substituindo a antiga capital, Vila Boa, por uma nova cidade, que contemplava aspectos como a nova política de interiorização do país e a retirada do poder oligárquico sediado na capital colonial do Estado.

Segundo o historiador Wolney Unes (1998), o Estado de Goiás teve uma história peculiar com relação à mudança da capital, pois foram vários os fatores que direcionaram esta mudança. Primeiramente havia um esforço da elite econômica do Estado em desvincular a

---

<sup>7</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial - o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

<sup>8</sup> O decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, emitido pelo governo estadual, foi o primeiro relativo à mudança da capital. Nomeou a Comissão para iniciar os estudos referentes à escolha de local para a edificação da Nova Capital de Goiás, cujas localidades a serem estudadas seriam Bonfim, Pires do Rio Ubatã e Campinas.

capital à imagem da cidade colonial atrasada, em decorrência do declínio do ciclo do ouro em Vila Boa e a marcante estagnação econômica decorrente dela, portanto, podemos considerar como principal fator o recente movimento modernista e progressista brasileiro.

Para Maia (2012), a construção da nova capital de Goiás, visava dinamizar economicamente o Estado e produzir um centro de poder que traduzisse os novos tempos da região, fazendo com que a capital fosse vista como um marco da integração nacional feita pelo Estado Novo. A mudança de governo se efetivou em março de 1937.

Ao abordar as múltiplas representações que compõem a história da transferência da capital, Gomide (2003), enfatiza que a transferência da capital da antiga Vila Boa, cidade colonial, para uma nova capital e cidade planejada foi fundamentada na falta de infraestrutura e no pouco crescimento demográfico da cidade de Goiás. Em nome desse discurso, Goiânia foi planejada para surgir como uma cidade moderna.

Na visão de Unes (1998), várias foram as motivações que ocasionaram a construção de Goiânia, bem como os personagens; não sendo apenas uma ideia de Pedro Ludovico, instigado pelo espírito de interiorização do governo federal e por razões políticas. Tais motivações se explicavam por razões de acessibilidade: hídricas, topográficas, geológicas ou de projetar uma cidade contemporânea. Para o autor, a cidade nasceu dessas expectativas, muito mais fruto de variadas angústias nacionais acumuladas ao longo do tempo que uma decisão local.

O responsável pelo projeto urbanístico de Goiânia foi o renomado arquiteto Atílio Corrêa Lima, respaldado pelo prestígio do diploma de urbanista conquistado em Paris, Corrêa Lima foi convidado para elaborar o plano da nova capital do Estado de Goiás. Este foi um dos seus primeiros trabalhos, sendo contratado em julho de 1933. O prazo era curto, meros seis meses, e a mudança da capital era necessária no entender do grupo que intentava a derrubada da elite rural dominante (Vieira, 2011).

Atílio elaborou o plano piloto de Goiânia entre 1933 e 1934, entregando-o ao interventor Pedro Ludovico Teixeira em janeiro de 1935 e tendo com isso seu contrato com o governo local extinto (Vieira, 2011). O arquiteto projetou uma cidade moderna e planejada, com avenidas largas, praças arborizadas e uma arquitetura que refletia a estética art déco.

Como era de se esperar, um dos desafios enfrentados durante a construção de Goiânia foi a atração de migrantes para a região, para tanto o governo incentivava a migração de outras partes do país, oferecendo terras e oportunidades de trabalho na nova capital.

A respeito disso, Teixeira Neto (1982, p. 156) acrescenta que:

O povoamento irregular do território goiano não deixou de ter reflexos negativos na

formação das fronteiras do Estado, bem como no seu desenvolvimento socioeconômico. A estes problemas podem, também, ser acrescentados outros de natureza fisiográfica que, dificultaram ainda a administração do território: a extensão territorial e a sua forma alongada.

Estevam (2004) abordou que a construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o Planalto Central. A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, ao representar uma "possibilidade geográfica" no interior do país, permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, portanto, elementos potenciais para uma futura transformação regional.

Dessa forma, a cidade foi palco de elevada imigração desde seus primeiros anos. O atrativo real para o surto imigratório foi a existência de largas faixas de terras férteis e matas, até então inexploradas, na área de abrangência da nova capital. A zona, de rico potencial agrícola, conhecida como "Mato Grosso de Goiás" - começou a ser penetrada em função da construção de Goiânia (Estevam, 1997). Para o autor (1997, p. 84-85):

A construção da nova capital, deste modo, ao ensejar correntes imigratórias, foi responsável pelo lançamento de germes de transformação nas estruturas sócio-econômicas do centro-sul do estado. O município de Goiânia atingiu 48. 165 habitantes em 1940. O maior adensamento demográfico aconteceu no centro-sul do estado. [...] A zona centro-sul, por sua vez, foi tomando o aspecto de um conglomerado populacional em função do menor distanciamento entre seus núcleos urbanos e da abertura de estradas vicinais. Houve considerável surto de abertura de estradas a partir dos anos trinta em Goiás. Em função da construção de Goiânia alguns municípios vizinhos se desdobraram, principalmente no centro-sul.

Assim, a construção de Goiânia não foi apenas um empreendimento arquitetônico, mas foi, portanto, um projeto ambicioso que desenhou o futuro da região e contribuiu para o desenvolvimento do Brasil Central.

Nesta direção, Santos e Silveira (2006, p. 274) destacam que o Estado de Goiás, foi durante praticamente quatro séculos, do ponto de vista da produção, um verdadeiro espaço natural onde uma agricultura e uma pecuária extensivas são praticadas ao lado de uma atividade elementar de mineração:

[...] da inauguração de Goiânia, nos anos 30, não se conhecem sistematicamente os efeitos dinâmicos. Porém, sabe-se que o novo urbano chegou antes da modernização rural, da modernização dos transportes, do consumo e da modernização do país. Com a redescoberta do Cerrado, graças à revolução técnico-científica, criaram-se as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente uma nova etapa da urbanização, em virtude do equipamento moderno do país e da construção de Brasília, que podem ser arrolados entre as condições gerais do fenômeno.

Desse modo, ao traçar um pânorama das regiões goianas, Teixeira Neto (2020, p. 29) acresce que:

em qualquer mapa que transcreva estatísticas sociais e econômicas em geral, algumas regiões goianas vão mostrar praticamente as mesmas tipologias de algumas décadas atrás, e outras, as transformações recentes por que estão passando: o Centro é há muito tempo fortemente urbanizado e densamente povoado; o Sul e o Sudoeste se transformaram em espaço agroindustrial do agronegócio; o Sudeste é o importante corredor exportador e importador através da antiga Estrada de Ferro Goiás; o Leste Goiano, depois do advento de Brasília, evoluiu de região estagnada e pouco povoada para o segundo mais importante pólo agrícola de alta tecnologia e de região urbana problemática que gravita em torno da capital federal; o Oeste é caracterizado como espaço misto, em que pecuária e agricultura coabitam o mesmo território e, demograficamente, não consegue segurar seus habitantes nem no campo e nem na cidade; o Norte é o elo entre o também norte e sul do Brasil através do corredor rodoferroviário constituído pela BR-153 e a inacabada ferrovia Norte-Sul; o Noroeste continua pouco povoado e, conseqüentemente, também pouco urbanizado e tem sua economia voltada essencialmente para a pecuária de ponta; o Nordeste, finalmente, é o que é na boca e na mente de todos os goianos: o Patinho Feio dentre as grandes regiões goianas, mas que não perde o seu charme por ser uma das mais belas e importantes regiões naturais do estado – o Vão do Paranã e a grande Chapada dos Veadeiros –, em que o natural e o moderno coabitam o mesmo espaço.

Hoje consideramos Goiás um Estado brasileiro detentor de uma relação muito aproximada com a indústria e o agronegócio, com municípios voltados ao agronegócio do grande capital, articulados à uma agricultura globalizada como Rio Verde, Jataí, Mineiros, Jussara, Cristalina, Luziânia, Santa Helena de Goiás, dentre outros.

Para Teixeira Neto (2020), pode-se mesmo afirmar que em Goiás a qualidade e fertilidade dos solos do Cerrado foi influente na ocupação pioneira do espaço por meio da agropecuária, no surgimento das cidades e na expansão e no desenvolvimento da rede urbana. Tempos depois, com a difusão da Revolução Verde e das pesquisas de melhoramento genético e produtividade realizadas pela EMBRAPA, o fator solo ficou em segundo lugar, o que resultou na incorporação do Cerrado à nova fase da economia agrícola dotada de tecnologia: a da agropecuária de ponta, que atualmente alimenta a agroindústria e o agronegócio baseados na produção de grãos. Como ressalta Inocêncio (2010), em relação a propagação de meios tecnológicos pelo campo agrícola a EMBRAPA desempenhou papel relevante e em consorciação com capitais estrangeiros, principalmente japoneses, alavancou na produção de novos sistemas de cultivos destinados a modernizar o campo brasileiro e a dinamizar o seu modo de produzir.

De acordo com Vidal e Souza (2015), a partir dos anos 1930, na era Vargas (1930-1945), durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), com o projeto de uma união civilizadora e nacionalizante para o Brasil e, pressionado pelas novas necessidades da economia mundial,

fundou-se uma política estatal conhecida como “Marcha para o Oeste”. Um período que, segundo Maia (2012), acarretou em uma nova fase do processo de desbravamento e colonização do Brasil Central, localidade que, até então, segundo o autor, não havia nem mesmo um consenso exato sobre seus limites e suas potencialidades.

Ainda sobre o período do Estado Novo, Moraes (2008, p.129), aponta que:

O Estado Novo representou um período de grande modernização do aparelho de Estado Brasileiro, com a criação de vários órgãos que poderiam ser definidos como gestores de políticas territoriais. A ideia de planejamento estatal começou a ser incorporada pelo governo federal, o que afirmou, de uma nova forma, a demanda pelo conhecimento geográfico do país e o levantamento de informações sobre seus diferentes lugares. Ocupar o território era novamente o mote da atuação governamental, sendo tal objetivo claramente explicitado pelos ideólogos da era Vargas. Essa meta impulsionou, não apenas programas de colonização e de valorização material do espaço brasileiro, mas também todo um esforço de elaboração teórica estatal acerca do território.

Dessa forma Dutra e Silva (2017, p.55), esclarece que o conceito de Oeste foi uma invenção do Estado Novo para delimitar o espaço territorial de toda uma região que antes era conhecida como sertão, um espaço longínquo à “civilização”. Segundo o autor, em substituição a esta visão, o governo trabalhou com o discurso carismático do próprio Getúlio Vargas e obras literárias do autor Cassiano Ricardo, retratando-o como um espaço de esperança, prosperidade e oportunidades na construção do país.

O trecho a seguir, proferido por Getúlio Vargas, em 9 de outubro de 1940, no Ideal Club de Manaus, mostra um exemplo de como a Marcha era pensada no povoamento da Amazônia, apontando-a como área a ser ocupada:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contacto apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante, para consumo doméstico. Já não podem constituir, por si sós, esses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (Vargas, 1942, p. 260).

Maia (2012) afirma que a Marcha para o Oeste<sup>9</sup> foi um projeto que visou povoar e desenvolver o interior do Brasil, uma área muito diferente do litoral em termos de desenvolvimento humano e econômico. Para alcançar uma maior integração nacional, o potencial natural e humano do sertão não poderia mais ser desperdiçado, entendido como uma garantia da prosperidade do país.

Por sua vez, Dutra e Silva (2017, p.55), caracteriza a Marcha para Oeste como um “programa do governo federal para migração e colonização do Oeste brasileiro, com políticas de doação de terras, pacificação indígena, implementação de colônias agrícolas nacionais, entre outras medidas”.

Maia (2012), ainda acresce que a Marcha demandou inúmeras práticas estatais e recursos simbólicos, podendo ser entendida a partir de um longo processo de investimentos estatais no território brasileiro no período republicano. As ações do governo incluíram a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior, com o objetivo de integrar e fortalecer o país sob uma visão unificada. Também foi marcada pela intensa discussão sobre a redivisão territorial do país, assunto debatido durante todo período republicano.

Ainda segundo Maia (2012, p.59), outro impulso decisivo para a Marcha para o Oeste foram os Acordos de Washington<sup>10</sup>, assinados em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, por demandar trabalhadores nordestinos para o cultivo da borracha na Amazônia, matéria-prima fomentada durante esse período, uma vez que os Estados Unidos já não contavam mais com o produto do sudeste asiático. Tais acordos firmaram as trocas comerciais entre Brasil e Estados Unidos, que compariam toda produção de borracha nos cinco anos seguintes e subsidiariam a industrialização do país.

Segundo Costa e Steinke (2014), o Estado Novo, com a “Marcha para o Oeste”, consagrou o discurso favorável à integração territorial econômica e cultural de dois Brasis (do litoral - de predominância urbana e do interior - predominantemente rural). Política conservadora, modernização territorial, uma intelectualidade nascente e uma gama de novos eventos como a urbanização, a revisão da vocação econômica brasileira, a industrialização, os regionalismos, a brasilidade, o nacionalismo, dentre outros, mesclaram-se, na primeira parte do século XX, para justificar a crença na comunhão entre o ideal nacionalista e o desígnio econômico do país (Costa e Steinke, 2014).

---

<sup>9</sup> Projeto político de Getúlio Vargas que buscava a interiorização do desenvolvimento a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas, além de uma tentativa de se estabelecer reforma agrária, com a criação de oito Colônias Agrícolas Nacionais.

<sup>10</sup> Após o ataque à Pearl Harbor, houve o bloqueio do fornecimento de borracha asiática aos EUA, o que levou a assinatura do acordo, onde o governo americano passou a financiar a produção de borracha brasileira.

Essa política de interiorização do governo federal contemplava a criação de Colônias Agrícolas<sup>11</sup> nas regiões consideradas mais frágeis do país (Lysita, 1996). Assim foram criadas colônias em Goiás, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Maranhão. Com efeito, os Estados eram incitados a participar desse esforço, ofertando suas terras devolutas a fim de que elas fossem divididas em lotes, que seriam povoados e cultivados por agricultores. Ao governo, cabia orientar a migração para esses locais (Maia, 2012).

Assim, podemos dizer que a principal característica da Marcha para o Oeste era promover a integração tanto econômica quanto populacional, por meio da ação estatal. Portanto, a Marcha para o Oeste materializou o grande esforço governamental para a consecução da manobra de integração do território, via construção de redes logísticas, assentamentos agrários, cidades e estímulos à produção (Mendonça Filho, 2015).

Para Mendonça Filho (2015), o Estado de Goiás ganhou com a chegada dos trilhos, uma vez que a retomada do crescimento econômico foi contagiante e aos poucos atingiu as áreas próximas à ferrovia, mesmo que em níveis e intensidades diferentes. O autor acresce ainda que a construção da rede férrea em Goiás representou mais que apenas uma empreitada no campo da economia, via expansão das áreas produtivas. Significou, a partir da construção de Goiânia na década de 1930, e mais tarde sua ligação ferroviária na década de 1950, a paulatina incorporação das regiões interiores do país via a política da Marcha para o Oeste.

Nesse sentido, segundo Inocêncio (2010, p. 20), o capital estatal esteve presente no Cerrado desde a década de 1930, com a política getulista da Marcha para o Oeste.

Para Inocêncio (2010), Goiânia, capital de Goiás, foi também fruto dessa política expansionista de inserção do Planalto Central do país ao circuito produtivo internacional, via interligação rodoviária e elétrica, o que foi importante para o alargamento das fronteiras de produção do país.

No entanto, sabe-se que a Marcha para o Oeste foi interrompida pelos desdobramentos da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, na qual todo o orçamento do país foi direcionado para isso, e em função desse direcionamento a Marcha perdeu os recursos necessários a sua efetivação.

---

<sup>11</sup> Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, expedido pelo gabinete da Presidência da República na época; que dispôs sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais, as quais foram destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelaram aptidão para os trabalhos agrícolas e atribuídas a engenheiros agrônomos de reconhecida capacidade profissional a administração das Colônias Agrícolas Nacionais.

### 1.3. Breves apontamentos da história do IBGE e a origem da Fundação Brasil Central

Conforme abordado anteriormente, as ideias relacionadas ao Brasil Central eram ligadas aos olhares do território a partir do litoral, a região supostamente mais industrializada, urbanizada e desenvolvida do país. Já o interior, no discurso das elites, era visto como um vazio, lugar de atraso e de subdesenvolvimento (Maia, 2012).

No entanto, é importante deixar claro que não concordamos com esta hipótese, pois, ao nosso olhar o Brasil Central, bem como o restante do país é território indígena, fruto de invasão desde seus primórdios.

No início do século XX, a necessidade de coletar informações precisas sobre o Brasil se tornou cada vez mais evidente. Conforme Abrantes e Leite (2018), até os anos de 1930, o principal agente de reconhecimento do território brasileiro era o Exército. O início da Era Vargas foi marcado por mudanças na percepção do governo federal sobre qual órgão iria ter o papel de explorar as características físicas, humanas e econômicas do território nacional para fins de planejamento. Essa tarefa ficou a cargo do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia que, juntos, renomeados, se tornariam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A fundação do IBGE ocorreu durante o governo Vargas, pelo Decreto-Lei nº 218, o IBGE foi fundado em janeiro de 1938. Porém, sua estrutura é resultado da junção de dois órgãos já existentes: o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia com o Serviço Nacional de Recenseamento (Almeida, 2000). A instituição teve a missão de fornecer ao país informações relevantes sobre a geografia, economia, população, indústria, agricultura e outras áreas. Seu objetivo era apresentar subsídios para o planejamento econômico, social e político, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. O primeiro presidente do Instituto foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas, que desempenhou papel fundamental em sua estruturação e na definição de suas diretrizes<sup>12</sup>.

Como ressalta Aranha (2017, p. 51), o Instituto Nacional de Estatística, foi estabelecido antes do Estado Novo, em 1934, e já nasceu atrelado às necessidades do governo federal; tinha por objetivo a centralização de informações estatísticas sobre o país, de modo que se constituísse em um órgão de coleta de conhecimentos estratégicos para os planos governamentais. Começando a funcionar efetivamente em maio de 1936.

No que concerne ao Conselho Brasileiro de Geografia, de acordo com Aranha (2017), a

---

<sup>12</sup> Ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/33495-em-150-anos-conheca-a-historia-que-o-censo-conta>

primeira ideia para a fundação de um órgão dedicado à geografia brasileira começou a se desenvolver no início da década de 1930, quando professores e geógrafos brasileiros desejavam uma entidade que os representasse na desejada filiação à União Geográfica Internacional.

Desta forma amadureceu-se, entre os próprios brasileiros, mas também entre os professores franceses, a ideia da fundação de um órgão voltado aos problemas da Geografia no Brasil. A primeira tentativa de criação do “Comité” mencionado pelo professor De Martonne ocorreu no interior da Academia Brasileira de Ciências, como uma modesta entidade privada financiada por seus membros. Contudo, houveram muitas dificuldades para levantar os recursos necessários e contratar técnicos e pessoal encarregado para o início dos trabalhos, o que levou seus membros a demandarem ajuda do governo. Assim, no fim do ano de 1934, a Academia solicitou oficialmente suporte do Ministério da Agricultura, alegando que os serviços geográficos executados por tal instituição serviria de fundamento para as ações desse próprio ministério. (Aranha, 2017, p. 52).

A fundação do IBGE teve como atribuição a produção de informações sobre o povo e o território brasileiro (Abrantes, 2010). Nesse sentido, sua criação foi um marco importante no desenvolvimento do país, pois trouxe consigo a estruturação de um órgão dedicado a coletar, sistematizar e difundir dados geográficos e estatísticos confiáveis.

Uma de suas primeiras atividades foi a realização do Censo Demográfico de 1940, operação que envolveu a coleta de informações sobre população, habitações e atividades econômicas no território brasileiro. Ao longo dos anos, o IBGE expandiu suas atividades incluindo levantamentos em áreas como agricultura, indústria, comércio, educação, saúde, meio ambiente. O instituto também é responsável pela produção de mapas e informações geográficas do Brasil, contribuindo para o conhecimento sobre o território nacional e seu uso sustentável. Além disso, suas estatísticas são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas do país, pois auxiliam no planejamento de políticas públicas, investimentos e no monitoramento de indicadores sociais<sup>13</sup>.

O IBGE surgiu animado por um ideário fortemente ruralista, que via na ocupação do interior brasileiro e na dinamização da vida municipal uma chave para o fortalecimento da nação. Maia (2012, p.44) destaca que:

Seu trabalho inscreve-se como um dos mais importantes momentos do processo de investimento estatal sobre o território no período republicano, não apenas pela geração de informações padronizadas sobre o país, como também pelo poder de organizar discursos oficiais sobre o Brasil e sua construção geográfica.

---

<sup>13</sup> Ver: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/panorama-introdutorio>.

Já na leitura de Moraes (2012), o autor reassalta que o IBGE teve um papel decisivo de informação e dominação do espaço. Seus primeiros anos foram absorvidos por diversas demandas político-administrativas, geodésicas, cartográficas e geográficas.

Assim, podemos considerar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) surgiu como uma resposta à demanda por informações precisas sobre o país. Sua fundação representou um passo importante para o planejamento estratégico e o desenvolvimento do país. Desde então, tem desempenhado um papel vital na coleta de informações demográficas, bem como na elaboração de estatísticas que servem de base para a tomada de decisões e para a compreensão da sociedade brasileira.

Na obra *“As Expedições Geográficas do IBGE”*, Abrantes e Leite (2018) explicam as expedições geográficas realizadas pelo órgão. Entre 1941 e 1968, período coberto pelos dados do acervo fotográfico dos trabalhos de campo do IBGE, foram realizadas 101 expedições na área da Geografia, sendo 38 nos anos de 1940; 24 entre 1950 e 1955; 15 entre 1956 e 1959; e 24 entre 1960 e 1968. A maioria delas resultou em artigos e livros escritos por seus participantes, sobretudo na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico.

As expedições geográficas empreendidas pelo IBGE, nos primeiros anos da década de 1940, em função da demanda governamental para o estudo dos processos de ocupação do território, via mecanismos de colonização e da divisão do Brasil em grandes regiões, possibilitaram a construção de um acervo de conhecimento geográfico (Abrantes e Leite, 2018).

A expedição ao sul de Goiás, supervisionada por Leo Waibel, teve como objetivo desenvolver estudos sobre colonização, conhecimento da vegetação original e sua transformação pela atividade humana (Abrantes e Leite, 2018). Goiás desempenhou um papel decisivo na “Marcha para o Oeste” e no futuro do país, e Anápolis foi a base da zona pioneira do sul de Goiás.

Segundo Abrantes e Leite (2008), em artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia, Waibel (1958) apontou que, pelo próprio objetivo da expedição, as observações deveriam ser feitas no interior do país. Assim, optou-se por Goiás, onde a linha férrea adentrava mais para o interior. A expedição mostra ainda o povoamento pelos garimpeiros e exploradores de jazidas de minérios e a mudança ocorrida com a aproximação da linha férrea que vinha do triângulo mineiro. Ademais, faz algumas considerações sobre Anápolis, “novo centro comercial de Goiás”; Jaraguá, antigo centro de mineração e Uruana, cuja a população rural vivia em dois municípios diferentes (Abrantes e Leite, 2018).

Abrantes e Leite (2018), descreveram a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG),

onde cerca de oito mil pessoas se dedicavam à agricultura. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás desempenhou um papel crucial na história do desenvolvimento agropecuário e na ocupação do centro-oeste do Brasil. Criada<sup>14</sup> em 1941, a CANG foi projetada como uma resposta à necessidade de promover a colonização da região de Goiás e estimular a produção em áreas de fronteira. A inspiração por trás de sua criação está enraizada em fatores como a política de interiorização do país, promovida pela Marcha para o Oeste, o desejo de expansão da produção e a necessidade de integrar áreas isoladas ao restante do território. Criada para incentivar a ocupação e a produção agrícola na região, o encarregado por implantar a CANG foi o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão.

Em artigo publicado na revista *Sociedade e Cultura*, Dutra e Silva (2002), debate o processo de ocupação e construção da CANG, no período de 1941 a 1959, refletindo sobre a ocupação do espaço e sua relação com as representações sociais e a construção do cenário cultural regional. Segundo o autor, a colônia agrícola surgiu no contexto histórico da urbanização<sup>15</sup> da região do Mato Grosso de Goiás, com o surgimento de vários núcleos urbanos circundados de áreas agrícolas. Ela é compreendida como tentativa oficial de ocupação, de políticas públicas do seu tempo, quando estava em jogo a necessidade de criação de zonas agrícolas produtoras e que deveriam abastecer as regiões industrializadas do país. O discurso da industrialização, sobretudo no estado de São Paulo, foi influenciado pela criação de zonas periféricas fornecedoras e abastecedoras de matéria-prima para as zonas industriais. O autor relata que a colônia agrícola oferecia terras a preços acessíveis para os interessados em se estabelecerem na região, além de fornecer suporte logístico, assistência técnica e infraestrutura básica para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Nas palavras de Estevam (1997, p. 90), a CANG foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal. O projeto contou com o apoio do governo estadual que influenciou na escolha do local de sua implantação, em terreno fértil, ao norte de Goiânia, porém inexplorado, onde a densidade populacional já era relativamente elevada em lugares próximos.

Assim, ao longo dos anos, a CANG teve um significativo impacto na ocupação e desenvolvimento do Estado de Goiás e de toda a região do Brasil Central, ao atrair pessoas de

---

<sup>14</sup> Decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941, emitido pelo Presidente da República. Criou a Colônia Agrícola Nacional de Goiaz, no Município de Goiaz, Estado de Goiaz, em terras doadas à União pelo Governo do mesmo Estado. As terras da Colônia referida no artigo ficam compreendidas dentro dos seguintes limites: rio das Almas, São Patrício, Carretão, divisor de águas dos rios Areias e Ponte Alta, rio Verde até a confluência com o rio das Almas.

<sup>15</sup> “Nos anos de 1940, as marcas do tempo novo da fronteira surgiam no projeto das colônias agrícolas federais. Goiás era incluído nesse projeto, por meio da CANG, que representou mudanças profundas no desenvolvimento do estado, sobretudo no processo de urbanização da região da Mata do São Patrício. Região que compreende Ceres, Jaraguá e outras cidades da região centro-norte do estado de Goiás”. (Dutra e Silva, 2002, p. 66)

diferentes partes lugares do país, mineiros, "nortistas" e do próprio interior de Goiás. Na verdade, pessoas sem recursos, que marchavam em busca da terra e de oportunidades na agricultura (Estevam, 1997).

Entretanto, é importante reconhecer que a história da CANG também está associada a desafios e controvérsias. A expansão agrícola muitas vezes levou ao desmatamento e à exploração intensiva dos recursos naturais, levantando preocupações sobre o impacto ambiental e a sustentabilidade dessas práticas. Seu legado inclui tanto realizações positivas quanto desafios, e seu impacto na formação econômica e social da região continua a ser estudado.

Dois anos após a implantação da Colônia Agrícola de Goiás houve, no recém criado território de Ponta-Porã, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, considerada a gênese do desenvolvimento e progresso do município de Dourados. Implantada como parte da Marcha para o Oeste, e também como estratégia geopolítica para proteger as fronteiras com o Paraguai<sup>16</sup>.

A CAND, situada no atual Estado de Mato Grosso do Sul, fundada<sup>17</sup> em 1943, foi concebida como parte de um projeto mais amplo de incentivo à colonização e ocupação de áreas fronteiriças. Seu principal era oferecer condições favoráveis para o estabelecimento de pequenos agricultores, proporcionando-lhes acesso à terra, assistência técnica e infraestrutura básica.

A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados ajudou a impulsionar o desenvolvimento econômico, demográfico e cultural de Dourados. Municípios como Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis e Douradina fizeram parte da Cand. Dentre estas cidades, Fátima do Sul foi a primeira a surgir a partir do núcleo colonizador. Essas e outras cidades tem Dourados como polo na prestação de serviços e contribuem significativamente para a economia da cidade<sup>18</sup>.

Como visto, portanto, Goiânia e as Colônias Agrícolas foram fruto da Marcha para o Oeste. Como afirma Lysita (1996) a partir dos anos quarenta, porém, começaram a se articular também as colônias privadas. Estas, porém, com objetivos bem distintos daqueles da CANG.

---

<sup>16</sup> Ver em: <https://www.progresso.com.br/cultura/colonia-agricola-nacional-de-dourados-completa-78-anos-de-fundacao/385272/>

<sup>17</sup> Decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, emitido pelo Presidente da República. Criou a a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

<sup>18</sup> Decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, emitido pelo Presidente da República. Criou a a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Sua intenção era criar uma lógica de produção mecanizada em larga escala. Foi assim que, segundo o autor, já no início da década de 50, depois de cumprir um papel primordial na ocupação das terras goianas, a experiência da CANG, abandonada pelo governo, não pode concorrer ao crescimento da agricultura mecanizada da grande propriedade latifundiária. Fazendo assim, com que a política de colonização iniciada entrasse em um período de franco declínio.

Entretanto, é importante lembrar que, conforme relata Estevam (1997, p.93), a implantação da colônia agrícola de Goiás foi em partes bem-sucedida posto que o regime de pequena propriedade, ainda que temporariamente, resistiu e parcela dos imigrantes permaneceu na área. Para o autor, a experiência "frustrada" da CANG não advém de incapacidade administrativa do governo federal, tampouco de incapacidade do trabalhador pobre em levar adiante um projeto de colonização, decorreu eminentemente da ausência de distribuição de crédito aos pequenos produtores, da grande distância dos centros consumidores e da égide do capital mercantil em Goiás propulsionado pela integração do comércio nacional. Um outro evento significativo, considerado a "ponta de lança" da expansão do Estado brasileiro em direção ao Brasil Central foi a Expedição<sup>19</sup> Roncador-Xingú, relatada por autores como Maia (2012), Maciel (2007), Roysen (2015) e Villas Bôas (1994).

Sua história iniciou-se saindo de São Paulo, aos 7 agosto de 1943, quando cerca de 50 homens seguiram rumo à Uberlândia-MG, conhecida na época como "boca do sertão". De lá, seguiram para o interior de Goiás e do Mato Grosso, para atingir Barra Goiana, com o objetivo de desbravar os vazios demográficos do interior, estabelecendo vias de comunicação com a Amazônia e o Centro-Oeste (Maia, 2012, p.14). Movidos pelas ações do Estado Novo, mapear, povoar e ocupar essas regiões era uma das metas do governo Vargas.

Sobre a relação entre Estado e espaço no Brasil, na interpretação de Maia (2012, p. 40):

O advento do Estado Novo representou um significativo adensamento do investimento estatal e burocrático no território. O discurso da Marcha para o Oeste foi apenas o registro simbólico mais conhecido de um processo que incluiu projetos de reorganização dos limites regionais, criação de novas agências para regulamentar a imigração e povoamento e intensificação das experiências com colônias agrícolas.

Para o autor, a expedição inscreveu-se, então, em um contexto histórico marcado por uma forte expansão do poder estatal sobre o território brasileiro. A criação da expedição ocorreu

---

<sup>19</sup> Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, expedida pelo gabinete do Coordenador da Mobilização Econômica da Presidência da República. O objetivo era possibilitar a implantação de núcleos populacionais em pontos demarcados como estrategicamente ideais na integração do território nacional.

no âmbito da Comissão Estatal de Mobilização Econômica (CME)<sup>20</sup>, com as seguintes metas: partir de Leopoldina, Goiás para Santarém, Pará, procurar o ponto mais favorável no rio das Mortes e fundar um estabelecimento de colonização; em seguida, chegar e alcançar o topo da Serra do Roncador e fundar um núcleo de colonização para seguir a expedição; preparar um campo de aviação e iniciar os trabalhos agrícolas e de construção. Na localidade de Barra Goiana, atual Aragarças, foi criada a primeira base da expedição, de onde a vanguarda partia em direção a novas terras (Maia, 2012).

Vale ressaltar que o documento que fundou a expedição mencionava as necessidades de se criar vias de comunicação com o Amazonas e o interior; o interesse nos recursos naturais da região, em especial a mineração; a necessidade de explorar e povoar o maciço central do Brasil na cabeceira do rio Xingú, considerada “uma das mais desconhecidas da terra;” e realizar o programa da Marcha para o Oeste (Maia, 2012). Ao tratar a questão dos interesses mais concretos do Estado brasileiro nessa região, o autor menciona o motivo oficial, a construção de rodovia cortando de norte a sul do país e o motivo “secreto”, a preocupação do governo com a necessidade de interiorizar as instituições de poder, preocupando-se com a segurança da região do interior do país (Maia, 2012, p. 64).

Afirma Maciel (2007) que as equipes da expedição, partindo de Aragarças, alcançaram a serra do Roncador e chegaram aos principais formadores da bacia do rio Xingu, em 1944. Em 1947, após alcançar esse rio, estabeleceram ali um “posto avançado”, constituído de um campo de pouso para aviões e um pequeno conjunto de edificações rústicas. Essa conquista marca o fim da primeira fase, dando início a tentativa de atravessar o chapadão e navegar os rios formadores do rio Xingú (Maia, 2012).

Participaram da expedição Roncador-Xingú, disfarçados de analfabetos para serem aceitos no grupo, três irmãos: Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas, os irmãos Villas Bôas<sup>21</sup>. Nascidos de uma família de militares de São Paulo, deixaram um legado significativo em relação à proteção dos povos indígenas (Villas Bôas, 1994).

Suas trajetórias iniciaram-se quando Orlando e Cláudio alistaram-se no Exército Brasileiro e foram designados para atuar na região Amazônica. Lá, perceberam a riqueza cultural e a diversidade dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que testemunhavam as ameaças crescentes à sua sobrevivência e aos seus territórios, devido à exploração econômica e à expansão das fronteiras agrícolas. Sobre os irmãos Villas Bôas, Roysen (2015, p. 1), relata que:

---

<sup>20</sup> Órgão técnico criado pelo governo para assessorar a condução política em várias áreas (IPEA).

<sup>21</sup> A história dos irmãos Villas Bôas e da “Marcha para o Oeste” foi retratada no filme brasileiro “Xingu”, de 2011, dirigido por Cao Hamburger.

Orlando Villas Bôas (1914-2002) e Cláudio Villas Bôas (1916-1998), juntamente com o seu irmão caçula, Leonardo Villas Bôas (1918-1961), eram jovens de classe média de São Paulo quando resolveram se juntar à Expedição Roncador-Xingu, em 1943. Essa expedição tinha como objetivo desbravar a região localizada entre o rio Araguaia e o rio Tapajós, passando pela região do rio das Mortes e da Serra do Roncador, no estado de Mato Grosso. Coordenada pela Fundação Brasil Central (FBC), uma das metas da expedição era instalar campos de pouso e bases radiotelegráficas, de forma a integrar essas regiões “vazias” ao resto do país. Os irmãos Villas Bôas tornaram-se líderes da expedição e acabaram passando mais de 30 anos na região do Xingu.

Na marcha das equipes de vanguarda, numerosos grupos indígenas foram encontrados, alguns mais arredios, outros menos (Villas Bôas, 1994). Grupos diversos, então denominados sertanistas, ocuparam-se da tarefa de “pacificação”. Contudo, a equipe formada por Orlando, Cláudio e Leonardo obteve sucesso e então os irmãos tornaram-se defensores dos indígenas. Com enorme poder de afinidade com os habitantes da floresta, os três viraram referência nas relações com os povos indígenas. Além de dedicarem o restante de suas vidas à causa dos povos indígenas, lideraram, com o auxílio de outros brasileiros, ilustres e anônimos, a luta que resultaria na campanha para a construção da Reserva do Alto Xingu, que culminou na criação do Parque Nacional do Xingu (Maciel, 2007).

O Oeste era compreendido como um local de limites territoriais indefinidos e foi tomado como um espaço que necessitava de organização estratégica por meio da racionalização da ação estatal (Maia, 2012). Para o autor, o Brasil Central foi visto como o “outro” dentro do Estado Nação, um território que precisava ser incluído no projeto civilizatório de maneira a eliminar a imagem adquirida por meio dos relatos de viagens que foram produzidos acerca da região desde o século XIX, que contribuíram para “projetar um retrato negativo da região, tida como espaço marcado pela insalubridade, doença e pobreza”.

Portanto, os irmãos Villas Bôas foram figuras notáveis na história do Brasil por seus trabalhos em prol da causa indígena e da preservação da Amazônia. Com a atuação conjunta dos irmãos, seu legado ganhou visibilidade. A defesa dos direitos dos povos indígenas renderam-lhes reconhecimento nacional e internacional. Eles receberam diversos prêmios e honrarias, o que contribuiu na criação de consciência coletiva sobre a importância de respeitar e preservar a riqueza cultural e ambiental do país.

Consideramos que o trabalho dos irmãos Villas Bôas também foi fundamental para chamar a atenção para a importância da preservação ambiental na Amazônia. Suas ações e visão influenciaram a criação de políticas de conservação e de desenvolvimento sustentável na região. Suas atividades voltaram-se à defesa dos povos indígenas e à preservação da Amazônia. Sob a

liderança do Marechal Cândido Rondon, iniciaram contatos pacíficos com tribos isoladas e trabalharam para garantir a demarcação de terras indígenas, contribuindo para a criação do Parque Nacional do Xingu.

A Fundação Brasil Central (FBC)<sup>22</sup>, instituição vinculada à Presidência da República e criada pelo governo Vargas em 1943, passou a incorporar a Expedição Roncador-Xingú, dirigiu e administrou a colonização do Brasil Central. Seu objetivo era implantar núcleos populacionais, integrando assim, o território nacional. João Alberto Lins de Barros, Ministro Coordenador da Mobilização Econômica (ministério criado após a Segunda Guerra Mundial), foi nomeado como presidente da fundação por Vargas (Maciel 2007).

Estabelecida após o início da expedição, a fundação realizou importantes trabalhos nos estados de Goiás e Mato Grosso, incluindo projetos de colonização agrícola, criação de vias e frentes pioneiras, operações de assentamento em áreas de fronteira e ampla pesquisa em prospecção mineral, além de serviços de exploração madeireira, principalmente na região do médio Tocantins e baixo Araguaia, no Estado do Pará e em terras cortadas pela Estrada de Ferro Tocantins (Maciel, 2011).

Para Maia (2012, p. 15), sua história é um capítulo crucial da relação do Estado brasileiro como espaço da nação:

A FBC criaria cidades (Aragarças e Xavantina), construiria campos de pouso, organizaria viagens de cientistas naturais e antropólogos, contrataria pela primeira vez grupos indígenas nas regiões de Mato Grosso e falharia espetacularmente ao tentar controlar usinas de cana e ferrovias. Sua história foi um capítulo crucial da relação do Estado brasileiro com o espaço da nação.

Essa relação foi marcada por grandes projetos de desenvolvimento, cidades planejadas, disputas de terras, migrações forçadas de homens e alguns feitos impressionantes, como a nova capital brasileira (Maia, 2012).

Para Maciel (2007), a fundação construiu as cidades de Aragarças, em Goiás, às margens do Rio Araguaia, nas imediações da Serra do Roncador, no Mato Grosso, onde se instalou sua mais importante base de atuação. Sucederam outras cidades como Nova Xavantina, no Mato Grosso, servindo de base de apoio a penetrações pela rota Araguaia- Xingu, além de Cachimbo e Jacareacangá, no Pará (Maciel, 2011).

---

<sup>22</sup> Decreto nº 5.878 de 4 de outubro de 1943, instituído pelo gabinete do coordenador de Mobilização Econômica da Presidência da República; e que autorizou o Governo Federal a instituir, com patrimônio próprio, a “Fundação Brasil Central”, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingú e no Brasil Central e Ocidental.

Maia (2012, p. 142) critica o imaginário de um Brasil Central e afirma que há três aspectos cruciais e comuns para compreensão das práticas estatais realizadas pelos trabalhos da Fundação Brasil Central: a) a ausência de definição precisa do território do que seria o Brasil Central como região; b) a consolidação de um olhar geopolítico e colonial para o próprio espaço interno do país; e c) a narrativa dos desbravadores incorpora uma estética de aventura, assemelhando-se a um “neobandeirantismo”. Maia (2012, p. 156) explica como o Brasil Central se tornou objeto de imaginação geopolítica:

Desde o início de suas atividades, seus principais agentes mobilizavam o repertório cultural disponível para transformar a região numa espécie de colônia interna do Estado brasileiro, destacando sempre a necessidade de integrar esse território à lógica de desenvolvimento nacional.

Essas características eram utilizadas como justificativa ideológica para o Estado reorganizar o território. O autor mostrou dois tipos de intelectuais que trabalham com a ideia de Brasil Central, o sertanista, aquele que faz uma crítica do imaginário sobre o território brasileiro e aquele que trabalha no sentido ideológico do termo, que produz uma Geografia relacionada ao Estado e que justifica essa ideia das ações que o Estado resolve por em prática para essa porção do território nacional (Maia, 2012). Para o pesquisador, se tratavam de linguagens específicas que conferiam existência e concretude ao que se acreditava ser o Brasil Central.

Em março de 1948, o Conselho Diretor da Fundação Brasil Central deu por finalizada a missão da Expedição Roncador-Xingu (Maciel, 2007). Por meio da expedição, núcleos de povoamento foram criados e, posteriormente, se transformaram em cidades como Aragarças e Xavantina, campos de pouso foram construídos, rios desbravados e vários núcleos de povoamento foram fixados. A partir da expedição, também ocorreu o primeiro contato com os indígenas do Alto Xingú e lugares até então desconhecidos passaram a fazer parte do interesse governamental da época.

A Fundação Brasil Central foi, portanto, uma instituição importante na esfera socioeconômica do Brasil, que participou do desenvolvimento e avanço da região central do país, que hoje abarca os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, a região do Triângulo Mineiro e Tocantins. A FBC desempenhou um papel crucial ao abranger áreas-chave para a pesquisa, como o desenvolvimento regional e a cultura. Seu compromisso com a promoção do crescimento foi um exemplo de como as instituições impactam as comunidades locais e contribuem para a transformação do país como um todo. A extinção da fundação ocorreu em 1967, com sua incorporação à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste,

Sudeco, extinta no início da década de 1990 (Maia, 2012).

#### 1.4. O processo de formação espacial do planalto central - Brasília

Como se pode perceber, em síntese, o Brasil Central começou a ser ocupado pelos colonizadores com as atividades ligadas a mineração e pecuária durante o período colonial. Todavia, a construção da capital federal, Brasília, na década de 1950, estimulou a interiorização da ocupação do Brasil, fazendo com que o Distrito Federal se tornasse peça chave da articulação territorial nacional.

No esforço de definição do Brasil Central, nos deparamos com a classificação do relevo, proposta por Aroldo de Azevedo, em 1951, que coincide com a formação histórica e geográfica do território nacional.

Figura 1– Unidades de relevo do Brasil



Fonte: Azevedo, 1951.

A classificação geomorfológica clássica do relevo brasileiro, das unidades de relevo do Brasil proposta por Aroldo de Azevedo (1951), veio a se tornar dominante, ganhou forte expressão sociopolítica, principalmente no processo de mudança da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para Brasília (Araújo e Oliveira, 2016, p. 30).

Araújo e Oliveira (2016), ao analisarem a ação da subjetividade por meio de signos e símbolos criados e reproduzidos no Centro-Oeste do Brasil, histórica e politicamente conhecido como o Planalto Central, e suas inter-relações com o território, ressaltam que ali se afere um forte apelo econômico por meio do agronegócio e, ao mesmo tempo, a centralização do poder político em um único ponto da totalidade territorial do país.

Para Lisita (1996), ainda nos anos 1950, outras medidas foram tomadas pelo governo, visando favorecer e até mesmo acelerar o já iniciado processo de ocupação dos “vazios demográficos”, entre as principais, a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília.

A história da construção de Brasília é um capítulo marcante na trajetória do Brasil. A cidade foi planejada para ser a nova capital federal, em substituição ao Rio de Janeiro. A transferência da capital se inseriu no contexto da política nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Costa e Steinke (2014, p.2), compreendem a “construção de Brasília como expressão material e simbólica do poder para o controle e a articulação do território nacional”.

Sua inauguração oficial ocorreu em 21 de de abril de 1960. O projeto de construção da nova capital visava não apenas centralizar o poder político e administrativo, mas também simbolizar um futuro de modernidade e progresso para o Brasil.

Segundo dados do Iphan (2016), o sonho de criação de Brasília e de interiorização da capital começou no século XVIII, quando o governo Português cogitou a sua transferência para o interior do Brasil. Em 1750, o cartógrafo genovês Francisco Tosse Colombina elaborou a chamada Carta de Goiás, sugerindo a mudança da capital para essa região, antes mesmo da transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

Paviani (2007) também ressalta que a história de Brasília é anterior à década de 1950, possuindo registros que remontam ao tempo do Império, quando os Inconfidentes Mineiros pensaram em transferir a Capital para o interior. Em 1891, a primeira constituição republicana estipulava a transferência e assim a questão permaneceu até maio de 1892, quando foi designada, pelo presidente Floriano Peixoto, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e liderada pelo geógrafo, astrônomo e diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro belga Louis Ferdinand Cruls (Iphan, 2016). A comissão de cientistas, conhecida como “Missão Cruls”, foi responsável por explorar, demarcar e desenvolver os primeiros estudos de

uma nova área no Planalto Central destinada a receber o futuro Distrito Federal (Iphan, 2016).

Os cientistas desenvolveram relatórios de geologia, solos e botânica, que foram base para os estudos subsequentes e demarcaram, em 1896, a área conhecida como “Quadrilátero Cruls”, uma área de 14.400 km<sup>2</sup>, localizada no encontro das três principais bacias hidrográficas do Brasil, como o local ideal para receber a futura capital (Iphan, 2016).

Em 1922, na cidade de Planaltina-GO, foi lançada então a pedra fundamental da capital, mantendo viva a intenção de sua transferência do litoral para o interior do país (Iphan, 2016). De acordo com Vesentini (1988), a interiorização da capital federal passou a ser de fato estudada a partir de 1946. De ideia vaga e sem grande importância que havia sido em 1891, a posição mudancista passou a ser, na Constituição de 1946, uma possibilidade concreta e bastante debatida, que levou a inúmeras polêmicas e que, a cada ano, recebia maior divulgação na imprensa. Para o autor, os argumentos dos que defendiam essa posição, via de regra, tinham como uma de suas fontes de inspiração o discurso geopolítico, que foi quem melhor elaborou justificativas para a transferência da capital federal para o “retângulo Cruls”.

Sobre a transferência da capital do país para a área conhecida como “Planalto Central”, Vesentini (1988, p. 320) considera que:

[...] foi, antes de tudo, uma ação contingente, isto é, política, derivada de todo um processo de reordenação estatal ocorrido a partir do redirecionamento, na segunda metade da década de 1950, do projeto de dominação do empresariado industrial consolidado no final da década de 1920, a par do novo patamar atingido pela acumulação do capital e de um acirramento nas lutas sociais.

Ademais, Vesentini (1988), esclarece que a geopolítica é um discurso e uma prática política que visam a instrumentalizar o espaço voltado ao controle social, e a interiorização da cidade-capital foi realmente cogitada nesses parâmetros: uma nova capital onde as ações governamentais, as “grandes decisões políticas”, continuassem sendo características de uma elite; uma medida preventiva para a sustentação da “ordem e tranquilidade”; enfim, uma fortaleza ou local afastado e protegido onde o “príncipe”, compreendido não como uma pessoa, evidentemente, mas como o Governo enquanto instituição, como parte dirigente do Estado, estivesse longe até mesmo fisicamente das camadas populares.

Decorridos trinta anos do lançamento da pedra fundamental, em 1952, o Congresso Nacional promulgou uma lei que determinava a realização de estudos mais conclusivos para a instalação da nova capital, estudos esses que foram concluídos três anos mais tarde, em 1955, no governo Café Filho. Uma vez escolhido o local, foi estabelecida a demarcação da quadrícula do Distrito Federal com o estado de Goiás (Paviani, 2007; Iphan, 2016).

Mineiro de Diamantina, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então candidato à Presidência da República prometeu que, se eleito, obedeceria a constituição e construiria a nova capital (Iphan, 2016).

A cronologia para a transferência se acelerou com a campanha eleitoral de 1955, vencida por Juscelino Kubitschek. Eleito em 1956 ao assumir a presidência, em seu ideário JK estabeleceu aquela que foi colocada como sua “Meta Síntese”, a construção de Brasília e transferência da Capital federal (Paviani, 2007). Juscelino Kubitschek iniciou imediatamente a realização de seu ambicioso Plano de Metas para o desenvolvimento do Brasil (Iphan, 2016). Um plano constituído por 30 metas, que abrangeram desde as áreas de energia e transportes até o setor educacional. Seu slogan principal contemplava o desenvolvimentismo como modelo econômico e o principal lema era fazer desenvolver o Brasil “50 anos em 5”.

Para Costa e Steinke (2014), o Plano de Metas resultou de uma visão universal da economia brasileira de meados do século XX. Identificados os setores de investimento e as metas para cada setor (energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação) o Plano fixou a cada meta um objetivo e obteve um alcance.

Tais metas, segundo Costa e Steinke (2014), ratificaram a *ideologia espacial* que afirmou a nação, com a implantação de hidrelétricas, estradas, siderúrgicas, refinarias, estaleiros navais, açudes, grandes e diversificadas indústrias – automobilística, de construção naval, de material pesado, de autopeças e outras. Cada meta deveria atender a nova realidade a ser criada pelo deslocamento do eixo político administrativo do país para o Planalto Central.

Juscelino Kubitschek focou, de fato, no binômio energia e transporte (Costa e Steinke, 2014). O programa de industrialização e modernização do governo Juscelino Kubitschek do qual Brasília fazia parte, incluía o desenvolvimento do interior do país e a implantação de eixos rodoviários integrando as regiões norte e sudeste/sul do Brasil (Iphan, 2016).

Paviani (2007) conta que para a obra inicial, foi organizado um concurso internacional para a escolha do plano de cidade. Com 26 concorrentes, o urbanista Lúcio Costa venceu a competição, criando o conhecido Plano Piloto para Brasília, com setores bem definidos para as funções da cidade. Este relatório de planejamento foi aprovado em 15 de março de 1957. As obras de infraestrutura começaram, segundo Ernesto Silva, então presidente da Novacap, em 2 de outubro de 1956. As prioridades eram o aeroporto, estradas, olarias e serrarias, a compra de materiais básicos, o Catetinho, etc.

O plano arquitetônico foi confiado a Oscar Niemeyer, responsável pelos edifícios governamentais, obras icônicas como o Congresso Nacional, o palácio do Planalto e a Catedral Metropolitana (Paviani, 2007).

De acordo com Paviani (2007), para a construção da nova capital, o governo convocou, com promessas de salário e emprego, trabalhadores de todos os cantos do país. Durante as obras, foram três anos e meio de construção que representaram uma verdadeira epopeia, houve muito suor, sacrifício, lágrimas e mortes. Do ponto de vista geográfico, foi intensa a migração de trabalhadores para trabalhar nos canteiros de obras. Assim, milhares de brasileiros vindos de todos os cantos do país seguiram em direção ao Planalto Central num fluxo migratório sem precedentes (Iphan, 2016).

A ideia inicial era que os operários contratados temporariamente voltassem aos seus lugares de origem. Isso não ocorreu, pois ali as possibilidades de uma vida melhor eram mais concretas, não faltava trabalho e havia muito espaço para ser ocupado (Iphan, 2016).

Sobre esse movimento e, de acordo com Costa e Suzuki (2012, p. 9) Brasília, a moderna capital brasileira inaugurada na década de 1960, é síntese recente da história nacional de ambição pelo progresso e pela modernização, em que pouco importou o povo nativo e até mesmo seus construtores (nortistas e nordestinos) nesse empreendimento geopolítico de integração territorial. Tais trabalhadores de diversas partes do país que se deslocaram para o Planalto Central para trabalhar ficaram conhecidos como “candangos”. É fato que esses migrantes enfrentaram inúmeros desafios sociais, como a falta de infraestrutura e habitação adequada, por exemplo.

Antes mesmo da sua inauguração, Brasília constituía-se em um grande aglomerado, um gigantesco canteiro de obras que possuía cerca de 130 mil pessoas, metade delas morando em acampamentos ou invasões e trabalhando na construção civil (Iphan, 2016).

Como visto, ao contrário do que erroneamente se esperava, o retorno dos migrantes às suas origens não aconteceu, nem seu redimensionamento para outros empreendimentos que surgiram a partir da inauguração da nova capital brasileira (Iphan, 2016). Em decorrência disso, logo em seus primeiros anos de existência, a realidade de Brasília tornou-se bem diferente da imaginada por seus idealizadores, com os migrantes que trabalharam em sua construção habitando ocupações irregulares.

Consequência direta da inauguração de Brasília, houve um deslocamento da fronteira humana e econômica para o Brasil Central. A rodovia Belém-Brasília, por sua vez, facilitou ainda mais a vinda de migrantes dos estados limítrofes, bem como o afluxo de pecuaristas e de grupos industriais nacionais e estrangeiros na validação das terras como possível reserva de valor (Lisita, 1996).

Segundo Lisita (1996), a convergência desses dois fatores criou, portanto, condições para o surgimento de fluxos migratórios em direção ao Centro-Oeste, contribuindo

enormemente para atacar frontalmente um dos maiores problemas vividos em quase dois séculos: o isolamento.

Conforme aponta Vesentini (1988, p. 321):

Brasília, construída no local tido como “centro geopolítico” do país, representou um afastamento territorial do *locus* das decisões político-institucionais, a nível federal, que foi retirado daquela que era então a maior metrópole brasileira e fixado numa área interiorana e relativamente despovoada (mesmo que ideologicamente isso tenha parecido como “busca dos fundamentos da nacionalidade” ou “fuga da herança colonial”); e representou igualmente a implantação a um nível local da ordem territorial extrema do sistema industrial, com a divisão hierárquica e funcional dos espaços, o enaltecimento da máquina e a vigência de uma rigorosa programação.

A esse respeito, Costa e Steinke (2014, p. 12), ao debaterem Brasília enquanto “meta-síntese da convergência entre o ideal nacionalista e o desígnio econômico do Brasil”, enfatizam que:

A construção de Brasília, no centro do território brasileiro, conduziu a unificação e a coordenação do mercado nacional associado ao capital estrangeiro, sob o comando econômico de São Paulo. Reforça-se a especialização produtiva do território pautada nos potenciais das diferentes regiões políticas do país. O Centro-Oeste foi redefinido, economicamente, pela mobilidade industrial de São Paulo e com a construção de Brasília (conexão entre área de produção, mercado consumidor e fornecedor de produtos primários e agropecuários). O Norte, com a abertura da Belém-Brasília, atendia ao mercado do centro-sul por meio das atividades primárias extrativas. O Nordeste, gestado pelos industriais do Sudeste, especializou-se na oferta de produtos minerais e no setor agrícola. Ao Sul coube a especialização na indústria de bens de consumo, na agricultura e na pecuária intensiva.

Como visto, portanto, a fundação de Brasília e a abertura de novas rodovias ligando a nova capital ao restante do país provocaram grandes mudanças nos fluxos de migrantes e na urbanização brasileira. Conforme argumentam Costa e Steinke (2014), se, até a década de 1950, o Brasil, examinado do ponto de vista de sua fronteira noroeste, constituía “um mundo à parte”, “existia nos mapas”, “figurava nos compêndios de Geografia”, “mas, na realidade, não passava de uma presença autônoma”, com Brasília, para a integração nacional, fizeram-se os princípios motores da política desenvolvimentista de JK.

Assim, conforme ressaltam Santos e Silveira (2006), a construção de Brasília ocasionou, de forma direta ou indireta, juntamente com a ascensão industrial de São Paulo, a emergência de uma nova arquitetura territorial e de novas centralidades. Pouco a pouco, a capital retirou do Rio de Janeiro a centralidade do poder, das ordens e da natureza pública de regulação territorial e se instalou como uma metrópole política.

Reconhece-se, também, que o maciço investimento do setor público, principalmente nas

esferas federal e estadual, produziu estímulos à formação de uma rede urbana que se configurou de forma dispersa na maior parte do território, porém densa em pontos específicos como Brasília, Goiânia, Campo Grande e Cuiabá. A decisão do Estado em atuar como principal agente estruturador da região intensificou-se principalmente a partir dos anos 1930, com a “Marcha para o Oeste” e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) em 1967, que passou a coordenar as ações e os investimentos públicos destinados ao Centro-Oeste (Moysés e Silva, 2008, p. 202).

Para Inocêncio (2010, p. 20) a presença do capital estatal no Cerrado consolidou-se no Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, na década de 1950, que além de criar o sistema infraestrutural, que suportaria o posterior processo de inserção capitalista do Cerrado ao circuito produtivo internacional, por meio do Plano de Metas, colocou em prática o projeto de transferência da capital federal para o interior do Brasil, o que sustentou o deslocamento da fronteira em direção ao Cerrado.

Assim, a construção de Brasília, a partir da segunda metade dos anos 1950 e consolidada no início da década de 1960, intensificou ainda mais o processo de ocupação da região, na medida em que atraiu um contingente significativo de migrantes. A implantação dessas duas capitais planejadas no Planalto Central possibilitou a formação do “eixo” Goiânia Anápolis-Brasília, que reúne atualmente 33 municípios, constituindo um espaço de grande concentração populacional, com mais de 1/3 da população total do Centro-Oeste. (Moysés e Silva, 2008, p. 203).

Em outros termos, a construção de Brasília permanece como um símbolo que não foi apenas de uma mudança do ponto de vista geográfico, mas a idealização do país por modernização e crescimento. Assim, esse fato não deve ser considerado como algo isolado no tempo e no espaço, a transferência da capital deriva-se de um processo histórico muito mais amplo.

## **CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL**

Ao longo de oito décadas, a Geografia brasileira evoluiu bastante, adaptando-se às mudanças sociais, tecnológicas e ambientais do mundo. De início, o enfoque disciplinar voltava-se a descrição e classificação dos lugares e regiões. No entanto, na medida que a sociedade muda, a Geografia expande suas fronteiras e desenvolve novas abordagens teórico-metodológicas.

Decorridos 79 anos desde a primeira defesa de tese em Geografia no Brasil, ocorrida em 1944, na Universidade de São Paulo<sup>23</sup>, há muito o que se investigar acerca do histórico, da consolidação e da expansão da ciência geográfica a nível nacional.

Os cursos de Pós-Graduação em Geografia atingiram um crescimento notório nos últimos vinte anos, tanto em números de cursos quanto em áreas de concentração. Por isso, a primeira seção deste segundo capítulo trata da história da ciência geográfica no Brasil.

Segue ainda uma análise a respeito da fundação das agências de fomento à pesquisa no Brasil, a CAPES e o CNPq.

Em seguida, o foco passa para a trajetória de evolução da Pós-Graduação em Geografia para o interior do país, passando pela estrutura de ensino superior existente no Brasil Central e pelos critérios de avaliação dos programas pela CAPES.

Para entender o contexto da produção do conhecimento geográfico da Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Uberlândia, dos cursos de Geografia e de seus Programas de Pós-Graduação em Geografia, faz-se necessário compreender a institucionalização acadêmica da Geografia no país, que precedeu a trajetória da Pós-Graduação em Geografia brasileira, por meio de um compêndio geral fundamentado<sup>24</sup> em dados históricos e atuais desse processo.

---

<sup>23</sup> Tese pioneira: a primeira defesa de tese em Geografia no Brasil teve como título: “Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista”, de Maria da Conceição Vicente de Carvalho, em 1944, no Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP, sob orientação de Pierre Monbeig (Christofolletti, 1989/1990).

<sup>24</sup> Fontes de dados pesquisados nos mais recentes relatórios de área da CAPES, em conteúdos eletrônicos e nos sistemas públicos de acesso a informação como a Plataforma Sucupira, Plataforma Lattes e GeoCAPES.

## 2.1 Institucionalização acadêmica da Geografia no Brasil

Nesta seção será debatido o contexto da implantação da ciência geográfica em nosso país. Ponthuska (2009 p.37), chama atenção para o fato de que a Geografia, enquanto ciência da sociedade e da natureza, constitui-se necessária à formação inicial e continuada de professores que tem sob sua responsabilidade classes dos anos iniciais de alfabetização, bem como daqueles professores que atuam em anos mais avançados e trabalham com ela como disciplina escolar. Como Ciência Humana, a Geografia estuda os espaços produzidos pelas sociedades, considerando-os como resultados de movimentos das sociedades, de suas contradições em diferentes períodos históricos e das relações estabelecidas entre sociedade e natureza.

Segundo Schwartzman (2006), na América Latina, o ensino superior no Brasil é uma exceção, tanto pelo seu escopo limitado quanto pela alta qualidade de seus melhores cursos profissionalizantes, escolas de Pós-Graduação e programas de pesquisa. É também especial devido ao surgimento tardio de suas instituições.

Em outros países latinoamericanos as primeiras universidades datam do século XVI ou, no máximo, do século XIX onde, segundo o autor, referiam-se as antigas universidades coloniais católicas. Como é o caso da origem das nacionais: Universidad de Chile, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional Mayor de San Marcos no Peru, Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Universidad de la República no Uruguai, dentre outras. Contudo, as primeiras universidades brasileiras foram criadas somente nas décadas de 1920 e 1930. Em 1920 fundou-se a Universidade<sup>25</sup> do Rio de Janeiro e, em 1934, a Universidade de São Paulo (Schwartzman, 2006).

Entretanto, no Brasil, os primeiros cursos de ensino superior surgiram em 1808, após a chegada da coroa portuguesa. E, antes mesmo da instituição das primeiras universidades, a Geografia foi introduzida como disciplina escolar no ano de 1837, no Colégio Dom Pedro II, RJ. Para Machado (2006, p. 313), o período de 1870 a 1930, que precedeu a intitucionalização da Geografia, “tem merecido somente a menção de um ou outro autor ou de uma ou outra obra nos escritos sobre a trajetória do pensamento geográfico no Brasil”.

Sousa Neto (2002), por sua vez, nos conta de uma história da Geografia brasileira que antecede a década de 1930, citando como exemplo a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,

---

<sup>25</sup> Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920, emitido pelo gabinete da Presidência da República. Instituiu a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro; pela reunião da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e com a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

de 1883 e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que surgiu quase 100 anos antes da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal instituição, fundada no ano de 1838, teve como função principal propiciar a investigação e produção de relatórios científicos sobre as regiões que englobavam a nação, para maior entendimento da complexidade brasileira e produção de identidades nacionais. Segundo o autor, o primeiro Congresso Brasileiro de Geografia ocorreu em 1909, no Rio de Janeiro e produziu um saber geográfico que deve ser considerado. Ou seja, para o autor, “Geografias foram produzidas no país, mesmo que aqui ainda não houvessem geógrafos formados ou instituições geográficas” (Sousa Neto, 2002, p.2).

A esse respeito, Pontuschka (2009), em sua obra *“Para ensinar e aprender Geografia”*, destaca que antes da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, não haviam o bacharel e o licenciado em Geografia. Havia pessoas que, egressas de diferentes faculdades ou escolas normais, lecionavam essa disciplina. Eram professores de Geografia, sobretudo advogados, engenheiros, médicos e seminaristas. Pontuschka (2009, p.46), reforça também que as pesquisas feitas pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, existente desde 1886, foram importantes para a produção geográfica, até 1934. Esse grupo documentou a hidrografia, a geologia, o solo e a vegetação, com registros fotográficos e cartas topográficas que acompanhavam relatórios e artigos. Esse período era chamado de “a pré-história” da Geografia no país, porque não eram formados academicamente na área os primeiros pesquisadores ligados ao espaço, que serviram como referência para a geração inaugural de geógrafos brasileiros.

Acerca da formação de profissionais geógrafos, segundo Moraes (2008), a instalação dos primeiros cursos de graduação em Geografia ocorreu na década de 1930, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP)<sup>26</sup>, em 1934; e da Universidade do Distrito Federal, em 1936, no Rio de Janeiro, depois Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A partir disso, o ensino de Geografia passou a ser realizado em nível superior, inserindo-a como uma disciplina acadêmica, voltada para a formação de pesquisadores. Foi ao longo dessa década que se assistiu ao processo de institucionalização da Geografia brasileira como disciplina acadêmica e como prática estatal.

Schwartzman (2006), ao examinar o caso da Universidade de São Paulo, principal IES

---

<sup>26</sup> Decreto 6.283 de 25 de janeiro de 1934, emitido pelo governo estadual de São Paulo. Criou, com sede na Capital, a Universidade de São Paulo, cujas finalidades foram: promover, pela pesquisa, o progresso da ciência. Transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolveram o espírito, ou sejam úteis à vida. Formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística.

do ponto de vista da pesquisa e de programas de Pós-Graduação, que surgiu muito tempo depois das universidades de países da América Espanhola; aponta que a USP não foi uma universidade nacional, mas uma instituição fundada pela elite política do Estado de São Paulo a região econômica mais rica do Brasil, em competição clara com o governo federal, que na época pretendia estabelecer uma universidade nacional no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil.

Por esta razão Schwartzman (2006, p. 163), aborda que a primeira e mais bem-sucedida universidade daquele período não foi a universidade nacional no Rio de Janeiro, mas sim a Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e explica os motivos:

[...] durante muitas décadas, o Estado de São Paulo foi o mais importante pólo de crescimento econômico do país, primeiro como a principal região de plantio e exportação de café, mais tarde como um dinâmico centro industrial, que tirou proveito das habilidades empreendedoras do grande número de imigrantes europeus e de brasileiros oriundos de outras regiões. As elites paulistas contribuíram para derrubar a Monarquia centralizada que governava o país até o final do século XIX, substituindo-a por uma República descentralizada que redistribuiu o poder entre os maiores estados. Na década de 1930, porém, esses estados não conseguiram impedir um novo impulso centralizador, e, em 1932, São Paulo liderou uma frustrada rebelião armada (que se tornaria conhecida como "Revolução Constitucionalista") contra o governo de Getúlio Vargas. Essa combinação de riqueza e frustração política contribuiu em não pouca medida para explicar as ambições originais da Universidade de São Paulo, e também seus primeiros sucessos.

O autor destaca ainda que a década de 1930 foi, também, um período pautado por intensas controvérsias ideológicas e conflitos políticos que movimentaram a vida política, econômica e cultural do país. Para o autor, neste período parecia que o governo federal colocaria a instituição líder da Universidade do Brasil, a Nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob a orientação da Igreja Católica. A faculdade tornaria-se uma unidade central da universidade: desenvolveria ensino e pesquisa de alto nível nas ciências e humanidades, formaria professores para o ensino secundário e injetaria competências científicas nas antigas faculdades profissionais que foram incorporadas à universidade, quando esta foi fundada. Contudo, por diversos motivos, o acordo com a Igreja não se concretizou e, na década de 1940, a Igreja Católica decidiu criar sua primeira universidade privada, no Rio de Janeiro, a Pontifícia Universidade Católica (Schwartzman, 2006).

A eclosão da Geografia como ciência foi celebrada com o surgimento da institucionalidade, atestada a partir da fundação do ensino universitário no país e do estabelecimento da disciplina Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Para tanto, fora imprescindível a vinda dos geógrafos franceses. Assim, é durante a década de 1930, não antes dela, que é demarcado o surgimento de uma ciência geografia no Brasil (Alencar, 2018, p. 96).

Neste período, enfatizamos a importância europeia na formação dos primeiros

profissionais formados no Brasil. Sobre tal influência no desenvolvimento da Geografia no Brasil, Pontuschka (2009), destaca a influência francesa, justificada pela nacionalidade dos primeiros mestres. Dentre os quais, os nomes mais significativos foram: em São Paulo, Pierre Monbeig (1908-1987), Pierre Deffontaines (1894-1978) e Emmanuel De Martone (1873- 1955), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e, no Rio de Janeiro, François Ruellan (1894-1975) e André Gilbert, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Andrade (1999) salienta que dentre os precursores da moderna geografia brasileira destaca-se a figura de Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), brasileiro, nascido na França, diplomado em Ciências Políticas, retornou ao Brasil e se fixou, foi o introdutor dos métodos de pesquisas geográficas francesas e precursor do interesse pela geografia regional. Delgado de Carvalho voltou-se para o ensino e a metodologia de pesquisa geográfica no Colégio Pedro II, tornando-se o primeiro Geógrafo brasileiro.

Para Pontuschka (2009, p. 47):

Delgado de Carvalho, intelectual formado em universidades europeias e norte americanas, participou dos debates educacionais dos anos 20. Foi diretor do Colégio Pedro II e integrou o grupo executivo que reformulou os programas de ensino no Distrito Federal (Rio de Janeiro), sob a direção de Anísio Teixeira. Delgado de Carvalho produziu obras científicas, didáticas e metodológicas no campo das ciências sociais, participando ativamente do movimento da Escola Nova, que fundamentava as discussões e as reformas de ensino na década de 1930 e nas que se seguiram; A Metodologia do ensino geográfico, publicada em 1925, constituiu o trabalho mais importante da Geografia no Brasil da primeira metade do século XX.

Segundo Bray (2010), dos anos 1930 (início dos cursos superiores na área) até o presente, a corrente de tendência positivista-funcionalista predominou na Geografia brasileira. A introdução da Escola Geográfica Francesa (positivista-funcionalista) no Brasil encontrou no seio filosófico brasileiro, concepções semelhantes, tornando-se uma escola promissora e indo de encontro aos anseios dos homens da ciência, políticos e governantes. O empirismo e o pragmatismo foram expoentes máximos da filosofia brasileira nesta década. A relação entre homem e terra, o confronto desse com a imensa extensão territorial, o interior brasileiro (em grande parte desconhecido) e aliado a isso, os problemas socioeconômicos, e a urbanização crescente eram os objetivos imediatos a serem solucionados. As necessidades de trabalho de campo, a fidelidade com o concreto e o estudo da Geografia das mais diversas áreas do país, tornaram-se os principais objetivos dos geógrafos positivistas-funcionalistas (Bray, 2010).

Pontuschka (2009) considera a importância dada aos estudos regionais, vistos na época,

como a expressão fidedigna da paisagem geográfica. Delgado de Carvalho, por exemplo, propôs que o território brasileiro fosse estudado por meio das regiões naturais. Não poderia haver propostas diferentes diante do contexto de influência francesa sobre a intelectualidade brasileira, nas quais os aspectos físicos eram preponderantes.

Segundo Bray (2010), Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines foram os pioneiros da geografia acadêmica em nosso país. Pierre Deffontaines, veio da França em 1934 e estabeleceu-se no Rio de Janeiro a partir de 1935, em razão de convênio entre França e Brasil para criar estruturas de ensino e pesquisa para a Geografia. Boa parte do arcabouço técnico do futuro Conselho Brasileiro de Geografia foi obra sua, além da criação dos primeiros cursos de graduação, na Universidade de São Paulo, e na Universidade do Distrito Federal (atual UFRJ), além da estruturação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Almeida, 2000).

Quase simultaneamente a criação do curso de Geografia nas universidades, outro marco significativo na consolidação da Geografia foi a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em São Paulo, em 17 de setembro de 1934, mesmo ano da criação dos cursos de Geografia e História na FFCLH, da USP. Fundamental para o avanço da pesquisa científica em Geografia no Brasil, também foi criada por Pierre Deffontaines (Andrade, 1999). Ao lado de Caio Prado Júnior, Luis Flores de Moraes Rego e Rubem Borba de Moraes (Aranha, 2017).

A tese de Aranha (2017, p. 59) conta que os quatro integrantes iniciais se uniram aos alunos da USP, engenheiros e técnicos. Para além da comunidade científica, a Associação possuía muitos vínculos com setores da elite paulista; nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da AGB fica clara a sua conexão com o projeto político-econômico do estado de São Paulo. A Geografia era a pedra fundamental para o conhecimento do território e o desenvolvimento regional, assim a entidade articulava os professores geógrafos a representantes de outras áreas do conhecimento para efetivação desse desenvolvimento.

Assim surgiu a entidade, que até hoje possui importância significativa para todos que produzem o conhecimento geográfico e ensinam Geografia. Até a criação da ANPEGE em 1993, foi a AGB que, no campo profissional, representou no cenário nacional a Geografia brasileira, se pronunciando, inclusive, no que diz respeito aos assuntos relativos à pós-graduação (Silva e Oliveira, 2009).

Na sequência foi criado no Rio de Janeiro, em 1936, o Conselho Nacional de Estatística (CNE). Posteriormente, em 1937, foi criado o Conselho Nacional de Geografia (CNG), órgão governamental que possuía o objetivo de mapear os recursos disponíveis no território e subsidiar intervenções estatais de ordenamento territorial da época. O CNG coletava informações e

elaborava estudos sobre as dinâmicas espaciais do território nacional. A união desses dois conselhos deu origem, no ano seguinte, 1938, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fazendo com que, segundo Moraes (2008), a Geografia como prática estatal se desenvolvesse de forma completa no Rio de Janeiro, absorvendo boa parte do esforço investigativo da pesquisa universitária na área.

O texto de José Veríssimo da Costa Pereira, “*Geografia no Brasil*”, de 1955, é um dos textos clássicos para contar a história da Geografia brasileira, publicado no livro “As ciências no Brasil”, publicado na obra organizada pelo educador Fernando de Azevedo.

Como ressalta Cardoso (2010), Veríssimo examina as diversas iniciativas de brasileiros e de estrangeiros, as narrativas de viajantes e de naturalistas, além do trabalho das “comissões exploratórias” e de instituições, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De acordo com Alencar (2018, p. 95), Pereira (1995) destaca o surgimento da Geografia no Brasil na década de 1930, quando da fundação do Conselho Nacional de Geografia, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil. Antes disto, o autor faz uma longa descrição do que poderíamos chamar de uma pré-institucionalidade ou pré-história da Geografia no Brasil.

Segundo Alencar (2018, p. 95), Pereira (1955) destaca que, até o início do século XX, não existia ainda no país uma atmosfera adequada à construção da Geografia enquanto ciência. A “primeira parte” faz um levantamento do desenvolvimento da Geografia na Europa e no Brasil, a partir do século XVI: o autor afirma que não seria de se esperar que, antes do início do século XIX, houvesse no Brasil uma ciência-geografia, mesmo porque, além de não haver no país condições de receptividade adequada, a própria Europa consolidava ainda um corpo conceitual e metodológico para a ciência Geografia.

Conforme discorreu-se no capítulo I, o IBGE propiciou a sistematização de dados estatísticos que subsidiaram o planejamento governamental brasileiro. Andrade (1999) afirma que, enquanto as universidades proporcionavam a formação de docentes e pesquisadores, o IBGE, como órgão do governo, orientava a padronização de estatísticas nacionais, a elaboração do mapa do Brasil ao milionésimo e tentava a realização de uma política de transformação e de integração do território.

Sendo assim, Andrade (1999) destacou que a Geografia tradicional no Brasil, considerada Geografia científica na década de quarenta, surgiu da necessidade de conhecimento e mapeamento do território nacional, no período posterior à revolução de trinta.

Para Andrade (1999), nesse período foram realizados estudos sobre a divisão regional

do Brasil, de transferência da capital para o Planalto Central, de uma política territorial, com a Marcha para o Oeste e a análise de áreas de colonização do Sul do país.

Segundo Moraes (2000), a década de 1930 marcou a consolidação de uma efetiva estrutura de geração e divulgação do conhecimento geográfico, com a institucionalização da geografia por meio da criação de órgãos específicos dedicados ao ensino e a pesquisa, ou seja, após fundação das primeiras universidades, do CNG, do IBGE e da AGB.

A esse respeito, concordamos com Monteiro (2002), que vai de encontro a Moraes (2000), ao tratar da consolidação da Geografia considerando três caminhos principais para o estabelecimento da disciplina no Brasil: o IBGE, com a Revista Brasileira de Geografia; as teses da Universidade de São Paulo, desde 1944; e as produções da AGB, por meio dos Anais de seus encontros. Para o autor, essas três vias foram o alicerce para a análise do desenvolvimento da Geografia no Brasil: “o vértice público voltado ao planejamento (Fundação do IBGE); o vértice da formação acadêmica (criação das universidades) e o vértice profissional (subsídio da AGB)” (Monteiro, 2002, p. 2).

Com o passar do tempo e devido as constantes crises ocorridas, associadas às grandes crises do capitalismo mundial (guerras mundiais, crise de 29, hegemonia americana, acentuação da urbanização); “o espaço geográfico passou a ser cada vez mais mundializado pelo capitalismo, resultando em uma complexificação na qual as metodologias propostas pelas várias tendências da Geografia Tradicional não mais conseguiam apreender e explicar a nova complexidade” (Pontuschka (2009, p.51).

Como destaca Moraes (2005, p.34),

A crise da Geografia Tradicional, e o movimento de renovação a ela associado, começam a se manifestar já em meados da década de cinquenta e se desenvolvem aceleradamente nos anos posteriores. A década de sessenta encontra as dúvidas e os questionamentos difundidos por vários pontos. A partir de 1970, a Geografia Tradicional está definitivamente enterrada; suas manifestações, dessa data em diante, vão soar como sobrevivências, resquícios de um passado já superado.

Nesse sentido, Andrade (1999) abordou que, com o golpe de 1964, emergiu o estudo das Ciências Sociais, uma tendência quantitativista com grande repercussão na Geografia. Nascia assim a chamada Geografia quantitativa ou teórica, que, para o autor, foi influenciada pela UNESP Rio Claro e na UFRJ, no Rio de Janeiro. Para o autor, os geógrafos teóricos passaram a tecer críticas a Geografia clássica francesa e recorrer ao modelo do pensamento anglo-americano, dando mais atenção aos modelos matemático-estatísticos e desaprovando a realização de trabalhos de campo.

A tese de Lamego (2010) analisou essa fase na história do pensamento geográfico brasileiro na qual emergiu a Geografia quantitativa no Brasil. E destaca que não há controvérsias quanto ao fato de terem sido o IBGE e a UNESP Rio Claro os dois epicentros da geografia quantitativa no Brasil.

Tomando como referência o ano de 1969 como o início da geografia quantitativa no Brasil, Mariana Lamego (2010, p. 64), destaca que esse foi um ano crucial e muito importante para os dois núcleos difusores do pensamento quantitativista na geografia nacional. Pois foi em 1969 o início das reuniões semanais do grupo de professores de Rio Claro, estopim para a criação da Associação de Geografia Teórica (AGETEO). E também o ano que marca o início da “Era Faissol” no IBGE, personagem que é, reconhecidamente, o autor mais representativo da geografia quantitativa, versão *ibgeana*. Para a autora, se 1969 foi “o ano em que se abriu a “caixa-preta” da geografia quantitativa nacional, outro ano de extrema relevância foi 1978. Esse ano não é o final da geografia quantitativa, mas é o ano em que sua “caixa-preta” se fecha” (Lamego, 2010, p. 65).

No entanto, Lamego (2010, p. 70) aponta que há duas diferenças fundamentais entre a geografia quantitativa de Rio Claro e IBGE. A primeira diz respeito aos temas:

Os *rio-clarenses* se concentraram na aplicação das técnicas quantitativas principalmente na geomorfologia e em menor grau na geografia agrária – mas especificamente nas classificações de tipos. Por outro lado, no IBGE as técnicas quantitativas eram usadas em estudos urbanos e estudos de regionalização. Esses eram os principais objetos das pesquisas dos *ibgeanos* nesse período. Os temas privilegiados pelo IBGE eram fundamentais para as políticas de planejamento, incluindo, mas não restritas apenas aos planos deflagrados durante o regime militar. A geografia crítica, por sua vez, deu ênfase a questões primariamente relacionadas ao ambiente urbano – ainda que, em momento posterior dedique-se também à geografia agrária e a temática ambiental.

E a segunda diferença dizia respeito à posição de cada um no pensamento geográfico nacional, tendo por base a circulação e acessibilidade do conhecimento. Em outras palavras, sobre como a produção de cada um desses epicentros foi divulgada e estudada de modo a se constituir (ou não) em um reconhecido capítulo na história do pensamento geográfico brasileiro. Conforme ressalta Lamego (2010, p. 70):

Rio Claro desenvolveu suas pesquisas em certo isolamento, quando comparado ao IBGE. O diálogo deste último com o ambiente acadêmico nacional foi sempre maior. Para ilustrar tal situação, apesar de o grupo de Rio Claro manter contatos com várias universidades do exterior, por meio da permuta do BGT, seguiu ignorado pela USP. Isso contrasta com a posição do IBGE, cujos trabalhos tinham uma divulgação consolidassem uma revista de difusão nacional e internacional, que foi a RBG.

O movimento de renovação da Geografia na ciência foi iniciado por meio de uma crítica a Geografia teórica, fazendo com que no campo da Geografia, da década de 1970 em diante houvesse então o predomínio da perspectiva crítica. Acerca disso, Moreira (2014, p.9) destaca que:

O período entre 1950 a 1970 foi marcado por intenso movimento de crítica e renovação do pensamento geográfico no mundo e no Brasil. Orientada no início para o positivismo como fundamento do discurso geográfico existente, paulatinamente a crítica descobre no processo histórico da acumulação primitiva e na abstratividade do valor que vem com ele, as origens dos problemas que se busca resolver.

O movimento de renovação não se expressou como reação organizada. A insatisfação com as práticas e as teorias geográficas existia, mas acentuou-se nos encontros promovidos pela AGB, na década de 1970, quando as diferentes concepções do pensar e do fazer geográficos puderam aglutinar-se e reagir ao estado da ciência geográfica vigente, como ressaltou Silva (2019, p. 273):

Embora sem constituir um projeto coletivo explícito, os temas da renovação foram-se delineando: a transformação social, que requeria nova utilidade estratégica do saber geográfico; a constituição de uma teoria com conceitos e categorias próprios ao discurso geográfico; a reconstrução da totalidade (teórica e empírica) por meio do espaço; a busca do método que superasse a dicotomia entre geografia física e geografia humana; a preocupação com a fundamentação teórica assentada numa filosofia abrangente; a preocupação em evitar a fragmentação e a especialização excessivas.

A partir desse movimento de renovação, instalou-se então, de forma concreta, um período de críticas e de propostas no âmbito da Geografia. Os geógrafos passaram a abrir-se para novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados. Isso acarretou em uma dispersão das perspectivas, na perda da unidade da Geografia Tradicional que, segundo Moraes (2005), foi uma crise benéfica, pois introduziu o pensamento crítico, a possibilidade do novo, a uma Geografia mais generosa, frente ao seu passado e seus horizontes futuros.

Aqui cabe destaque também a dimensão humanista na Geografia. Segundo Holzer (1997, p. 17), a corrente humanista, com seu ataque ao idealismo e ao empirismo, sua procura por métodos alternativos, sua valorização do indivíduo e da espacialidade humana e sua aversão pelos paradigmas, apontavam para um contexto mais amplo. Assim, a corrente humanista na Geografia, influenciada pelo pensamento de geógrafos como Paul Vidal de La Blache e sua ênfase na relação entre sociedade e espaço, essa abordagem ressoou fortemente no Brasil. Foi uma abordagem que colocava o ser humano como elemento central de estudo e análise no espaço geográfico. No caso brasileiro, essa corrente exerceu e ainda exerce uma influência

significativa, moldando a compreensão e as práticas geográficas ao longo do tempo.

Segundo Corrêa (2009), a corrente humanista foi fortemente influenciada pela fenomenologia de Husserl e Heidegger, e tem em YiFu Tuan o seu maior expoente. Absorvida pelo movimento de valorização da cultura, a corrente humanista vincula-se a “questões associadas aos significados e valores humanos relacionados à interpretação das paisagens culturais e lugares”. O interesse na criatividade, consciência e compreensão da condição humana leva essa corrente a estabelecer relações com as humanidades, história, literatura e filosofia.

Com ênfase na pesquisa participativa e na interação entre os geógrafos e as comunidades locais, a influência da corrente humanista na geografia brasileira ocorreu a partir do estudo das paisagens culturais. Geógrafos como Milton Santos destacaram a importância de compreender como as práticas humanas moldam o ambiente e são, por sua vez, moldadas por ele.

Portanto, a corrente humanista teve grande impacto na geografia brasileira, contribuindo para uma compreensão mais complexa e contextualizada do espaço geográfico do país, bem como para uma abordagem mais engajada e crítica em relação às questões sociais e ambientais.

O movimento de renovação resultou em dois desdobramentos importantes: a invenção da Geografia Crítica, denominação para a nova tendência da Geografia, e a reafirmação do espaço como objeto de estudo. Tratava-se de uma nova concepção de espaço – o espaço social historicamente produzido pelas relações sociais de produção e a luta de classes –, que se opunha à concepção da Nova Geografia (Silva, 2019, p. 273).

Assim, a Geografia crítica, vertente influenciada pelo humanismo, enfatizou a análise das estruturas sociais e econômicas que produzem e reproduzem desigualdades territoriais, como a concentração de terra, a segregação urbana e a marginalização de certas populações.

Portanto, o movimento de renovação da Geografia rompeu com a Geografia clássica ao passo que possibilitou a abertura ao debate de sua perspectiva crítica. Andrade (1999) considera que a Geografia brasileira não está construída, mas caminha por um contínuo processo de evolução que ainda não acabou. Para o autor, a proporção de sua construção abre espaço para desafios e possibilidades que devem ser respondidos tendo em vista as transformações ocorridas na sociedade. Hoje, nos primeiros anos da terceira década do século XXI, percebemos uma significativa distribuição espacial dos cursos de graduação e Pós-Graduação em Geografia no Brasil, ofertados em diversas instituições de ensino superior de norte a sul do país, propiciada pelo crescimento significativo da área.

Foi nesse contexto de institucionalização da Geografia no Brasil que foram fundadas as duas principais agências de fomento à pesquisa no Brasil, o Conselho Nacional de Pesquisa,

atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo contexto histórico de criação é assunto abordado na próxima subseção.

## **2.2 Sobre a fundação das agências de fomento à pesquisa no Brasil: CAPES e CNPq**

Em um contexto relacionado ao fim da Segunda Guerra Mundial, encontrava-se fortalecida no cenário mundial a ideia de que o conhecimento e a tecnologia gerados pela ciência auxiliavam a promoção do desenvolvimento e da soberania de um país. Em razão da necessidade de estabelecimento de uma estrutura central de fomento à pesquisa, o Brasil iniciou os primeiros passos rumos à concretização dessa meta no final da década de 1940, com a organização, por um grupo de cientistas brasileiros, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>27</sup>.

Posteriormente, o Conselho Nacional de Pesquisa, atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi fundado<sup>28</sup> em 1949, como uma agência vinculada ao Ministério da Educação e Cultura na época. Sua história remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e científico do país tornou-se evidente. O CNPq foi criado com o objetivo de promover e financiar atividades de pesquisa, incentivar a formação de recursos humanos qualificados e contribuir para a produção de conhecimento para impulsionar o progresso nacional<sup>29</sup>.

O CNPq desempenhou um papel crucial na criação e consolidação de programas de Pós-Graduação no país; tem exercido papel importante na elaboração de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. Além disso, uma das iniciativas marcantes do CNPq foi a implementação do sistema de bolsas de pesquisa, que permitiu a estudantes de graduação, Pós-Graduação e pesquisadores o financiamento de bolsas de pesquisas em todas áreas do conhecimento em diversas modalidades<sup>30</sup>.

De acordo com Silva e Oliveira (2009), o CNPq é ainda um dos pilares de sustentação e da promoção da pesquisa e formação de quadros técnico-científicos, nos quais se incluem a Pós-Graduação, em todas as áreas do conhecimento, por meio de diferentes tipos de bolsas,

---

<sup>27</sup> Ver: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/cnpq-celebra-70-anos-de-criacao>.

<sup>28</sup> Criado durante o governo Dutra, foi regulamentado pela lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Tinha por finalidade promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições no país ou no exterior (Silva e Oliveira, 2009).

<sup>29</sup> Ver: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/cnpq-celebra-70-anos-de-criacao>.

<sup>30</sup> Ver: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/cnpq-celebra-70-anos-de-criacao>.

auxílios e investimentos. Nesse sentido, sua atuação veio complementar, como agência de fomento, o desenvolvimento da pesquisa aliada a formação de pesquisadores nas instituições universitárias brasileiras.

O CNPq também possui o maior banco de currículos da América Latina, a Plataforma Lattes, e coordena trabalhos científicos de programas de relevância social, econômica ambiental e cultural. Trata-se de um importante agente na promoção da internacionalização da pesquisa brasileira, estabelecendo parcerias com instituições estrangeiras e contribuindo para a inserção global da produção científica nacional<sup>31</sup>.

O CNPq mantém também o Diretório de Grupos de Pesquisa, uma plataforma online que tem como objetivo principal reunir informações sobre grupos de pesquisa ativos no Brasil, fornecendo informações sobre a composição dos grupos, linhas de pesquisa, produção científica, projetos em andamento, infraestrutura. Trata-se de uma importante ferramenta para divulgação de atividades, parcerias e colaborações, além de auxiliar na busca de oportunidades de financiamento e projetos.

Outra plataforma online mantida pelo CNPq é a Plataforma Carlos Chagas, voltada à gestão de currículos acadêmicos e à avaliação da produção científica dos pesquisadores brasileiros. Foi criada para facilitar a coleta, armazenamento e análise de informações da produção científica e acadêmica dos pesquisadores brasileiros, permite que os pesquisadores mantenham seus currículos atualizados e é fundamental para a avaliação e acompanhamento da produção científica no país, sendo utilizada em processos de seleção para bolsas de pesquisa e avaliação de programas de Pós-Graduação.

No contexto da política nacional desenvolvimentista da era Vargas, segundo Silva e Oliveira (2009, p. 81), o período que antecedeu a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Geografia remonta à década de 1950:

[...] na década de 1950 “a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos faziam parte da estratégia de crescimento rápido e acelerado desejado para o país, tendo como elemento propulsor a expansão do setor produtivo” (Barros, 1998, p. 82). Entre 1950 e 1960 havia uma forte corrente que defendia o doutorado como forma regular e institucionalizada de se criar um corpo permanente de cientistas no país (Carvalho, 1992). Em 1952, o governo brasileiro firmou um acordo com os Estados Unidos através do qual se celebraram diversos convênios entre universidades. Desse modo, muitos estudantes foram para os Estados Unidos para fazer mestrado e doutorado e muitos professores norte-americanos vieram para o Brasil a fim de desenvolver programas de Pós-Graduação (Cury, 2009, p.9). No âmbito da Geografia, foram os geógrafos que trabalhavam no IBGE nesse período aqueles que mais usufruíram desse estímulo de formação de pessoal em nível de pós-graduação através

---

<sup>31</sup> Ver: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/cnpq-celebra-70-anos-de-criacao>.

de convênios com importantes universidades norte-americanas.

Foi justamente nesse contexto que a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi criada<sup>32</sup> em julho de 1951, como uma agência vinculada, à época, ao Ministério da Educação e Saúde. Voltada para a promoção do aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, a comissão tinha como secretário geral o educador Anísio Spínola Teixeira, que se tornou o grande idealizador e o primeiro presidente da CAPES.

Dois anos depois, em 1953, foi implantado o Programa Universitário, que logo se tornou sua principal linha de atuação junto às universidades e institutos de ensino superior. Na época, Anísio Teixeira contraria inúmeros professores visitantes estrangeiros, estimularia atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, além de conceder bolsas de estudos e apoiar eventos de natureza científica. Porém, em 1964, no início dos duros anos do regime militar, houve a fusão da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior com a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos e com o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico. Dessa fusão, surge a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, a nova CAPES, subordinada diretamente ao ministro da Educação e Cultura (Silva e Oliveira, 2009, p. 82).

Os autores mencionam ainda a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec), também em 1964. Fundo que marcou o cenário da Pós-Graduação no Brasil na década de 1960 no financiamento de programas e projetos, já que o CNPq e CAPES utilizavam basicamente seus recursos no apoio individual por meio de bolsas de estudos para a pós-graduação nas universidades. Posteriormente, em 1974, o Funtec foi transferido para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (Silva e Oliveira, 2009, p. 82).

Naquele período a Pós-Graduação surgiu, sobretudo, da necessidade nacional de qualificação de pessoal para atender às demandas dos empreendimentos públicos e privados que forneceriam as bases para o desenvolvimento do país (Cabral et al., 2020).

Em 1975, foi iniciada a implantação do Conselho Nacional de Pós-Graduação. Nesse mesmo ano, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 1975-1979). Cada plano possui como objetivo traçar um cenário da Pós-Graduação brasileira e apresentar recomendações para o próximo PNPG; resultando em um documento balizador da expansão da Pós-Graduação e ao mesmo tempo, definidor das estratégias que esta deve seguir (BRASIL, 2021, p. 12).

---

<sup>32</sup> Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Criada com a finalidade de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento do país”.

A partir desse período, a Finep passou a apoiar financeiramente a CAPES. Com esse apoio, “a agência cresceu e ultrapassou em pouco tempo o número de bolsas do CNPq, consolidando-se como agência de Pós-Graduação, enquanto o CNPq voltou à sua origem de financiador de núcleos, grupos, linhas de pesquisa e projetos dos pesquisadores no país” (BRASIL, 2011, p.11).

Assim, podemos observar que, para o início de sua trajetória, a CAPES tinha como objetivo principal proporcionar bolsas de estudo para estudantes brasileiros que buscavam aperfeiçoamento no exterior. No entanto, com o passar dos anos, a instituição ampliou significativamente seu escopo de atuação.

Atualmente, a CAPES possui como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no país, por meio do fomento e coordenação das atividades de ensino e pesquisa de Pós-Graduação. Desde 2007, a agência aplica a experiência no desenvolvimento de recursos humanos na formação de professores e na valorização da licenciatura (BRASIL, 2011, p.16).

Suas atividades são agrupadas nas seguintes linhas de ação: avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de pessoal de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; assim como na indução e fomento à formação inicial e continuada de professores para a educação básica, nos formatos presencial e a distância<sup>33</sup>.

A instituição atua nas mais variadas frentes, inclusive na formação de professores da educação básica, a partir de um conjunto integrado e estruturado de programas (a exemplo do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor; do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid e do Programa Residência Pedagógica, dentre outros), em sintonia com o desenvolvimento da Pós-Graduação<sup>34</sup>.

Suas ações para a educação básica não se restringem apenas ao aperfeiçoamento e capacitação pela educação presencial, mas também pela educação a distância. Com destaque para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2005. A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior a partir do uso da

---

<sup>33</sup> Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>

<sup>34</sup> O Pibid foi criado em 2007 e atua no estímulo à docência entre estudantes de graduação e na valorização do magistério. O Parfor foi lançado em maio de 2009, com a meta de formar cerca de 330 mil professores que exercem a profissão sem formação adequada. O plano é gerido pela CAPES, em parceria com as secretarias de educação dos estados e dos municípios e as instituições públicas de ensino superior. O programa Residência Pedagógica foi instituído no ano de 2018. A finalidade da iniciativa é apoiar instituições de ensino superior na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica. Ver: <http://portal.mec.gov.br/>

metodologia da educação a distância (BRASIL, 2011, p.20).

Além disso, a CAPES também desempenha um papel importante no apoio à pesquisa científica por meio de financiamento de projetos, concessão de bolsas de estudo para alunos de Pós-Graduação e professores, promoção de intercâmbios científicos e colaborações internacionais, entre outras iniciativas<sup>35</sup>. Em 2021 a CAPES completou 70 anos de criação.

A CAPES possui plataformas virtuais que possibilitam que suas ações sejam efetivadas, como a plataforma Sucupira e o Banco de Teses e Dissertações.

A plataforma Sucupira é uma ferramenta desenvolvida pela CAPES, utilizada para gerenciar e acompanhar atividades relacionadas à Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no país, fornecendo dados e ferramentas que ajudam na gestão e na melhoria contínua dos programas de mestrado e doutorado. Nela é feito o cadastro e acompanhamento de programas de Pós-Graduação stricto sensu, a avaliação dos programas, a emissão de relatórios e estatísticas sobre a Pós-Graduação.

O Banco de Teses e Dissertações da CAPES é um repositório digital que armazena e disponibiliza as teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação stricto sensu no Brasil. Foi criado para proporcionar o acesso aberto à produção científica, facilitando a consulta e a pesquisa acadêmica. Por meio do Banco de Teses, é possível acessar e consultar teses e dissertações produzidas por pesquisadores brasileiros em diferentes instituições. Isso facilita o acesso à informação científica e possibilita o compartilhamento de conhecimento e a colaboração entre pesquisadores.

Desse modo, evidencia-se que a história da Pós-Graduação no Brasil traz consigo a história e o fortalecimento da Capes em sua essência. Portanto, CAPES e CNPq são duas das principais instituições de fomento à pesquisa e ciência existentes no país, reconhecidas em nível nacional e internacional por sua atuação na Pós-Graduação; e a nível estadual temos as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP'S), em todos os estados brasileiros. Tratam-se de instituições que atuam na garantia de parâmetros de qualidade, na contribuição do fortalecimento da ciência e no fomento as pesquisas em nível de graduação, mestrado e doutorado. Seus papéis cruciais no desenvolvimento da Pós-Graduação e da pesquisa fizeram dessas agências instituições de referência, contribuindo na formação de recursos humanos qualificados e no avanço do conhecimento científico ao longo dos anos<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>.

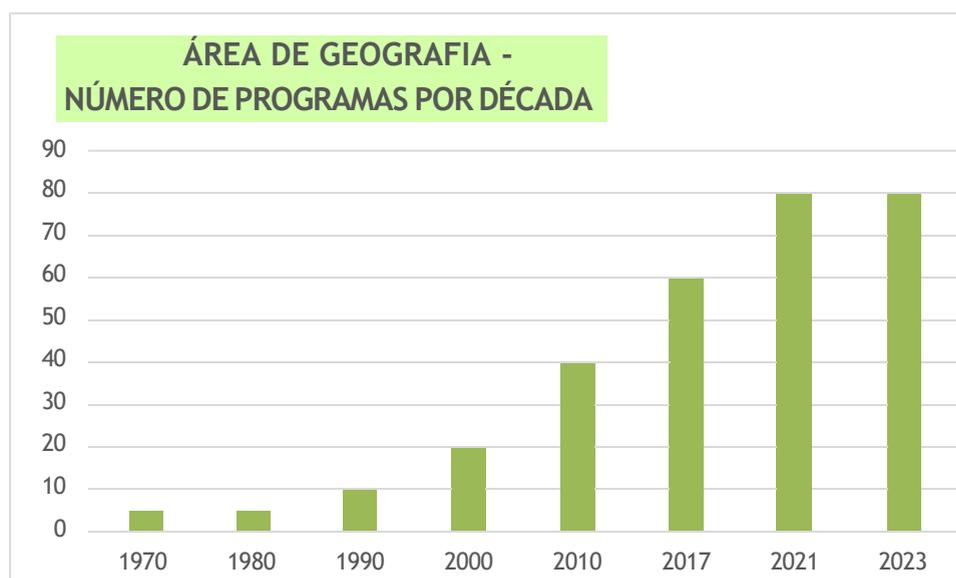
<sup>36</sup> Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>.

### 2.3 A trajetória da Pós-Graduação em Geografia no Brasil

Nesta seção serão analisadas informações sobre a trajetória e expansão dos programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, as quais foram referenciadas teoricamente em autores que se debruçaram acerca do tema no decorrer de 53 anos de existência da Pós-Graduação em Geografia no país (ANDRADE, 1999; SUERTEGARAY, 2003, 2007; SILVA e DANTAS, 2005; SILVA e OLIVEIRA, 2009; LENCIONI, 2013; LIMA NETO e OLIVEIRA 2014; SPOSITO, 2016; OLIVEIRA, 2023 e PAES, 2023). Sendo assim, este resgate histórico possibilitará entender os contextos de criação dos PPG's em Geografia em diferentes regiões brasileiras.

Atualmente, em 2023, o número total de programas de Pós-Graduação da área da Geografia encontra-se totalizado em 80 programas.

Gráfico 1– Evolução do número de PPGs em Geografia por década



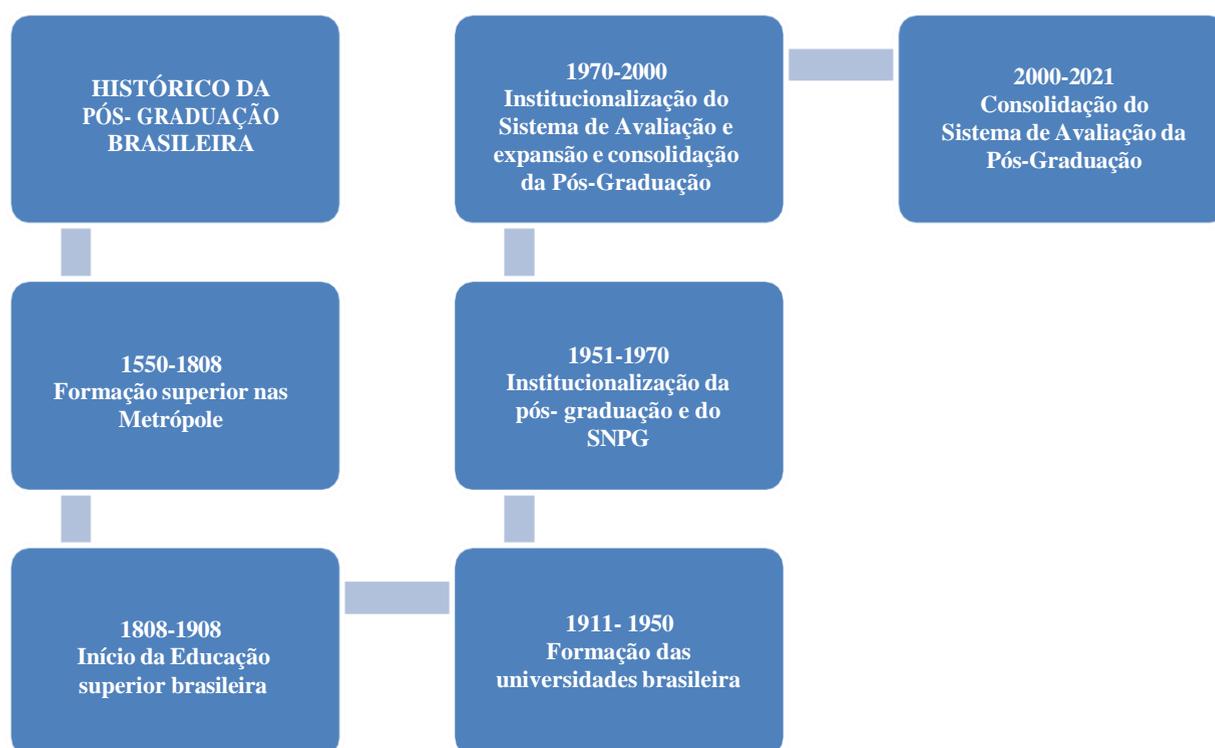
Fonte dos dados: Plataforma Sucupira, CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Para Amorim (2010), um conjunto de eventos forma um período e, juntamente com suas possibilidades, compõe uma ideia de totalidade. Assim, pode-se destacar três momentos precursores do ensino superior no território, o primeiro desde a chegada dos portugueses até o início do século XX, quando se tem um meio geográfico transformado pela ação humana e que, aos poucos, foi sendo dotado de intencionalidades, pela força da exploração e do uso. O segundo corresponde ao meio já transformado pela difusão dos sistemas técnicos pelo território, onde houve a criação da instituição universitária no país e de Instituições de Ensino

Superior isoladas. O terceiro momento refere-se ao meio técnico-científico-informacional, onde o conhecimento passou a povoar o território nacional a partir de lugares selecionados pela lógica produtiva da divisão internacional do trabalho (AMORIM, 2010, p.100).

Os marcos temporais a seguir periodizam um breve relato sobre a evolução da Pós-Graduação *stricto sensu* brasileira:

Figura 2 – Linha do tempo – Histórico da Pós-Graduação Brasileira



Fonte: Adaptado de apresentação para audiência pública na Câmara dos Deputados, Mercedes Bustamante (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Andrade (1999) enfatiza que a fundação da Geografia brasileira e os rumos do pensamento geográfico estão intimamente relacionados aos momentos históricos, ou seja, ao período de evolução e consolidação da Pós-Graduação em Geografia. Ainda que o CNPq e a CAPES tenham iniciado suas atividades na década de 1950, o primeiro grande passo da pós-graduação ocorreu nos anos 1960, sobretudo, a partir de 1965, com a regulamentação desse nível de ensino por meio do Parecer nº 977<sup>37</sup>, de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação (CFE), o Parecer Sucupira (Nobre e Freitas, 2017). Para os autores, este modelo foi inspirado no modelo praticado nos Estados Unidos, identificando-a como um nível novo de

<sup>37</sup> A regulamentação da implantação dos programas de mestrado e doutorado ocorreu por meio do Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965, elaborado pelo Conselho Federal de Educação, do Ministério da Educação.

educação, para além do bacharelado; e estruturando-a em dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado, com certa continuidade entre os dois.

Portanto, foi apenas em 1965, com a expansão articulada pelas políticas nacionais de fomento ao ensino de Pós-Graduação, que houve a criação dos primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, seguindo o modelo norte-americano, por meio da criação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

São objetivos do Sistema Nacional de Pós-Graduação: a formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino; formação de recursos humanos qualificados para o mercado não-acadêmico e o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação (BRASIL, 2023a).

Nesse momento, segundo Moritz e Melo (2011), valiosas iniciativas na criação de programas de mestrados e doutorados nas seguintes instituições de ensino superior foram criadas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (físicas e biológicas), Universidade de Brasília, mestrado em matemática, o doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o mestrado e doutorado na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como o curso de engenharia aeronáutica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos.

De acordo com Balbachvsk (2005), a regulamentação da Pós-Graduação ocorreu somente após a reforma universitária de 1968. Neste ano, em plena ditadura militar, o governo impôs uma profunda reforma no ensino superior, pressionado por movimentos sociais e estudantis. Reforma essa que inspirou-se no modelo norte-americano, substituindo o modelo de cátedras pela organização departamental, com contratação de professores em dedicação exclusiva e retirada do sistema tradicional de cursos sequenciais pelo sistema de créditos.

Portanto, o formato de Pós-Graduação atual (*stricto-sensu*) começou em 1969, pelo Ministério da Educação – MEC, que promoveu a criação dos cursos de Pós-Graduação. Porém, antes da regulamentação dos cursos de Pós-Graduação pelo SNPG, o curso de Geografia da USP já realizava defesas de doutorado e mestrado. A organização da pós-graduação na USP, com as atuais características, é recente. Em 1969, como parte da implantação da Reforma Universitária, as novas normas para os cursos de Pós-Graduação foram regulamentadas. Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo governo federal, os cursos de Pós-Graduação passaram a ser integrados à estrutura universitária e organizados em atividades desde disciplinas, pesquisa, realização de dissertação ou tese – a serem cumpridas pelos candidatos ao Mestrado

e ao Doutorado<sup>38</sup>.

Antes do estabelecimento dessas normas, as instituições brasileiras de ensino superior seguiam os referenciais franceses, privilegiando o título acadêmico de doutor. Nas escolas profissionais, durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, este título estava relacionado à redação de uma tese<sup>39</sup>.

Acerca disso, sobre a evolução da Pós-Graduação em Geografia, Chistofolletti (1989/90) considera dois momentos distintos. No primeiro momento “a obtenção do título de Doutor ratificava o amadurecimento técnico-científico do pesquisador, em contribuição que era julgada por uma banca examinadora” (Christofolletti, 1989/90, p.134). Banca essa que era formada por geógrafos conhecidos no cenário nacional, além de não haver preocupações com prazos vencidos ou tarefas a serem executadas. Cada instituição regimentava seus cursos segundo suas próprias diretrizes. Já o segundo momento, por sua vez, referiu-se à criação e regulamentação de normas para ingresso e conclusão dos cursos. (Christofolletti, 1989/90).

Foi nesse contexto que, de acordo com Suetergaray (2007, p.11), foram criados os primeiros programas de Pós-Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo (1971), desdobrados em dois programas: Geografia Física e Geografia Humana, ambos com os cursos de Mestrado e Doutorado. No ano seguinte (1972), foi criado o programa de Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram esses os programas pioneiros em Geografia no Brasil, responsáveis por formar a primeira geração de mestres e doutores do país.

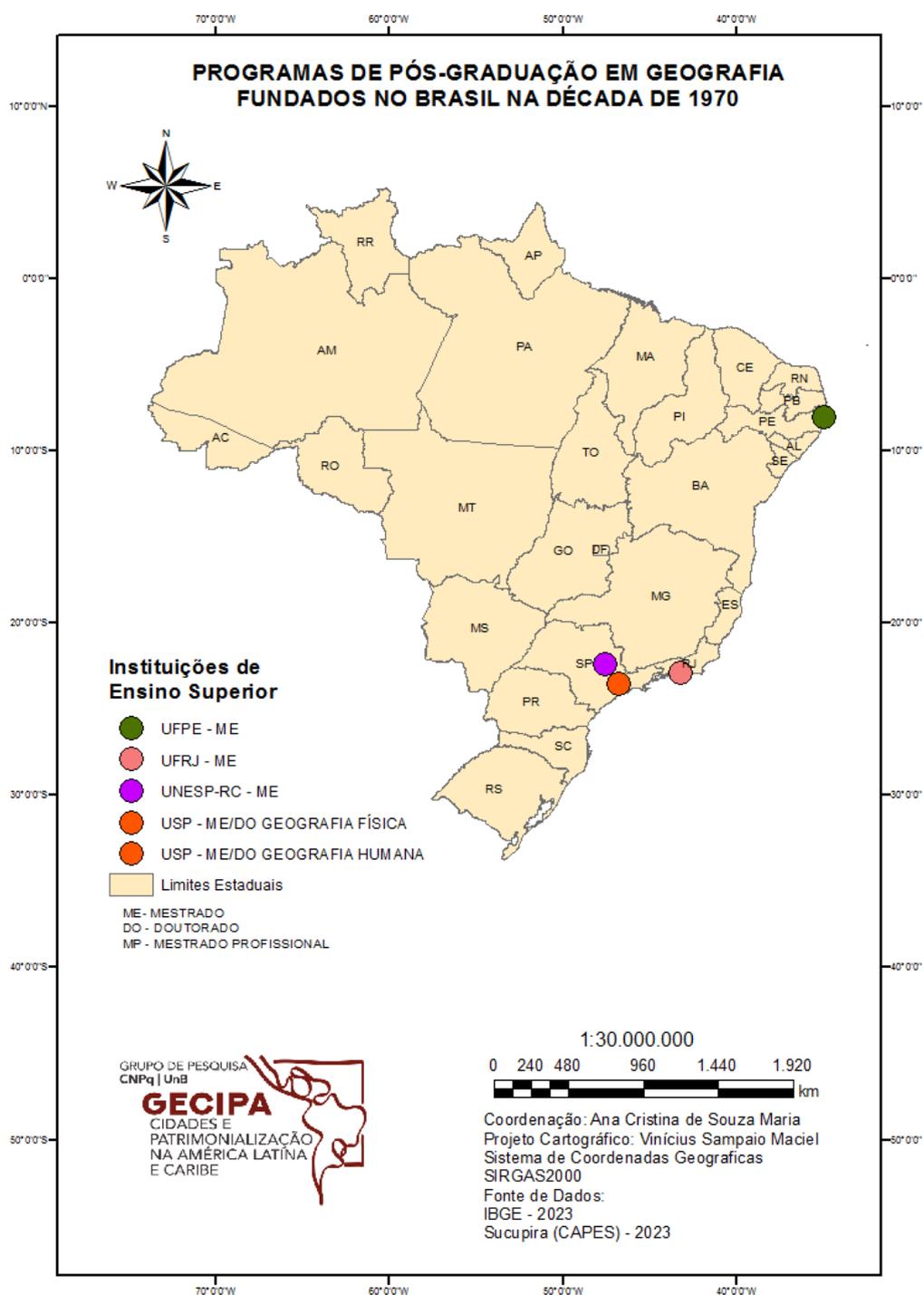
Ainda na década de 1970, foi instituído o primeiro curso na região Nordeste, na Universidade Federal de Pernambuco (1976) e mais um curso na região Sudeste: na Universidade Estadual Paulista, campus Rio Claro (1977), ambos com o curso de Mestrado, conforme representa o Mapa 2, com os quatro primeiros programas de Pós-Graduação fundados.

---

<sup>38</sup> Ver: <https://www.prg.usp.br/pt-br/institucional/historico>.

<sup>39</sup> Ver: <https://www.prg.usp.br/pt-br/institucional/historico>.

Mapa 2 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 1970



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Assim, percebe-se a influência das universidades paulistas na institucionalização da Pós-Graduação em Geografia, pois foram estas as primeiras instituições formadoras na área. USP, com seus programas de Geografia Física e Geografia Humana, seguida pela UNESP/RC (BRASIL, 2016, p.2).

Também data da década<sup>40</sup> de 1970 o surgimento das primeiras associações científicas de Pós-Graduação voltadas para os interesses específicos de suas áreas. Dentre elas, encontram-se a pioneira ANPEC - Economia, a ANPOCS - Política e Ciências Sociais e ANPAD - Administração (Silva e Oliveira, 2009, p. 83). A ANPEGE – Geografia, surgiu vinte anos mais tarde, em 1993.

Silva e Dantas (2005) destacam que a Pós-Graduação em Geografia no Brasil, em seus primórdios, dependia das universidades estrangeiras para formação de seus quadros. Era grande o número de docentes que obtiveram seus títulos de doutorado no exterior, principalmente na França. Inicialmente, a Pós-Graduação brasileira apoiou-se no tripé São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. O destaque adquirido por esses cursos garantiu ampla visibilidade aos seus professores-orientadores, ao mesmo tempo, em que favoreceu o desenho de grandes áreas de influência no território nacional.

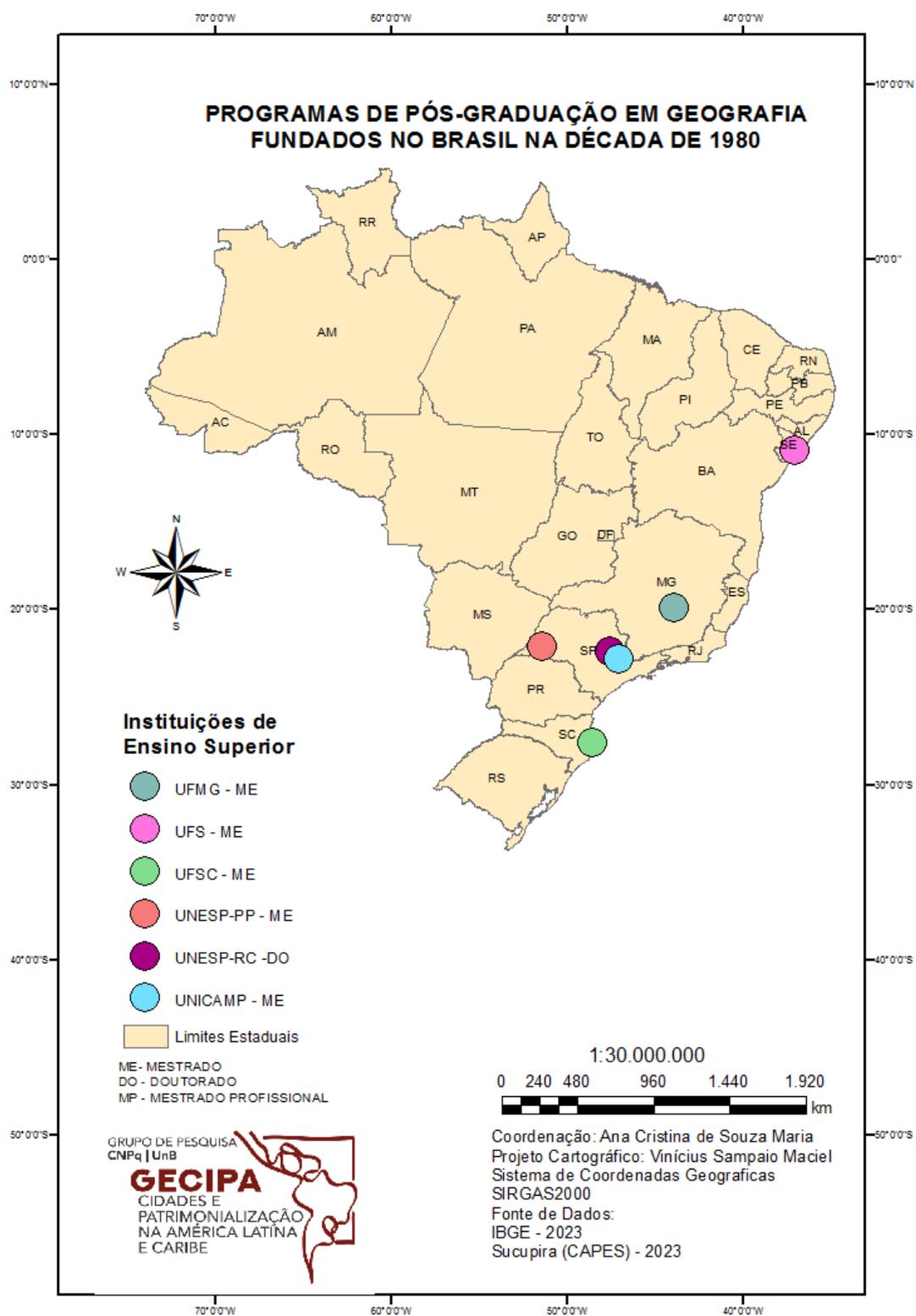
Seguindo a trajetória, na década de 1980 tivemos a criação do Doutorado na Unesp Campus Rio Claro (1983). Posteriormente foram criados os cursos de Mestrado em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (1983); Universidade Federal de Sergipe (1985); Universidade Federal de Santa Catarina (1985); Universidade Federal de Minas Gerais (1988) e Unesp Campus Presidente Prudente (1988), segundo o Mapa 3.

O único programa em nível de doutorado criado na década de 1980 foi o da Unesp Rio Claro. Ao final da década, haviam na área de Geografia no país 9 Cursos de Mestrado e 3 de Doutorado, o dobro do número de cursos da década anterior, contudo apresentando uma visível concentração geográfica na Região Sudeste. Embora mais programas tenham sido criados, esses estavam majoritariamente localizados na região Sudeste. Somente os programas de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, da UFS e da UFSC localizavam-se em outras regiões fora do Sudeste (Silva e Oliveira, 2009, p.84).

---

<sup>40</sup> “Segundo Barros (1998, p.133), os fatores que contribuíram para o fenômeno de expansão da Pós-Graduação, a partir de meados da década de 1970, foram: a exigência de titulação pós-graduada para a progressão na carreira do magistério superior; a necessidade de formação de pesquisadores para a ciência nacional (em especial para os grandes projetos de desenvolvimento); prestígio dos cursos de mestrado e doutorado para as universidades (status e recursos financeiros); pressão dos novos mestres e doutores que, em suas instituições de origem, desejam fomentar um ambiente favorável às atividades docentes e de pesquisa; o próprio I PNPG (Plano Nacional de Desenvolvimento da Pós-Graduação), ao fixar metas para a titulação de novos mestres e doutores”. In: Silva e Oliveira (2009, p. 83).

Mapa 3 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 1980



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

A esse respeito, Silva e Dantas (2005) identificaram que o aumento da demanda pela Pós-Graduação em Geografia se intensificou em 1993, quando houve a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia<sup>41</sup> (ANPEGE). Contudo, os antecedentes de criação da associação iniciaram-se cerca de anos antes, quando profissionais vinculados aos cinco primeiros programas criados a partir da década de 1970, em reunião realizada em 1984, traçaram as bases teóricas e conceituais do que viria a se tornar a Anpege, quando na ocasião ocorreu o I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE).

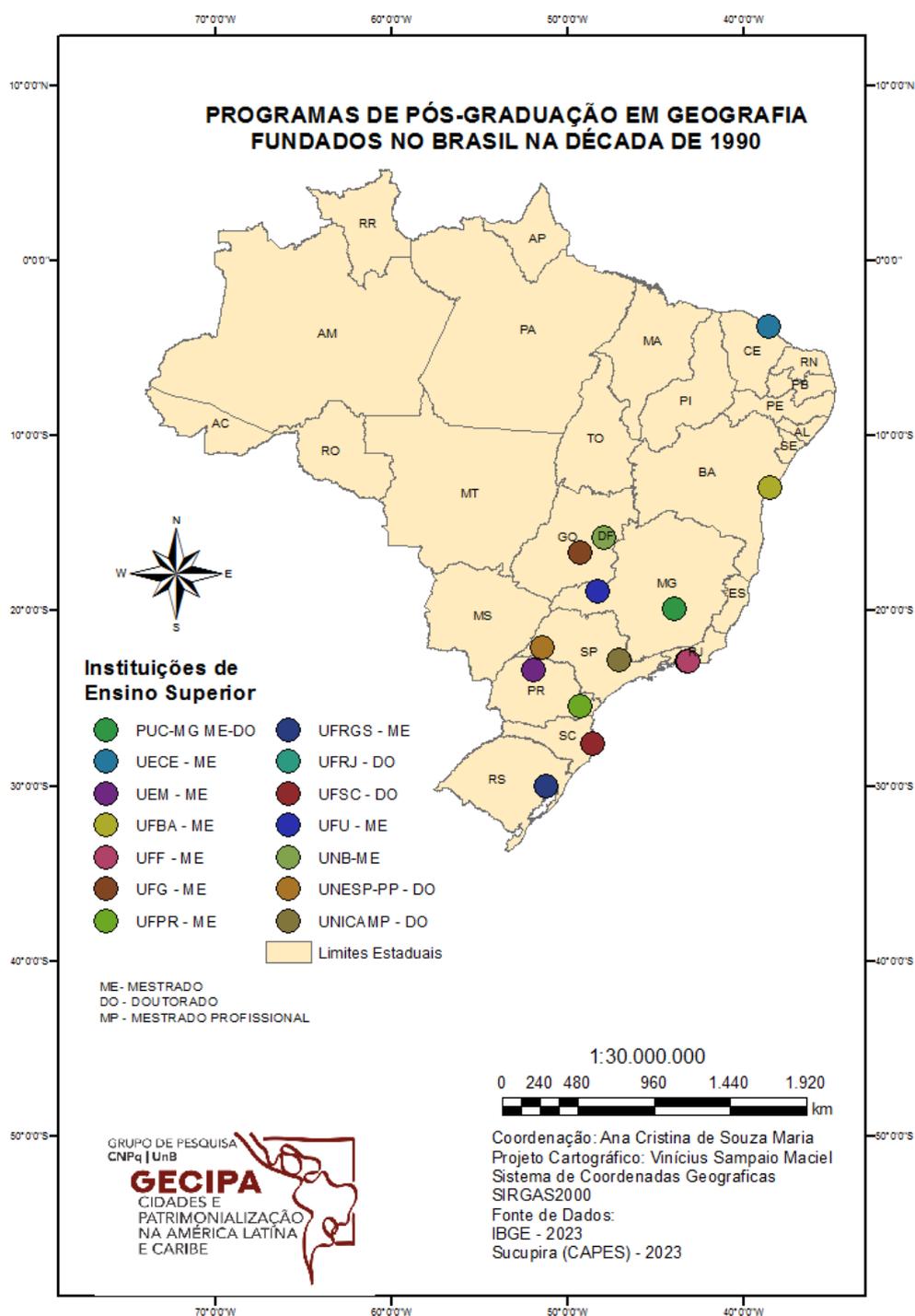
Para Silva e Oliveira (2009), desde sua criação, a Anpege propiciou um trabalho de aprofundamento do conhecimento da produção científica em Geografia no país. Destaca-se a rápida expansão dos cursos de Pós-Graduação, a partir de meados dos anos 1990, e, mais recentemente, denota-se um processo de descentralização desses cursos que se instalam em estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Já Oliveira (2023), percebe a Anpege como uma associação representativa da Pós-Graduação em Geografia no Brasil, cuja filiação não é de profissionais, mas sim de programas. Ainda que haja forte divergência de perspectivas, os programas mais engajados em sua criação foram o de Geografia Humana da USP e o programa da Unesp Rio Claro. Sua principal finalidade é a de instituir as demandas para a consolidação da Pós-Graduação e pesquisa em Geografia no país, capitaneando seu desenvolvimento. Em setembro de 2023 a Anpege completou seus 30 anos de existência.

---

<sup>41</sup> “Reuniram-se, assim, em 1983, os Programas das seguintes universidades: USP — Geografia Física e Geografia Humana — UNESP (Rio Claro), UFRJ e UFPE, quando criaram as bases do que viria a ser a ANPEGE. Tratava-se do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia, marco no processo de discussão e de análise da situação da Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Esse I Encontro resultou em grande parte de iniciativas de professores da USP. Nele se instituiu o que seriam as bases para futuras discussões que culminaram na proposta de discussão específica sobre a situação da Pós-Graduação em Geografia no país, quando da realização do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, na cidade de São Paulo, em julho de 1984, promovido pela AGB. A discussão da Pós-Graduação em Geografia, no interior desse evento, organizadas em forma de Mesas Redondas (3) e Sessões de Debates (3), permitiu o encontro e a troca de experiências entre professores e pós-graduandos de vários cursos e universidades, além da proposição de ações concretas que, anos mais tarde, conduziram à criação da ANPEGE. O Rio de Janeiro foi sede do II Encontro realizado na UFRJ, em 1986, e coube a Rio Claro, por meio da UNESP, a organização do III Encontro, realizado em 1987. Embora todos esses encontros tenham sido preliminares, estes foram importantíssimos para a criação da ANPEGE, como entidade capaz de catalisar os interesses da pós-graduação em Geografia no país. A fundação da ANPEGE vai acontecer, de fato, no IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia, realizado na UFSC, Florianópolis, entre 1 e 4 de setembro de 1993. A ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, data do dia 4 de setembro de 1993, tendo os representantes dos programas existentes à época, assinado sua ata de criação e aprovado o primeiro estatuto da mesma”. In: Silva e Oliveira (2009, p. 88).

Mapa 4 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 1990



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Dando sequência, nos anos 1990, conforme representa o Mapa 4, houve a criação dos Doutorados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), na Unesp Campus Presidente Prudente (1995), na Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e na PUC Minas Gerais (1996). Além dos Mestrados nas Universidades Estaduais do Ceará (1996) e de Maringá (1998); e nas Universidades Federais da Bahia (1994), de Goiás (1995), de Brasília (1996), Uberlândia (1998), do Rio Grande do Sul (1998), do Paraná (1999) e Fluminense (1999).

Dessa forma, iniciou-se uma expansão dos cursos de Pós-Graduação em Geografia, aumento esse que foi facilitado pelo crescimento da Pós-Graduação nas universidades cujos cursos já estavam consolidados nos anos 1980, USP e Unesp/ Rio Claro, seguidos da UFRJ. Estes três centros, em maior ou menor proporção, foram os irradiadores da formação geográfica brasileira, em termos de Pós-Graduação, logicamente associados ao conjunto de doutores titulados no exterior (Suertegaray, 2003, p.22).

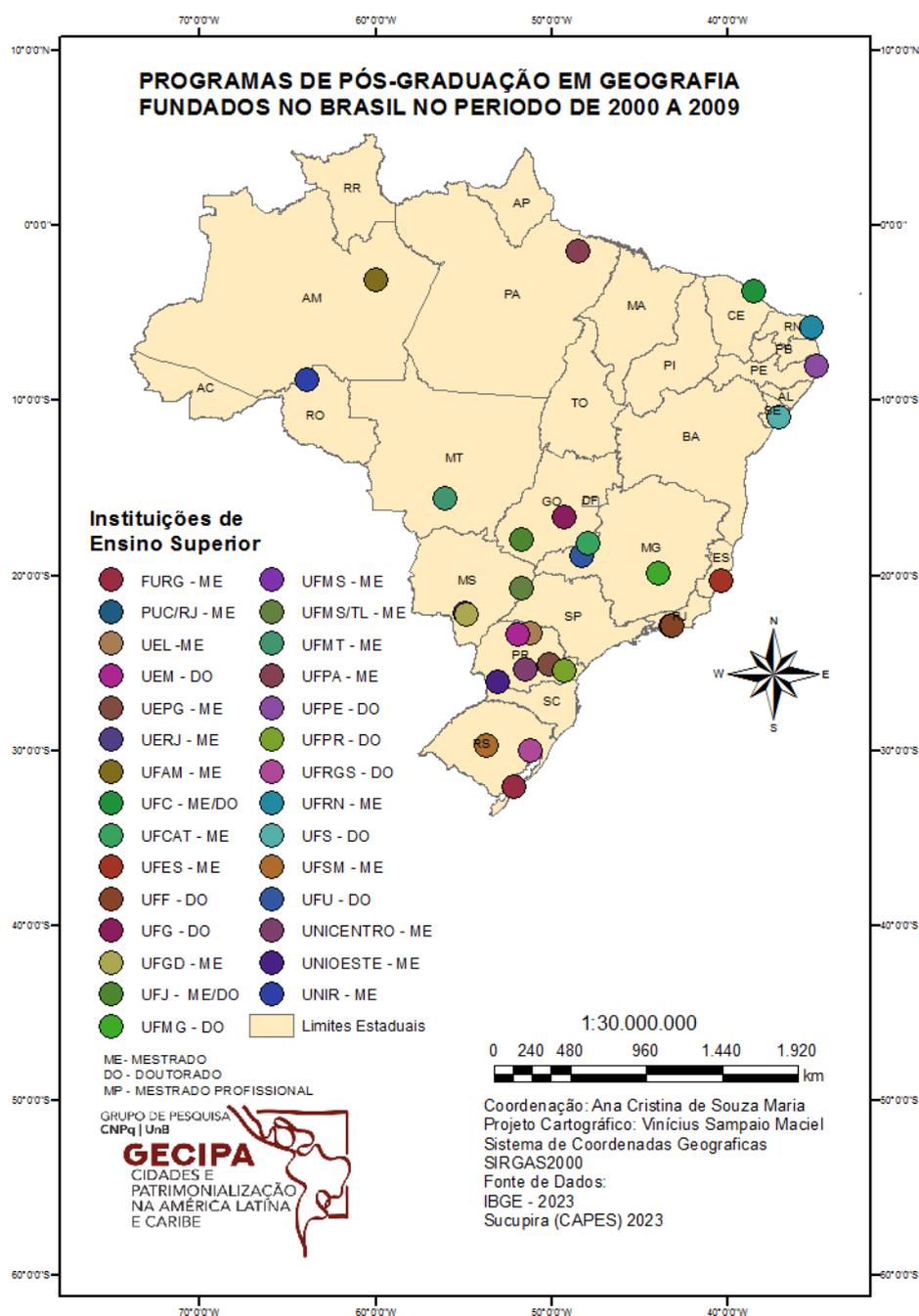
Segundo Paes (2023), a criação de Mestrados na UFBA, na UECE e na UFG, por exemplo, na mesma década, apontava uma mudança ainda tímida na concentração excessiva e hegemônica na região Sudeste. Até a década de 2010, os Estados do Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Alagoas, Maranhão e Piauí ainda se encontravam descobertos pela expansão dos PPGG's. Somente nas últimas duas décadas é que ocorreu um aumento de quase 700%.

Para a década de 2000, conforme representa o Mapa 5, foram criados os cursos de Mestrado na PUC-RJ (2007); nas Universidades Federais do Rio Grande do Norte (2000), Paraíba (2003), Santa Maria (2003), Pará (2004), Rondônia (2006), Rio Grande (2007), Amazonas (2007), Grande Dourados (2007), Espírito Santo (2008) e Mato Grosso do Sul (2009).

Além dos cursos de Mestrado na Universidade Estadual de Londrina (2001), Universidade Estadual de Ponta Grossa (2006), Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Francisco Beltrão (2007) e Universidade Estadual do Centro-Oeste Campus Garapuava (2009).

Por fim na referida década, foram criados os cursos de Doutorado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2001) e Universidade Estadual de Campinas (2002), seguidos das Universidades Federais Fluminense (2002), Minas Gerais (2003), Uberlândia (2003), Sergipe (2003), Mato Grosso (2003), Rio Grande do Sul (2004), Goiás (2007), Pernambuco (2004), Paraná (2006) e Ceará (2009). Verifica-se que a distribuição dos cursos de Doutorado ainda permaneceu concentrada na região Sudeste, enquanto os cursos de Mestrado apresentaram uma tendência a descentralização.

Mapa 5 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – década de 2000



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Como visto, o mapa anterior permite visualizar uma descentralização dos cursos. Tomando-o como base e comparando-o ao mapa da década de 1990, observa-se a existência de programas de Pós-Graduação em quinze estados brasileiros. No entanto, essa distribuição ainda não era equitativa pois, naquele período, as regiões Norte e Centro-Oeste não possuíam programas criados (Suetergaray, 2003).

Como pode ser observado no Mapa 5, a concentração de programas na região Sudeste perdurou até os anos noventa. Após este período, vários cursos foram instalados nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, além das capitais estaduais.

No entanto, ao verificarmos os dados contidos no último Relatório de Área da Geografia da CAPES (2019) percebemos que, de fato, o marco da expansão dos programas de Pós-Graduação para fora do eixo centro sul do país se consolidou efetivamente a partir da década de 2000, seguido de uma difusão dos cursos de doutorado.

Neste período, observa-se inicialmente na região Sul o processo de interiorização da Pós-Graduação em Geografia, com abertura de cursos de mestrado em IES situadas fora dos tradicionais centros regidos pelas capitais estaduais.

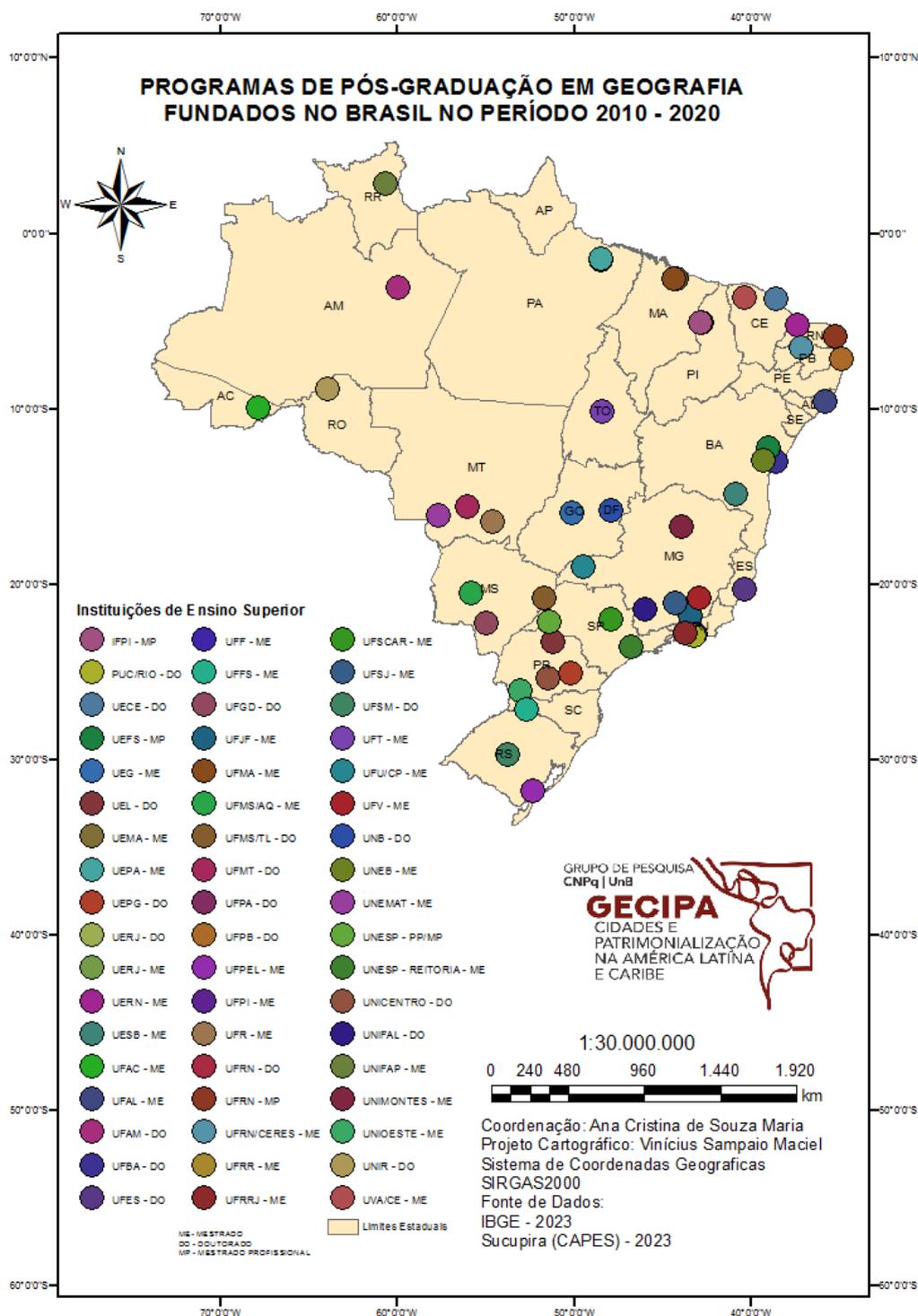
O relatório demonstra que, a partir de um crescimento relativamente lento até meados dos anos 1990, com apenas onze programas em três regiões do país, os últimos anos foram marcados por um aumento significativo, totalizando, no ano 2019, setenta e seis programas oferecendo cursos de mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional (Brasil, 2019, p.2), conforme representa o Mapa 6.

O relatório de área da Geografia da CAPES (2019, p. 10), enfatiza ainda que:

A partir de um início em que os programas estiveram restritos aos grandes centros urbanos, com alcance voltado sobretudo aos docentes do ensino superior já em exercício e geógrafos lotados em órgãos públicos de planejamento regional e territorial, a Pós-Graduação em Geografia deu uma guinada no sentido de atingir espacialmente os contextos regionais e demográficos mais variados do país, bem como se tornou uma ferramenta eficiente da formação de novos profissionais para o ensino e pesquisa em nível superior. No mesmo sentido, a expansão dos horizontes temáticos dentro da disciplina transcendeu a subdivisão em abordagens e tratamentos metodológicos tradicionais, incorporando aos seus principais subcampos de reflexão de Geografia Humana e Geografia Física, enfoques transversais renovados que, além de abrir o diálogo da ciência geográfica com outras áreas, possibilitou uma adequação às diversas realidades e vivências regionais dos emergentes centros de ensino e pesquisa.

Esse aumento, de acordo com último documento de área da CAPES (2019), ocorreu a partir de um conjunto de políticas públicas educacionais no Brasil, quando a Pós-Graduação avançou no território. Isso ocorreu devido aos Planos Nacionais de Pós-Graduação, que resultaram na expansão dos cursos de mestrado e doutorado, regional e mesorregionalmente.

Mapa 6 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – período 2010 a 2020



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Ao longo da década de 2010 houve, também, o surgimento dos primeiros programas profissionais na Área da Geografia, totalizando um total de quatro programas em nível de Mestrado: IFPI/ Piauí, UEMS/ Feira de Santana, UFRN/ Caicó e UNESP/ PP. Segundo Paes

(2023), os mestrados profissionais constituem uma modalidade de Pós-Graduação importante para a Geografia, com possibilidade de expansão, tanto regionalmente, como por categoria de formação específica. Essa situação soma-se a uma tendência de estabilização do número de pedidos de aberturas de novos cursos em regiões onde já existe uma boa permeabilidade espacial dos programas de Pós-Graduação, como no centro-sul do país (Brasil, 2019).

Para Lencioni (2013), não há dúvida alguma de que a institucionalização da pesquisa no nível de Pós-Graduação no Brasil e, em particular, no campo da Geografia passou por mudanças profundas. Para a autora:

os programas de Pós-Graduação, particularmente os de Geografia, atingiram um número expressivo e estão mais bem distribuídos no território brasileiro. Diplomas e títulos de mestre e doutor são auferidos em instituições de ensino e pesquisa do Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A região Norte não tem, ainda, em 2013, doutorado e essa situação precisa ser urgentemente equacionada, por tudo que a Amazônia representa para o país. (Lencioni, 2013, p.6)

A referida situação prevaleceu até o ano de 2015, quando foi criado o curso de Doutorado na UNIR, em Rondônia, e no ano seguinte, 2016, criou-se o Doutorado na UFPA (o único programa na Amazônia legal nota 5 na avaliação da CAPES). Dois anos depois, em 2018, implantou-se o Doutorado na UFAM; propiciando, até então, três doutoramentos em Geografia na região Norte do país. Hoje, o cenário atual conta com um total de 37 programas neste nível, abrangendo todas as regiões do país.

Ainda que estejamos discutindo especificamente a respeito da expansão da Pós-Graduação, Arroyo et al. (2023, p. 6), ao analisar a distribuição geográfica dos cursos de Geografia em Instituições de Ensino Superior públicas, destaca que em todos os estados e no Distrito Federal são ofertados cursos, porém em números contrastantes, desde estados com apenas um curso até Minas Gerais, com cursos em quinze cidades diferentes:

Os cursos de Geografia estão presentes em todas as regiões brasileiras. Os três tipos de instituições públicas apresentam certa complementaridade espacial, havendo em poucos casos superposição de oferta no mesmo lugar, com universidades estaduais e institutos federais, ou *campi* avançados de universidades federais fora das capitais. Isso revela um esforço conjunto entre os estados e a União para interiorizar a presença do ensino superior público. (Arroyo et al. 2023, p.6)

E ainda acresce que tal capilaridade dos cursos é derivada de um processo histórico, decorrente dos períodos de expansão universitária. Até 1959, somente estados litorâneos e Minas Gerais ofereciam esses cursos, com uma maior concentração em São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1989, já sob a nova Constituição Federal e o regime democrático, ainda haviam

aqueles sem nenhum curso de graduação em Geografia. Foi entre 1996 e 2010 que, segundo Fiori (2012), os cursos de Geografia experimentam uma maior expansão, inclusive para o interior dos estados, alcançando todas as unidades da federação em 2008. (Arroyo et al. 2023, p.6).

Consideramos que a expansão do ensino superior marcou as últimas duas décadas, em conjunto com o Programa de Apoio de Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que a partir de 2007, propôs a criação de novos cursos em regiões até então desassistidas (Arroyo et al. 2023).

Reconhecemos, portanto, que as políticas de expansão do ensino superior possibilitaram também um crescimento significativo da Pós-Graduação no Brasil, ampliando programas, vagas e matrículas em todas as regiões brasileiras, bem como a interiorização da pós, principalmente nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (2002-2016).

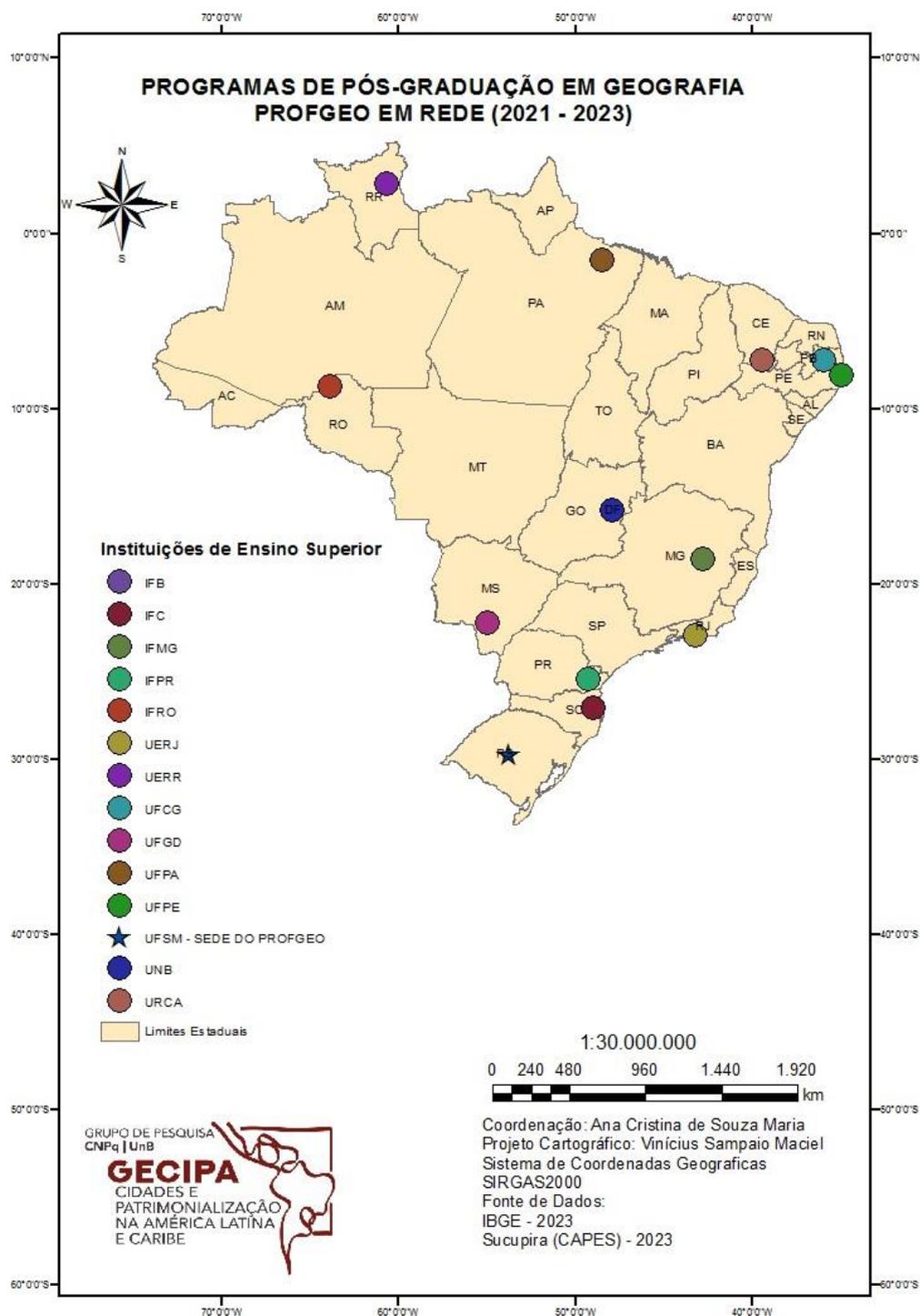
Em levantamento elaborado por Lima Neto e Oliveira (2014) observamos que “a área de Geografia avançou quantitativamente e distribuiu-se pelo território brasileiro, permitindo a descentralização da formação de mestres e doutores. Por outro lado, de acordo com os autores, o principal desafio a ser enfrentado ainda é o de continuar se qualificando, até o alcance de um nível de maturidade acadêmica que possibilite chegar a um estágio de excelência”. (Lima Neto e Oliveira, 2014, p. 07).

Até o ano de 2022, a área da Geografia contava com 76 programas de Pós-Graduação *stricto sensu* distribuídos em todo território nacional e com o PROFGEO<sup>42</sup> em Rede, representado no Mapa 7. Pelo exposto, concordamos com Oliveira (2023), quando este demonstrou que a distribuição dos programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil ocorreu de forma bastante concentrada, sendo que dos 76 programas, 25 encontram-se na região Sudeste, ou seja, praticamente 1/3 do total. Os estados com o maior número de programas são Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, notadamente os de maior população. O Paraná é, também, o estado brasileiro detentor da maior cobertura em número de programas de Pós-Graduação em Geografia (ao todo existem 7 PPG's, onde apenas 1 não possui o curso de doutorado).

---

<sup>42</sup> “O Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional – PROFGEO é um PPG *stricto sensu* em Ensino de Geografia, reconhecido e avaliado pela CAPES, credenciado pelo CNE e validado pelo MEC. Tem como objetivo proporcionar formação geográfica consistente, atualizada e relevante ao exercício da docência na educação básica, qualificando o egresso para o exercício profissional de professor de Geografia, concedendo-lhe o título de Mestre em Geografia. Trata-se de um curso semipresencial realizado por instituições associadas em Rede Nacional, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), coordenado pela Comissão Acadêmica Nacional que opera pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Ver: <http://profgeo.unb.br/index.php/apresentacao>

Mapa 7 – Programas de Pós-Graduação em Ensino de Geografia em Rede – PROFGEO

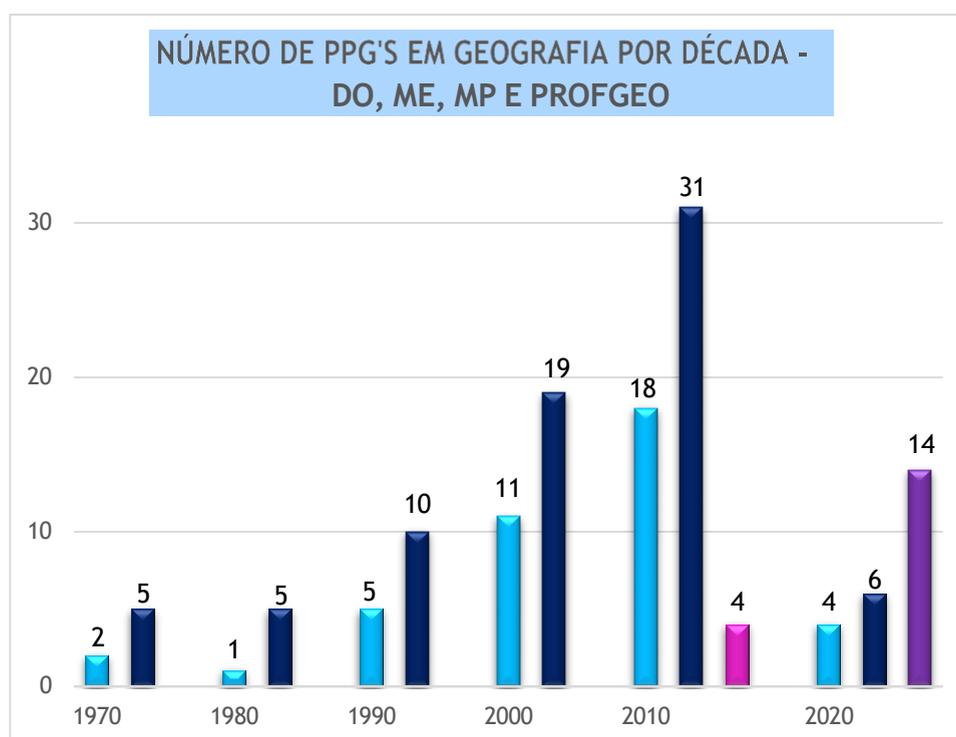


Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

O programa de Pós-Graduação em Ensino de Geografia em Rede está presente em 14 instituições: IFB, IFC, IFMG, UERJ, UFCG, UFGD, UFPE, UFMS (sede), IFPR, IFRO, UERR, UFPA, UNB e URCA, conforme representa o Mapa 7. Desde o mês novembro de 2023, o

PROFGEO em Rede passou a ser avaliado por uma nova área, Ciências e Humanidades para a Educação Básica, composta pelos programas profissionais para professores da educação básica e inserida na grande área multidisciplinar, no Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. A seguir, o Gráfico 2 representa o quantitativo de programas de Pós-Graduação em Geografia por década no país.

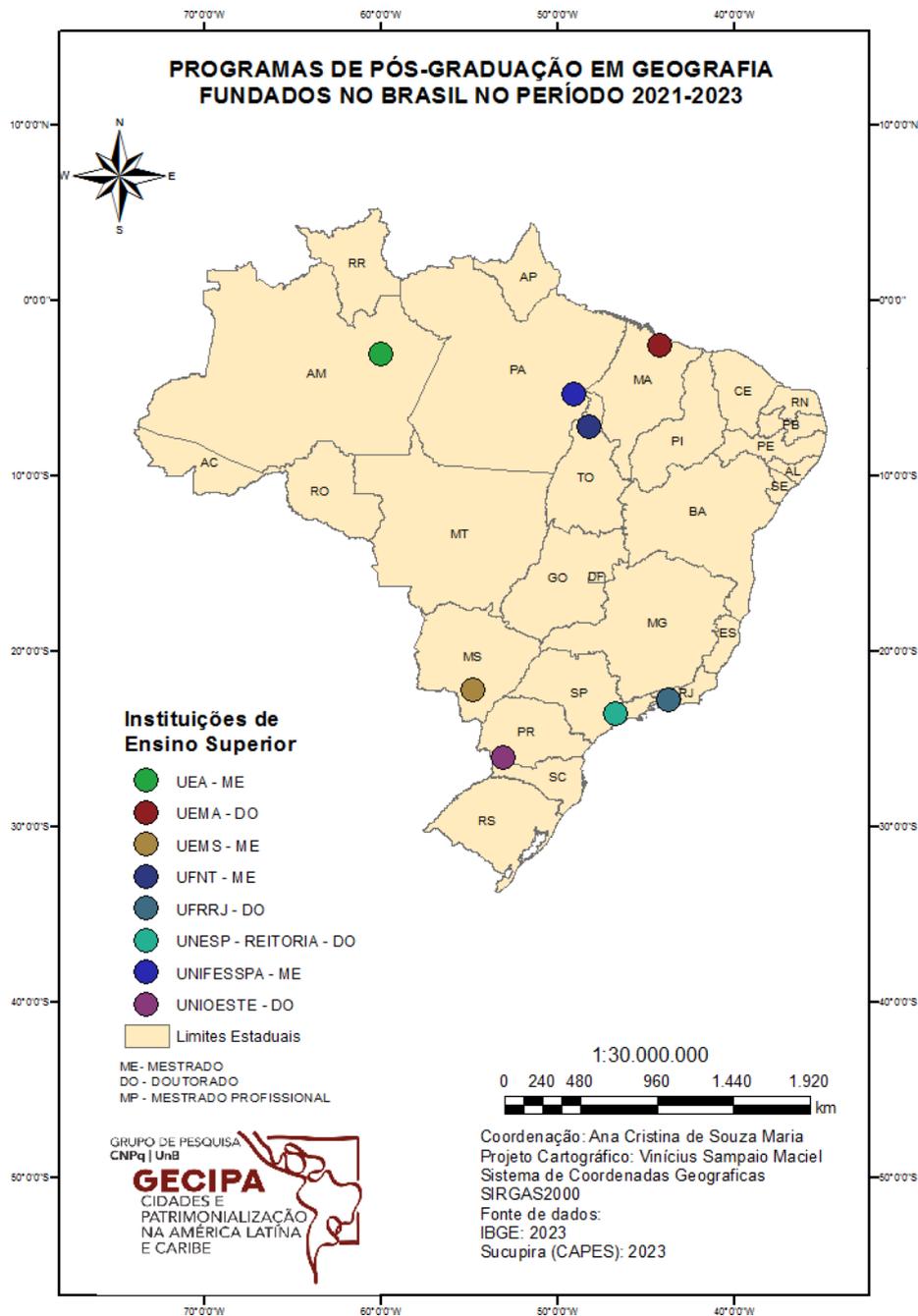
Gráfico 2 – Quantitativo de PPGs em Geografia por década



Fonte dos dados: Plataforma Sucupira, CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Entre os anos de 2021 a 2023, conforme representa o Mapa 8 que se segue, foram aprovados na CAPES a criação de mais 4 programas de Mestrado e 4 programas de Doutorado, conforme representa o Mapa 8. Sendo que, desses 4 novos programas criados, 3 encontram-se na região Norte do país: na Universidade Estadual do Amazonas - Manaus, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Campus Marabá e na Universidade Federal do Tocantins - Campus Araguaína; e 1 na região Centro-Oeste, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Campo Grande, a única capital brasileira que não possuía programa de Pós-Graduação em Geografia até o momento.

Mapa 8 – Programas de Pós-Graduação em Geografia – período 2021 a 2023



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Sobre a criação dos cursos de Doutorado no período compreendido entre 2021 a 2023, (Mapa 8), foram mais 2 cursos instituídos na região Sudeste, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus Seropédica e na Unesp São Paulo – Reitoria (programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe); 1 curso na região Sul, na Unioeste - Campus Marechal Cândido Rondon e 1 curso na região Nordeste, na Universidade Estadual do

Maranhão - Campus São Luís.

Portanto, ao caracterizar o cenário atual, verificamos a interiorização da Pós-Graduação em Geografia como uma realidade totalmente alcançada neste ano de 2024. Exemplo disso são os programas de Pós-Graduação criados em áreas de estudos que abrangem o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia, que é imensa, o que de sobremaneira justifica a criação de novos programas; e aqueles criados no interior do Nordeste ou em áreas de fronteira, como o da Uniãoeste.

Para Paes (2023), esta nova realidade é indicativo da possibilidade de ampliação dos programas de excelência na ocasião da próxima Avaliação Quadrienal a ser realizada pela CAPES, e para a expansão dos programas de Doutorado em Geografia no país, considerando os que obtiveram a nota 4 e, agora, são elegíveis para solicitação de APCN (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos) para abertura de Doutorado. É importante mencionar que a área de Geografia ainda não possui cursos de Doutorado Profissional e necessita de ampliação e amadurecimento da concepção de Mestrados Profissionais, como ressalta Paes (2023, p. 5).

De acordo com os atuais coordenadores de área da Geografia na CAPES, Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (UFPA) e Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP), em informações obtidas durante a participação em Seminário de Área ocorrido na UnB, a redução das assimetrias regionais e intrarregionais ainda constitui-se em um desafio para a Geografia. Assim, faz-se necessário um acompanhamento contínuo e incentivo aos programas existentes, almejando a ampliação com qualidade e mérito de conceitos, assim como ampliação dos doutorados e criação de novos programas nas regiões e subregiões do território brasileiro nas quais a Pós-Graduação encontra-se ausente. Faz-se necessário, também, a criação e retomada do desenvolvimento de pesquisas voltadas ao estudo do Brasil enquanto escala de nação e o fortalecimento dos estudos regionais.

A esse respeito, Mendonça (2005, p. 18), já chamava atenção para a necessidade de ousar. Pois falta também à Geografia o desenvolvimento de uma formação voltada ao estudo do Brasil, que o tome na escala da nação brasileira. Para o autor, observa-se uma importante carência na análise do território brasileiro, geopoliticamente definido, e de seu papel no processo de globalização atual. Nenhum curso ou programa em desenvolvimento no país apresenta, de maneira evidente e clara, áreas de concentração concernentes à esta preocupação e à esta escala de abordagem. Ela parece, em primeira instância, revestir-se de extrema ousadia pois a dimensão espacial e as interações internacionais do Brasil são por deveras complexas.

## 2.4 Estrutura de ensino superior no Brasil Central

Buscamos, a seguir, apresentar a estrutura de ensino superior existente no Brasil Central. Para esta análise, consideramos que o Brasil Central é contemplado pelos doze programas de Pós-Graduação em Geografia da região Centro Oeste, pelos dois programas de Geografia do estado do Tocantins (região Norte) e pelo programa de Geografia da UFU, que insere-se no Triângulo Mineiro (região Sudeste).

Em nível regional, o estado de Goiás, possui quatro programas de Pós-Graduação em Geografia inseridos nos municípios de Goiânia (UFG), Catalão (UFCAT), Jataí (UFJ) e Goiás (UEG). Mato Grosso possui três PPG'S: Cuiabá (UFMT), Rondonópolis (UFR) e Cáceres (UNEMAT). Mato Grosso do Sul, com quatro programas: Dourados (UFGD), Campo Grande, Três Lagoas e Aquidauana (UFMS). Tocantins, dois: Palmas (UFT) e Araguaína (UFNT). Distrito Federal: Brasília (UnB) e Minas Gerais: Uberlândia (UFU).

Uma das grandes contribuições da CAPES foi a criação e o desenvolvimento do sistema de avaliação da Pós-Graduação, que consiste em avaliar periodicamente a qualidade dos programas em todo o território nacional, por meio de avaliações gerais das diversas áreas de conhecimento da Pós-Graduação brasileira (mestrados, doutorados e mestrados profissionais).

A avaliação foi criada em 1976, era realizada anualmente até 1995, passou a ser bienal no período 1996-1997, trienal de 1998 a 2012 e desde 2013 tornou-se quadrienal. O processo avaliativo é realizado com a participação da comunidade acadêmico-científica pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação e orientado pela Diretoria de Avaliação da CAPES<sup>43</sup>.

A avaliação é parte do processo de permanência, seguindo sistemática, conjunto de quesitos básicos e critérios de avaliação *stricto-sensu* estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior. Contribui para a melhoria continuada da qualidade dos programas do SNPG, sendo instrumento essencial para manter a qualidade dos cursos de pós-graduação, ao passo que serve para prestar contas, de modo direto e transparente, a sociedade brasileira<sup>44</sup>.

Até o ano 2022, eram 49 áreas do conhecimento, agrupadas em 9 grandes áreas e 3 colégios. A Geografia insere-se na área de Ciências Humanas. A partir de 2023, foi criada uma nova área, totalizando, então, 50 áreas do conhecimento, conforme evidencia o Quadro 1 a seguir. Esta nova área insere-se na grande área multidisciplinar, pertencente ao Colégio de

---

<sup>43</sup> Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>.

<sup>44</sup> Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>.

Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar: área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica.

Quadro 1 – Áreas de avaliação da Capes – 2023

Colégios	Grandes áreas	Áreas do conhecimento
Colégio de Humanidades	CIÊNCIAS HUMANAS	<u>Antropologia / Arqueologia, Ciência Política e Relações Internacionais.</u> Ciências da Religião e Teologia; Educação; Filosofia; Geografia; História; Psicologia; Sociologia
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Arquitetura, Urbanismo e Design; Comunicação e Informação; Direito; Economia; Planejamento Urbano e Regional/Demografia; Serviço Social
	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	Artes; Linguística; Literatura
Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Astronomia/Física; Ciência da Computação; Geociências; Matemática/Probabilidade e Estatística; Química
	ENGENHARIAS	Engenharias I; Engenharias II; Engenharias III; Engenharias IV
	MULTIDISCIPLINAR	Biotecnologia; Ciências Ambientais; Ensino; Interdisciplinar; Materiais; Ciências e Humanidades para a Educação Básica
Colégio de Ciências da Vida	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Ciência de Alimentos; Ciências Agrárias I; Medicina Veterinária; Zootecnia/Recursos Pesqueiros
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Biodiversidade; Ciências Biológicas I; Ciências Biológicas II; Ciências Biológicas III
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Medicina I; Medicina II; Medicina III; Nutrição; Odontologia; Saúde Coletiva

Fonte dos dados: Adaptado de CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Uma característica central da avaliação da Pós-Graduação é ser realizada por pares com base em informações anuais abertas e transparentes, cadastradas individualmente por cada programa na plataforma Sucupira. Estes relatórios são analisados nas comissões de área de avaliação, centrando-se numa análise comparativa da evolução e do estado da arte em cada área, seguida de uma revisão pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior, que

integra todas as áreas.<sup>34</sup>

Segundo Paes (2023, p. 20), alguns aspectos são essenciais a se observar na ficha de avaliação dos PPGs, formada por três itens fundamentais, firmados em uma nova concepção de um modelo mais qualitativo do que quantitativo. O primeiro deles, o quesito 1: Proposta do Curso, refere-se ao funcionamento, estrutura e planejamento do programa em relação a seus objetivos e tem como espinha dorsal da avaliação a coerência entre proposta, área, linhas de pesquisa e o equilíbrio entre estas e todos os produtos e atividades decorrentes: produção docente e discente, distribuição dos laboratórios, infraestrutura, orientações, projetos de pesquisa, extensão, estrutura curricular e produtos técnicos. A abrangência local, regional e nacional também é observada na proposta. O papel dos egressos, do planejamento estratégico, da autoavaliação, do impacto econômico, social e cultural também contemplam este quesito. Para a autora, o impacto e o caráter inovador da produção intelectual devem ser observados, aqui, em função da natureza do programa, a partir dos produtos indicados (Paes, 2023, p. 21). Este quesito possui peso de 40% no total da avaliação.

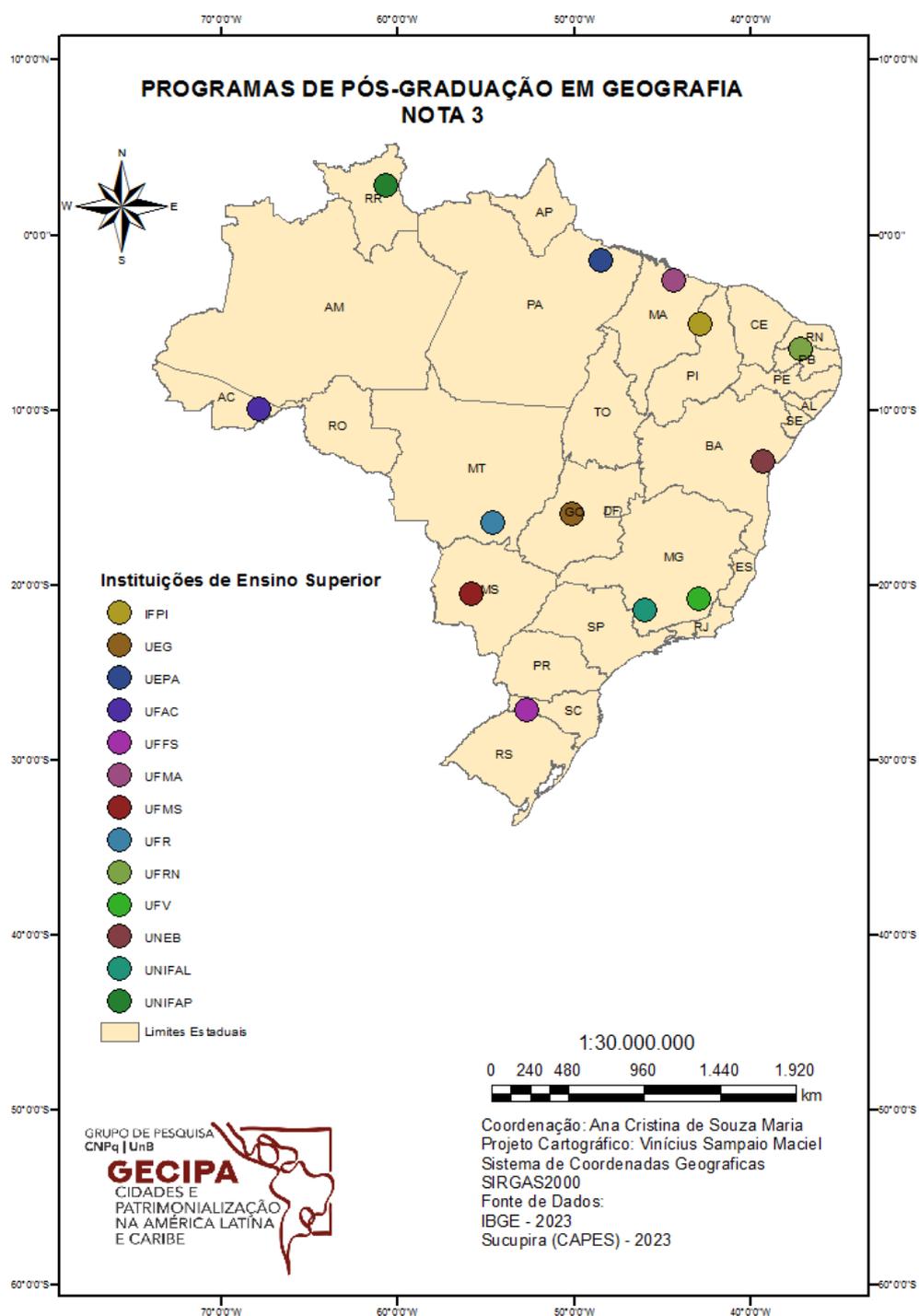
O quesito 2: Formação, refere-se à produção docente e discente, possui peso de 15% e contempla os egressos, qualidade da pesquisa e vários aspectos da produção e da formação, e não pode ser fraco ou insuficiente uma vez que funciona como trava para a elevação para as notas 4 e 5 (Paes, 2023, p. 21).

Já o Quesito 3: Impacto na sociedade, possui o peso maior, 45% e reúne os principais aspectos almejados que incidem no impacto e na inovação da produção intelectual em função da natureza do programa; impactos econômicos, sociais e culturais; internacionalização e inserção (local, regional, nacional), assim como visibilidade do programa. Cabe destaque, segundo Paes (2023), que a inserção local, regional e nacional foi inserida, após longos debates, no GT, no Colégio de Humanidades e no CTC, para a inclusão de programas que, ainda sem ações de internacionalização, pudessem demonstrar a sua inserção nestas outras escalas regionais. Neste quesito, observou-se um divisor de águas entre os PPGs, com ações de internacionalização, estabelecimento de redes acadêmicas e científicas, intercâmbios e parcerias com setores públicos e privados que diferencia os programas de excelência dos demais, como ressalta Paes (2023, p. 21).

Os resultados são expressos em notas que são atribuídas aos cursos, após análise dos indicadores referentes ao período avaliado. As notas variam do nível 3 (regular), nível 4 (bom) e nível 5 (muito bom), dentre os quais, os cursos com nível 6 e nível 7, destacam-se como excelentes cursos, e se tornam referência em suas áreas, conforme representam os mapas a seguir 09, 10, 11, 12 e 13. Esse resultados funcionam como parâmetros para a elaboração de

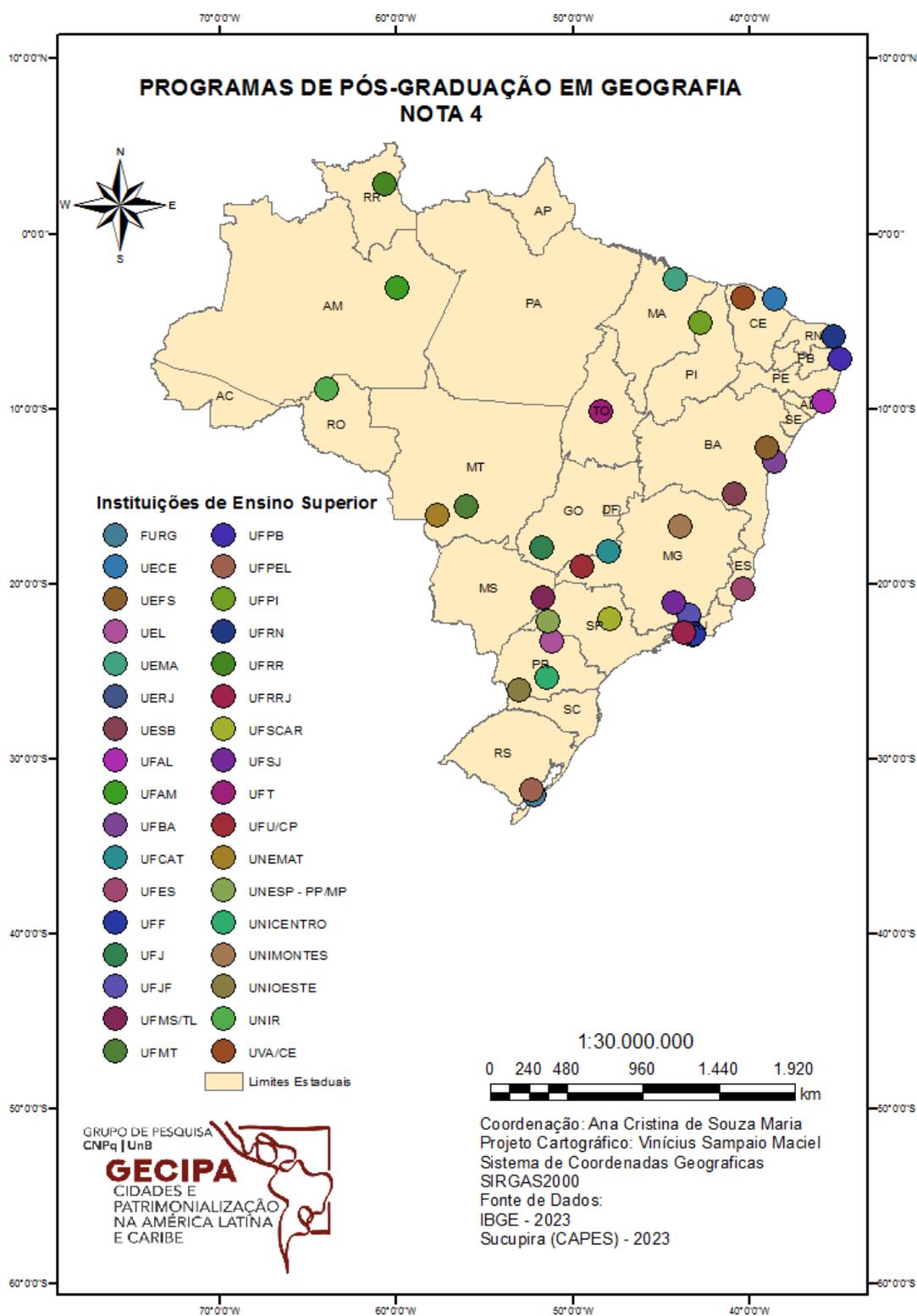
políticas para a área de Pós-Graduação, são utilizados para direcionar investimentos, para o dimensionamento das ações de fomento à pesquisa e para a melhoria da qualidade da educação e da pesquisa de Pós-Graduação no país. Além de basilar as deliberações do Conselho Nacional de Educação sobre quais cursos de Pós-Graduação obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento no período subsequente (BRASIL, 2019).

Mapa 9 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 3



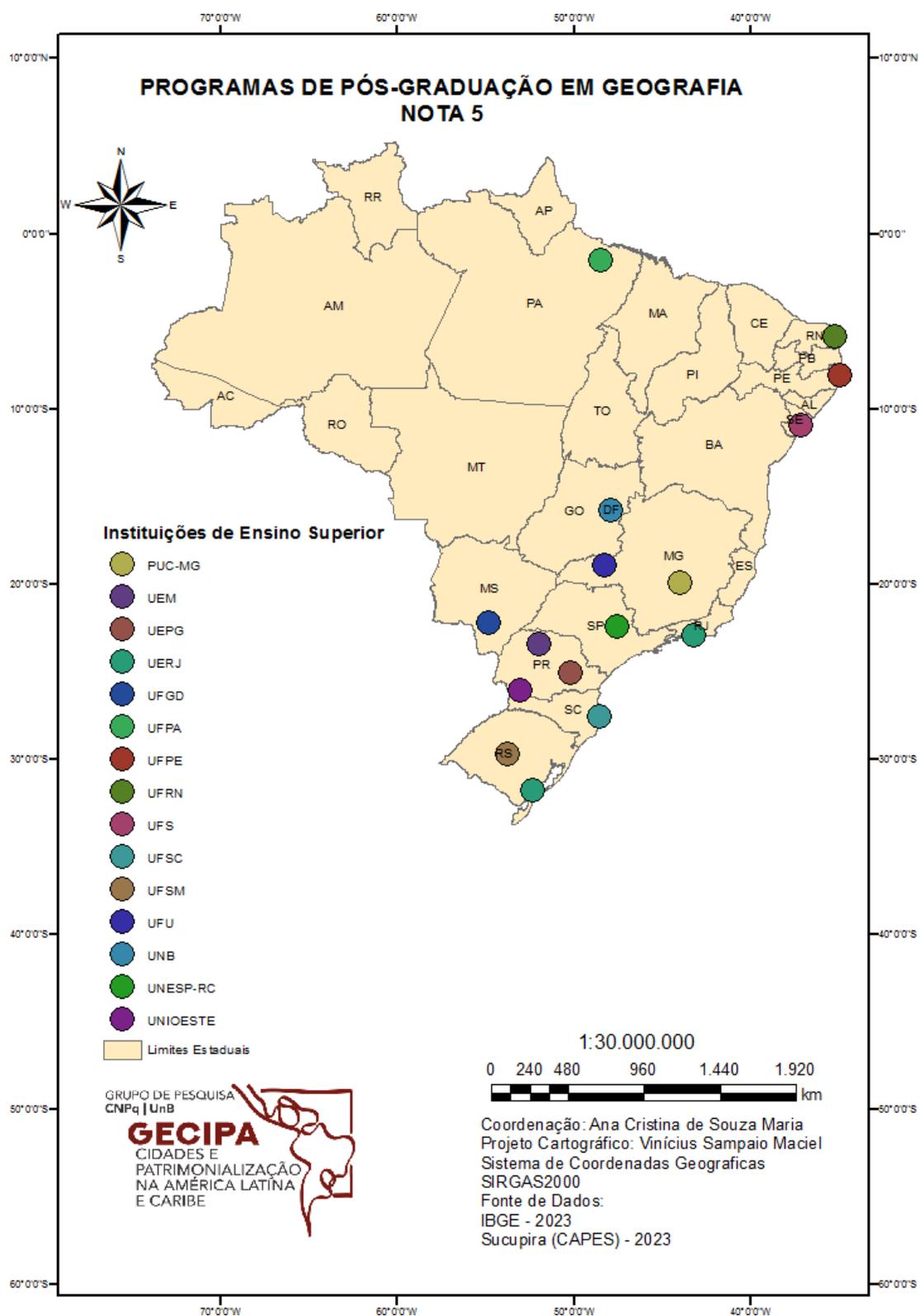
Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Mapa 10 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 4



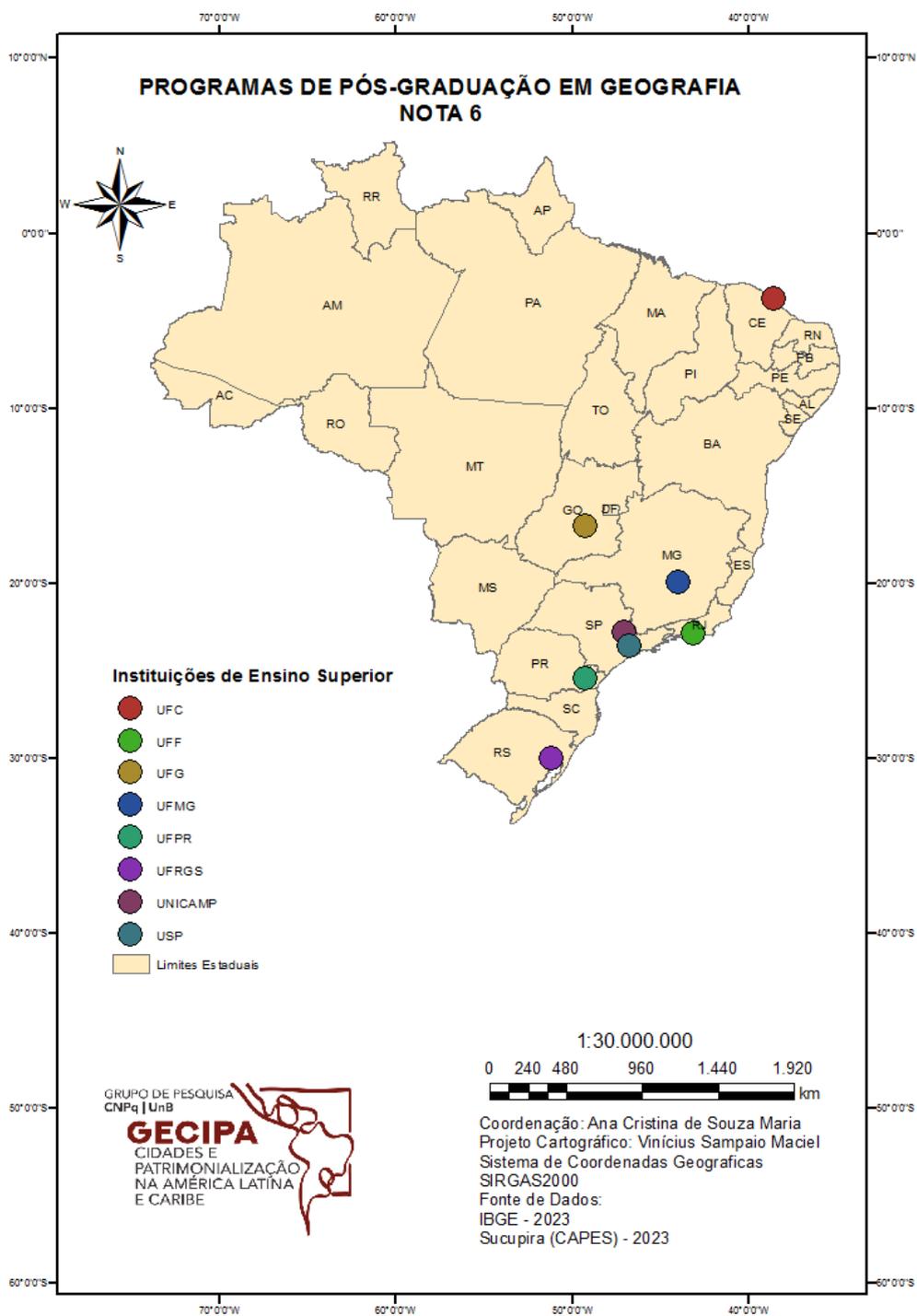
Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Mapa 11 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 5



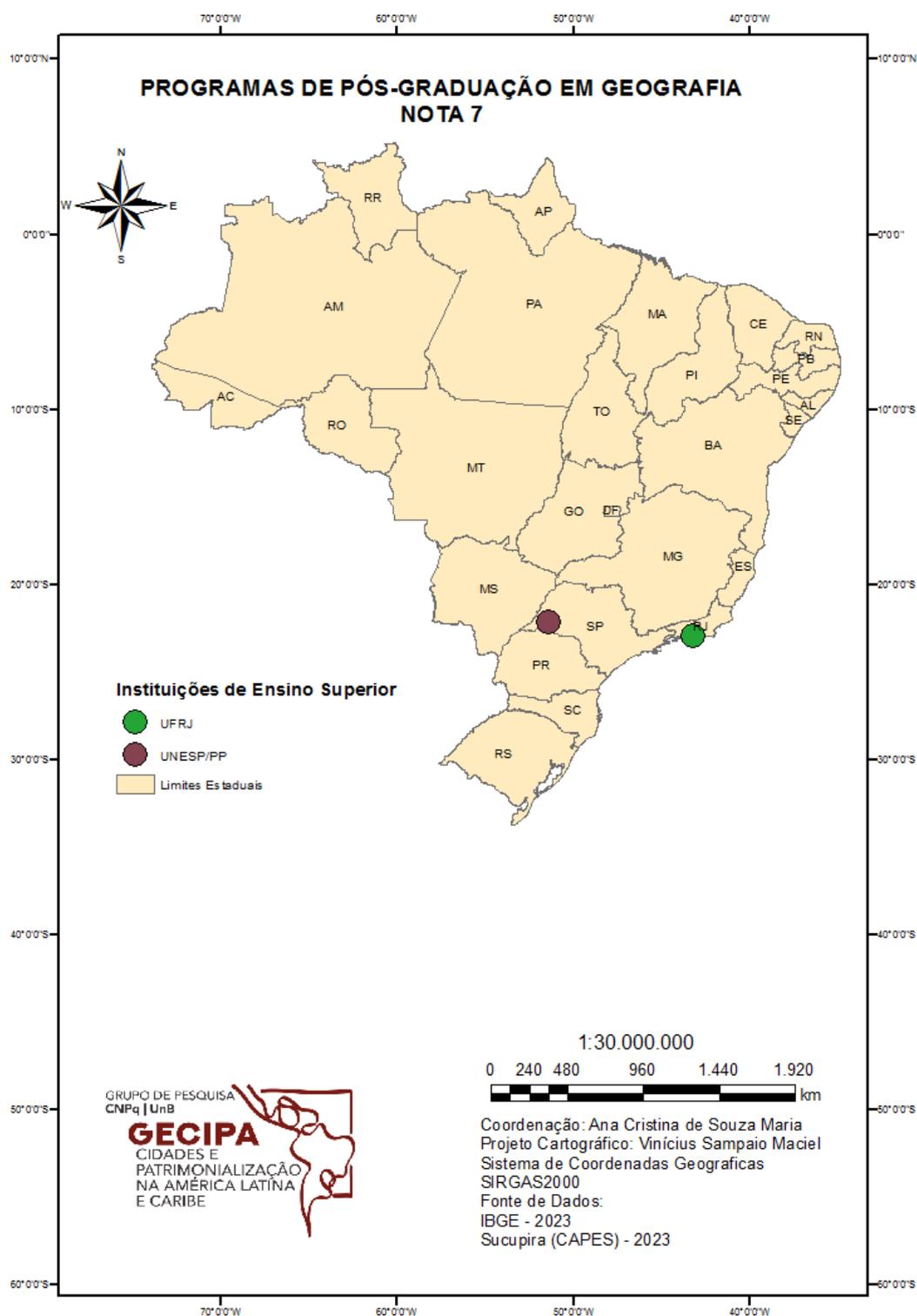
Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Mapa 12 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 6



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Mapa 13 – Programas de Pós-Graduação em Geografia nota 7



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Quadro 2 – Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil por nota

<b>Programas de Pós-Graduação em Geografia</b>	
NOTA 3	MP (IFPI), UEG, UEPA, UFAC, UFFS, UFMA, UFMS, UFR, UFRN, UFV, UNEB, UNIFAL, UNIFAP
NOTA 4	MP (UNESP-PP, UFRN, UEFS); UFPI, FURG, UERJ, UERN, UESB, UFAL, UFCAT, UFF, UFMT, UFRR, UFPEL, UFSJ, UFT, UNEMAT, UVA-CE, UFU, UFSCAR, UNIMONTES, UECE, UEL, UEMA, UFAM, UFBA, UFES, UFJ, UFMS, UFPB-JP, UFRRJ, UNESP-REITORIA, UNICENTRO, UNIOESTE, UNIR
NOTA 5	UFJF, UFSE, PUC-RIO, PUC-MG, UEM, UEPG, UERJ, UFGD, UFPA, UFPE, UFRN, UFSC, UFMS, UFU, UNB, UNESP-RC, UNIOESTE
NOTA 6	UFC, UFF, UFG, UFMG, UFPR, UFRGS, UNICAMP, USP
NOTA 7	UFRJ, UNESP-PP

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira, CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Conforme representa o quadro acima e de acordo com Paes (2023), os programas com nota 6, mesmo que lentamente, já demonstram uma relativa dispersão, embora ainda majoritariamente localizados no Sudeste (USP – Geografia Humana, USP – Geografia Física, Unicamp, UFF e UFMG), Sul (UFPR e UFRGS), com 1 no Nordeste (UFC). Ou seja, enquanto na região Sudeste 20% dos seus programas são nota 6, a região Norte ainda não apresenta nenhum programa nessa faixa de notas, e a região Centro-Oeste, só agora, possui 1 programa, na UFG.

Isso posto, como há uma concentração dos programas de Pós-Graduação com notas 6 e 7 nas regiões Sudeste e Sul, a situação se repete nos resultados dos projetos aprovados em editais de fomento da CAPES, do CNPq e das agências estaduais de fomento à pesquisa.

Paes (2023) ainda esclarece que os cursos com nota 5, aqueles que apontam o estágio de consolidação dos PPGs, concentram-se no Sul e Sudeste, com 70,15% do total, enquanto o Centro-Oeste e o Nordeste contam com apenas dois cursos com essa nota. A região Norte, que não possuía nenhum curso com nota 5, conta agora com a UFPA. Na região Sul, a autora observou que 84,61% dos programas encontram-se na faixa das notas 4 e 5, indicando uma estabilidade na consolidação de programas.

Concordamos com Lencioni (2013), quando enfatizou que paira um certo

reduccionismo no meio acadêmico, o qual apreende a atuação da CAPES relacionada apenas ao apoio financeiro dado aos programas de Pós-Graduação e, principalmente, à avaliação dos programas de Pós-Graduação. Para a autora, esses dois aspectos (apoio e avaliação) estão diretamente relacionados entre si, pois atualmente dependendo da nota atribuída ao programa é que é disponibilizado aporte financeiro; quanto maior a nota, maior o será o recurso disponibilizado.

Dentre as ações da CAPES, tem especial importância para a qualidade e o sucesso alcançado pela Pós-Graduação brasileira o processo de avaliação, que, concomitantemente, orienta a formação de recursos humanos pós-graduados stricto sensu para a produção intelectual de impacto científico dos grupos de pesquisa, para o alto desempenho de processos econômicos inovadores e para a necessária e obrigatória ampliação da qualidade do trabalho acadêmico e para a elevação da dinâmica produtiva do país (BRASIL, 2020).

No entanto, cabe destacarmos que o Brasil conseguiu, em um curto prazo, construir um sistema de pós graduação diferenciado e de impacto mundial por sua abrangência e qualidade, colocando-o com maior visibilidade no mapa da ciência internacional e isso ocorreu devido ao processo de avaliação. Ou seja, por mais que existam pontos a serem melhorados, o processo de avaliação da CAPES é único no mundo; não existe nenhum outro país que realize a avaliação dos programas de Pós-Graduação semelhante e com a dimensão alcançada do que o Brasil.

É necessário refletir e atuar nas ações de incentivo aos programas com notas 3, 4 e 5. Pois, se não ocorrem incentivos ou políticas públicas para esses programas 3, 4 e 5 e seus pesquisadores, como estes programas irão melhorar a nota ou buscar ações de internacionalização? As políticas de avaliação da CAPES e do CNPq precisam atuar de maneira conjunta nessa questão, pois ambas, ainda colocam a responsabilidade para o professor e a para a universidade.

Na Tabela 1, observa-se que o Brasil Central possui apenas 15 programas de pós-graduação na área, que corresponde a 18,7% dos programas de Geografia do país, inserindo-se em um contexto de poucos programas de Pós-Graduação em Geografia. Desses, apenas 6 programas possuem níveis de mestrado e doutorado, UFG, UFJ, UFMS Dourados e Campo Grande, UnB e UFU. Os demais possuem apenas o nível de mestrado.

Tabela 1 – Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil Central por nota

<b>Estado</b>	<b>PPG</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Nota</b>
Goiás	UFG	1995	6
	UFCAT	2008	4
	UFJ	2009	4
	UEG Goiás	2019	3

Mato Grosso	UFMT Cuiabá	2003	4
	UFMT Rondonópolis	2010	3
	UNEMAT Cáceres	2015	4
Mato Grosso do Sul	UFGD Dourados	2007	5
	UFMS Campo Grande	2013	4
	UFMS Três Lagoas	2014	4
	UFMS Aquidauana	2014	3
Distrito Federal	UnB	1996	5
Minas Gerais	UFU	1998	5
Tocantins	UFT	2013	4
	UFNT Araguaína	2023	A

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira, CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Conforme evidencia a Tabela 1, dos quinze programas de Pós-Graduação em Geografia, quatro deles são mais bem avaliados: apenas um tem a nota 6, o PPGEO IESA/UFG e três possuem nota 5, o da UnB, UFU e da UFGD; o que evidencia a importância dos programas para a região. Este foi um quesito utilizado como determinante na escolha dos três programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil Central a serem estudados na tese.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, conceito 6. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, que possui a nota 5 e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, também com nota 5 na avaliação da CAPES.

Outro dado interessante que ajudou a balizar nossa escolha é que esses três PPG'S foram criados quase que simultaneamente, conforme demonstra a Tabela 2. Analisando a tabela também podemos considerar que as linhas de pesquisa dos três programas se assemelham.

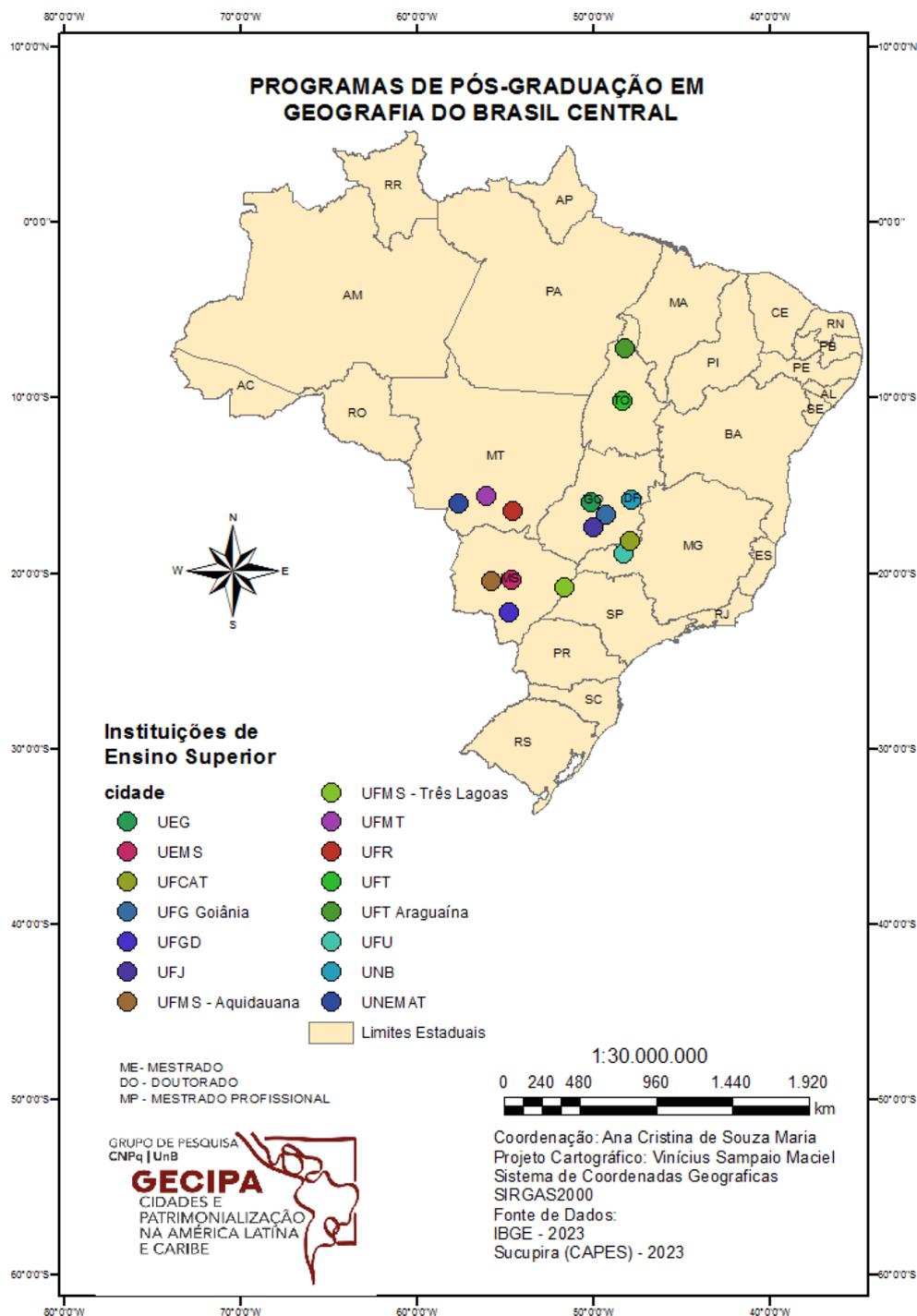
Tabela 2 – Linhas de pesquisa das instituições

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Número de docentes</b>	<b>Área de concentração</b>	<b>Linhas de Pesquisa</b>
UFG	Goiânia	Mestrado	1995	28	Natureza e Produção do Espaço	Dinâmica Socioespacial
		Doutorado	2007			Análise Ambiental e tratamento da informação geográfica
						Ensino aprendizagem de Geografia
UnB	Brasília	Mestrado	1996		Gestão Ambiental e	Análise de Sistemas Naturais

		Doutorado	2011	26	Territorial	Geoprocessamento
						Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional
UFU	Uberlândia	Mestrado	1998	28	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais	Dinâmicas Territoriais
		Doutorado	2003			Estudos Ambientais e Geotecnologias
						Educação Geográfica e Representações Sociais

Fonte dos dados: página dos PPGs em Geografia. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2022).

Mapa 14 – Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil Central



Fontes: IBGE/ Sucupira (Capes).

Portanto, consideramos que os dados ora apresentados evidenciam e justificam a importância significativa dos três programas de Pós-Graduação em Geografia e de sua produção científica estudada na tese, em um contexto regional e nacional.

### **CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA-ACADÊMICA DO PP GEO – UFG**

Trabalhamos neste capítulo a caracterização da produção científica-acadêmica em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Goiás, ao longo dos 28 anos de sua existência; a partir do esforço empreendido em identificar os temas mais estudados na produção discente do programa ao longo de sua história.

Esta caracterização foi produzida com vistas a traçar o perfil do programa acadêmico, sendo parte dos dados levantados a partir do site da CAPES, do site da Plataforma Sucupira e obtidos, também, em entrevista realizada com o coordenador sobre o trabalho desempenhado e a vivência cotidiana no programa.

#### **3.1 Breve histórico da Universidade e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG**

Universidade Federal de Goiás foi fundada no ano de 1960 com a fusão de cinco faculdades<sup>45</sup>. A UFG possui campus nos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Goiás. A universidade oferece recursos, infraestrutura, laboratórios, bibliotecas especializadas e acesso a bases de dados geográficos permitem a condução de pesquisas de relevância.

O curso de Geografia da UFG, por sua vez, teve origem vinculada ao Centro de Estudos Brasileiros, centro este que foi idealizado em uma “Semana de Planejamento”, realizada pela universidade, por sugestão do professor Darcy Ribeiro, que na época era reitor da Universidade de Brasília (UnB) e do professor Agostinho Silva, também daquela instituição de ensino (PPC IESA/UFG, 2015).

O Centro de Estudos Brasileiros reuniu intelectuais goianos de renome e abriu espaço para a estruturação de uma área de conhecimento direcionada para os estudos regionais, inicialmente com um curso de Introdução aos Estudos Goianos (UFG 40 anos: Memória e Vida) (PPC IESA/UFG, 2015).

A UFG foi fundada em 14 de dezembro de 1960, já o Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) teve sua fundação em 1965, juntamente com o curso de Geografia. O reconhecimento do curso ocorreu em 1968, o Mestrado foi criado em 1995 e o Doutorado em

---

<sup>45</sup> As cinco faculdades que deram origem à Universidade Federal de Goiás (UFG) são: Faculdade de Direito de Goiás (fundada em 1937), Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás (fundada em 1939), Faculdade de Medicina de Goiás (fundada em 1950), Faculdade de Filosofia de Goiás (fundada em 1952) e Faculdade de Engenharia de Goiás (fundada em 1953). Essas cinco instituições foram fundidas para formar a Universidade Federal de Goiás em 14 de dezembro de 1960.

2007, conforme evidencia a figura 3, que representa a ordem cronológica dos principais acontecimentos que remetem à história do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG.

Figura 3 – Linha do tempo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG



Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (agosto/ 2023).

Com a implantação do regime militar de 1964, o Centro de Estudos Brasileiros foi extinto, ocorrendo uma adequação das disciplinas ministradas à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFG. Em 1965, foram criados os cursos de História e Geografia, quando foi aprovado o Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG. O curso de Geografia foi reconhecido em novembro de 1968, conforme solicitação do Reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz (PPC IESA/UFG, 2015).

Já o Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás foi criado 27 anos depois, em 1995, com o curso de Mestrado e, em 2007, com a implantação do nível de doutorado. A criação do doutorado ampliou a inserção do programa na comunidade acadêmica regional, nacional e internacional, com a perspectiva de fortalecer área de concentração e se consolidou em nível mestrado, doutorado e pós-doutorado<sup>46</sup>.

Em consonância com o Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2020, realizado pela CAPES, o PPGEO possui como área de concentração Natureza e Produção do Espaço e três linhas de pesquisa: Dinâmica Socioespacial, Análise Ambiental e tratamento da informação geográfica e Ensino aprendizagem de Geografia. Esta área de concentração ampara a busca em interpretar, a partir do pensamento geográfico e de suas ferramentas as configurações territoriais e socioambientais em diferentes escalas. Considera-se, neste pleito, o papel desempenhado por diferentes atores que desenvolvem o espaço geográfico.

A área de concentração visa fortalecer o conhecimento acerca da produção acadêmica sobre o território brasileiro. Com esta perspectiva buscou-se um envolvimento com as diversidades culturais, sociais, econômicas e ambientais, produzidas e presentes no território

<sup>46</sup> Ver: <https://ppgeo.iesa.ufg.br/p/34044-apresentacao-e-historico>.

brasileiro e em outros países, despertando e ampliando o interesse da comunidade acadêmica nacional e internacional. Esse fato se expressa, objetivamente, pela maior visibilidade do programa, pelos crescentes intercâmbios e pela capilaridade da produção técnico-científica do corpo docente e discente (Relatório Quadriênio 2017-2020).

Como visto, portanto, a Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás abrange uma ampla gama de temas de pesquisa que vão desde as análises mais tradicionais da dinâmica espacial até abordagens mais contemporâneas e interdisciplinares, como Geografia Urbana, Geotecnologias, Análise Ambiental e Geografia Cultural.

O programa tem como principal objetivo promover a formação de docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados nas áreas de abrangência propostas para o desenvolvimento da pesquisa territorial, fortalecer as capacidades de investigação do território nacional para dar maior clareza nas intervenções de uso territorial e na produção do espaço. Visando desempenho de seus membros na pesquisa avançada e no ensino superior; na capacitação para o desenvolvimento de ações de planejamento territorial e ambiental, junto a órgãos estatais e não estatais; criar alternativas que promovam novas formas de desenvolvimento nacional e regional a partir de uma visão conjunta entre atores, setores, informações e ideias; desenvolver pesquisas que refletem a relação sociedade e natureza, observando diferentes escalas e abordagens, visando o respeito a diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas<sup>47</sup>.

A ampliação do espaço físico do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), instituto onde o programa está inserido, potencializou o aumento da quantidade e qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão do programa, e fortaleceu os laboratórios desse instituto, dinamizando o programa como um todo. A Pós-Graduação em Geografia da UFG também se destaca por sua inserção na comunidade e sua contribuição para a sociedade. Muitos projetos de pesquisa têm impacto direto em políticas públicas, planejamento urbano, gestão ambiental e outras áreas relevantes. Promovendo a aproximação entre a academia e a sociedade<sup>48</sup>.

O IESA oferta uma variedade de cursos de graduação e Pós-Graduação relacionados aos estudos socioambientais. Na graduação os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Ambientais. Na Pós-Graduação (stricto sensu), os cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia, Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais. Além desses cursos, o IESA também oferece programas de extensão, cursos de especialização

---

<sup>47</sup> Ver: <https://ppgeo.iesa.ufg.br/p/34044-apresentacao-e-historico>.

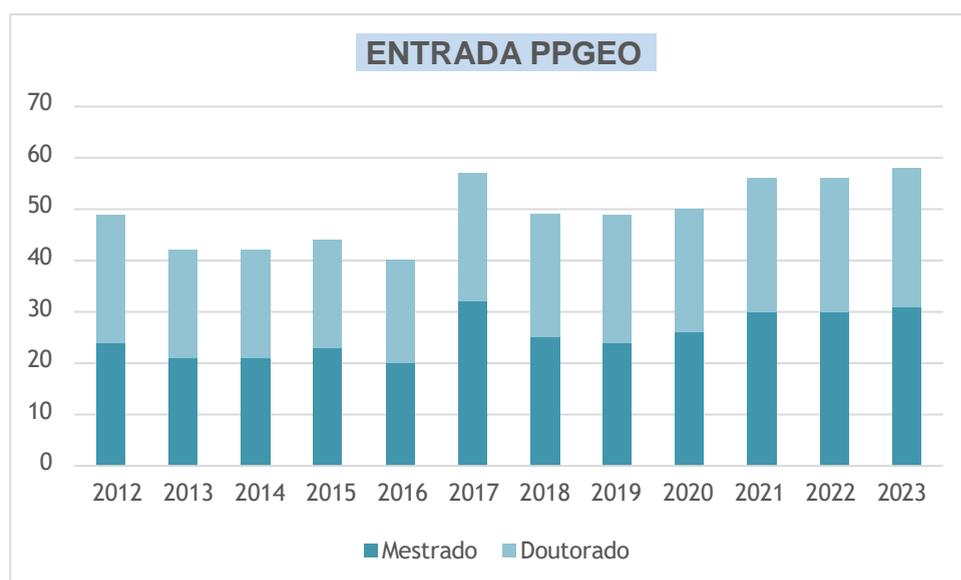
<sup>48</sup> Ver: <https://ppgeo.iesa.ufg.br/p/34044-apresentacao-e-historico>.

e outras atividades acadêmicas voltadas para a área socioambiental.

### 3.2 Dados e gerais e caracterização do Programa

O PPGEO da UFG possui atualmente, em dezembro de 2023, 180 discentes matriculados, ingressantes nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Gráfico 3 – Dados de ingresso ao PPGEO UFG



Fonte dos dados: Plataforma Sucupira, CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O PPGEO da UFG atualmente está associado a 9 laboratórios, que incluem bibliotecas setorializadas; sala de reuniões; salas com computadores e equipamentos específicos. Além de contar com recursos de informática disponibilizados no Instituto de Estudos Socioambientais e com a infraestrutura da biblioteca da UFG.

Quadro 3 – Laboratórios PPGEO UFG

Laboratórios	Docentes PPGEO associados
CIPGEO – Centro Integrado de Pesquisa em Planejamento Geográfico	Ivanilton José de Oliveira
CLIMAGEO – Laboratório de Análise da Atmosfera e Paisagem	Gislaine Cristina Luiz e Juliana Ramalho
LABGEO – Laboratório de Geologia aplicada	Cláudia Valéria
LABOGEF - Laboratório de Geomorfologia, Pedologia e Geografia Física	Guilherme Taitson Bueno

LABOTER - Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais	Marcelo Rodrigues Mendonça
LAGENTE – Laboratório de estudos de gênero, étnico raciais e diversidades	Alecsandro J. P. Ratts
LAPIG - Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento	Elaine Barbosa da Silva
LEPEG - Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Geográfica	Lana de Souza Cavalcanti

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Atualmente o programa está associado a 19 grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq:

Quadro 4 – Grupos de pesquisa PPGeo UFG

<b>Grupo de Pesquisa</b>	<b>Líderes</b>
<b>Linha Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica</b>	
Geocologia das Paisagens do Cerrado	Karla Maria Silva de Faria
Análise multidisciplinar da paisagem	Claudia Valeria de Lima;
Grupo de Pesquisa em Estudos de Climatologia do Cerrado-GEPECC	Gislaine Cristina Luiz
<b>Linha Dinâmica Socioespacial</b>	
Espaço e diferença	Alecsandro José Prudêncio Ratts;
Geografia Cultural: Territórios e Identidade	- (verificar)
Teoria e Metodologia da Geografia (GEOtema)	Denis Castilho
Grupo de Estudos de Imaginário, Paisagem e Transculturalidade	Valéria Cristina Pereira Silva
Dinâmica Territorial em Goiás	Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira Joao Batista de Deus
Cidades, Fronteiras e Populações Tradicionais -	Manuel Calaça
Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU)	Marcelo Rodrigues Mendonça
Espaço, sujeito e existência	Eguimar Felício Chaveiro
Lux Festas - Festas populares	Carlos Eduardo Santos Maia
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais	Manuel Calaça
<b>Linha Ensino-Aprendizagem de Geografia</b>	
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Ensino e Ambiente	Eliana Marta Barbosa de Moraes

Grupo de Estudos e Pesquisa em Cartografia para Escolares	Miriam Aparecida Bueno
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Cidade	Lana de Souza Cavalcanti e Vanilton Camilo de Souza
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica	Lana de Souza Cavalcanti
Rede de Pesquisa em Educação e Cidade	Lana de Souza Cavalcanti
Rede Colaborativa de Ensino de Cidade	Lana de Souza Cavalcanti

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O PPGeo tem por objetivo a atuação de seus membros na pesquisa avançada, no magistério superior e na Educação Básica; na formação para desenvolver atividades de planejamento territorial e ambiental, junto a instituições governamentais e não governamentais; a criação de alternativas que fomentem novos modos de desenvolvimento nacional e regional baseando-se em visões integradas entre atores, setores, informações e ideias; e o desenvolvimento de estudos que contemplem a relação unitária entre a sociedade e a natureza, observando as diferentes escalas e abordagens, primando pelo respeito à pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas.

Segundo Luiz e Morais (2023), a partir do ano 2012, como consequência da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, houve significativa ampliação do espaço físico do Instituto de Estudos Socioambientais, onde o PPGeo está localizado. Associada à outras ações de crescimento, potencializou-se o aumento em quantidade e qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo os laboratórios vinculados ao programa.

Assim, é notório o avanço efetivo que o PPGeo da UFG vem obtendo com a criação de núcleos e grupos de estudos e pesquisas, cursos de extensão e de Pós-Graduação, laboratórios e convênios.

Acerca do REUNI e da expansão da educação superior brasileira, Mancebo e Vale (2013) destacam-se que esta expansão é um tema complexo que compreende, pelo menos, quatro grandes linhas: 1- ações do governo federal expandindo vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior, ou pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, pela expansão do número de instituições, ou ainda com a reestruturação do setor, como é o caso do REUNI; 2- a expansão da Pós-Graduação com a redefinição de seus rumos no sentido do empresariamento do conhecimento; 3- uma forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino, com destaque à utilização do EaD e 4- um aumento expressivo das IES com fins lucrativos, privado-mercantis (Mancebo e Vale, 2013, p. 82).

Portanto, o REUNI não só ampliou o espaço físico dos programas de Pós-Graduação, mas aumentou a quantidade de Técnicos Administrativos em Educação, técnicos de laboratório, docentes e proporcionou a abertura de novos cursos.

### **3.3 Perfil do corpo docente: formação acadêmica**

Identificar a trajetória de formação acadêmica do corpo docente é um dado interessante, pois, em decorrência disso, podemos identificar sua instituição de origem, o que de sobremaneira influencia na produção de conhecimento por meio de suas pesquisas acadêmicas, a partir das orientações de mestrado e doutorado desenvolvidas.

Para isso, realizou-se levantamento para identificar o corpo docente na página do PPGEO. A partir desse levantamento, foram identificados 28 professores credenciados que orientam dissertações e teses no programa. Após esse levantamento foi criado um banco de dados no Microsoft Excel, por meio da consulta individual ao Currículo Lattes de cada docente do programa, para identificar dados da instituição em que este se qualificou no Mestrado e Doutorado, títulos das dissertações e teses, orientação e ano de defesa.

Como pode ser observado no quadro XX, o corpo docente é formado por um quadro de professores pós-graduados em diversas universidades brasileiras e atuantes em distintas vertentes da Geografia.

Atualmente, o PPGEO conta com 28 docentes em seu quadro permanente. Dos quais 12 pertencem a linha Análise e Tratamento da Informação Geográfica, 10 compõem a linha Dinâmica Socioespacial e 7 integram a linha Ensino-Aprendizagem em Geografia. Fazem parte do quadro de professores 4 docentes colaboradores, sendo 1 na linha Análise e Tratamento da Informação Geográfica e 3 na linha Dinâmica Socioespacial.

São docentes experientes com formação na graduação, mestrado e doutorado em Geografia, Geociências, Educação, História, Arquitetura e Urbanismo. Conforme resolução, o credenciamento segue fluxo contínuo, ficando a entrada de novos docentes condicionada às demandas do Programa. Já o recredenciamento dos docentes do quadro permanente ocorre a cada dois anos (Luiz e Morais, 2023). Houve novo credenciamento, por meio de Edital, no ano de 2023.

Quadro 5 – Formação acadêmica em nível de Mestrado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG

<b>Pesquisador</b>	<b>Área</b>	<b>IES</b>	<b>Título da Dissertação</b>	<b>Orientação</b>	<b>Ano</b>
Adriano Rodrigues de Oliveira	Geografia	UNESP/PP	A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena/SP	Antonio Nivaldo Hespanhol	2003
Adriana Olivia Alves	Geografia	UNESP/PP	Planejamento Ambiental Urbano na microbacia do córrego da Colônia Mineira	Antonio Cezar Leal	2004
Alecsandro José Prudêncio Ratts	Geografia	USP	Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará	Antônio Carlos Robert Moraes	1996
Carlos Eduardo Santos Maia	Geografia	UFRJ	Segregação Residencial Urbana: análise teórica e síntese comparativa entre as perspectivas positiva e marxista	Roberto Lobato Corrêa	1994
Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira	História	UFG	REGIAO DA ESTRADA DO BOI: USOS E ABUSOS DA NATUEZA	Antonio Texeira Neto	1989
Cláudia Valéria de Lima	Geociências	UNICAMP	Natureza composicional e perspectivas metalogenéticas de rochas metassedimentares intercaladas em basaltos komatiíticos do Greenstone Belt de Piumhi- MG,	Alfonso Schrank	1996
Denis Castilho	Geografia	UFG	A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição	Eguimar Felício Chaveiro	2009
Denis Richter	Geografia	UNESP/PP	Professor(a), para que serve este ponto aqui no mapa? A construção das noções espaciais e o ensino da Cartografia na formação do Pedagogo(a)	Fátima Aparecida Dias Gomes Marin	2004
Eguimar Felício Chaveiro	Educação	UFG	O ensino de geografia da UFG e o desenvolvimento do pensar geográfico	José Carlos Libâneo	1996

Eliana Marta Barbosa de Moraes	Geografia	USP	A idéia de natureza na prática cotidiana	Valter Casseti	2000
Fabrizia Gioppo Nunes	Geologia	UFPR	Levantamento de áreas de riscos a partir da dinâmica geoambiental das encostas da Serra do Mar - pr	Alberto Pio Fior	2002
Gislaine Cristina Luiz	Geografia	UFG	Estudo do Impacto Ambiental a partir da Análise Espaço-Temporal da Região Vão do Paranã-GO	Eduardo Delgado Assad	1998
Guilherme Taitson Bueno	Geografia	UNESP/RC	Origem e evolução das ilhas de areia lavada em interflúvios e suas relações com os compartimentos geomorfológicos (Bacia do Jaú-AM): uma história de desequilíbrios da cobertura pedológica	Nádia Regina do Nascimento	2001
Ivanilton José de Oliveira	Geografia	USP	Solo pobre, terra rica: paisagens do cerrado e agropecuária modernizada em Jataí-GO	Claudette Barriguella Junqueira	2002
João Batista Pereira Cabral	Geociências	UNESP/RC	Utilização de técnicas de segmentação e componentes principais de imagens TM para o estudo da concentração de sedimentos em suspensão no reservatório de Barra Bonita-SP	Paulina Setti Riedel	2001
Juliana Ramalho Barros	Geografia	UNESP/RC	A chuva no Distrito Federal: o regime e as excepcionalidades do ritmo	João Afonso Zavattini	2003
Karla Maria Silva de Faria	Geografia	UFG	Caracterização dos Remanescentes de Cerrado e suas relações com o uso e ocupação das terras na Alta Bacia do Rio Araguaia	Selma Simões de Castro	2006
Laerte Guimarães Ferreira Júnior	Geologia	UNB	Discriminacao de Produtos de Alteracao Hidrotermal atraves de Espectrorradiometria e Analise de Imagens DÍgitais TM	Paulo Roberto Meneses	1993

Lana de Souza Cavalcanti	Educação	UFG	O ensino de Geografia em escolas de ensino fundamental de Goiânia	José Carlos Libâneo	1990
Manoel Calaça	Geografia	UNESP/RC	Características da Pequena Produção no Estado do Acre	Miguel César Sanches	1983
Manuel Eduardo Ferreira	Geologia	UNB	Análise do Modelo Linear de Mistura Espectral na Discriminação de Fitofisionomias do Parque Nacional de Brasília (Bioma Cerrado)	Edson Eyji Sano	2003
Marcelo Rodrigues Mendonça	História	UFG	A Questão Regional e o Campesinato: A Alhicultura em Catalão-Goiás	Gilka Vasconcelos Salles	1998
Maximiliano Bayer	Geografia	UFG	Diagnóstico dos processos de erosão/assoreamento na planície aluvial do rio Araguaia, entre registro de Araguaia(GO) e Cocalinho(MT)	Edgardo Manuel Latrubesse	2002
Miriam Aparecida Bueno	Geografia	UFMG	A Cartografia e o ensino de Geografia na escola fundamental: um estudo de caso	Janine Gisèle Le Sann	1998
Ronan Eustáquio Borges	Geografia	UNESP/PP	As indústrias de produtos alimentares de Uberlândia: redes e fluxos	Eliseu Savério Sposito	2000
Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva	Geografia	UNESP/PP	Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás - GO	Bernardo Mançano Fernandes	2003
Vanilton Camilo de Souza	Educação	UFMG	As estratégias utilizadas pelos professores leigos de Geografia na construção de seu Conhecimento	Lucíola Licínio Castro Paixão Santos	1999
Valéria Cristina Pereira Silva	Geografia	UNESP/PP	Ícones de uma Cidade em Expansão: imaginário e memória	Jayro Gonçalves Melo	2002

Fonte: Plataforma Lattes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

A análise da tabela permite constatar que nas dissertações realizadas pelos docentes, 11 foram realizadas em áreas correlatas à Geografia, como História, Geociências, Educação,

Sistemas, Geologia. Dos 28 docentes que compõem a Pós-Graduação da UFG, 18 realizaram suas dissertações em Geografia.

Com relação à instituição de ensino, verifica-se também a concentração das universidades do Sudeste brasileiro, principalmente as universidades paulistas, a USP (Universidade de São Paulo) e as estaduais UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) como formadoras desses professores; com 6 dissertações defendidas na UNESP Campus Presidente Prudente, 4 dissertações na UNESP Campus Rio Claro e 3 dissertações defendidas na USP. As demais instituições de ensino, com exceção da UFPR e UnB, também se concentram no Sudeste. Entretanto, chama-nos atenção o fato da formação em nível de mestrado pela própria UFG, formadora de 8 docentes.

O Quadro 6 mostra a trajetória acadêmica de formação em nível de doutorado dos pesquisadores que compõem o programa da UFG.

Quadro 6 – Formação acadêmica em nível de Doutorado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG

<b>Pesquisador</b>	<b>Área</b>	<b>IES</b>	<b>Título da Tese</b>	<b>Orientação</b>	<b>Ano</b>
Adriano Rodrigues de Oliveira	Geografia	UNESP/PP	O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural	Antonio Nivaldo Hespanhol	2010
Adriana Olivia Alves	Geografia	UNESP/PP	Contribuição teórico-metodológica para o ensino de Geomorfologia	João Osvaldo Rodrigues Nunes	2010
Alecsandro José Prudêncio Ratts	Antropologia Social	USP	O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros	Kabengele Munanga	2001
Carlos Eduardo Santos Maia	Geografia	UFRJ	Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo: Pirenópolis - a tradição cavalheiresca e sua rede organizacional	Roberto Lobato Corrêa	2002
Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira	Geografia	USP	Vão do Paraná-estruturação de um território regional	Claudete Barriguela Junqueira	1997
Cláudia Valéria de Lima	Geologia	UNB	Quantificação de taxa erosiva e estudo de perfis de alteração na bacia do rio Jardim	José Carlos Gaspar	2002

Denis Castilho	Geografia	UFG	Modernização territorial e redes técnicas em Goiás	Tadeu Alencar Arrais	2014
Denis Richter	Geografia	UNESP/PP	Raciocínio Geográfico e Mapas Mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio	Fátima Aparecida Dias Gomes Marin	2010
Eguimar Felício Chaveiro	Geografia	USP	Goiânia: uma metropole em travessia	Francisco Capuano Scarlato	2001
Eliana Marta Barbosa de Moraes	Geografia	USP	O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia Escolar	Sônia Maria Vanzella Castellar	2011
Fabrizia Gioppo Nunes	Geologia	UFPR	A influência do uso e ocupação do solo nas vazões de pico na bacia hidrográfica do rio atuba	Alberto Pio Fiori	2007
Gislaine Cristina Luiz	Geotecnia	UNB	Influência da relação solo-atmosfera no comportamento hidromecânico de solos tropicais não saturados: estudo de caso - Município de Goiânia-GO	Luis Fernando Martins Ribeiro	2012
Guilherme Taitson Bueno	Geografia	UNESP/RC	Podzolização das lateritas da alta bacia amazônica: Mecanismos, características mineralógicas dos produtos neoformados e relações com a evolução da paisagem	Nádia Regina do Nascimento	2009
Ivanilton José de Oliveira	Geografia	USP	Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros	Marcello Martinelli	2008
João Batista Pereira Cabral	Geologia	UFPR	Análise da sedimentação e aplicação de métodos de previsão para tomada de medidas mitigadoras quanto ao processo de assoreamento no reservatório de Cachoeira Dourada - GO/MG	Luiz Alberto Fernandes	2006

Juliana Ramalho Barros	Geografia	UNESP/RC	Clima e doenças respiratórias: um estudo geográfico aplicado ao Distrito Federal, Ano de obtenção	João Afonso Zavattini	2006
Karla Maria Silva de Faria	Geografia	UFG	Paisagens Fragmentadas e Viabilidades de Recuperação para a sub-bacia do rio Claro (GO)	Selma Simões de Castro	2011
Laerte Guimarães Ferreira Júnior	Sensoriamento Remoto	University of Arizona	Monitoring the spatial and temporal dynamics of the Brazilian Cerrado physiognomies with spectral vegetation indices: An assessment within the Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia	Alfredo Huete	2001
Lana de Souza Cavalcanti	Geografia	USP	A construção de conceitos geográficos no ensino. Uma análise de conhecimentos geográficos de alunos de 5ª e 6ª séries do ensino Fundamental	José Willian Vesentini	1996
Manoel Calaça	Geografia	UNESP/RC	Violência X Resistência: Movimento dos Seringueiros de Xapurí e a Proposta de Reserva Extrativista	Beatriz Soares Pontes	1993
Manuel Eduardo Ferreira	Ciências Ambientais	UFG	Modelagem da Dinâmica de Paisagem do Cerrado	Fausto Miziara	2009
Marcelo Rodrigues Mendonça	Geografia	UNESP/PP	A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano	Antônio Thomaz Júnior	2004
Maximiliano Bayer	Ciências Ambientais	UFG	Transporte e geoquímica dos sedimentos do rio araguaia e evolução quaternária da planície aluvial. Implicações ambientais	Edgardo Manuel Latrubesse	2010

Miriam Aparecida Bueno	Ensino e His. de Ciências da Terra	UNICAMP	Atlas escolares municipais como uma proposta regional de formação de professores	Maurício Compiani	2008
Ronan Eustáquio Borges	Geografia	UNESP/RC	No meio da soja, o brilho dos telhados: implantação da Perdigão em Rio Verde (GO) e as transformações e impactos socioespaciais	Silvia Selingardi Sampaio	2006
Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva	Geografia	USP	Patrimônios goianos: lugar e território. Estudo das vilas rurais de Cibele e Caiçara e seus conteúdos	Marta Inez Medeiros Marques	2009
Vanilton Camilo de Souza	Geografia	UFG	O processo de construção do conhecimento geográfico na formação inicial de professores	Lana de Souza Cavalcanti	2009
Valéria Cristina Pereira Silva	Geografia	UNESP/PP	Os Girassóis de Pedra: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo	Eda Maria Góes	2008

Fonte: Plataforma Lattes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

A análise do quadro de formação acadêmica em nível de doutorado revela também uma diferenciação em relação ao perfil de formação, se comparado ao nível de mestrado. As áreas correlatas que apareceram no doutorado foram Antropologia Social, Geologia, Geotecnia, Sensoriamento Remoto, Meio Ambiente e Ciências da Terra, com 10 doutores formados nessas áreas. Os demais 18 docentes que compõem o programa fizeram seus doutoramentos em Geografia. Em relação à instituição de ensino, o eixo Sudeste brasileiro também se destaca, com 7 docentes doutores pela USP, 5 doutores formados pela UNESP Campus Presidente Prudente e 4 pela UNESP Campus Rio Claro. Chama atenção o fato da presença da própria instituição UFG na formação de seus docentes, com 5 docentes doutores pela própria instituição.

Em entrevista concedida à pesquisadora, o coordenador do PPGeo, prof. Denis Richter<sup>49</sup>, ao descrever como foi sua inserção no programa, destaca que, durante o doutorado, desenvolvido entre 2006-2009, este era professor em uma IES no interior de Mato Grosso do Sul:

<sup>49</sup> Entrevista concedida a autora pelo Professor Denis Richter, via Google Meet, no dia 24 de novembro de 2023.

Desenvolvi meu doutorado e ingressei em uma universidade federal no interior de MS: a UFMS. Trabalhei até o final do doutorado nesta instituição. Terminado o doutorado tive a vontade de ingressar em um centro de pesquisa da área de ensino de Geografia um pouco mais fortalecido, ocasião em que abriu vaga aqui na UFG, em um concurso sobre didática de Geografia e pensei, vou tentar. Fiz o concurso para essa que é minha área e ingressei na UFG em 2011, onde trabalho até então na área de didática, estágio supervisionado e cartografia escolar. Desde então, faço parte do Laboratório de Ensino de Geografia, composto por sete professores, que envolvem desde graduação, Pós-Graduação e e atividades com extensão. Nesse período, ingressei na Pós-Graduação, já orientava tcc's nessa temática de ensino e hoje oriento trabalhos de mestrado e doutorado que versam sobre o ensino de Geografia, formação de professores e cartografia escolar.

Durante a entrevista, perguntamos ao professor coordenador Denis quais foram as influências teóricas e metodológicas que nortearam sua formação acadêmica, acerca disso, o professor comentou:

Uma grande referência foi o texto do Yves Lacoste, A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Vejo nele uma leitura geográfica mais crítica, superando um pouco a descrição, foi um autor que percorreu minha formação. E também Milton Santos, é impossível não tomar como referência sua vasta produção científica. Ruy Moreira, Roberto Lobato Corrêa, Berta Bechker, Helena Calai, Lana Cavalcanti e Sônia Castelar foram referências importantes para a Geografia no campo do ensino. E na Cartografia Escolar: Livia de Oliveira, Maria Helena Simielli, Elza Passini, Rosângela Doin de Almeida etc. São autoras que constituem a minha ideia sobre Geografia e aquilo que estudo na Geografia que é o campo da Educação Geográfica, voltada para a linguagem cartográfica em sala de aula.

### **3.4 Áreas de concentração e linhas de pesquisa**

Conforme abordado anteriormente, o programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, criado em 1995, sendo portanto, o primeiro programa de Pós-Graduação da região Centro-Oeste.

Pereira (2019), ao discorrer sobre a criação do programa, destaca a articulação dos atores envolvidos nesse processo e nos lembra que a fundação do programa ocorreu pela articulação da comunidade acadêmica, quando Valter Casseti era pró-reitor de pesquisa e Pós-Graduação da instituição, entre 1994 a 1998. Nesse período, os membros do departamento atuaram com o objetivo de consolidar e fortalecer o PPGE. Docentes como Manuel Calaça, Selma Simões de Castro e Maria Geralda de Almeida (in memoriam) ajudaram a estruturar o programa (Pereira, 2019, p. 27).

Atualmente a área de concentração do PPGEO é Natureza e produção do espaço. As pesquisas realizadas, tanto as coordenadas por docentes como as empreendidas por discentes de

mestrado e doutorado têm se articulado, ao longo desses 28 anos, as três linhas de pesquisa indicadas no Quadro 7:

Quadro 7 – Linhas de pesquisa PPGeo - UFG

<b>Área de concentração</b>	<b>Linhas de pesquisa</b>
Natureza e Produção do Espaço	1- Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica;
	2- Dinâmica Socioespacial;
	3- Ensino-Aprendizagem em Geografia.

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Quando foi criado o Mestrado, a área de concentração era Natureza e a Apropriação do Espaço no Cerrado. Portanto, suas abordagens eram voltadas aos níveis locais e regionais.

Em 2007, momento em que foi implantado o Doutorado, houve alteração da área de concentração que passou a ser Natureza e Produção do Espaço. Assim, o programa se consolidou e esta consolidação se expressa, objetivamente, pela crescente participação de discentes e docentes de várias partes do Brasil e do exterior, por meio dos intercâmbios, parcerias e pela capilaridade de recursos e produção técnico-científica (Relatório Quadriênio 2017-2020).

A modificação na área de concentração, conforme evidencia o Quadro 8, ocorreu visando contemplar o ingresso de novos docentes ao programa, articulando-o internamente. De acordo com Pereira (2019), a reformulação da área de concentração possibilitou ampliação das temáticas de pesquisa, para além das direcionadas ao Cerrado.

Quadro 8 – Modificações na Área de concentração e Linhas de pesquisa

<b>Área de concentração</b>	
<b>Natureza e Apropriação do Espaço no Cerrado</b>	<b>Natureza e Produção do Espaço</b>
<b>Período</b>	
(1995-2006)	(2013-atual)
<b>Linhas de Pesquisa</b>	
1. Estudos Geoambientais	1. Análise e tratamento da informação geográfica
2. Formação Regional: política, economia e cultura	2. Dinâmica socioespacial
3. Geografia e práticas educativas	3. Ensino-aprendizagem de Geografia

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

De acordo com o Relatório da Avaliação Quadriênio 2017-2020, desde o ano de 2013, a área de concentração do programa mudou para “Natureza e Produção do Espaço” é a sua

identidade acadêmica, o que permite que o programa se insira na produção do conhecimento, acompanhando as tendências emergentes relacionadas às pesquisas da Geografia no país. Essa identidade acadêmica consiste em uma inserção fundamentada na contribuição do programa em três pontos:

- 1) beneficia o desenvolvimento local, regional e nacional, em termos de formação de pesquisadores e de professores;
- 2) estimula a produção do conhecimento científico, técnico e a difusão social do conhecimento em diversos meios, com foco em pesquisas voltadas a temas atuais e relevantes à sociedade;
- 3) oferece apoio à educação básica e outros níveis e modalidades de ensino.

Assim, podemos dizer que as transformações pelas quais passou o programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG são vistas na pesquisa e extensão, com a estruturação de projetos e programas. Porém, é na Pós-Graduação que tais mudanças se mostram mais evidentes, devido ao perfil ao curso, voltado para uma formação profissional impulsionadora do senso crítico. Segundo Pereira (2019):

Por ter conseguido reconhecimento acadêmico e relevância científica, o PPGeo acompanhou as exigências desse novo patamar, possuindo como objetivo geral: oferecer subsídios para a formação de uma consciência crítica. E, nesse sentido, o desenvolvimento de uma prática social que, ao mesmo tempo que questiona o modelo de desenvolvimento implantado, ofereça elementos alternativos para uma sociedade mais justa (Pereira, 2019, p.29).

Segundo Lecioni (2013, p.18) um olhar sobre as grandes linhas de pesquisa dos programas revela grandes mudanças nas temáticas de pesquisa dos programas de Pós-Graduação em Geografia que vem sendo desenvolvidas. Revela que só se compreende tais mudanças contextualizando-as, mesmo que de forma generalizada. Para a autora, se são os homens que produzem sua história segundo as condições históricas dadas, as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos programas de Geografia também são concebidas segundo condições históricas dadas, pois guardam relação com o contexto em que se foram criadas, incluindo-se aí o de ordem epistemológica, aqui não considerados.

A autora ressalta que agora é a vez do ambiente, da análise ambiental, dos espaços de sustentabilidade, dos sistemas de informação geográfica, dos modelos de análise espacial, da gestão, do ordenamento territorial, da cultura... Longe de se pensar que são meros modismos, essas mudanças emanam de uma lógica e de um momento da história, nesse sentido são uma resposta tanto conjuntural como epistemológica (Lecioni, 2013).

A formação dos discentes do PPGeo estrutura-se em grandes eixos da produção do

conhecimento geográfico: Geografia física, Geografia humana, Cartografia e Geotecnologias e o Ensino de Geografia. Os estudos desenvolvidos na Linha I - Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica contemplam análises relacionadas ao planejamento e gestão ambiental, impactos ambientais, ecoturismo, cartografia e geotecnologias aplicadas a estudos geográficos. Os estudos da Linha II - Dinâmica Socioespacial envolvem as análises relacionadas ao planejamento e gestão do território, desenvolvimento socioeconômico, espaços urbanos e rurais, turismo e cultura. E as pesquisas da Linha III - Ensino-Aprendizagem de Geografia são direcionadas às análises pertinentes à educação, com foco no ensino e aprendizagem dos conteúdos de Geografia e temáticas afins.

As linhas de pesquisa do PPGEIO abarcam a diversidade da pesquisa geográfica desenvolvida no Brasil e, especialmente, na região do Cerrado, permitindo aperfeiçoar competências e habilidades desenvolvidas pelos profissionais egressos do programa. Cada linha de pesquisa possui um coordenador que a representa junto à coordenação, garantindo agilidade e isonomia na resolução de demandas internas e externas, resguardando suas particularidades (Relatório Quadriênio 2017-2020).

Os eixos temáticos relacionados à Linha de Pesquisa Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica são os seguintes: Análise e Cartografia de paisagens; Análise e Cartografia do turismo; Climatologia e Geografia da saúde; Climatologia: dinâmica atmosférica, variabilidade e vulnerabilidade climática; Cobertura e uso da terra: mapeamento, organização e dinâmica territorial; Diagnóstico e monitoramento ambiental com plataformas aéreas não tripuladas; Dinâmica atmosférica, variabilidade e vulnerabilidade climática; Gênese e evolução das paisagens tropicais; Geodiversidade, geoconservação e geopatrimônio; Geoecologia; Impactos ambientais em paisagens do Cerrado; Modelagem de dados espaciais; Monitoramento biofísico ambiental; Monitoramento de impactos ambientais; Processos e formas de relevo em paisagens tropicais; Processos entre superfície e atmosfera; Recursos hídricos e análise de bacias hidrográficas.

Os docentes que atuam na linha são: Cláudia Valéria de Lima, Fabrizia Gioppo Nunes, Gislaine Cristina Luiz, Guilherme Taitson Bueno, Ivanilton José de Oliveira, João Batista Pereira Cabral, Juliana Ramalho Barros, Karla Maria Silva de Faria, Laerte Guimarães Ferreira Júnior, Luis Felipe Soares Cherem, Manuel Eduardo Ferreira e Maximiliano Bayer.

Os eixos temáticos relacionados à Linha de Pesquisa Dinâmica Socioespacial são os seguintes: Agronegócio, questão agrária, campesinato e disputas territoriais; Espaço, sujeito, existência, relações étnico-raciais e de gênero, políticas e manifestações socioculturais; Estudos urbanos (redes urbanas, regiões metropolitanas, ordenamento territorial, municípios, cidades

pequenas e médias, distritos e aglomerados, dinâmica econômica); Geografia e literatura, imaginário da cidade, memória urbana e espaços noéticos; Dinâmica Populacional e território; Políticas públicas, agroecologia, movimentos sociais e desenvolvimento territorial; Produção do espaço urbano e políticas governamentais; Redes técnicas e produção do território; Teoria e metodologia da Geografia, genealogia acadêmica da Geografia e história do pensamento geográfico; Trabalho, ambiente e saúde: grandes empreendimentos e efeitos territoriais.

Os docentes que atuam na linha são: Adriano Rodrigues de Oliveira, Alecsandro José Prudêncio Ratts, Carlos Eduardo Santos Maia, Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Denis Castilho, Eguimar F. Chaveiro, Manoel Calaça, Marcelo Rodrigues Mendonça, Ronan Eustáquio Borges e Valéria Cristina Pereira Silva.

Os eixos temáticos relacionados à Linha de Pesquisa Ensino-Aprendizagem de Geografia são os seguintes: Formação de Professores em Geografia; Ensino de Geografia e fundamentos teórico-conceituais; Currículo e políticas educacionais; Componentes físico-naturais no Ensino de Geografia; Ensino de cidade e Geografia; Cartografia escolar; Metodologias e conteúdos de ensino de Geografia; Geotecnologias aplicadas ao ensino de Geografia; Práticas e diversidades culturais; Formação cidadã.

Os docentes que atuam na linha são: Adriana Olivia Alves, Alecsandro José Prudêncio Ratts, Denis Richter, Eliana Marta Barbosa de Moraes, Juliana Ramalho Barros, Lana de Souza Cavalcanti, Miriam Aparecida Bueno e Vanilton Camilo de Souza.

Para Pereira (2016), as pesquisas que se voltam para a história do pensamento geográfico são de fundamental importância para a avaliação do desenvolvimento da ciência, acompanhamento das continuidades e/ou rupturas de certas tendências na Geografia.

Em entrevista a coordenação, indagou-se sobre a produção do conhecimento do programa no qual o docente se insere. Ao ser solicitado que definisse “que Geografia” produz o programa de Pós-Graduação que participa, o coordenador, professor Denis Richter, nos mostrou informações muito interessantes das linhas de pesquisa do PPGeo, que servem de base para nossa reflexão e problematização sobre a produção de conhecimento dos programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil Central, os quais seguem relatados a seguir:

De fato, considero que é uma geografia de múltiplos temas. Mas o que nós temos enquanto programa, um ponto que nos une e integra enquanto programa e que você discute em sua tese: trabalhamos bastante com o Brasil Central e temos uma relação de escala com o Cerrado muito forte, com a questão do bioma Cerrado, com as práticas sociais, desafios, questões ambientais, o processo de ocupação, os desafios urbanos, os problemas ambientais ligados ao Cerrado, as temáticas mais emergentes ligadas a essa escala vem ocupando local de destaque em nossa produção.

Segundo Richter, é comum nas três linhas tomar como referência esta escala do cerrado. O coordenador destacou que na primeira linha, Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica, o Cerrado é tomado como escala de análise a partir do espectro de sua referência como bioma e domínio morfoclimático, é pensado a partir das bacias hidrográficas e também analisado a partir do tratamento das imagens. Exemplo disso é o trabalho do LAPIG, laboratório que desenvolve pesquisas sobre pastagens, desmatamento e as transformações ao longo dos anos.

Enquanto a linha de dinâmica socioespacial irá se ocupar muito com os povos cerradeiros. Com a cultura produzida pelo cerrado e a relação do uso e ocupação do cerrado nas últimas décadas com relação a questão do agronegócio. É nítido como vemos que nas últimas décadas, grande parte da produção agrícola de monocultura do Brasil, a maior produção hoje em dia está nos solos do cerrado.

E todas as linhas possuem laboratórios que acabam fortalecendo os estudos nessa temática. Enquanto na linha de Ensino e Aprendizagem de Geografia, temos muitas vezes discussões de conteúdos que referenciam ao cerrado nessa escala de Brasil Central. Então vemos, por exemplo, como se trabalha o Cerrado nas propostas curriculares, ou seja, como a BNCC aborda este conteúdo. Trabalhamos com a demandas e desafios dos professores sobre como trabalhar esses conteúdos em sala de aula e produzimos materiais nessa temática: cartilhas, materiais didáticos pedagógicos sobre como trabalhar o cerrado no ensino de Geografia. Também temos outras discussões, mas o cerrado acaba sendo um ponto de referência para análise. Então as referências teóricas metodológicas são amplas e articuladas, não somente, mas em grande parte, com a escala do cerrado nessa referência do Brasil Central.

De acordo com a tese de Inocêncio (2010, p. 24), o processo de ocupação do Cerrado ocorreu a partir da década de 1970 e relaciona-se ao processo de reafirmação do modo capitalista de produção que funde seus interesses ao do Estado Nacional. Este apodera-se do espaço de forma a rearticulá-lo a outras áreas mais dinâmicas dentro do circuito produtivo mundial. Assim, o estudo do Cerrado engloba as ações públicas de ordenamento territorial; a conjuntura internacional da mudança dos padrões alimentares; as estratégias geopolíticas de interiorização do desenvolvimento, balizadas pelo apelo público de ocupar os “vazios demográficos”, reforçando a tese de que o Cerrado era um espaço improdutivo e subutilizado que, para não sucumbir ao esquecimento, deveria ser incorporado aos interesses mercadológicos por meio dos avanços técnicos e científicos.

Para a autora, a modernização territorial do Cerrado, com a dinamicidade de seu ritmo e sua complexidade, apesar do conteúdo técnico e da conjuntura mundial, teve importantes elementos do meio físico que somados aos demais completaram o arcabouço teórico capaz de sustentar o deslocamento da fronteira em direção às terras do interior do Brasil (Inocêncio, 2010).

Nessa tese, Inocêncio (2010), sob orientação do Prof. Manuel Calaça, estudou o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, o PRODECER, que se estabeleceu nos solos do cerrado, impondo um processo desterritorializante dos modos tradicionais de vida do “povo cerradeiro”.

Por meio de acordo de capital privado/público, brasileiro e japonês, o objetivo do programa foi estabelecer áreas de ocupação e produção agrícola no Cerrado que pudessem abastecer o mercado internacional, como forma de regular a oferta de produtos e consequentemente forçar a queda dos preços. O principal cultivo produzido nas áreas do projeto foi a soja, produto considerado base da alimentação de alguns países orientais, com destaque para o Japão (Inocêncio, 2010, p. 28).

O PRODECER representou o conjunto de forças indutoras do processo de modernização territorial em dois eixos, um formado pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e outro por Minas Gerais, Bahia, Tocantins e Maranhão, de maneira a entrelaçar os espaços sob o jugo do capital (Inocêncio, 2010, p. 241).

Assim, segundo Inocêncio (2010), para entender a modernização do Cerrado é preciso reconhecer conceitos fundamentais, como o território, base para o exercício do poder do Estado frente à ação do capital transnacional; o Cerrado como território composto por aspectos culturais, naturais, políticos e socioeconômicos; a técnica e os sistemas logísticos viário e elétrico como elementos viabilizadores do capital no processo de modernização territorial.

Isso posto, ao se pensar a modernização territorial do Cerrado, passa-se pela história do PRODECER e seus efeitos, sendo o Cerrado de hoje, fruto de um conjunto de ações gestadas em âmbito mundial, decorrente de ações públicas consorciadas às privadas (Inocêncio, 2010). Concordamos com a autora quando esta, por sua vez, argumenta que o Estado foi peça chave nesse processo, pois estabeleceu o conjunto das condições primeiras para que as ações do capital internacional pudessem se especializar no Cerrado, territorializando-se.

Esse entendimento nos leva a concordar com Inocêncio (2010, p. 23), quando esta afirma que a aplicação desses capitais produziu grande impacto em diversas áreas (siderurgia, papel, celulose, mineração) principalmente na agricultura, por meio da qual, o capital se propagou pelo Cerrado, desencadeando grandes efeitos territoriais. Esses efeitos vêm sendo estudados ao longo da história do PPGE, em pelo menos 26 trabalhos desenvolvidos no decorrer do intervalo espaço-temporal adotado nesta tese.

Nesse sentido, há que se concordar com Chaveiro (2010), quando aborda a urbanização do Cerrado enquanto uma das características que mais representam os sentidos das mudanças de seu uso e da ocupação, desde a década de 1970. Para o autor, a leitura integrada do Cerrado

impõe aglutinar o quanto possível as noções de Bioma e Território. E quanto mais é alardeada a sua importância enquanto Bioma, mais este se torna um objeto de disputas territoriais.

Ao confrontarmos a hipótese de que os usos corporativos do território no Brasil Central balizam a produção do conhecimento geográfico, seja como adesão ou como resistência, nos deparamos com os estudos realizados por Chaveiro (2013). Segundo o autor, como resultado das atividades desempenhadas no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Dinâmicas Territoriais (LABOTER), do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, houve a elaboração de uma “abordagem territorial do Cerrado”, leitura que teve como objetivo superar uma visão do Cerrado brasileiro apenas em critérios baseados no conceito de Bioma, ao tomar como cerne de interpretação, componentes como a ocupação historicamente constituída, o seu uso, a dimensão cultural, a ação dos atores e sujeitos, as escalas de poder, a diferenciação dos lugares, os conflitos de classes e o delineamento do cotidiano.

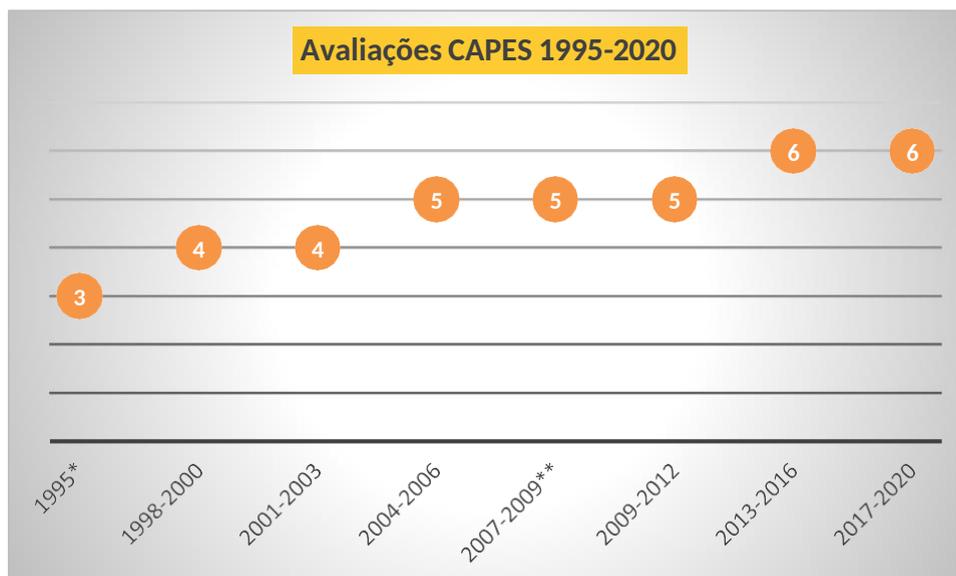
Para Chaveiro (2013), as abordagens territoriais do Cerrado nos evocam a compreensão sobre a categoria “território usado” no Brasil Central, por meio de conflitos, diferenças e escalas de poder. De acordo com o autor:

A inserção dos lugares no bojo da economia nacional e internacional, atravessada pela divisão territorial do trabalho, exige considerar, também, o critério estratégico da posição de centralidade do Brasil Central. Isso porque a participação do Estado brasileiro pela via da política territorial, por exemplo, na construção de Goiânia, Brasília e Palmas (TO), o pacto entre as elites locais e agentes do Estado nacional, a importância das fronteiras com o norte do país servindo de zona de passagem para a colonização da chamada região amazônica; o papel do relevo que facilitou a atividade mecânica no começo da denominada “modernização da agricultura”; a potencialidade hídrica e hidrográfica que atualmente exerce muita importância no desenvolvimento do agronegócio e outras dimensões exercem um papel ativo na estrutura dos municípios, na estrutura da propriedade fundiária, na distribuição da renda etc. (Chaveiro, 2013, p. 29).

Portanto, nas linhas de pesquisa do PPGEIO há discussões na perspectiva agrária, na questão do processo de urbanização das cidades do cerrado. Este também é um outro tema que vem ocupando espaço na Pós-Graduação em Geografia, a questão das metrópoles da área do Cerrado. Interessante destacar que este mesmo relato também foi dito à pesquisadora na ocasião de entrevista com a profa. Beatriz Ribeiro Soares e será abordado e debatido com maior ênfase no capítulo 5, que apresenta a produção científica-acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

### 3.5 Avaliações

Gráfico 4 – Notas do PPGEU UFG nas avaliações da Capes



Fonte: CAPES, 2023. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

\*1995: Início do curso de Mestrado

\*\*2007: Início do curso de Doutorado

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás é nota 6 na avaliação da CAPES, desde 2013.

### Prêmios

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás recebeu o Prêmio Aziz Nacib Ab'Saber para o egresso Elizon Dias Nunes, intitulada “Modelagem de processos erosivos hídricos lineares no Município de Mineiro”, sob orientação da Profa. Dra. Selma Simões de Castro e Coorientação do Prof. Dr. Jorge Montenegro, no XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, em Porto Alegre/RS, na UFRGS, em 2017.

### 3.6 Periódicos associados ao programa

Atualmente existem quatro periódicos associados na base do programa e que contribuem efetivamente na divulgação do conhecimento científico: Ateliê Geográfico, Boletim Goiano de Geografia, Signos Geográficos e Terceiro Incluído.

Tabela 3 – Periódicos PPGEU UFG

	<b>Periódicos Associados ao PPGEU - UFG</b>		
	<b>2010-2012</b>	<b>2013-2016</b>	<b>2017-2020 vigente</b>
<b>Ateliê Geográfico</b>	B3	B1	A2
<b>Boletim Goiano de Geografia</b>	A2	A2	A1
<b>Signos Geográficos</b>	B5	B4	A2
<b>Terceiro Incluído</b>	B5	B3	B4

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira, CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Ateliê Geográfico, criado em 2007, é um periódico quadrimestral do programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás com publicação de artigos científicos revisados por pares a cegas no campo de Geografia e ciências correlatas, tais como História, Educação, Ciências Ambientais, Geociências, Antropologia, Sociologia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional<sup>50</sup>.

O periódico preocupa-se com o estudo da complexidade que permeia e afeta as relações sociais e os espaços urbanos e rurais contemporâneos, territórios, paisagens, recursos naturais e sistemas de produção. Publica artigos com base em seus méritos acadêmico e científico, visando a contribuição do conhecimento e a originalidade.<sup>41</sup>

Ateliê Geográfico também tem como escopo integrar projetos de pesquisas e pesquisadores por meio da criação de uma plataforma de rede multidisciplinar em benefício da produção intelectual e científica<sup>51</sup>.

O Boletim Goiano de Geografia é o periódico mais antigo do programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, criado em 1981, foi uma publicação semestral até dezembro de 2012. Entre 2013 e 2018, sua periodicidade passou para quadrimestral e, a partir de 2019, passou a adotar a modalidade de publicação em fluxo contínuo. Seu escopo é difundir conhecimento sobre a Geografia e áreas afins por meio da publicação de artigos científicos originais e ensaios teóricos de pesquisadores de instituições científicas de reconhecido mérito técnico-acadêmico, com o propósito de contribuir com o debate sobre o desenvolvimento social<sup>52</sup>.

O periódico Signos Geográficos - Boletim NEPEG de Ensino de Geografia é uma publicação de fluxo contínuo do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica,

<sup>50</sup> Ver em: <https://revistas.ufg.br/atelie>.

<sup>51</sup> Ver em: <https://revistas.ufg.br/atelie>.

<sup>52</sup> Ver em: <https://revistas.ufg.br/bgg>

NEPEG, vinculada ao Instituto de Estudos Socioambientais e ao programa de Pós-Graduação em Geografia, criada em 2019. Possui como escopo a difusão de conhecimentos sobre Ensino de Geografia por meio da publicação de ensaios teóricos e artigos científicos resultantes de investigações de pesquisadores a fim de contribuir com as discussões desta temática e, assim, fomentar o desenvolvimento da Geografia Escolar<sup>53</sup>.

Temas relevantes como formação de professores, ensino-aprendizagem, cartografia escolar, políticas públicas para a educação geográfica, conteúdos geográficos no ensino, entre outros, são encontrados com frequência no Signos Geográficos - Boletim NEPEG de Ensino de Geografia<sup>54</sup>.

Terceiro Incluído é um periódico editorado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental e Transdisciplinaridade, sediado no IESA/ UFG. É uma revista semestral criada em 2011, que publica temas transdisciplinares e coloca-se como instrumento para (re)aproximar áreas do saber, a fim de promover um salto qualitativo na ciência e na sociedade, sob uma perspectiva transdisciplinar<sup>55</sup>.

Seu foco e escopo direciona-se à divulgação de trabalhos em educação ambiental e ao desenvolvimento teórico-metodológico, epistemológico transdisciplinar, sob seus pilares: complexidade, diferentes níveis de realidade e a lógica ternária do terceiro incluído. Para assim, dar vez e voz àqueles empenhados em elaborações teóricas e aplicadas que visam um salto qualitativo na ciência. Intenta estimular intercâmbios entre diversas áreas da ciência e a sociedade, a fim de lidar com problemas abrangentes e proporcionar melhor qualidade de viver<sup>56</sup>.

Há no PPGEIO outro periódico interinstitucional que envolve docentes da Unicamp, da UFPEL, da UFT e que na UFG, dois docentes colaboram, a Revista Brasileira de Educação em Geografia. O periódico, que pertence a área de ensino, não está vinculado a nenhum programa foi lançado em 2011, durante o XI Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia - ENPEG, em Goiânia-GO. Seu foco e escopo de atuação baseiam-se em tornar-se um importante veículo de divulgação científica de pesquisas sobre a educação em Geografia no Brasil e no exterior, sobretudo em países ibero-americanos, incentivando e fomentando práticas e reflexões realizadas em espaços formais e não formais de educação. Tendo como objetivo publicar, disseminar e promover gratuitamente o intercâmbio nacional e internacional de pesquisas e

---

<sup>53</sup> Ver em: <https://revistas.ufg.br/signos>.

<sup>54</sup> Ver em: <https://revistas.ufg.br/signos>.

<sup>55</sup> Ver em: <https://revistas.ufg.br/teri>.

<sup>56</sup> Ver em: <https://revistas.ufg.br/teri>.

prática educacionais ligadas a educação em Geografia em diferentes níveis de educação<sup>57</sup>.

### 3.7 Dissertações produzidas

O entendimento da trajetória de produção científica de um programa de Pós-Graduação não é uma linha regular, mas um caminho marcado por continuidades e descontinuidades que envolvem múltiplas articulações. Por isso, para entender o contexto de produção do PPGeo, optamos por periodizar as defesas realizadas, seguidas dos temas mais estudados, apresentados por meio da nuvem de palavras-chave, gerada pelo software Iaramuteq.

Conforme abordado na subseção anterior, o curso de Mestrado no PPGeo teve início em 1995 e as primeiras defesas começaram a acontecer no ano de 1998, com 4 defesas naquele ano. A primeira dissertação produzida no programa foi a de Daise Fabiana Ely, denominada “A Compartimentação e Estruturação da Paisagem no Município de Rondonópolis - MT”, orientada pelo Prof. Valter Casseti.

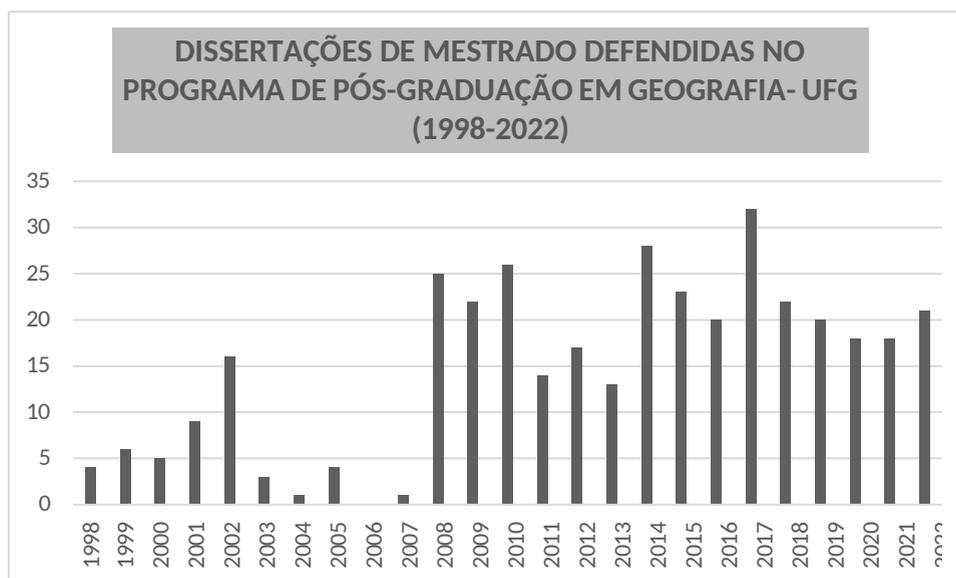
Conforme representa o Gráfico 5, em 1999 ocorreram 6 defesas. 2000, 5 defesas. 2001, 9 defesas. 2002, 16 defesas. 2003, 3 defesas<sup>58</sup>. 2004, 1 defesas. 2005, 4 defesas. 2006, 0 defesas. 2007, 1 defesas. 2008, 25 defesas. 2009, 22 defesas. 2010, 26 defesas. 2011, 14 defesas. 2012, 17 defesas. 2013, 13 defesas. 2014, 28 defesas. 2015, 23 defesas. 2016, 20 defesas. 2017, 32 defesas. 2018, 22 defesas. 2019, 20 defesas. 2020, 18 defesas. 2021, 18 defesas e em 2022, 21 defesas. Totalizando para o período analisado, 368 dissertações de Mestrado produzidas no programa.

---

<sup>57</sup> Ver em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index>.

<sup>58</sup> Ressalta-se que durante o levantamento para produção da base de dados do programa, no período compreendido entre 2003/2007 não foram encontrados nenhum registro sobre o número exato de defesas que ocorreram. Portanto, consideramos que este número pode ser maior. A ferramenta Banco de Teses e Dissertações da CAPES disponibiliza o registro a partir de 2012, então levantamos os dados a partir da página do PPGeo, que possui as teses digitalizadas desde o primeiro ano de defesas. Porém, não encontramos os dados na página do programa, nem nos registros da biblioteca da UFG sobre o número exato de defesas para o período em questão.

Gráfico 5 – Dissertações PPGEO UFG (1998-2022)



Fonte dos dados: Repositório institucional UFG e Plataforma Sucupira, CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Ou seja, de 1998 a 2022, no período de 24 anos, chama-nos atenção o crescimento do programa, que capacitou 368 profissionais em nível de Mestrado.

As defesas realizadas no quadriênio anterior (2017-2020) no âmbito do Mestrado foram: 32 em 2017; 22 em 2018; 20 em 2019 e 18 em 2020, totalizando 18 defesas de mestrado para o período.

As defesas realizadas no quadriênio vigente (2021-2024) no âmbito do Mestrado foram: 18 em 2021; 21 em 2022; totalizando 39 defesas de mestrado para o período.

Durante os vinte e quatro anos de existência do mestrado no programa foram defendidas 368 dissertações, uma produção bastante significativa.

Em nossa análise, verificamos também os recortes espaciais mais recorrentes nas dissertações produzidas no programa, conforme mostra a Tabela 4:

Tabela 4 – Recortes espaciais das dissertações do PPGE0 (1998-2022)

<b>Recorte espacial</b>	<b>Número de frequência na análise</b>
Goiânia	77
Goiás	62
Anápolis	8
Araguaia	5
Jataí	4

Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Por meio da análise da tabela acima, identificamos que o estado de Goiás, seguido pelos municípios de Goiânia, Anápolis e Jataí são os recortes mais recorrentes na análise realizada.

Em entrevista concedida para Pereira (2016) sobre o direcionamento da pesquisa para o Sul de Goiás, Maria Geralda de Almeida (in memoriam), identificou a ideia de que em Goiás há uma ênfase na expansão da grande produção, isto é, uma discussão da transformação do Cerrado em espaço ocupado pela monocultura. Para Almeida, os estudos estão centrados em um dado Goiás, que é o Goiás do Sudeste, Sudoeste e Sul (Pereira, 2016, p. 44):

[...] Os estudos da geografia agrária no que diz respeito ao espaço de Goiás seria essa visão. Estuda-se também o que as empresa, como a perdigão, e os projetos de assentamento em termos de impacto e conflitos aqui nessa região, muito pouco a geografia agrária volta-se para o Vão do Paranã, norte e nordeste de Goiás, que o [Zygmunt] Bauman diria, o espaço vazio, não existe no mapa de quem faz a Geografia agrária aqui.

De acordo com Pereira (2019, p. 134), essa afirmação enfatiza a crítica feita à ausência de pesquisas sobre o Vão do Paranã, Norte e Nordeste do estado de Goiás. Embora haja a expansão e horizontalização da produção e a possibilidade do desenvolvimento de pesquisas por todo território goiano, a dissertação de Pereira (2019) evidenciou que há uma hegemonia da produção no centro-sul de Goiás, demonstrando que a lógica real do território ecoa na lógica da distribuição da ciência e em sua organização. Assim, evidenciando, portanto, que os usos corporativos do território atuam no sentido de balizarem a produção do conhecimento geográfico.

Na entrevista concedida a Pereira (2016), Almeida (2010) apresenta as características gerais da dinâmica que envolve o desenvolvimento da agricultura de subsistência da Comunidade Kalunga, por exemplo, resiste à falta de políticas públicas e às intempéries da região, pois o nordeste goiano não foi investigado por nenhuma pesquisa. Para Almeida (2015, p. 51):

[...] A dispersão territorial em pequenas unidades produtoras, chamadas de roçados, é uma das características da economia local. As limitações topográficas e a escassez de terras férteis levam os Kalunga do Engenho II a explorar as faixas de terras marginais como encostas, topos de morros, às vezes em áreas de fazendeiros. Além disso, devido à distância, eles são obrigados a caminhar no mínimo duas horas para chegarem em seus roçados. Assim com o uso da enxada e da foice, eles plantam mandioca, milho, arroz, batata doce, abóbora, feijão, fumo e algodão, sem fertilizantes e agrotóxicos (Almeida, 2015, p. 51).

Para Almeida (2005, 2008), a cultura dos povos cerradeiros, as suas festas, a culinária, os modos de falar, os modos de vida de povos indígenas e camponeses, seus instrumentos de trabalho, os saberes, os sabores, os sons e o nível de circulação simbólica também fazem parte ativamente das transformações e sofrem fortes impactos. A ilustração a seguir evidencia as palavras-chave mais citadas nas dissertações do PPGE0.

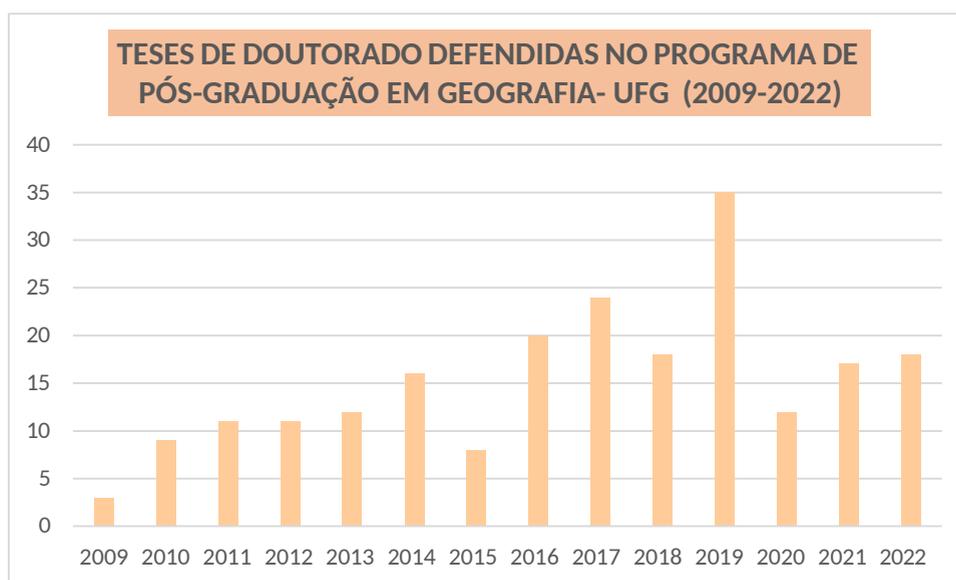


### 3.8 Teses produzidas

O curso de Doutorado do PPGEU UFG iniciou suas atividades no ano de 2007 e as primeiras defesas vieram a acontecer no ano de 2009, com 3 defesas. A primeira tese defendida no programa foi a Marcelo de Mello, intitulada: “Brasília, Águas Lindas de Goiás e o (des)encontro da racionalidade com a irracionalidade”, sob orientação da professora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira.

Conforme representa o Gráfico 6, em 2010, ocorreram 9 defesas. 2011, foram 11 defesas. 2012, 11 defesas. 2013, 12 defesas. 2014, 16 defesas. 2015, 8 defesas. 2016, 20 defesas. 2017, 24 defesas. 2018, 18 defesas. 2019, 35 defesas. 2020, 12 defesas. 2021, 17 defesas e em 2022, 18 defesas. Totalizando para o período analisado, 214 teses de Doutorado no programa.

Gráfico 6 – Teses PPGEU UFG (2009-2022)



Fonte: Repositório institucional UFG e Plataforma Sucupira, Capes (2023).  
Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

As defesas realizadas no quadriênio anterior (2017-2020) no âmbito do Doutorado foram: 24 em 2017; 18 em 2018; 35 em 2019 e 12 em 2020, totalizando 89 defesas de doutorado para o período.

As defesas realizadas no quadriênio vigente (2021-2024) no âmbito do Doutorado foram: 17 em 2021; em 18 em 2022; totalizando 35 defesas de doutorado para o período.

Durante os treze anos de existência do nível de doutorado no programa foram defendidas 214 teses de doutorado, produção bastante significativa.

Nos levantamentos de títulos das teses produzidas, verificou-se, também os recortes espaciais mais recorrentes nas teses produzidas no programa, segundo a Tabela 5:

Tabela 5 – Recortes espaciais das teses do PPGE0 (2009-2022)

<b>Recorte espacial</b>	<b>Número de frequência na análise</b>
Goiás	40
Goiânia	25
Amapá	8
Brasil	6
Distrito Federal	5

Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Como podemos verificar, os estados de Goiás, Amapá e Distrito Federal; o município de Goiânia e o Brasil são os recortes mais recorrentes na análise realizada. O município de Goiânia aparece como recorte espacial destacado para ambas as linhas do programa. A ilustração a seguir evidencia as palavras-chave mais citadas nas teses do PPGE0.



Vejo o Brasil Central não como uma área desabitada, mas o caracterizo como uma área invadida e explorada principalmente na segunda metade do século XX para cá. Onde observamos uma transformação radical da paisagem. Tínhamos área de Cerrado onde a paisagem mudou para antrópica. Isso é muito forte. E o crescimento de cidades que eram muito pequenas para cidades médias e a existência de algumas metrópoles, então você observa essa dinâmica acontecendo. Tanto na paisagem do campo, quanto na paisagem urbana. Obviamente no campo é mais latente essa transformação, de áreas de vegetação original, verificamos um processo de desmatamento intenso e campos de soja, milho ou algodão, a depender da época do ano, e esse tensionamento com os povos originários que desde então ocupavam essa área ou de pequenos agricultores, agricultura familiar tomando conta. Em grande parte, o que ocorre nas cidades do Brasil Central é em consequência da movimentação econômica do campo, reverberando nas cidades. Tomando Goiânia como exemplo, vejo que todo o processo especulativo em relação ao adensamento urbano, a valorização imobiliária, o crescimento imobiliário está fortemente ligado ao desenvolvimento do campo. É o campo investindo na cidade e não o contrário, até pode acontecer, mas o movimento mais forte é esse. A cidade acaba se tornando uma materialidade do desenvolvimento econômico gerado pelo agronegócio desenvolvido no campo. Vejo uma transformação na paisagem, um impacto ambiental gigantesco e as cidades sendo onde concentram as pessoas, cada vez menos pessoas no campo e mais pessoas nas áreas urbanas e essa relação de campo cidade cada vez mais próxima, que tem uma relação com a cultura do rural, do sertanejo muito fortalecida. Essa é a minha visão de Geografia do Brasil Central e, ao mesmo tempo, conservadora, de desgaste ambiental, muito fortalecida nos últimos anos.

Conforme abordado no capítulo 2, a interiorização da Pós-Graduação em Geografia pelo Brasil Central insere-se em um processo de modernização do território e democratização do acesso ao ensino. Portanto, atendendo aos objetivos do programa, a pesquisa desenvolvida nessas instituições possibilita atender e contemplar as demandas locais e regionais.

Nesse sentido, ao problematizar e confrontar, na entrevista, a hipótese que norteia essa tese, na qual pressupomos que os usos corporativos do território balizam a produção do conhecimento geográfico das universidades, sejam como adesão ou como resistência, o coordenador Denis destaca que:

Os programas de Pós-Graduação como os três que você destaca em sua tese não produzem somente isso, como são mais consolidados, trabalham com diferentes escalas, mas observo que a escala do Brasil Central, sobretudo tomando o bioma cerrado como referência, é um ponto de bastante destaque e isso vem mobilizando uma certa leitura que se faz da Geografia. Isso reverbera na produção científica, nos projetos de pesquisa que são coordenados pelos professores do nosso programa. Entender que Geografia é essa, inclusive o nosso programa tem essa preocupação, tem como aspecto entender o território e levar isso para o envolvimento de pesquisas, investigações, reflexões e ações de extensão de impacto na sociedade, ligadas ao tema que envolve essa escala do Brasil Central. Então é uma importante contribuição que o nosso programa vem dando para essa temática, e acredito que a tese de vocês converge e tem coerência.

Portanto, pela análise dos temas mais citados nas dissertações e teses produzidas no âmbito do programa, podemos afirmar que, de fato, a produção das três linhas de pesquisa do

PPGEO UFG efetivamente contemplam, cada uma a seu modo, o processo de apropriação e uso do Cerrado, as questões ligadas a ocupação do solo, as resistências relacionadas as culturas tradicionais e dos impactos ambientais que são ocasionados ao bioma Cerrado.

Ou seja, podemos afirmar que se constituiu no programa de Pós-Graduação a produção de uma “Geografia” do espaço local, esse, por sua vez, articulado com diferentes escalas (regionais, nacionais e internacionais) entre os principais focos de pesquisa da Pós-Graduação em Geografia da UFG.

Ainda que identificada uma grande diversidade teórica e metodológica, de acordo com Pereira (2016), há uma aproximação da produção científica do PPGEO à corrente crítica da Geografia.

Além disso, Pereira (2016) ressalta que a modernização do território goiano se configurou como o principal elemento “problematizador” dos objetos e das temáticas abordadas e registra-se o destaque para investigação mediante estudos de caso, com ênfase na porção Sul do Estado. Prova disso é o constante desenvolvimento dos estudos voltados à temática do Cerrado.

### 3.9 Egressos

Procuramos identificar também, nas Tabelas 06 e 07, o número de egressos do programa em níveis de Mestrado e Doutorado, desde o ano das primeiras defesas, quantificar e qualificar esses dados para termos uma dimensão da composição do quantitativo de discentes do sexo feminino e do sexo masculino.

Tabela 6 – Número de egressos do PPGEO doutorado (2009-2022)

<b>PPGEO – UFG</b>		
<b>Número de discentes egressos por sexo - doutorado</b>		
<b>Período</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
2009	3	0
2010	1	8
2011	5	6
2012	3	8
2013	3	9
2014	9	7
2015	4	4
2016	9	11
2017	13	11
2018	11	7
2019	19	16
2020	5	7

2021	12	5
2022	11	7
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>106</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>214</b>	

Fonte: Repositório institucional UFG e Plataforma Sucupira, CAPES (2023).Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Com referência a composição do quantitativo de discentes, por sexo, observa-se que no total geral o número de homens e mulheres é bastante equitativo, averiguando uma aproximação. Entre 2009 e 2022, foram 108 egressos do sexo masculino e, para o mesmo período, 106 egressos do sexo feminino. Somente ao observarmos ano após ano, conseguiremos identificar que nos anos iniciais do programa (2010-2013), mais mulheres concluíram seus doutorados.

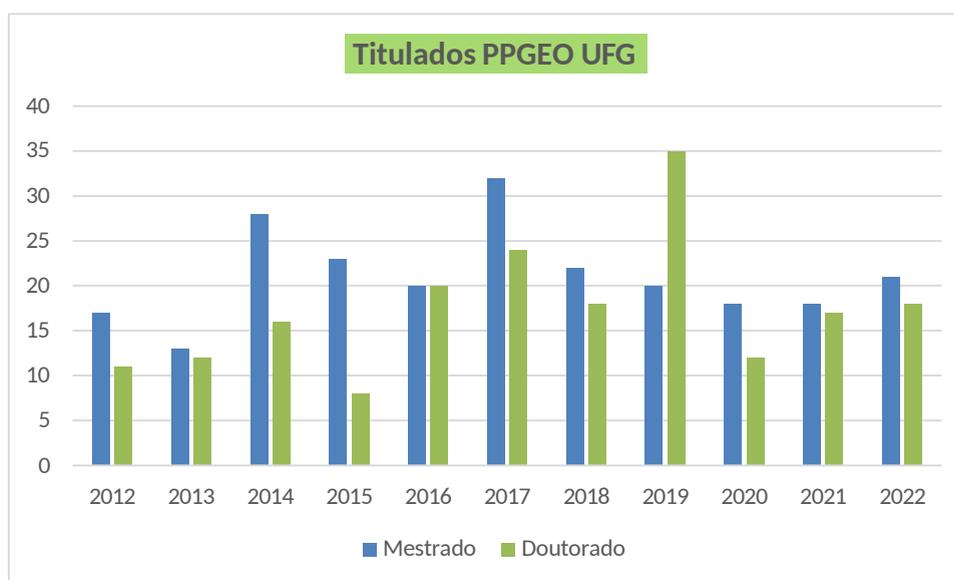
Tabela 7 – Número de egressos do PPGE0 mestrado (1998-2022)

<b>PPGEO – UFG</b>		
<b>Número de discentes egressos por sexo - mestrado</b>		
<b>Período</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
1998	2	2
1999	4	2
2000	2	3
2001	5	4
2002	7	9
2003	2	1
2004	1	0
2005	3	1
2006	0	0
2007	0	1
2008	8	17
2009	11	11
2010	9	17
2011	9	5
2012	8	9
2013	6	7
2014	16	12
2015	14	10
2016	11	9
2017	10	22
2018	13	9
2019	5	13
2020	11	8
2021	7	11
2022	13	8
<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>191</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>368</b>	

Fonte: Repositório institucional UFG e Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Em relação aos dados da Tabela 8, coletados para o nível de mestrado, estes nos permitem identificar uma diferenciação. Ou seja, ao quantificá-los ao longo da história do programa, desde o ano da primeira defesa (1998-2022), verificamos que um número maior de alunas concluiu seus mestrados no decorrer do período analisado. Foram 177 egressos do sexo masculino e, para o mesmo período, 191 egressos do sexo feminino, 14 a mais.

Gráfico 7 – Número de titulados de Mestrado e Doutorado no PPGE0



Fonte: Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Conforme representa o Gráfico 7, o número total de titulados de 2012 a 2022 foi de 423 profissionais. Titularam-se no Mestrado 232 discentes e no Doutorado 191 discentes.

Os egressos do programa são majoritariamente residentes do Estado de Goiás, havendo, todavia, egressos oriundos de vários estados brasileiros e também de outros países (Luiz e Morais 2023).

A questão da evasão do programa, que envolve o abandono ou desligamento do aluno é um ponto que merece destaque. É fato que o período pós-pandemia gerou uma evasão bem mais significativa. Segundo relato da coordenação:

Antes acontecia, mas eram casos muito específicos e poucas vezes víamos um aluno não concluindo um mestrado ou um doutorado, hoje o número de desligamentos e abandono do programa tem sido mais alto. Por inúmeras questões: de saúde mental, por acúmulo de trabalho, por iniciar um curso e depois o ritmo de vida o impossibilitou que continuasse, mas a questão da saúde mental é um dos principais pontos. Quase todos os pedidos de prorrogação de prazos e que justifiquem de algum certo modo o desligamento foram em razão direta ou indiretamente de saúde mental. São inúmeros desafios onde o motivo da evasão tem sido este, e também os pedidos de prorrogação de prazo estão ligados a isso; onde o programa vem concedendo de uma forma muito

solidária, ouvindo e entendendo toda essa situação para permitir que todo mundo possa terminar seu trabalho dentro de um tempo necessário, dentro dos limites possíveis e que dê qualidade de vida aos profissionais de fato.

### **3.10 Internacionalização, parcerias e formação de redes**

Segundo o Relatório do Quadriênio 2017-2020, desde a sua passagem pela Coordenação da Área da Geografia da mudança para o conceito 6 até o momento atual, processos internos de reflexão e autoavaliação viabilizaram várias ações no sentido de estabelecer diretrizes, para fortalecer o programa enquanto importante centro de referência nas pesquisas sobre a produção do espaço geográfico na região Centro-Oeste. Neste sentido, o PPGeo estabeleceu as diretrizes abaixo como dever, para auxiliar atingir as seguintes metas:

- 1) Incentivar a produção científica dos discentes e docentes (periódicos e livros);
- 2) Fomentar o envio de doutorandos e doutores para estágio sanduíche e pós-doutorado no exterior;
- 3) Incentivar a submissão de projetos de pesquisa e extensão em agências de fomento no Brasil e no exterior;
- 4) Consolidar a realização de parcerias com PPGs de outros estados e instituições de pesquisas internacionais;
- 5) Incentivar a participação dos docentes em projetos de extensão e ações de inserção social;
- 6) Incentivar e apoiar a participação de docentes e discentes em atividades de missão e participação em eventos no exterior;
- 7) Ampliar o número de bolsistas de produtividade em pesquisa e extensão;
- 8) Incentivar pesquisas no âmbito das bolsas produtividade do CNPq;
- 9) Fomentar, incentivar e apoiar a publicação em periódicos nacionais e internacionais de maior impacto e avaliados nos maiores estratos da CAPES;
- 10) Incentivar a publicação de livros em editoras com corpo editorial;
- 11) Consolidar a influência do PPGeo no Centro-Oeste brasileiro e em abrangência nacional e internacional.

Também em 2019, foram formadas várias comissões, a partir de ações setoriais, visando a melhoria e o crescimento do programa como um todo:

- 1) Comissão de Internacionalização;
- 2) Comissão de Autoavaliação e de Planejamento Estratégico do Programa;
- 3) Comissão de Inserção Social;
- 4) Comissão de avaliação das disciplinas do Programa;
- 5) Comissão de Projetos de Pesquisa e de Extensão;
- 6) Comissão de levantamento e acompanhamento da produção docente;
- 7) Comissão de acompanhamento dos Egressos.

O estudo do Relatório do Quadriênio 2017-2020 nos possibilitou identificar também um aumento expressivo de alunos estrangeiros cursando doutorado e mestrado no PPGeo UFG; com o incremento das atividades do programa com participação de professor/pesquisador estrangeiro, dentre elas, participação na produção conjunta com docentes do PPGeo; realização de palestras, cursos, ministrando disciplinas; participação em bancas de defesa; participação em trabalhos de campo; integrou o quadro docente do PPGeo professor visitante oriundo de instituição estrangeira (México).

Em função disso, a visibilidade do programa foi favorecida, o que permitiu maior inserção dos docentes em redes de cooperação e parcerias no desenvolvimento de atividades de pesquisa, culminando no aumento da produção dos docentes no exterior, por meio de artigos e capítulos de livros.

Hoje, a internacionalização do PPGeo extrapola o eixo Sul-Norte - Estados Unidos e Europa, e amplia suas ações aos países do eixo Sul-Sul (América Latina e da África).

O Programa continua centrando esforços para ampliar as interações com programas de Pós-Graduação em Geografia de outras instituições federais e estaduais, mas também de instituições internacionais. Resultante destes esforços, foram mantidas, consolidadas e ampliadas as parcerias que estavam em vigor até ano de 2017, além de outras parcerias implementadas nos anos de 2018 e 2019, consolidadas no ano 2020. Dados do Relatório do Quadriênio 2017-2020 mostram que as parcerias no âmbito nacional ocorrem com pelo menos 26 IES brasileiras, como mostra o Quadro 9:

Quadro 9 – Parcerias nacionais firmadas PPGeo

1- Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	14- Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
2- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	15- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
3- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);	16- Universidade Estadual de Goiás (UEG)

4- Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	17- Universidade Estadual do Ceará (UEC)
5- Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	18- Universidade Federal do Piauí (UFPI)
6- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	19- UniEvangélica (GO)
7- Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	20- Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)
8- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	21- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG)
9- Universidade Federal de Sergipe (UFS)	22- Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT)
10- Universidade Federal do Tocantins (UFT)	23- Instituto Federal do Amapá (IFAP)
11- Universidade Estadual de Roraima (UERR)	24- Instituto Federal de Brasília (IFB)
12- Universidade de Brasília (UnB)	25- Instituto Federal de Goiás (IFG)
13- Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	26- Universidade Federal de Jataí (UFJ)

Fonte: Relatório do Quadriênio 2017-2020. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O programa também possui parcerias estabelecidas com as unidades internas da própria Universidade Federal de Goiás, como a Escola de Engenharia Civil e Ambiental, o Departamento de Ecologia e a Escola de Agronomia, do Campus Goiânia.

Ainda sobre as parcerias estabelecidas, é importante lembrar que, assim como em outras universidades, na Universidade Federal de Goiás também foram estabelecidas parcerias para fomentar programas de DINTER e MINTER.

Dados do Relatório do Quadriênio 2017-2020 registraram que em 2019 foi finalizada a cooperação do PPGE0 no âmbito do DINTER, com a Universidade Federal do Amapá, com um total de quatorze defesas. No ano de 2017 foram elaborados projetos para a realização de um MINTER, com o IFAP (Instituto Federal do Amapá) e de um DINTER, com Moçambique; todavia, desde 2018 não houve publicação de Edital para viabilizar o projeto de cooperação, o que adiou a execução dos referidos projetos.

Na entrevista, ao questionar sobre como a coordenação percebe a interação do programa de Pós-Graduação com outros programas em Geografia, foi nos relatado que esta interação existe:

Existe sim. Em diferentes escalas e níveis, o programa tem uma ampla relação não somente com as universidades do Brasil Central, mas obviamente percebemos uma proximidade já consolidada com outros programas que estão mais próximos ou que as temáticas se assemelham, como é o caso dos estudos sobre o cerrado. Observo que a partir das linhas e dos trabalhos dos professores que há trabalhos articulados com estudos feitos na UnB, tem trabalhos com a UFU, mas também com programas mais recentes como o da UEG, o da UFMT, de Cuiabá, e depois em outras escalas seja na UFRJ, UFRGS, USP, Nordeste e com o Tocantins.

De certa forma, podemos dizer que essa interação se consolida então de duas formas, primeiro pelos temas de interesse; pela articulação e constituição de redes de pesquisa entre professores, mas também acreditamos que pelos alunos egressos que se encaminham para essas instituições, fazem contato com seus antigos orientadores e constituem projetos em comum.

Ainda em 2019, com a finalidade de promover parcerias entre programas de Pós-Graduação e fomentar pesquisas no âmbito da Climatologia do Cerrado Brasileiro, foi criado o Grupo de Pesquisa e Estudo da Climatologia do Cerrado Brasileiro, com integrantes da UFMT, UFMS, UFU, UFT, UFJ, UFCAT, IFMT, UEG, reforçando parcerias do PPGGEO com as respectivas instituições (Relatório do Quadriênio 2017-2020).

Para Luiz e Moraes (2023), o PPGEO ganha ainda mais visibilidade ao executar ações de extensão junto à sociedade a partir de sua reconhecida atuação nas áreas de planejamento e mapeamento do território; ao atuar nas articulações entre grupos e laboratórios de pesquisa em países europeus, estadunidenses, latinos, africanos e ibéricos; ao desenvolver plataformas interativas; e ao produzir fascículos didáticos para a Educação Básica.

Sobre as ações de internacionalização do programa, a coordenação comenta que:

Há uma articulação de fato com o tema cerrado que aparece com muita força no Brasil Central, mas dependendo das articulações e proximidades teremos em escala nacional e internacional entre Europa, escala latino-americana, África e EUA, são alguns cursos com pesquisadores que se articulam com os nossos professores ligados ao programa. Mas se você me perguntar novamente se tem uma articulação no Brasil Central? A resposta é sim, por conta do tema Cerrado.

Esse relato da coordenação nos leva a refletir, a partir do levantamento realizado nas dissertações produzidas pela Geografia da UFG, que o Cerrado foi estudado em 27 dissertações nos últimos anos. em temáticas que se voltaram para os impactos causados no Bioma Cerrado, ocupação e uso da terra, solos do Cerrado, paisagens, fronteira agrícola, artesanato, monitoramento do desmatamento.

Na ocasião da realização de entrevista com a coordenação do PPGeo, o prof. Denis Richter relatou-nos sobre uma disciplina obrigatória do programa, que vai de encontro aos estudos do Cerrado brasileiro: a disciplina obrigatória Ambiente e Apropriação de Regiões do Cerrado, ofertada anualmente e ministrada por dois professores, um vinculado ao eixo da Geografia Humana, e o outro professor ligado ao eixo da Geografia Física, admitindo que as especificidades das linhas sejam contempladas, incluindo como eixo transversal na disciplina a epistemologia ligada ao ensino de Geografia.

Temos uma disciplina obrigatória em nosso programa que é Ambiente e Apropriação

do Cerrado”, ministrada por dois professores, um de uma perspectiva mais ambiental e outro de uma perspectiva voltada a Geografia Humana; na qual os professores problematizam e traçam um panorama de como o cerrado foi ocupado, expropriado, explorado, e quais são os desafios que estão latentes para pensá-lo.

O coordenador do programa mencionou, ainda, a oferta de uma disciplina Interinstitucional em rede, em colaboração com outras universidades brasileiras:

Recentemente o programa participou de uma disciplina em rede, que era sobre a questão da temática do Cerrado articulados com programas de Pós-Graduação que estão sob a área do Cerrado. Era uma disciplina em rede, foi remota e com programas de diferentes programas de Pós-Graduação do país que tomavam o Cerrado como referência para pensá-lo em sua contribuição na Geografia.

Portanto, a respeito da interdisciplinaridade buscada pelo programa em articulação com outros programas de Pós-Graduação em Geografia, podemos afirmar que esta ocorre sim, também, a partir das disciplinas ofertadas pela Pós-Graduação. Podemos perceber a preocupação em estruturar uma disciplina em rede, voltada para discussão de temáticas ligadas a apropriação do Cerrado que, por sua vez, intensificou-se à medida das transformações territoriais as quais o bioma passou.

Conforme levantado em entrevista, a referida disciplina a qual o coordenador menciona foi a disciplina Interinstitucional: “Dinâmica Territorial do Cerrado e da Amazônia”, oferecida durante o segundo semestre de 2022.

A disciplina contava com a participação de mais de trinta docentes ligados a onze universidades brasileiras e seus respectivos PPG’S em Geografia, a saber: UFT, UFU, UFG, UNIFAP, UFAM, UFCAT, UEG, UFJF, UFGD, UFPI e UnB; ou seja, uma experiência muito positiva em termos de aprendizagem e trabalho coletivo.

Por sua vez, a disciplina voltou-se para a discussão de temas relevantes que envolvem o Cerrado e a Amazônia no contexto da produção territorial do Brasil. Ou seja, pautou-se em um debate teórico-metodológico do que viemos pressupondo nesta tese, de que os usos corporativos do território podem balizar a produção do conhecimento geográfico dos programas de Pós-Graduação em Geografia, tanto como adesão, quanto como resistência.

Por meio do debate do conceito de território na ciência geográfica, com ênfase no pensamento geográfico brasileiro, conforme apresenta sua ementa, a disciplina voltava-se para a discussão de ideologias geográficas, projetos e estratégias nacionais, planos e ações do Estado e das classes hegemônicas, reações e projetos das classes exploradas e subalternizadas. Modernização do território brasileiro e as trajetórias econômicas, sociais e culturais no Cerrado e na Amazônia. As diferentes interpretações de Cerrado e de Amazônia. Componentes da

disputa territorial no centro-norte: ocupação, uso, dimensão cultural, a ação dos atores e sujeitos, as escalas de poder, a diferenciação dos lugares, os conflitos de classes, a organização do trabalho e o delineamento do cotidiano. Geopolítica do centro-norte: usos e conflitos pela terra, recursos hídricos e minérios. Ideologia e efeitos socioambientais de grandes projetos na apropriação do Cerrado e da Amazônia: hidrelétricas, agronegócio, mineração e redes técnicas e as alternativas de usos sustentáveis.

De acordo com o Quadro 10, em âmbito internacional, o PPGEIO tem na constituição de grupos de pesquisa, redes de pesquisa e parcerias, com instituições situadas na América do Sul e do Norte, como:

Quadro 10 – Parcerias internacionais firmadas PPGEIO

<b>País</b>	<b>Instituição</b>
Argentina	Universidad de Buenos Aires
Chile	Pontificia Universidad Católica de Valparaíso Universidad Acadêmia e Humanismo Cristiano Universidad de La Serena
Colômbia	Universidad Nacional de Colômbia Universidad de Caldas Universidad de Antioquia Universidad Francisco José de Caldas Universidad Pedagógica Nacional
Estados Unidos	California State University Northridge University of Minnesota University of Maryland Massachusetts Institute of Technology – MIT University of Florida, Spatial Ecology & Conservation LAB – SPEC University of Vermont Earth Observatory of Singapore e Asian School the Environment University of Texas at Austin/EUA
México	Universidad Multicultural de Chiapas Universidad Nacional Autónoma de México Universidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco
Moçambique	Universidade Pedagógica de Moçambique Universidade Eduardo Mondlane
Áustria	Centro Europeu de Pesquisa de Ciências Ambientais -CEREGE
Espanha	Universidad de Sevilla Universidad Autonoma de Madrid Universidade de Santiago de Compostela
Escócia	Universidade de Strathclyde
França	Université de Pau des Pays de l'Adour Université Aix-Marseille Université de Grenoble Centre de Recherche Internationales sur l'Imaginaire
Alemanha	Universidade de Eichstait
Portugal	Universidade de Lisboa Universidade de Coimbra Universidade do Minho-Cidade do Porto
Brasil	Instituto Internacional de Educação do Brasil, IIEB-Brasília/DF World Wild Fund – Brasil (WWF)

	World Resources Institute (WRI-Brasil) The Nature Conservancy – Brasil (TNC) Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF)
--	---

Fonte: Relatório do Quadriênio 2017-2020. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Somam-se a essas parcerias aquelas desenvolvidas com órgãos públicos e privados, segundo o quadro:

Quadro 11 – Parcerias órgãos e entidades público / privadas

<b>Estado</b>	<b>Órgão</b>
GO	Ministério Público de Goiás Sistema de Hidrologia e Meteorologia do Estado de Goiás Embrapa Arroz e Feijão - Santo Antônio de Goiás Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás
DF	Instituto Nacional de Meteorologia Observatório do Clima
AM	Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia
RJ	Fundação Oswaldo Cruz Observatório das Metrópoles/INCT Instituto Sociedade e Clima
SP	Embrapa Instrumentação - São Carlos Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais Map/Biomass

Fonte: Relatório do Quadriênio 2017-2020. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Além destas, também, no ano de 2019, foram estabelecidas parcerias com o CREA/GO; e órgãos estaduais voltados à gestão, com os quais, em seu conjunto, vem ampliando e enriquecendo as pesquisas desenvolvidas no contexto do PPGE, além de uma maior interação entre desenvolvimento científico e sociedade, a partir das inúmeras ações de extensão; da atuação dos egressos do PPGeo nas universidades públicas e privadas; de suas atuações no ensino básico e médio; e de suas performances em órgãos públicos e privados voltados a gestão e planejamento.

Ainda na entrevista, questionou-se a respeito da relação universidade e município no qual ela insere-se. O PPGE tem consolidado bastante parcerias, bem como temas de pesquisa que envolvem o urbano do município Goiânia, seu Plano Diretor e de municípios menores do entorno, com o apoio do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG.

Nos últimos anos, em um núcleo do Observatório das Metrópoles, do qual a UnB faz

parte, há uma equipe que trabalha e ocupa-se dessa temática. Recentemente o IESA, do qual a Geografia faz parte, venceu o edital do Plano Diretor da região metropolitana de Goiânia, então os professores ligados ao programa estarão fazendo a proposta do Plano Diretor da região metropolitana de Goiânia e do município de Nerópolis:

Veja como essa discussão do crescimento urbano, dos desafios do processo de urbanização vem tomando espaço de interesse por parte dos pesquisadores, que desenvolvem ações de pesquisa e extensão. Este projeto é coordenado pela profa. Celene Barreira.

Ainda segundo Richter, a questão ambiental ganhou destaque a partir das parcerias. Foi solicitada, pela prefeitura de Goiânia, a elaboração de um projeto de águas pluviais. Uma vez que em Goiânia, assim como Brasília, as chuvas de impacto, muito concentradas, provocam alagamentos e o município possui um sistema de canalização pluvial muito deficiente:

A prefeitura contratou junto a UFG, no qual a Geografia contribuí junto a este projeto de canalização das águas pluviais. Então a temática do crescimento urbano no território vem se mobilizando. Agora se perguntarem, fugindo um pouco da escala da cidade temos vários projetos ligados aos parques ambientais que estão na área de Cerrado, Chapada dos Veadeiros, Parque das Emas e, do ponto de vista ambiental, bacias, ou de análise de remanescentes vegetais, desmatamento sobre o cerrado e também temáticas ligadas aos territórios indígenas, kalungas, povos originários, essa discussão vemos os docentes desenvolvendo frentes de trabalho. É isso que observo vendo os docentes desenvolvendo aqui. Por exemplo: o professor Alex Ratz e a professora Celene Antunes Barreira.

## **CAPÍTULO 4: TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACADÊMICA EM GEOGRAFIA DO PPGGEA – UNB**

Este capítulo objetiva apresentar as tendências da produção científica acadêmica em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEA) da Universidade de Brasília, ao longo dos 27 anos de existência do programa; a partir do esforço empreendido em identificar os temas mais estudados ao longo de sua história.

### **4.1 Breve contextualização histórica da Universidade do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB**

A trajetória da Universidade de Brasília é bem semelhante à trajetória da capital do país. Fundada em 1962, dois anos após a inauguração de Brasília, como resultado do esforço do renomado educador Anísio Teixeira e do antropólogo Darcy Ribeiro, a Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962 e hoje é uma referência acadêmica nacional<sup>59</sup>.

Segundo o histórico de fundação da universidade, disponível na página da UnB, a mesma foi criada com a promessa de remodelar o ensino superior e formar profissionais engajados para a transformação do país. Sua produção acadêmica científica a coloca entre as principais universidades brasileiras, latino americanas e internacionais.

A construção do campus nasceu e foi projetada por mentes brilhantes: o antropólogo Darcy Ribeiro, que lançou as bases da instituição, o educador Anísio Teixeira, encarregou-se pelo modelo pedagógico de ensino e o arquiteto Oscar Niemeyer, que transformou as ideias em prédios. Os inventores buscaram criar uma experiência educacional que combinasse as mais modernas pesquisas tecnológicas com produções acadêmicas capazes de melhorar a realidade brasileira<sup>60</sup>.

As regras, a estrutura e os conceitos da instituição foram definidas pelo Plano Orientador, de 1962, uma “Carta Magna”, documentação ainda em vigor nos dias atuais. Este documento foi a primeira publicação da Editora UnB e mostra o espírito inovador da instituição<sup>61</sup>.

O Plano Orientador afirma: "só uma universidade nova, bem planejada e mais flexível em sua estrutura, pode abrir perspectivas de rápida renovação do nosso ensino superior". No

---

<sup>59</sup> Ver: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 08 de ago 2023.

<sup>60</sup> Ver: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 08 de ago 2023.

<sup>61</sup> Ver: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 08 de ago 2023.

entanto, trilhar esse caminho exigiu esforço. Embora o projeto original de Brasília previsse o espaço para a UnB, foi necessário lutar para viabilizar sua construção. Tudo devido à proximidade com a Esplanada dos Ministérios. Algumas autoridades não desejavam que estudantes interferissem na vida política da cidade. Somente, em 15 de dezembro de 1961, o então presidente da República João Goulart sancionou a Lei 3.998, autorizando a criação da universidade<sup>62</sup>.

Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira então convidaram cientistas, artistas e professores das mais tradicionais faculdades brasileiras para assumir o comando das salas de aula da jovem UnB. "Eram mais de duzentos sábios e aprendizes, selecionados por seu talento para plantar aqui a sabedoria humana", escreveu Darcy Ribeiro, em "A Invenção da Universidade de Brasília"<sup>63</sup>.

A estrutura administrativa e financeira era amparada por um conceito novo nos anos 60 e até hoje considerado a "menina dos olhos" dos gestores universitários: a autonomia, conforme escreveu Darcy Ribeiro, em "*UnB: Invenção e Descaminho*":

A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exercia sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsabilmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo (Ribeiro, 1978, p. 157).

Pelo exposto, sua inauguração assemelhou-se com a construção da capital federal, onde por quase todos os lados, tudo era um grande canteiro de obras, poucos prédios estavam prontos. O Auditório Dois Candangos<sup>64</sup>, por exemplo, onde aconteceu a cerimônia de inauguração, foi finalizado apenas vinte minutos antes do evento.

A infraestrutura da UnB, aliada aos recursos tecnológicos e laboratórios existentes oferece as condições básicas para a condução de pesquisas. Um fator que consideramos como um grande diferencial da UnB, é a sua localização, no centro de poder e decisões políticas do país, Brasília, capital federal. Tendo isso em vista, a proximidade com as instituições governamentais, organizações não-governamentais e outras instituições de pesquisa proporcionam diversas oportunidades de colaboração, captaneação de recursos financeiros e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos; fato que amplia o debate intelectual, possibilitando assim o fortalecimento da formação acadêmica.

---

<sup>62</sup> Ver: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 08 de ago 2023.

<sup>63</sup> Ver: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 08 de ago 2023.

<sup>64</sup> O espaço foi assim nomeado em homenagem aos pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que faleceram soterrados em um acidente durante as obras.

A respeito da proposta de criação do curso de Geografia na UnB, segundo Paviani (2007), o primeiro projeto de criação do curso é datado do início dos anos 1960, com a participação de nomes expressivos da ciência geográfica brasileira à época: Aluizio Licínio M. Barbosa, Edson Rabelo dos Santos, Milton Santos, Luiz de Oliveira Castro, Ramiro do Porto Alegre Muniz e Sylvio Queiros Mattoso. A implantação desse projeto foi interrompida devido a questões associadas ao momento político vigente no país, a partir de 1964, com a Ditadura Militar.

Em outubro de 1967, retomou-se o projeto de criação do curso de Geografia, por meio de designação de uma comissão especial composta pelos seguintes especialistas e professores universitários: Maria do Carmo Corrêa Galvão (UFRJ), Aziz Nacib Ab'Saber (USP), Carlos de Castro Botelho (IBGE), Nilo Bernardes (IBGE) e Nice Lecocq Muller (USP) (PPP GEA, 2015).

De acordo com Paviani (2007), em meados de 1969, constituiu-se o grupo gerador da Geografia, responsável por elaborar um plano para o futuro departamento. O grupo era composto por Getúlio Vargas Barbosa, Ignez Costa Barbosa Ferreira, Azize Drumond e Aldo Paviani. Portanto foi, segundo o autor, no segundo semestre de 1969 que se começou a lecionar Geografia Geral no Instituto Central de Geociências, seguindo o plano elaborado pelo grupo gerador. Ou seja, foi quase dez anos após a fundação da universidade que se criou, portanto, o curso de Geografia, integrado ao Instituto de Geociências.

No entanto, segundo dados de seu projeto político pedagógico, o reconhecimento do curso pelo Conselho Federal de Educação (CFE) só ocorreu em 1975, com parecer favorável à Licenciatura Plena e ao Bacharelado do Curso de Geografia, sob decreto nº 75.606, 14/04/1975. No projeto de criação do curso submetido CFE, ficou estabelecido que a oferta seria em horário diurno e estruturado com duas habilitações que permanecem até hoje, o Bacharelado e Licenciatura. Em 1974, o curso de Geografia passou a fazer parte do Instituto de Ciências Humanas (IH), compondo um único Departamento, junto aos cursos de História e Filosofia. Dez anos depois, em 1984, ocorreu o desmembramento, com a criação do Departamento de Geografia (PPP GEA, 2015).

Pelo exposto, vimos que o curso de Geografia na Universidade de Brasília é ministrado há mais de quatro décadas, possui 47 anos, desde seu reconhecimento pelo Ministério da Educação. Desde a sua criação, consolidou-se como grande formador de Geógrafos e profissionais para o mercado de trabalho no Distrito Federal e seu entorno. Atualmente, segundo informações obtidas no próprio departamento, o curso possui cerca de 350 alunos matriculados. As disciplinas oferecidas pelo departamento têm grande procura por parte de discentes de outros cursos da Universidade de Brasília, como a Geologia, a Engenharia Florestal, a Sociologia, a

Arquitetura e Urbanismo, a Antropologia, dentre outros. Ainda, o curso de Geografia da UnB recebe, anualmente, alunos oriundos de outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais, em intercâmbio<sup>65</sup>.

A UnB oferta ainda, desde o ano de 2007, o curso de graduação em licenciatura em Geografia na modalidade Ensino à Distância (EaD), no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>66</sup>.

O curso é oferecido em vários polos em funcionamento distribuídos no país: Cruzeiro do Sul-AC, Sena Madureira-AC, Carinhanha-BA, Brasília-DF, Anápolis-GO, Cristalina-GO, Santo Antônio do Descoberto-GO, São Simão-GO, Barretos-SP, Itapetininga- SP e Santos-SP.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB) foi criado 27 anos depois, em 1996, com o curso de Mestrado e, a partir de 2011, iniciou o curso de Doutorado.

A Figura 6 mostra a cronologia dos principais acontecimentos que remetem à história do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB.

Figura 6 – Linha do tempo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB



Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (agosto/ 2023).

O Programa é formado por uma área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial e por três linhas de pesquisas reestruturadas da seguinte forma: Análise de Sistemas Naturais;

<sup>65</sup> Ver em: <http://gea.unb.br/acessorapido1>.

<sup>66</sup> O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído, em 2006, com o objetivo de expandir, de forma regionalizada e democrática, a oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância. Ele agrega instituições públicas de ensino superior (IES), por meio de fomento parcial pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de apoio de polos presenciais para a realização de atividades acadêmicas dos cursos, de uso de materiais didáticos e recursos de mediação pedagógica on-line e de suporte acadêmico de professores e tutores. A UnB integra o Sistema UAB desde o ano de 2007, ofertando cursos de licenciatura e especialização lato sensu no Distrito Federal e em 52 municípios do país, em todas as regiões geográficas do Brasil. O vestibular UAB/UnB realizado em 2023 ofertou 1.027 vagas para ingresso em cinco cursos de graduação a distância: Letras, Música, Artes, Geografia e Pedagogia. No curso de Geografia são ofertadas anualmente aproximadamente 200 vagas. Ver: <https://www.cead.unb.br/cursos/graduacao-ead>.

Geoprocessamento e Produção do Espaço Urbano, Rural e regional.

As linhas de pesquisa estão de acordo com a formação acadêmica do corpo docente e atendem aos objetivos propostos. A proposta do curso possui como elemento estruturador fundamental os projetos de pesquisa que se articulam diretamente com a temática das disciplinas oferecidas e com os projetos de dissertação desenvolvidos. Isso permite que grupos de professores articulados por uma temática participem de projetos comuns, juntamente com seus grupos de orientandos, reunidos nos grupo de pesquisa existentes<sup>67</sup>.

O PPGGEA tem como objetivo formar docentes, pesquisadores e profissionais qualificados para o exercício de atividades de ensino e pesquisa, nos setores públicos e privados, visando a competência do conhecimento científico, acadêmico e tecnológico para a gestão ambiental e territorial; capacitar profissionais na área de Gestão do Território, enfatizando na inovação técnica e na análise da política junto ao setor decisório, público e privados; formar profissionais enfatizando os métodos e as análises dos impactos territoriais e ambientais nos espaços regional, urbano e rural, no território nacional com ênfase no Bioma do Cerrado na região de Brasília, principalmente DF e RIDE; utilizar ferramentar geográficas automatizadas para a tomada de decisões, de suporte e para intervenção territorial; e formar docentes na área de Geografia com capacidade crítica e condições de trabalhar com as realidades e complexidades do espaço brasileiro<sup>68</sup>.

Nesse sentido, a Universidade de Brasília oferece um programa de Pós-Graduação em Geografia que abrange diversas vertentes, seja na Geografia Humana, em pesquisas que envolvem o espaço, lugar e território; em Geografia Física ou em Geotecnologias. Além disso, a integração das Geotecnologias, como Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Sensoriamento Remoto, é fundamental para a análise e interpretação de dados geográficos, contribuindo para pesquisas na área de planejamento urbano, gestão ambiental e análise territorial.

#### **4.2 Dados e gerais e caracterização do Programa**

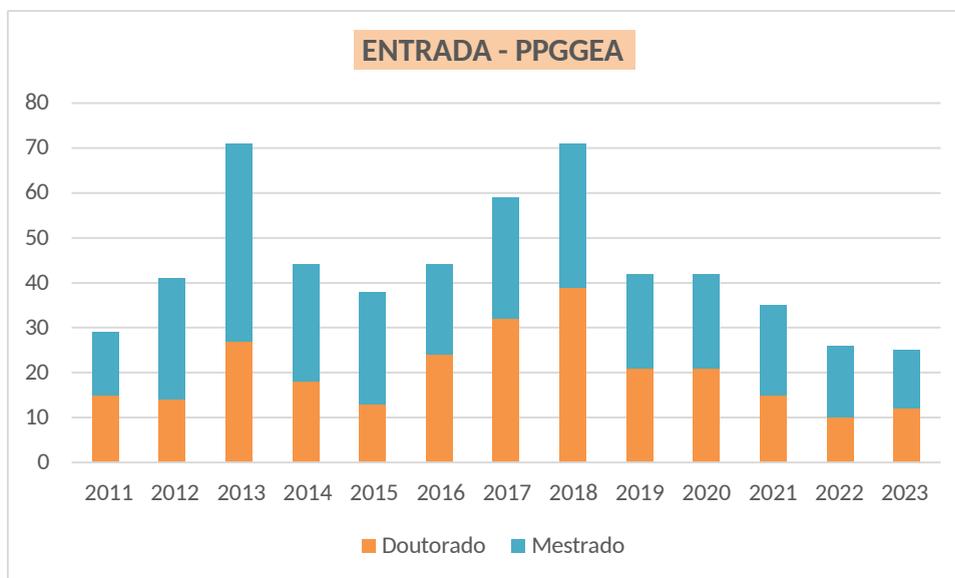
De acordo com o Gráfico 8, o PPGGEA da UnB possui atualmente, em dezembro de 2023, 115 discentes ativos (74 doutorandos e 41 mestrandos).

---

<sup>67</sup> Ver em: <https://posgea.unb.br/documentos/planejamento>

<sup>68</sup> Ver em: <https://posgea.unb.br/documentos/planejamento>

Gráfico 8 – Dados de ingresso ao PPGGEA

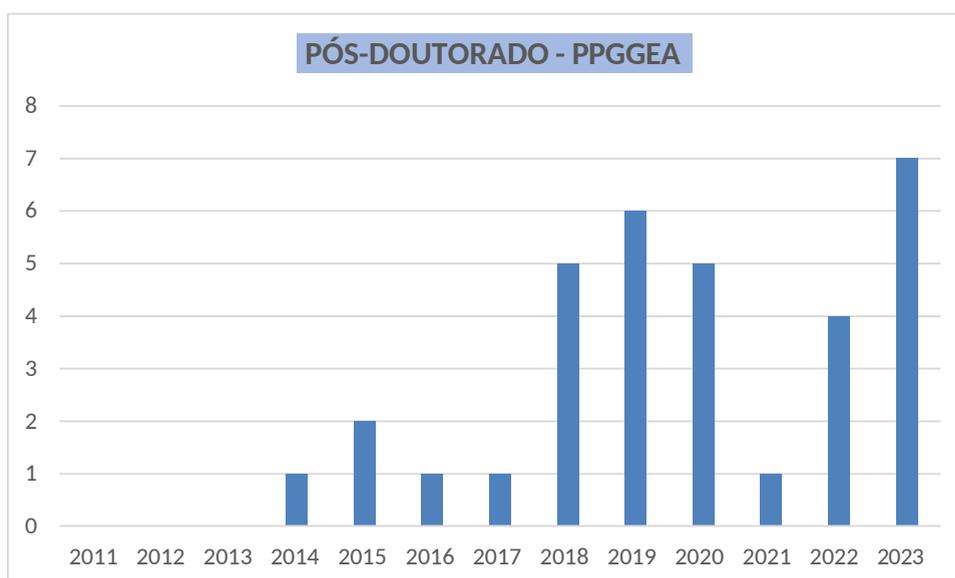


Fonte: Sucupira (CAPES), 2023. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Entre os anos de 2010 a 2023 ingressaram no PPGGEA da UnB 593 discentes, sendo 332 no Mestrado e 261 no Doutorado.

Como representa o Gráfico 9, o PPGGEA da UnB possui atualmente 7 pós-doutorandos.

Gráfico 9 – Quantitativo de pós-doutorandos do PPGGEA



Fonte: Sucupira (CAPES), 2023. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

De acordo com o Quadro 12, o PPGGEA da UnB atualmente, está associado a 8 laboratórios:

Quadro 12 – Laboratórios PPGGEA UnB

<b>Laboratórios</b>	<b>Docentes PPGGEA associados</b>
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)	Rafael Sanzio Araújo dos Anjos e Neio Lúcio de Oliveira Campos
Laboratório de Geografia Física (LAGEF)	Ruth Elias de Paula Laranja
Laboratório de Geoiconografia e Multimídias (LAGIM)	Valdir Adilson Steinke e Dante Flávio da Costa Reis Júnior
Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais (LSIE)	Éder Renato Merino, Éder de Souza Martins, Osmar Abílio de Carvalho Júnior, Potira Meirelles Hermuche, Renato Fontes Guimarães, Roberto Arnaldo Trancoso Gomes e Vinícius Vasconcelos de Souza
Laboratório de Análises Territoriais (LATER)	Marília Peluso
Laboratório de Climatologia Geográfica (LCGea)	Rafael Rodrigues da França
Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde (LAGAS)	Helen da Costa Gurgel
Laboratório GeoRedes	Juscelino Eudâmidas Bezerra, Daniel Abreu de Azevedo, Shadia Hussein de Araújo

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O PPGGEA da UnB atualmente, está associado a 12 grupos de pesquisa do CNPq:

Quadro 13 – Grupos de pesquisa PPGGEA UnB

<b>Grupo de Pesquisa</b>	<b>Líderes</b>
Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA)	Everaldo Batista da Costa
Gestão Territorial e Ambiental	Marília Seinberger
Geprocessamento Aplicado à Análise Ambiental	Renato Fontes Guimarães
Geotecnologias aplicadas à modelagem de processos naturais	Roberto Arnaldo Trancoso Gomes
Geografia, Ambiente e Saúde	Helen da Costa Gurgel
Governança, Sistemas Agroalimentares e Redes Globais de Produção – (GovernAGRO)	Juscelino Eudâmidas Bezerra
Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT)	José Sobreiro Filho
Estudo do Geossistema do Carste (GeoCarste)	Rogério Elias Soares Uagoda
Climatologia Geográfica – UnB	Rafael Rodrigues da França

Biogeografia Aplicada	Ruth Elias de Paula Laranja
GEOBAOBÁS	Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Grupo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Democracia	Daniel Abreu de Azevedo

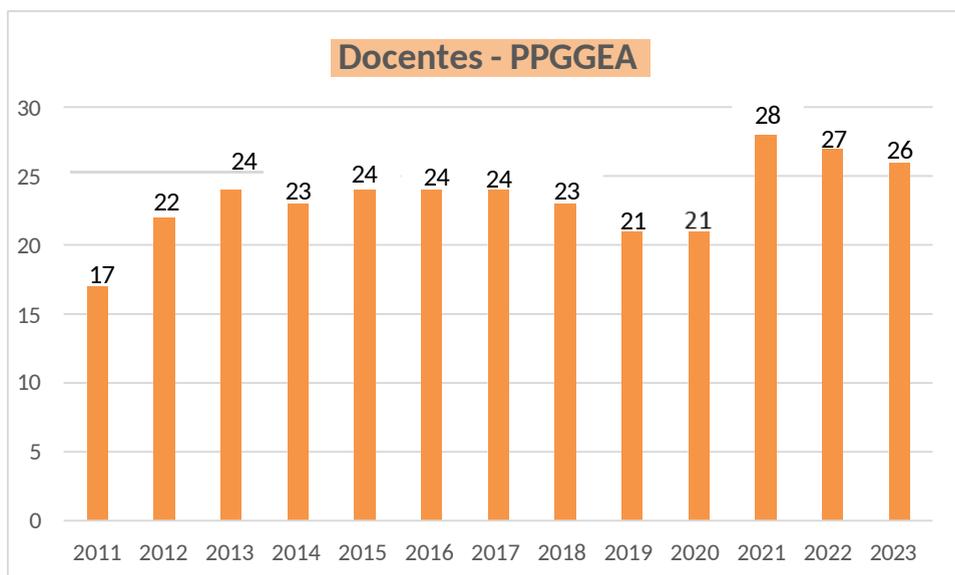
Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

### 4.3 Perfil do corpo docente: formação acadêmica

Identificar a trajetória de formação acadêmica do corpo docente é um dado interessante, pois, em decorrência disso, podemos identificar sua instituição de origem, o que de sobremaneira influencia na produção de conhecimento por meio de suas pesquisas acadêmicas, a partir das orientações de mestrado e doutorado desenvolvidas.

Para isso, realizou-se levantamento para identificar o corpo docente na página do PPGGEA, demonstrado nos quadros 14 e 15. A partir disso, foram identificados 26 professores credenciados, conforme mostra o Gráfico 10, que orientam dissertações e teses no programa. Após esse levantamento foi criado um banco de dados no Microsoft Excel, por meio da consulta individual ao Currículo Lattes de cada docente do programa, para coletar dados da instituição em que este se qualificou no Mestrado e Doutorado, títulos das dissertações e teses, orientação e ano de defesa.

Gráfico 10 – Docentes do PPGGEA UnB



Fonte: Sucupira (CAPES), 2023.  
Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Conforme demonstra o Quadro 14, o corpo docente da universidade é composto por

docentes pós-graduados no país e no exterior, e que se graduaram em diferentes universidades brasileiras (são 20 docentes do GEA-UnB, 4 colaboradores / docentes aposentados do GEA-UnB, 1 docente da FE-UnB e 1 docente da EMBRAPA-Cerrado).

Quadro 14 – Formação acadêmica em nível de Mestrado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB

<b>Pesquisador</b>	<b>Área</b>	<b>IES</b>	<b>Título da Dissertação</b>	<b>Orientação</b>	<b>Ano</b>
Cristina Maria Costa Leite	Geografia	UNB	Gestão Ambiental	Lúcia Cony Faria Cidade	2001
Daniel Abreu de Azevedo	Geografia	UFRJ	Divisão Municipal e o exercício da cidadania no Brasil: os casos do Piauí e Rio Grande do Sul	Iná Elias de Castro.	2012
Dante Flávio da Costa Reis Júnior	Geografia	UNESP/RC	O humano pelo viés quantitativo: um exame do (neo)positivismo em Speridião Faissol, através da análise de textos selecionados	José Carlos Godoy Camargo	2003
Éder de Souza Martins	Geologia	UNB	Comportamento Mineralógico do Ouro em Perfis de Intemperismo nas Regiões de Luziânia - GO e Paracatu - MG	Othon Henry Leonardos	1991
Éder Renato Merino	Geociências	UNESP/RC	CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DO SISTEMA DEPOSICIONAL DO RIO MIRANDA (BORDA SUL DO PANTANAL MATO-GROSSENSE, MS) COM BASE EM DADOS ORBITAIS	Mario Luis Assine	
Everaldo Batista da Costa	Geografia	USP	A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina - MG.	Francisco Capuano Scarlato	2009
Fernando Luiz Araújo Sobrinho	Arquitetura e Urbanismo	UNB	Produção do Espaço e Evolução Urbana da Área Central de Uberlândia	Frank Algot Svesson	1998
Glória Maria Vargas	Geografia	USP	Território e Poder: A Formação Sócio-Espacial Colombiana	Francisco Capuano Scarlato	1994
Helen da Costa Gurgel		INPE	Variabilidade Espacial e Temporal do NDVI	Nelson Jesus Ferreira	2000

	Sensoriamento Remoto		sobre o Brasil e suas Conexões com o Clima		
José Sobreiro Filho	Geografia	UNESP/PP	O Movimento em Pedacos e os Pedacos em Movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses	Bernardo Mançano Fernandes	2013
Juscelino Eudâmidas Bezerra	Geografia	UECE	Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste	Denise de Souza Elias	2008
Maria do Socorro Ferreira da Silva	Geografia	UFMS	O Sistema de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares em Aquidauana/MS	Paulo Roberto Jóia	2003
Marília Luiza Peluso	Arquitetura e Urbanismo	UNB	O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: um estudo de Caso - a cidade ocidental	Ricardo Farret	1983
Marília Steinberger	Engenharia de Produção	UFRJ	Planejamento local integrado: uma fase necessária ao desenvolvimento urbano planejado	Hamilton Carvalho Tolosa	1976
Neio Lúcio de Oliveira Campos	Arquitetura e Urbanismo	UNB	A Produção da Segregação Residencial em Cidade Planejada	Ricardo Libanez Farret	1988
Osmar Abílio de Carvalho Júnior	Geologia	UNB	Integração de dados para prospecção mineral estudo De caso: Palmeirópolis	Augusto Pires Bittencourt	1995
Potira Meirelles Hermuche	Geografia	UNB	Integração da morfometria, NDVI derivado do sensor MODIS e pluviometria para análise regional da Mata Seca na bacia hidrográfica do rio Paranã - GO/TO	Renato Fontes Guimarães	2005
Rafael Rodrigues da França	Geografia	UFMG	Anticiclones e umidade relativa do ar: um estudo sobre o clima de Belo Horizonte	Magda Luzimar de Abreu	2009

Rafael Sanzio dos Anjos	Arquitetura e Urbanismo	UNB	Expansão Urbana no Distrito Federal e Entorno Imediato: Monitoramento por Meio de dados de Sensoriamento Remoto	Aldo Paviani	1990
Renato Fontes Guimarães	Geofísica	Observatório Nacional	Detecção automática de feições morfológicas de montes submarinos	Wendelin Franz Lotze	1991
Roberto Arnaldo Trancoso Gomes	Geografia	UFRJ	Condicionantes geomorfológicos e o efeito da escala cartográfica na previsão de áreas críticas a deslizamentos	Nelson Ferreira Fernandes	2002
Rogério Elias Soares Uagoda	Geografia	UFRJ	Reconhecimento geomorfológico de relevo cárstico em rochas quartzíticas: bacia hidrográfica do ribeirão Santana, médio vale do rio Paraíba do Sul	Ana Luiza Coelho Netto	2006
Ruth Elias de Paula Laranja	-	-	*realizou doutorado direto na Unesp RC.	-	-
Shadia Hussein de Araújo	-	-	*realizou o doutorado na Alemanha.	-	-
Valdir Adilson Steinke	Geologia	UNB	Uso integrado de dados digitais morfométricos (altimetria e sistema de drenagem) na definição de unidades geomorfológicas no Distrito Federal	Edson Eyji Sano	2003
Vinicius Vasconcelos de Souza	Geografia	UNB	Classificação das formas de terreno e a sua relação com os solos do chapadão do Zagaia, Serra da Canastra - mg	Osmar Abílio de Carvalho Junior	2011

Fonte: Plataforma Lattes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

A análise do quadro permite constatar que nas dissertações realizadas pelos docentes da UnB, 13 foram realizadas em áreas correlatas à Geografia, como geologia, geociências, arquitetura e urbanismo, engenharia e geofísica. É preciso ressaltar que dos 26 docentes que

compõem a Pós-Graduação da UnB, 12 realizaram suas dissertações em Geografia e 2 docentes realizaram o doutorado direto.

Com relação à instituição de ensino, verifica-se também a concentração das universidades do Sudeste brasileiro, com 4 docentes que defenderam suas dissertações na UFRJ, 1 dissertação na UNESP Campus Rio Claro, 2 dissertações defendidas na USP e 1 na UNESP Campus Presidente Prudente. Todavia, também nos chama atenção o fato da formação em nível de Mestrado pela própria UnB, formadora de 11 docentes.

A seguir, temos o perfil da formação acadêmica dos docentes do PPGGEA em nível de Doutorado.

Quadro 15 – Formação acadêmica em nível de Doutorado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB

<b>Pesquisador</b>	<b>Área</b>	<b>IES</b>	<b>Título da Tese</b>	<b>Orientação</b>	<b>Ano</b>
Cristina Maria Costa Leite	Educação	UNB	O lugar e a construção da Identidade: os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental	Silviane Bonaccorsi Barbato	2012
Daniel Abreu de Azevedo	Geografia	UFRJ	A democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da democracia	Iná Elias de Castro	2016
Dante Flávio da Costa Reis Júnior	Geografia	UNICAMP	Cinquenta chaves. O físico pelo viés sistêmico, o humano nas mesmas vestes e uma ilustração doméstica: o molde (neo)positivista examinado em textos de Antônio Christofolletti	Archimedes Perez Filho	2007
Éder de Souza Martins	Geologia	UNB	Petrografia, mineralogia e geomorfologia de rególitos lateríticos no Distrito Federal	José Carlos Gaspar.	1999
Éder Renato Merino	Geociências	UNESP/RC	Evolução geomorfológica e mudanças paleohidrológicas na porção sul do Pantanal: a planície interleques do rio Negro e leques fluviais coalescente	Mario Luis Assine	2016
Everaldo Batista da Costa	Geografia	USP	Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais	Francisco Capuano Scarlato	2011

			barocas face à patrimonialização global		
Fernando Luiz Araújo Sobrinho	Geografia	UFU	Turismo e Dinâmica Territorial no Eixo Brasília Goiânia	Beatriz Ribeiro Soares	2008
Glória Maria Vargas	Geografia	USP	Território e Poder: A Formação Sócio-Espacial Colombiana	Francisco Capuano Scarlato	1999
Helen da Costa Gurgel	Geografia	Université de Paris	Paludisme et dynamiques environnementales dans l'état du Roraima au Brésil	Hervé Théry	2006
José Sobreiro Filho	Geografia	UNESP/PP	Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal No Brasil e Argentina	Bernardo Mançano Fernandes	2016
Juscelino Eudâmidas Bezerra	Geografia	UNESP/PP	A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho	Antonio Thomaz Júnior	2012
Maria do Socorro Ferreira da Silva	Geografia	UFS	Territórios da Conservação: Uma análise do Potencial Fitogeográfico das UCs de Uso Sustentável de Sergipe	Rosemeri Melo e Souza	2012
Marília Luiza Peluso	Psicologia	PUC/SP	O morar na constituição subjetiva do espaço urbano. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF	Salvador A M. Sandoval	1998
Marília Steinberger	Arquitetura e Urbanismo	PUC/SP	Uma história dentro da História: personagens no tempo e no espaço	Nestor Goulart dos Reis Filho	1994
Neio Lúcio de Oliveira Campos	Planejamento Urbano e Regional	UFRJ	Mudança no Padrão de Distribuição Social a Partir da Localização	Pedro Abramo	2003

			Residencial. Brasília: década 90		
Osmar Abílio de Carvalho Júnior	Geologia	UNB	Avaliação e desenvolvimento de métodos de processamento de imagens hiperespectrais - análise em depósito de Niquel (níquelândia)	Paulo Roberto Meneses	2000
Potira Meirelles Hermuche	Geografia	UNB	Paisagem Genética de Rebanhos Ovinos no Brasil	Renato Fontes Guimarães	2014
Rafael Rodrigues da França	Geografia	UFPR	Eventos pluviais extremos na Amazônia Meridional: riscos e impactos em Rondônia	Francisco de Assis Mendonça	2015
Rafael Sanzio dos Anjos	Transportes	USP	Modelagem dos Processos Espaciais Formadores da Dinâmica Urbana no Distrito Federal do Brasil	Jorge de Rezende Dantas	1995
Renato Fontes Guimarães	Geologia	UNB	Utilização de um modelo de previsão de áreas susceptíveis à escorregamentos rasos com controle topográfico: Adequação e calibração em duas bacias de drenagem	Nelson Ferreira Fernandes	2000
Roberto Arnaldo Trancoso Gomes	Geografia	UFRJ	Previsão de áreas de risco a movimentos de massa a partir da modelagem matemática de previsão de escorregamentos e corridas de massa.	Renato Fontes Guimarães	2006
Rogério Elias Soares Uagoda	Geografia	UFRJ	Evolução da paisagem de área cárstica não carbonática durante o quaternário tardio: bacia hidrográfica do Ribeirão Santana, MG	Ana Luiza Coelho Netto	2011
Ruth Elias de Paula Laranja	Geografia	UNESP/RC	Análise de gradiente em campo de murunduns	Messias Modesto dos Passos	2001

Shadia Hussein de Araújo	Geografia	Universidade de Munster (Alemanha)	Para além da 'Guerra das Culturas	Paul Reuber	2010
Valdir Adilson Steinke	Ecologia	UNB	Indicação de áreas úmidas prioritárias para conservação da biodiversidade na bacia da Lagoa Mirim: subsídios para gestão transfronteiriça	Carlos Hiroo Saito	2010
Vinicius Vasconcelos de Souza	Geografia	UNB	Classificação e Fragmentação das Formas de Terreno na análise do Relevo Tropical	Eder de Souza Martins	2016

Fonte: Plataforma Lattes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Interessante constatar que a análise do quadro mostra a diferenciação em relação ao perfil de formação, se comparado este ao nível de mestrado. As áreas correlatas que apareceram nos doutorados realizados pelos docentes do PPGGEA UnB foram: educação, geologia, geociências, meio ambiente, psicologia, arquitetura e urbanismo, planejamento urbano e regional e transportes. Ao todo, são 10 doutores formados nessas áreas. Dos 26 docentes que compõem o programa, 16 docentes fizeram seus doutoramentos em Geografia.

Em observação à instituição de ensino, temos 4 docentes doutores pela USP, 4 doutores pela UFRJ, 2 doutores formados pela UNESP Campus Presidente Prudente e 2 pela UNESP Campus Rio Claro, mostrando também a presença do eixo Sudeste. Nos chama atenção também o fato da presença da própria instituição UnB na formação de seus docentes, com 7 docentes doutores titulados pela instituição.

Buscamos identificar a construção do conhecimento produzido pela Geografia do Brasil Central, mas que é realizada muitas vezes por docentes de fora, vindos em sua grande maioria do Sudeste, que continuará sendo o principal centro irradiador da formação de pesquisadores. É importante esclarecer que, com isso, os docentes trazem consigo as matrizes teórico-metodológicas de sua instituição de origem e acabam por promover uma mobilidade geográfica do conhecimento.

No campo da caracterização do programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB é importante mencionar o papel significativo das políticas de expansão de vagas no ensino superior, empreendidas pelo governo federal, após 2007. Pois, a partir do referido ano, como consequência direta da adesão da UnB ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais<sup>69</sup>, houveram mudanças que impactaram positivamente na estruturação e consolidação do PPGGEA.

O REUNI foi um programa instituído pelo governo federal com o objetivo de duplicar a oferta de vagas no ensino superior no Brasil. Sendo uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação (MEC), lançado no mesmo período.

O impacto direto que o programa produziu é deveras significativo, sobretudo porque refletiu diretamente no quesito da ampliação do corpo docente do departamento. Este, antes possuía 12 docentes efetivos, situação que se inverteu para mais que o dobro, com o aumento do número de vagas docentes no ensino superior, possibilitando assim o ingresso de 15 novos docentes.

Portanto, podemos afirmar que os docentes que ingressaram na GEA-UnB após a adesão ao programa tem contribuído muito para o crescimento, consolidação, nacionalização e internacionalização da ciência produzida pelo departamento de Geografia da UnB.

Em entrevista concedida à pesquisadora, a coordenadora do PPGGEA, profa. Helen da Costa Gurguel<sup>70</sup>, ao descrever os motivos que a fizeram escolher a Geografia, destaca que:

Meu trajeto na Geografia iniciou quando eu decidi fazer turismo e na época não havia faculdade pública na área. Minha vida profissional seguiu voltada a parte de Cartografia e Geoprocessamento. Fiz o Mestrado no INPE na área de Sensoriamento Remoto, onde fui orientada por um Físico e depois fui fazer o Doutorado na França, na área de Geografia, orientada por um Geógrafo. Trabalho muito na parte de Geografia da Saúde. Quando retomei do Doutorado, fiz um pós-doc no INPE na disponibilidade de dados espaciais obtidos por sensores para uso na área da saúde. Devido a isso, fui trabalhar no Ministério da Saúde, convidada a ser consultora, onde fiquei por dois anos. Depois passei em um concurso do MMA na mesma temática, de disponibilização de dados por satélite para gestão de unidades de conservação, onde fiquei por três anos. Logo após fiz o concurso para a UnB, onde passei para a área de Cartografia.

Durante a entrevista, perguntamos a professora coordenadora como foi sua inserção no programa, acerca disso, a professora argumentou:

Minha inserção na Pós-Graduação ocorreu porque hoje para um professor fazer pesquisa é necessário vincular-se a pós e também para subir de nível dentro da carreira docente. A Geografia é minha área base, minha área de atuação é a da saúde pública e saúde coletiva, e minha inserção na Geografia em si, se passa como instrumentação para que eu trabalhe com Geografia da Saúde.

---

<sup>69</sup> Decreto n. ° 6.096, Presidência da República, de 24 de abril de 2007.

<sup>70</sup> Entrevista concedida a autora pelo Professora Helen da Costa Gurgel, via Teams, no dia 27 de novembro de 2023.

A professora coordenadora também comentou que sua inserção no programa de Pós-Graduação se efetivou após atuar por um período como vice-coordenadora e ocorreu devido a necessidade de uma presença feminina na coordenação do programa que, por muitos anos, era coordenado somente por homens.

#### 4.4 Área de concentração e Linhas de pesquisa

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB é formado por uma área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial e por três linhas de pesquisa reestruturadas da seguinte forma:

Quadro 16 – Linhas de pesquisa PPGGEA UnB

Área de concentração	Linhas de pesquisa	Mestrado	Doutorado	TOTAL
Gestão Ambiental e Territorial	1- Análise de Sistemas Naturais	10	7	27
	2- Geoprocessamento	9	14	23
	3- Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional	22	23	65

Fonte: Website do PPG em Geografia da UnB. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (nov. /2023).

A linha 1- Análise de Sistemas Naturais, atualmente com 27 discentes ativos, contempla os seguintes eixos temáticos: Análise de impactos e riscos ambientais de bacias hidrográficas. Estudos teóricos e aplicados em climatologia geográfica. Avaliação de impactos e gestão ambiental no território. Estudos dos processos erosivos e desastres naturais. Ensino em geografia física. Análise da paisagem. Análise biogeográfica, geoecologia e geossistemas. Planejamento ambiental.

Os docentes que atuam na linha (com base no último edital de seleção) são: Dante Flavio da Costa Reis Junior, Eder de Souza Martins, Eder Renato Merino, Osmar Abílio de Carvalho Junior, Potira Meirelles Hermuche, Rafael Rodrigues da Franca, Renato Fontes Guimaraes, Roberto Arnaldo Trancoso Gomes e Valdir Adilson Steinke.

A linha 2- Geoprocessamento, com 23 discentes ativos no momento, contempla os seguintes eixos temáticos: Detecção de mudança. Sensoriamento remoto. Sistema de Informação Geográfica. Geoestatística. Mapeamento e o monitoramento ambiental. Modelagem matemática. Geografia, ambiente e saúde. Geotecnologias aplicadas ao ensino.

Os docentes que atuam na linha são: Eder de Souza Martins, Eder Renato Merino, Helen da Costa Gurgel, Osmar Abilio de Carvalho Junior, Potira Meirelles Hermuche, Rafael Sanzio

Araujo dos Anjos, Renato Fontes Guimaraes e Roberto Arnaldo Trancoso Gomes.

A linha 3- Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, que possui o maior número de discentes ativos 65, contempla os seguintes eixos temáticos: Geografias virtuais. Planejamento urbano e regional. Políticas públicas espaciais em escalas regional, nacional e internacional. Geografia política do Brasil e do mundo. Turismo e território. Territorialidades tradicionais e patrimônio no Brasil e no mundo. Ensino e aprendizagem em geografia. Epistemologia da Geografia. Processos rurais e/ou urbanos. Geografia econômica. Espaço e cultura. Questão agrária e movimentos sociais.

Os docentes que atuam na linha são: Daniel Abreu de Azevedo, Everaldo Batista da Costa, Fernando Luiz Araújo Sobrinho, Gloria Maria Vargas Lopez de Mesa, José Sobreiro Filho, Juscelino Eudamidas Bezerra, Maria do Socorro Ferreira da Silva e Rafael Sanzio Araujo dos Anjos.

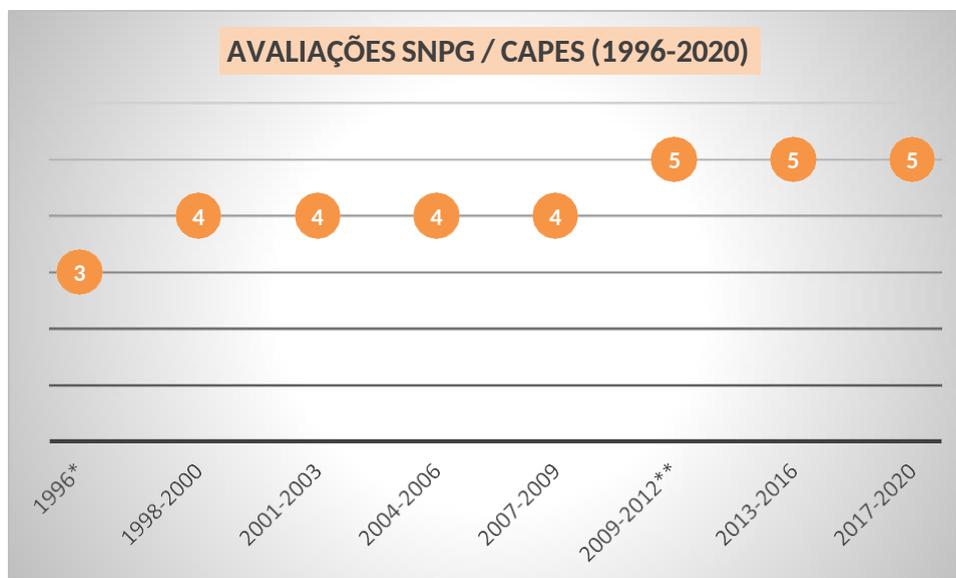
Outra questão feita em entrevista a coordenação foi sobre a produção do conhecimento do programa no qual a docente se insere. Ao ser solicitada que definisse “que Geografia” produz o programa de Pós-Graduação que participa, a professora Helen Gurgel comentou a respeito da interação entre as linhas no relato a seguir, e do que considera ser um problema dentro do programa:

Vejo a interação entre as linhas: tenho um problema, não me encaixo em nenhuma delas. Hoje participo da linha 2, Geoprocessamento, que foi minha área de ingresso na UnB, a cadeira de Cartografia. Então, devido a isso, faço parte dela. Mas trabalho com um misto entre Geografia física, humana e instrumental, com geografia temática e não com essa parte segmentada. Vejo que alguns professores são como eu. A linha 1 e linha 2 tem uma grande conexão, temos uma discussão em que pensamos que poderia haver uma linha única, sem a necessidade desse desmembramento. E alguns professores tem essa relação entre a linha 1 e 3, como eu o Rafael Sânzio. Porém na minha opinião, há uma segmentação muito forte entre Geografia Física e Geografia Humana dentro do programa, desnecessária, do meu ponto de vista. Essa dicotomia prejudica enormemente o programa. É uma visão minha.

#### **4.5 Avaliações**

O Gráfico 11 mostra os resultados que o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília obteve nas avaliações da CAPES no decorrer dos anos.

Gráfico 11 – Notas do PPGGEA nas avaliações da CAPES



Fonte: CAPES, 2023. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

\*1996: Início do curso de Mestrado

\*\*2011: Início do curso de Doutorado

Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília é nota 5 na avaliação da CAPES.

### Prêmios

A dissertação “patrimônio-territorial indígena na urbanização de Brasília e no Santuário Sagrado dos Pajés. contexto latino-americano” de Pedro Thomé Quintão Queiroz e orientação do Prof. Everaldo Batista da Costa, recebeu menção honrosa no prêmio Mauricio de Almeida Abreu, referente as melhores dissertações e teses na área de Geografia Humana, durante o último Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), realizado na Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, em outubro de 2023.

### 4.6 Periódicos associados ao Programa

Atualmente existem dois periódicos no PPGGEA: Espaço e Geografia e Patryter, Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, conforme a tabela 8.

Tabela 8 – Periódicos PPGGEA

	<b>Periódicos Associados ao PPGGEA - UnB</b>		
	<b>2010-2012</b>	<b>2013-2016</b>	<b>2017-2020 vigente</b>
<b>Espaço e Geografia</b>	B2	B1	A3
<b>Patryter</b>	-	B1	B1

Fonte: Sucupira – CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O periódico *Espaço e Geografia* é um periódico eletrônico anual de fluxo contínuo, de acesso aberto, com avaliação às cegas pelos pares, publicado desde 2002 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Tem o objetivo de oferecer à comunidade interessada temáticas relacionadas ao espaço geográfico em suas múltiplas dimensões, privilegiando uma abordagem interdisciplinar. O periódico retoma e atualiza esforços para construir um fórum de divulgação e debates de trabalhos de professores, pesquisadores e alunos que possuam uma perspectiva geográfica de análise. *Espaço e Geografia* busca, assim, contribuir e disseminar o debate produzido em diferentes áreas da ciência geográfica, considerando a Geografia como uma ciência que busca interpretar e analisar arranjos espaciais em suas diferentes escalas e localizações, sejam esses arranjos de origem físico-ambiental, socioespacial ou temas fortemente imbricados entre essas duas categorias, como os Estudos da Paisagem, a Geografia Ambiental, a Ecologia Política, o Planejamento e a Gestão do Território e outros<sup>71</sup>.

O periódico *Patryter* surgiu baseado na Plataforma Open Journal Systems e vem sendo publicado até o momento, junto à Universidade de Brasília, seu primeiro número foi lançado em março de 2018, em versão eletrônica e conta com seis volumes e doze números publicados. Foi idealizado e fundado pelo Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, em 2017, com a colaboração de doutores e mestres formados no grupo de pesquisas CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (Gecipa), coordenado também pelo editor, além de colaboradores do México<sup>72</sup>.

Dois números anuais são publicados em fluxo contínuo, em junho e dezembro. O periódico possui alcance internacional, sobretudo na América Latina e Caribe seu conselho científico é integrado por dezenas de nomes nacionais e internacionais, especialmente, do México, Cuba, Costa Rica, Peru, Panamá, Colômbia, Argentina, Venezuela, Paraguai, Chile e Bolívia.

<sup>71</sup> Ver em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia>.

<sup>72</sup> Ver: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/>.

Até o ano de 2021 havia também no PPGGEA o periódico Tempo, espaço, técnica e território, criado no ano 2000. Tratava-se de um periódico criado com o propósito de contribuir para a institucionalização das comunidades científicas brasileiras e brasilienses, assim como contribuições internacionais, por meio da divulgação do conhecimento produzido, bem como promover o intercâmbio, o debate teórico e empírico entre autores e leitores e contribuir para o aumento da produção de conhecimento de Cartografia Aplicada e de Estudos Geográficos. Esteve em circulação por onze anos e encerrou suas atividades no ano de 2021.

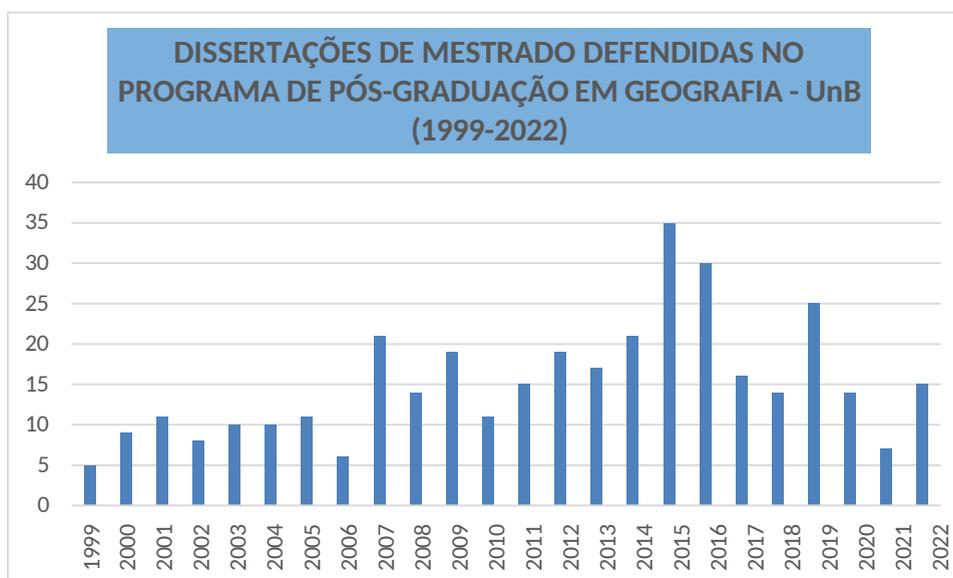
#### **4.7 Dissertações produzidas**

Conforme abordado no capítulo anterior, o curso de Mestrado no PPGGEA iniciou-se em 1996 e as primeiras defesas começaram a acontecer no ano de 1999, com 5 defesas. A primeira dissertação produzida no programa foi a de Ives Campos do Nascimento Júnior, intitulada “O licenciamento ambiental e a legitimação das ações da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco no Estado da Bahia”, sob orientação da professora Maria Augusta Almeida Bursztyn.

Conforme mostra o Gráfico 12, em 2000 foram 9 defesas. 2001, 11 defesas. 2002, 8 defesas. 2003, 10 defesas. 2004, 10 defesas. 2005, 11 defesas. 2006, 6 defesas. 2007, 21 defesas. 2008, 14 defesas. 2009, 19 defesas. 2010, 11 defesas. 2011, 15 defesas. 2012, 19 defesas. 2013, 17 defesas. 2014, 21 defesas. 2015, 35 defesas. 2016, 30 defesas. 2017, 16 defesas. 2018, 14 defesas. 2019, 25 defesas. 2020, 14 defesas. 2021, 7 defesas e em 2022, 15 defesas. Totalizando para o período analisado, 363 dissertações de Mestrado.

Ou seja, de 1999 a 2022, no período de 23 anos, é notório o crescimento do programa, que capacitou 363 profissionais em nível de Mestrado.

Gráfico 12 – Dissertações PPGGEA UnB (1999-2022)



Fonte: Repositório institucional UnB e Plataforma Sucupira, Capes (2023).  
Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

As defesas realizadas no quadriênio anterior (2017-2020) no âmbito do Mestrado foram: 16 em 2017; 14 em 2018; 25 em 2019 e 14 em 2020, totalizando 69 defesas de Mestrado para o período.

As defesas realizadas no quadriênio vigente (2021-2024) no âmbito do Mestrado foram: 7 em 2021 e 15 em 2022 defesas; totalizando até o presente momento, 22 defesas de Mestrado para o período.

Durante os vinte e três anos de existência do programa de mestrado foram defendidas 363 dissertações, uma produção bastante significativa.

A Tabela 9 apresenta os recortes espaciais mais recorrentes nas dissertações produzidas no programa:

Tabela 9 – Recortes espaciais das dissertações do PPGGEA (1999-2022)

<b>Recorte espacial</b>	<b>Número de frequência na análise</b>
Federal	60
Distrito	55
Brasília	30
GO	27
Goiás (município)	19
Gama	8
Goiânia	8

Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

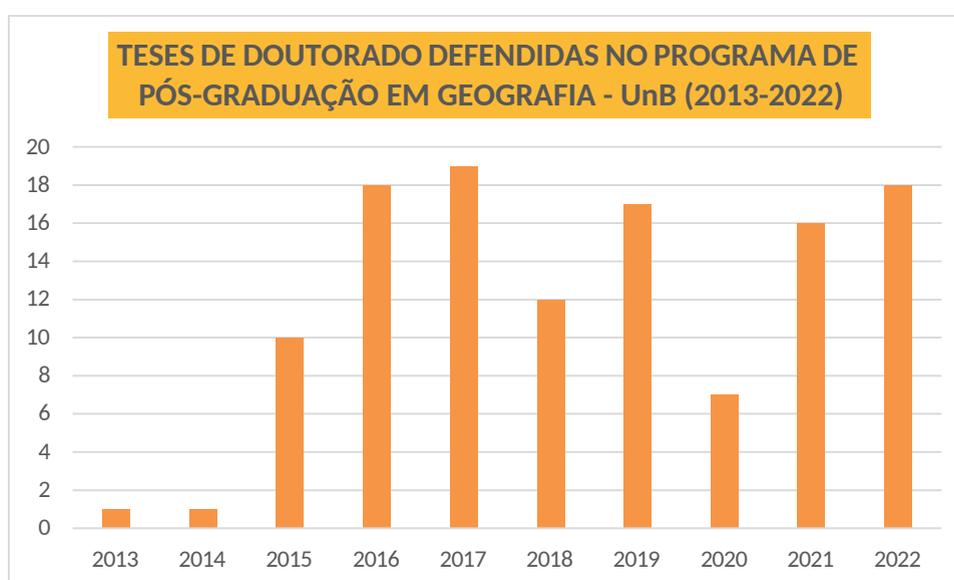


#### 4.8 Teses produzidas

O curso de Doutorado do PPGGEA iniciou suas atividades em 2011 e as primeiras defesas vieram a acontecer no ano de 2013, com 1 defesa. A primeira tese defendida no programa foi a de Potira Meirelles Hermuche, intitulada: Dinâmica da produção de ovinos naturalizados no Brasil, sob orientação do professor Renato Fontes Guimarães.

Conforme mostra o gráfico 13 no ano de 2014 ocorreu 1 defesa. No ano de 2015, foram 10 defesas. 2016, 18 defesas. 2017, 19 defesas. 2018, 12 defesas. 2019, 17 defesas. 2020, 7 defesas. 2021, 16 defesas e em 2022, 18 defesas. Totalizando para o período analisado, 119 teses de Doutorado no âmbito do programa.

Gráfico 13 – Teses PPGGEA UnB (2013-2022)



Fonte: Repositório institucional UnB e Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

As defesas realizadas no quadriênio anterior (2017-2020) no âmbito do Doutorado foram: 19 em 2017; 12 em 2018; 17 em 2019 e 7 em 2020, totalizando 55 defesas de doutorado para o período.

O número baixo de defesas no ano de 2020 é reflexo da pandemia, na qual os discentes defenderam suas pesquisas com certo atraso.

As defesas realizadas no quadriênio vigente (2021-2024) no âmbito do Doutorado foram: 16 em 2021; 18 em 2022; totalizando até o presente momento, 34 defesas de doutorado.

Foram defendidas 119 teses de doutorado desde a sua criação até o ano de 2022, uma produção bastante significativa.

A Tabela 10 apresenta os recortes espaciais mais recorrentes nas teses defendidas no programa:

Tabela 10 – Recortes espaciais das teses do PPGGEA (2013-2022)

<b>Recorte espacial</b>	<b>Número de frequência na análise</b>
Brasil	15
Federal	10
Distrito	9
Brasília	8
Amazônia	5

Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Constatamos que “Brasil” e “Distrito Federal” são os dois recortes mais recorrentes em número de frequência na análise realizada, seguido pelo município de Brasília e pela Amazônia. A ilustração 08 a seguir evidencia as palavras-chave mais citadas nas teses do PPGGEA.



É uma área pouco estudada que ainda carece de estudos, sobretudo os regionais pois a Geografia regional está se perdendo, falta muito uma visão mais regional, se tem muita visão local. Caso você pegue as teses e dissertações produzidas elas possuem tendências mais locais, sem uma visão regionalizada. Então acredito que faltam estudos de Geografia regionais, principalmente para a visão regional sobretudo nas dissertações e teses.

#### 4.9 Egressos

Procuramos identificar nas Tabelas 11 e 12, o número de egressos do programa em níveis de Mestrado e Doutorado, desde o ano das primeiras defesas, quantificar e qualificar esses dados. Para se ter uma dimensão da composição do quantitativo de discentes do sexo feminino e do sexo masculino.

Tabela 11 – Número de egressos do PPGGEA doutorado (2013-2022)

<b>PPGGEA – UnB</b>		
<b>Número de discentes egressos por sexo - doutorado</b>		
<b>Período</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
2013	0	1
2014	1	0
2015	8	2
2016	11	8
2017	11	8
2018	8	4
2019	8	9
2020	6	1
2021	8	7
2022	8	10
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>119</b>	

Fonte: Repositório institucional UnB e Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Quanto a composição do quantitativo de discentes por sexo, observa-se que no total geral este número é bastante equitativo, demonstrando um relativo equilíbrio entre os sexos. De 2013 a 2022, foram 69 egressos do sexo masculino e, para o mesmo período, 150 egressos do sexo feminino para o nível de Doutorado. Somente ao observarmos ano após ano na tabela acima, conseguiremos identificar diferenças pontuais.

No entanto, ao quantificarmos os dados de egressos referentes ao quantitativo de discentes para o nível de Mestrado percebemos que há sim uma desproporção / desequilíbrio de gêneros, no qual mulheres predominaram no curso no decorrer dos anos, as mulheres qualificam-se mais e em maior tempo.

Tabela 12 – Número de egressos do PPGGEA mestrado (1999-2022)

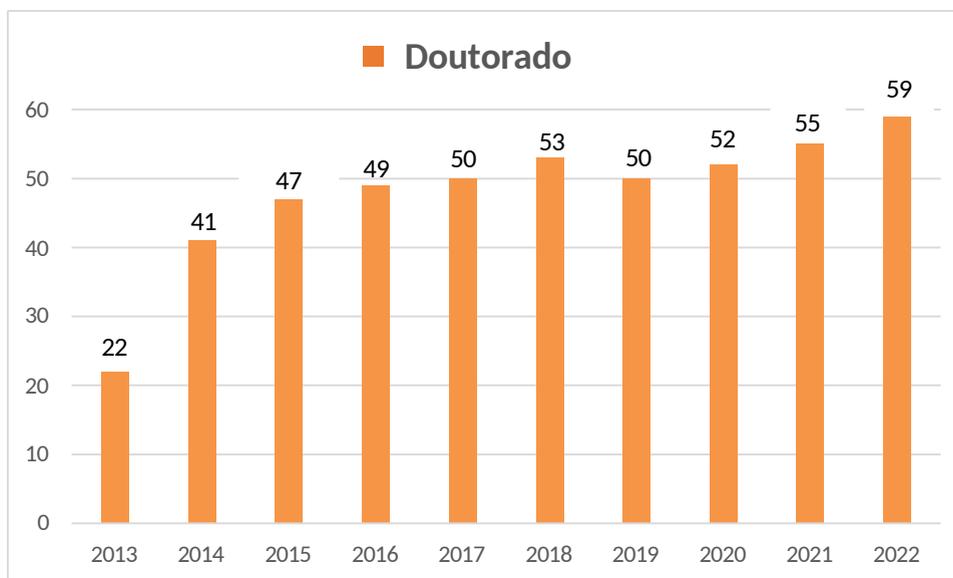
<b>PPGGEA – UnB</b>		
<b>Número de discentes egressos por sexo - mestrado</b>		
<b>Período</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
1999	2	3
2000	2	7
2001	3	8
2002	4	4
2003	4	6
2004	3	7
2005	3	8
2006	3	3
2007	12	9
2008	8	6
2009	6	13
2010	5	6
2011	8	7
2012	10	9
2013	9	8
2014	9	12
2015	17	18
2016	19	11
2017	9	7
2018	10	4
2019	14	11
2020	3	11
2021	3	4
2022	7	8
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>190</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>363</b>	

Fonte: Repositório institucional UnB e Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Em 23 anos de defesas no programa de Pós-Graduação (1999-2022), foram 173 homens titulados, ao passo que para o mesmo período analisado, 190 mulheres defenderam seus Mestrados, 17 a mais.

O Gráfico 14 mostra o tempo médio de titulação para o doutorado no PPGGEA.

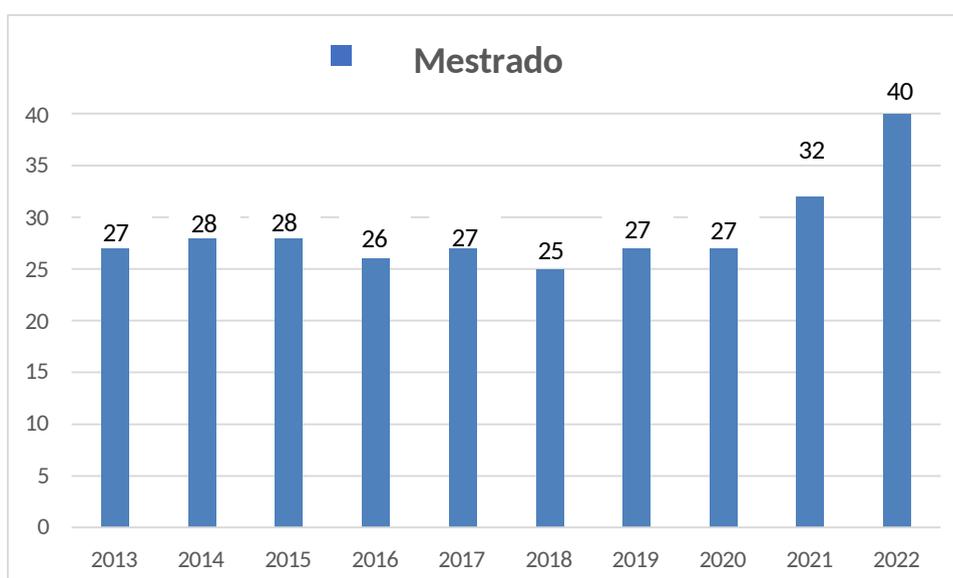
Gráfico 14 – Tempo médio de titulação do Doutorado no PPGGEA



Fonte: Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O tempo regulamentar para conclusão do Doutorado é de 48 meses (4 anos), podendo ser concedidos mais 12 meses de prorrogação, totalizando 60 meses. Atualmente o tempo médio de conclusão é de 59 meses. O Gráfico 15 mostra o tempo médio de titulação para o mestrado no PPGGEA.

Gráfico 15 – Tempo médio de titulação do Mestrado no PPGGEA

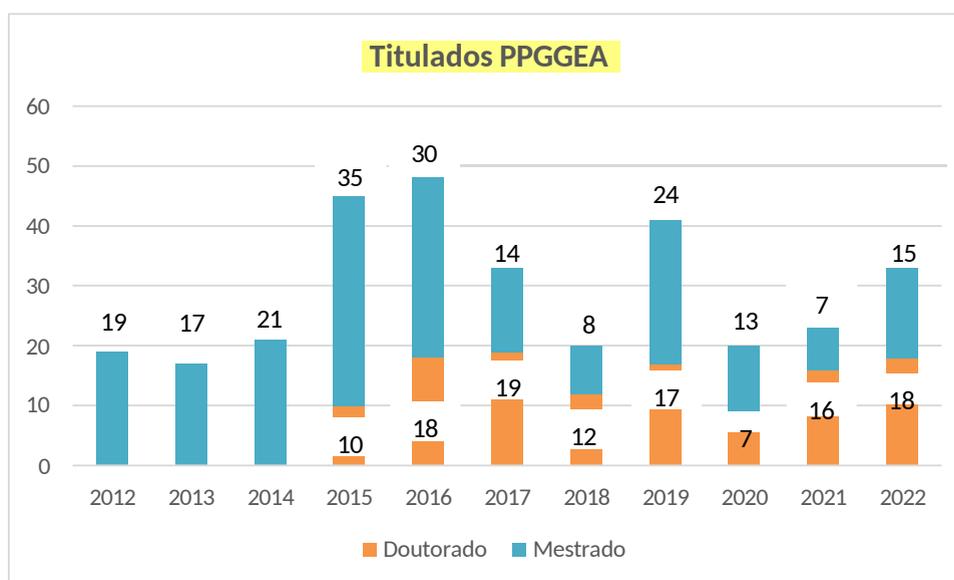


Fonte: Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O tempo regulamentar para conclusão do Mestrado é de 24 meses (2 anos), podendo ser concedidos mais 6 meses de prorrogação, totalizando 30 meses. No entanto, atualmente o tempo médio de conclusão é de 40 meses, ou seja, 10 meses a mais do que o regulamentar.

O Gráfico 16 mostra o número de titulados de Mestrado e Doutorado no PPGGEA nos últimos dez anos.

Gráfico 16 – Número de titulados de Mestrado e Doutorado no PPGGEA



Fonte: Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Conforme representa o Gráfico 16, em dez anos, de 2012 a 2022, o PPGGEA tituló 322 profissionais, sendo 119 doutores e 203 mestres.

É importante ressaltar o impacto da pandemia de Covid-19 nas defesas para o intervalo de tempo 2020-2023, já que houveram discentes atingidos diretamente e ainda há, segundo a Coordenação, inúmeros pedidos de prorrogação de prazo, como tentativa para se evitar o desligamento do programa.

Em decorrência disso, houveram impactos em diversas atividades desenvolvidas no Programa, tanto na gestão quanto secretaria, onde as atividades foram agravadas devido ao formato remoto. Dentre os impactos, há que se ressaltar a suspensão inicial das atividades na UnB, e a adoção do trabalho remoto, além da adaptação e aprovação da oferta das disciplinas também em formato remoto.

Assim, consideramos que a evasão e o desligamento no programa constituem um desafio para o PPGGEA-UnB, bem como para as demais instituições de ensino superior em todo país. Essa situação ocasiona prejuízo direto ao programa, no sentido de impactar diretamente em sua

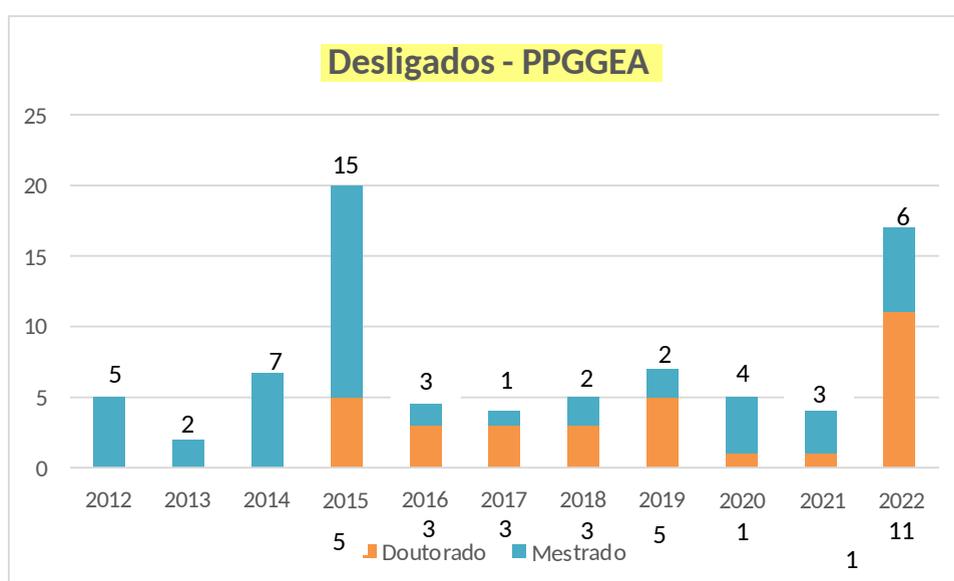
produção científica. Este impacto também incide diretamente ao discente, que não defende sua pesquisa e, caso contemplado pelo financiamento à pesquisa com a concessão de bolsa de estudos, é obrigado a devolver os valores recebidos a agência de fomento. Por isso é preciso subsidiar o debate sobre as causas e formas de evitar a evasão, a fim de traçar estratégias visando a permanência e conclusão dentro do tempo regimental do programa.

O relato da professora Helen da Costa Gurguel, destaca a questão da evasão e desligamentos:

O programa tem feito um trabalho conjunto com os orientadores, que verificam a situação do aluno, a cada seis meses. No início do semestre, a situação de cada aluno é enviada ao orientador, que tem feito esse trabalho com os discentes. Caso o orientador não consiga contato, a secretaria tenta o fazer. Caso não tenham retorno, é dado como situação de abandono do curso. Caso o aluno passe de todas as prorrogações e não seja possível defender, é feito o processo de desligamento junto a comissão, que analisa a situação de cada discente. É uma situação específica da UnB, regida pelo regulamento do Decanato e pela resolução CEP 081/2021. Sendo esta bem mais flexível que em outras universidades. A devolução do valor das bolsas é resolvida com a instituição que financiou a bolsa.

No Gráfico 17, seguem-se os dados de discentes desligados do programa desde 2012. Novamente chama atenção o número de desligamentos do último ano (11 discentes de doutorado e 6 discentes de mestrado). Ou seja, as defesas de dissertações e tese tem extrapolado o prazo máximo regimental.

Gráfico 17 – Número de desligamentos do Mestrado e Doutorado PPGGEA



Fonte: Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Entre 2012 a 2022 foram desligados do PPGGEA um total de 88 discentes. Sendo 54 discentes no Mestrado e 34 no Doutorado.

#### **4.10 Internacionalização, parcerias e formação de redes**

As informações levantadas a partir da Plataforma Lattes de cada docente do PPGGEA demonstram ações de internacionalização satisfatórias, com destaque para publicações em colaboração com IES estrangeiras, assim como atividades ligadas a realização de cursos concentrados, participação em bancas e difusão de redes de pesquisas internacionais. Um exemplo desse esforço de internacionalização do programa é desenvolvido no Grupo de Pesquisas [CNPq] Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe – GECIPA.

O grupo, inaugurado em 2011, pelo prof. Everaldo Batista da Costa, sediado no Departamento de Geografia da UnB, realiza pesquisas nas temáticas da urbanização, patrimonialização e decolonialidade na América Latina e Caribe. O fenômeno urbanização se desdobra, concreta, imaginária e simbolicamente, com peculiaridades atinentes à formação territorial, dando sentido material e subjetivo às cidades. A patrimonialização entendida, sinteticamente, como processo de ressignificação da cultura material e imaterial situadas, que se dá por intervenções setorizadas acompanha os ditames dessa urbanização e ganha evidência em todas as escalas do território.

O GECIPA tornou-se um núcleo consolidado de múltiplos temas e teorias. Dele fazem parte orientandos de graduação, mestrado, doutorado, orientandos já titulados, além de pesquisadores de pós-doutorado. O debate do grupo é direcionado na Geografia Crítica urbana e na Geografia Humanista, em consideração aos métodos dialético, existencialista e fenomenológico. O grupo possui parcerias de ensino e pesquisa com diferentes instituições no país, na América Latina e Caribe. Os mestrados e doutorados orientados no Gecipa incorporam os temas descritos, que vinculam o Brasil a outros países do continente. Ao longo desse tempo, o grupo de pesquisas recebeu diversos alunos que vieram de outros países para intercâmbio estudantil temporário, como México, Argentina, Colômbia, Equador, Moçambique, dentre outros.

Nestes doze anos de atividades, o grupo avança com o intercâmbio de práticas e experiências neste temário, por meio da organização, a cada dois anos, de um encontro científico alternado que envolve Brasil e países da América Latina, o Colóquio Latinoamericano sobre Urbanização e Patrimonialização (CLUP); edição da revista PatryTer e diversas atividades científico acadêmicas. Dentre essas atividades, destacamos a organização de colóquios

temáticos, segundo a Tabela 13:

Tabela 13 – Atividades que fortalecem a internacionalização do PPGGEA

<b>Atividades desenvolvidas - esforço de internacionalização do PPGGEA</b>	
<b>Evento</b>	<b>Ano</b>
Coloquio Turismo, Cine y Territorio (UNAM, Mexico) – 4 edições	2019, 2020, 2021, 2023
Colóquios Temáticos de Geografia da UnB (geralmente é lançado neste evento o número atual de Patryter)	2x ao ano
Colóquio Latinoamericano sobre Urbanización y Patrimonialización (CLUP) – 4 edições	2017, 2019, 2022
I. Seminário - Desafios da divulgação científica no contexto da globalização neoliberal	
I Foro de Editores latinoamericanos - Retos en la divulgación del conocimiento científico desde América Latina.	2022
Territorio, Economía y Cultura en Brasil y México (Colegio de Jalisco, México).	2022
	2022
Planeación territorial, representación espacial y cultura (UNAM).	
Seminario Turismo, Cine y la construcción de los imaginarios (Instituto de Geografía, UNAM, México).	2019
Exposición Nuevo Mundo (Instituto de Geografía, UNAM, México).	2019
III Seminario Latinoamericano: Imagen y representaciones espaciales - perspectivas geográficas (Instituto de Geografía, UNAM, México).	2019
Conversatório Espaço, turismo y cine (Instituto de Geografía, UNAM, México).	2019
I Seminário Latinoamericano sobre Cidades, Território e Memória (UnB).	2018
Colóquio Brasil-Cuba de Qualificação de projetos de mestrado e doutorado do GECIPA/UnB.	2018
II Oficina de Pós-Graduação Brasil-México (UnB)	2018
II Seminário Latino-americano: Imagens e representações espaciais. perspectivas urbanas [Brasília].	2018
I Seminario Imagen y represetnaciones espaciales: perspectivas urbanas [Unam - Mexico].	2017

Fonte: Plataforma Lattes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Outro exemplo de esforço empreendido via docentes para internacionalização do programa é desenvolvido no Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde (LAGAS), coodenado pela profa. Helen da Costa Gurgel.

Dois projetos: o LMI-SENTINELA: Laboratório Misto Internacional, Observatórios Transfronteiriços do Meio Ambiente, Clima e Doenças Vetoriais: Sítios Sentinelas do Observatório Brasileiro de Clima e Saúde. Seus os objetivos são voltados para: estruturar,

fortalecer e sustentar uma abordagem integrada por meio da Geografia - Meio Ambiente - Clima - Saúde no Brasil, se apoiando na formação, pesquisa e políticas públicas; reforçando a visibilidade internacional das equipes brasileiras trabalham em parceria nesse projeto. Assim, o laboratório reúne equipes francesas e brasileiras que possuem abordagens e competências complementares e atuam no desenvolvimento da ciência, em diferentes contextos institucionais, cuja sinergia permite prever um impacto significativo e duradouro através do ensino, pesquisa e política pública.

O segundo projeto coordenado pela profa. Helen é o LMI-OCE: Laboratório Misto Internacional - Observatório das mudanças ambientais, que constitui o fundamento institucional de uma colaboração científica entre o Brasil e a França. Suas atividades são orientadas para a inovação científica, para a ajuda à decisão na área de gestão do meio ambiente e dos recursos naturais e à formação. Ele permite ampliar as colaborações pela realização de projetos conjuntos e de dar segurança às redes de parceria entre equipes e instituições à longo prazo. O Laboratório funciona como um instituto federativo de pesquisa implicando treze laboratórios (ou sub-redes) no Brasil e na França. Seus membros, estudantes (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado), beneficiam de uma co-orientação por pesquisadores brasileiros e franceses e têm a oportunidade de realizar seus projetos em parte na França e em parte no Brasil; desenvolvendo trabalhos interdisciplinares reconhecidos internacionalmente. O laboratório participa de vários ensinamentos no Brasil (Pós-Graduação, cursos especializados para profissionais) e co-organiza anualmente eventos internacionais no Brasil.

Destacamos, também, os afastamentos para estudos no exterior de docentes da UnB para realizar pós-doutorado ou atuar como professor visitante, como é o caso do prof. Dante Flávio da Costa Reis Júnior, que estudou na Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, UP1, França e no Institut de Recherche pour le Développement, IRD, França.

O Grupo de Pesquisa CNPq GEOBAOBÁS, coordenado pelo prof. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, também se dedica ao estudo de temas de extrema relevância, que contribuem significativamente nas ações de internacionalização e, sobretudo, de nacionalização da pesquisa desenvolvida no PPGGEA UnB.

A exemplo do periódico Eletrônico Geobaobás do Projeto GEOAFRO junto ao CIGA-GEA e em parceria com o Instituto BAOBÁS e o Portal de Periódicos da Biblioteca Central da UnB, que tem como função básica publicar relatórios, dossiês e registros consubstanciados das pesquisas já desenvolvidas e em desenvolvimento do Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Ordenamento do Território (Projeto GEOAFRO). Os textos a serem publicados nos portal devem estar relacionados as temáticas dos estudos geográficos e cartográficos de

matriz africana e afrobrasileira e de outros países.

O projeto GEOAFRO existe a mais de 35 anos e é liderado pelo prof. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. O Projeto possui três premissas básicas: investigar a educação geográfica África-Brasil nos distintos níveis de ensino; caracterizar os sítios de matriz africana no território brasileiro e construir a cartografia e Geografia da diáspora africana no Brasil.

No sentido de destaque a nacionalização da pesquisa do PPGGEA também é válido é lembrarmos do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional, PROFGEO, no qual atuam os professores Ruth Elias de Paula Laranja e Fernando Luiz Araújo Sobrinho, da GEA UnB.

Na entrevista, ao questionar sobre como a coordenação percebe a interação do programa de Pós- Graduação com outros programas em Geografia, foi nos relatado que esta interação existe:

Existe sim. Tenho com outros programas e acredito que outros professores também, ao visualizarmos pela plataforma Sucupira a participação em bancas de outras instituições, que mostra essa interação. Não são todos, mas há uma porcentagem alta de quem não interage. Mas há participação de bancas, disciplinas em conjunto, também com outros professores fora da Geografia.

Ainda durante a entrevista, questionamos a coordenação sobre a relação universidade e cidade onde esta se insere. A professora apontou-nos um dado interessante, relacionado a proximidade da universidade com as relações de poder a nível federal, segundo ela:

Mesmo não sendo meu principal objeto de estudo, vejo que o grande diferencial de Brasília que possui relação com o PPGGEA é a proximidade com os tomadores de decisão em nível federal. Aqui todos têm acesso ao poder a este nível. Isso traz uma facilidade muito grande de acesso ao financiamento de projetos pelo governo federal, principalmente por ministérios como: Meio Ambiente, Saúde, Pesca, Agricultura, Turismo, dentre outros. Muitos recursos entram viam articulações com os Ministérios e muito de nossos discentes também são oriundos desses locais, são servidores públicos a nível federal, então é algo que é muito diferenciado. O que nos auxilia e propicia uma visão de Brasil, e não somente uma visão local ou regional. Então estando em Brasília temos uma articulação muito forte de articulação e de trabalhos a níveis nacionais, devido a capital, que ocorre menos em outros Estados.

Portanto, podemos afirmar que essa proximidade geográfica é um ponto muito importante e positivo para o programa, pelo financiamento e pelo papel desempenhado na formação de pessoal que trabalha na promoção, organização, na complementação e aplicação de políticas públicas a níveis nacionais. Sendo uma contribuição importante que o programa oferece para a sociedade brasileira.

## **CAPÍTULO 5: O PERFIL DA GEOGRAFIA DO PPGeo – UFU**

Este capítulo objetiva apresentar e caracterizar o perfil da produção científica acadêmica em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, ao longo dos 25 anos de sua existência; a partir do esforço empreendido em identificar os temas mais estudados ao longo de sua história.

É válido lembrar que dentre as referências teóricas que compõem este capítulo, cabe destaque a tese<sup>73</sup> de Souza (2023), defendida em março do presente ano junto ao PPGeo da UFU e indicada como referência pela profa. Beatriz Ribeiro Soares na ocasião da entrevista, foi de grande auxílio na caracterização da produção do Programa.

### **5.1 A trajetória da Universidade do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU**

A Universidade Federal de Uberlândia é uma fundação pública, integrante da Administração Federal Indireta, vinculada ao Ministério da Educação. A instituição possui sete campi - quatro em Uberlândia, um em Ituiutaba, um em Monte Carmelo e um em Patos de Minas. A UFU é o principal centro de referência em ciência e tecnologia de uma ampla região do Brasil Central, que engloba Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, noroeste e partes do norte de Minas, sul e sudoeste de Goiás, norte de São Paulo e leste de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso<sup>74</sup>.

No ano de 1969, em um contexto de grandes transformações sócio-políticas e educacionais em curso no Brasil e no Triângulo Mineiro foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, Minas Gerais. O departamento de Geografia, por sua vez, foi implantado em 1971, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFU.

Segundo Souza (2023), a trajetória do PPGeo/ UFU se confunde com a história da própria universidade, uma vez que o ensino superior em Geografia data desde 1971, três anos após a autorização para o funcionamento da instituição, o que evidencia a sua relevância para o desenvolvimento institucional.

Em 1974, houve a criação do Departamento de Estudos Sociais e o Curso de Geografia

---

<sup>73</sup> O trabalho de Souza (2023) é uma investigação teórica que analisou a produção acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. A pesquisadora optou por analisar a produção do ponto de vista da contribuição dos estudos métricos da informação, onde buscou identificar, por meio da rede científica constituída, a formação da comunidade epistêmica proveniente das citações referenciadas nas produções.

<sup>74</sup> Ver em: <https://ufu.br/institucional>.

Licenciatura Plena foi extinto. O Departamento de Estudos Sociais incorporava docentes de Geografia, História, Sociologia e os cursos de Geografia e História (Projeto Político Pedagógico UFU).

Já no ano de 1978, foi criada a Universidade Federal de Uberlândia (UFU)<sup>75</sup>, federalizada sob a forma de Fundação, pela fusão das faculdades privadas de Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Artes, Ciências Econômicas e Faculdade Federal de Engenharia.

Em 1984, foi extinto o Curso de Estudos Sociais/ Licenciatura Curta e reimplantado o curso de Geografia/ Licenciatura Plena. Quatro anos depois, em 1988, foi autorizada a criação do Bacharelado, que passou a funcionar a partir do ano de 1990 (Projeto Pedagógico UFU).

Devido à reorganização administrativa da universidade, em 1999, foi criado o Instituto de Geografia. Além do curso Graduação (Bacharelado e Licenciatura), o Instituto de Geografia atualmente oferece também, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, os cursos de Mestrado, desde 1998, e Doutorado em Geografia, desde 2003<sup>76</sup>.

A Figura 9 mostra a cronologia dos principais acontecimentos que remetem à história do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU.

Figura 9 – Linha do tempo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU



Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (agosto/ 2023).

A Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é um programa de excelência que oferece aos estudantes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e explorar novas fronteiras no campo da Geografia. Reconhecido em nível nacional e internacional, desde a sua fundação, em 1998, o programa tem desempenhado um papel fundamental no avanço do conhecimento geográfico e na produção acadêmica em Geografia no Brasil.

<sup>75</sup> Decreto Lei n. 762, de 14 de agosto de 1969, expedido pelo gabinete da Presidência da República e federalizada pela Lei n. 6.532, de 24 de maio de 1978, também sancionada pelo gabinete da Presidência.

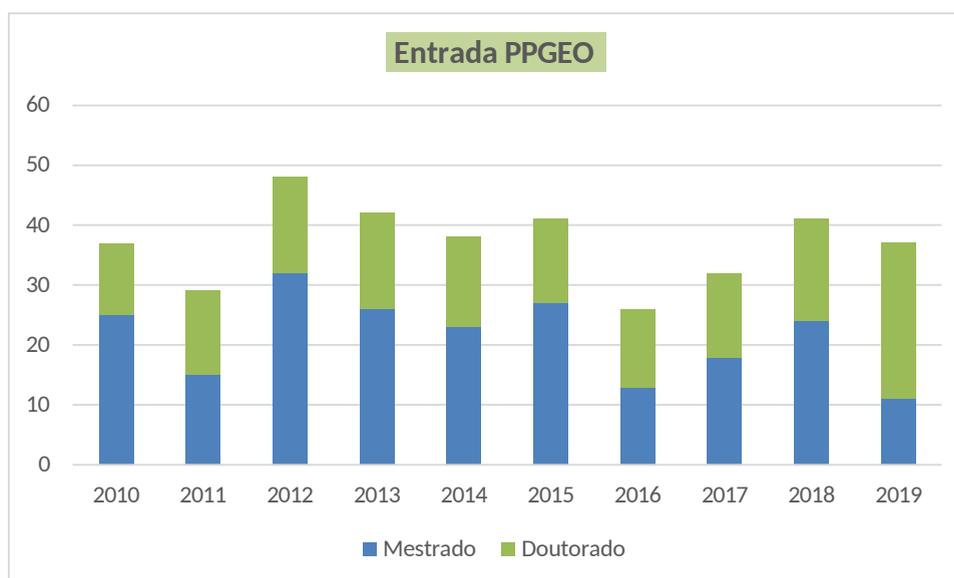
<sup>76</sup> Ver em: <https://ufu.br/institucional>

A área de concentração “Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais” é a sua identidade acadêmica, e o programa apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão Ambiental; Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano e Ensino, Métodos e Técnicas em Geografia. São abordagens de pesquisa que abrangem desde questões ambientais e urbanas até análises geoespaciais avançadas e estudos sociais, ou seja, linhas bastante interdisciplinares. A Pós-Graduação em Geografia da UFU também se destaca pela promoção de eventos científicos, palestras, workshops e seminários, que proporcionam um ambiente intelectual estimulante e enriquecedor<sup>77</sup>.

## 5.2 Dados e gerais e caracterização do Programa

Segundo o Gráfico 18, o PPGEU da UFU possui atualmente, em dezembro de 2023, 119 discentes ativos.

Gráfico 18 – Dados de ingresso ao PPGEU UFU



Fonte: Página do PPGEU, 2023. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

De acordo com o Quadro 17, o PPGEU atualmente, está associado a 12 laboratórios:

Quadro 17 – Laboratórios PPGEU UFU

Laboratórios	Docentes PPGEU associados
Laboratório de Cartografia e Sensoriamento Remoto (LACAR)	Jorge Luis Silva Brito, Roberto Rosa, Vanderlei de O. Ferreira

<sup>77</sup> Ver: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/139>

Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos	Luiz Antonio de Oliveira
Laboratório de Ensino de Geografia (LEGEO)	Túlio Barbosa
Laboratório de Ensino de Geotecnologias (LAEG)	Antonio Marcos M. de Oliveira
Laboratório de Geografia e Educação Popular (LAGEPOP)	Adriany de Ávila Melo Sampaio
Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA)	Geisa Daise Gumiero Cleps, João Cleps Junior
Laboratório de Geografia Cultural e Turismo	Rosselvelt José Santos
Laboratório de Geografia Médica e Vigilância em Saúde Ambiental (LAGEM)	Samuel do Carmo Lima
Laboratório de Geomorfologia e Erosão de Solos (LAGES)	Silvio Carlos Rodrigues
Laboratório de Geoprocessamento	Roberto Rosa
Laboratório de Pedologia e Estudos da Paisagem (LAPEP)	Guilherme Resende Corrêa
Laboratório de Planejamento e Educação Ambiental (LAPEA)	Maria Beatriz Junqueira Bernardes
Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR)	Beatriz Ribeiro Soares, Vitor R. Filho Julio Cesar de L.Ramires, Mirlei Fachini Vicente Pereira

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Conforme o Quadro 18, o PPGEU da UFU atualmente, está associado a 5 grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq:

Quadro 18 – Grupos de pesquisa PPGEU UFU

<b>Grupo de Pesquisa</b>	<b>Líderes</b>
Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais	Geisa Daise Gumiero Cleps João Cleps Junior
Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia na Perspectiva do Ser Humano Integral	Adriany de A. M. Sampaio Antônio C. F. Sampaio
Grupo de Pesquisa Espaços de Educação e Espiritualidade	Adriany de A. M. Sampaio
Biogeografia e Ecologia Funcional de Biomas	Vinícius de Lima Dantas
Geoinformação, Território e Conservação	João Vitor M. Bravo

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

### **5.3 Perfil do corpo docente: formação acadêmica**

Com uma trajetória de excelência, com 25 anos de existência, uma equipe de docentes qualificados, a Pós-Graduação em Geografia da UFU desempenha importante papel na promoção do conhecimento geográfico.

Identificar a trajetória de formação acadêmica do corpo docente é um dado interessante,

pois, em decorrência disso, podemos identificar sua instituição de origem, o que de certa forma pode influenciar na produção de conhecimento por meio de suas pesquisas acadêmicas, a partir das orientações de mestrado e doutorado desenvolvidas.

Para isso, realizou-se levantamento para identificar o corpo docente na página do PPGEO. A partir desse levantamento, foram identificados 29 professores credenciados que orientam dissertações e teses no programa. Após esse levantamento foi criado um banco de dados no Microsoft Excel, por meio da consulta individual ao Currículo Lattes de cada docente do programa, para identificar dados da instituição em que este se qualificou no Mestrado e Doutorado, títulos das dissertações e teses, orientação e ano de defesa.

Conforme demonstra o Quadro 19, o corpo docente da universidade é composto por docentes pós-graduados no país. Os dados contidos na tabela tem o objetivo de mostrar a trajetória de formação acadêmica no nível de mestrado dos pesquisadores que compõem o PPGEO da UFU.

Quadro 19 – Formação acadêmica em nível de Mestrado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU

<b>Pesquisador</b>	<b>Area</b>	<b>IES</b>	<b>Título da Dissertação</b>	<b>Orientação</b>	<b>Ano</b>
Adriany de A. M. Sampaio	Geografia	UFU	Trajetórias do Ensino da Geografia no Brasil; 1978-1996	Vânia Rúbia Farias Vlach	2001
Alan Silveira	Geografia	UNESP/RC	Diagnóstico Ambiental do Setor Noroeste do Sítio Urbano de Piracicaba (SP): uma abordagem geográfica	Cenira Maria Lupinacci da Cunha	2009
Antônio C. F. Sampaio	Engenharia	IME	Uma Ferramenta de Apoio à Identificação de Feições do Terreno	Luis Paulo Vieira Braga	1993
Beatriz R. Soares	Geografia	USP	Habitação e Produção do Espaço Urbano em Uberlândia	Amália Ignez Geraides de Lemos	1998
Claudionor R. da Silva	Ciências Geodésicas	UFPR	Uso de algoritmos genéticos como Redutor de dimensionalidade na classificação de imagens hiperespectrais	Jorge Antônio Silva Centeno	2006
Gabriel do N. Guimarães	Engenharia de Transportes	USP	A Altimetria e o Modelo Geoidal no Estado de São Paulo	Denizar Blitzkow	2010
Geisa D. G. Cleps	Geografia	UNESP/RC	O Comércio Atacadista de Uberlândia (MG):	Silvana Maria Pintaudi	1997

			Mudanças Tecnológicas e Estratégias Territoriais		
Gelze S. de S. C. Rodrigues	Geografia	USP	Representações da Paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra - MG: o olhar do viajante, da população local e do geógrafo	Regina Araújo de Almeida	2001
Guilherme R. Corrêa	Agronomia	UFV	Caracterização pedológica de arqueo-antropossolos no Brasil: sambaquis da região dos lagos (rj) e terras pretas de índio na região do baixo rio Negro/Solimões (AM)	Carlos Ernesto Gonçalves Reynaud Schaefer	2007
João Cleps Junior	Geografia	UNESP/RC	O Pontal do Paranapanema Paulista: a incorporação regional da periferia do café	Sílvio Carlos Bray.	1990
João V. M. Bravo	Ciências Geodésicas	UFPR	A confiabilidade semântica das Informações Geográficas Voluntárias como função da organização mental do conhecimento espacial	Claudia Robbi Sluter	2014
Jorge Luis Silva Brito	Sensoriamento Remoto	INPE	Estimativa da temperatura do dossel da floresta amazônica utilizando dados do sensor SMMR do satélite nimbus-7	Jesus Marden Dos Santos	1993
Julio Cesar de Lima Ramires	Geografia	UFRJ	As grandes corporações e a dinâmica sócioespacial: a ação da Petrobrás em Macaé	Roberto Lobato Corrêa	1991
Luiz Antônio de Oliveira	Geologia	UNB	O sistema aquífero bauru na região de Araguari/mg: parâmetros dimensionais e propostas de gestão	José Elói Guimarães Campos	2002
Marcelo C. Chelotti	Geografia	UNESP/PP	A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município	Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.	2003

			de Sant'Ana do Livramento - RS		
Marcelo T. Matsuoka	Ciências Cartográficas	UNESP/PP	Avaliação de Funções para Modelagem do Efeito da Refração Ionosférica na Propagação dos Sinais GPS	Paulo de Oliveira Camargo	2003
Maria Beatriz J. Bernardes	Geografia	UFU	Educação a distância: Uma proposta metodológica para capacitação de professores de Geografia (ciclos Intermediário e avançado)	Vânia Rúbia Farias Vlach	2001
Mirlei F. V. Pereira	Geografia	UNESP/RC	Redes e Verticalidades como estratégias de uso do território por grandes empresas: o exemplo da Embraer S/A	Samira Peduti Kahil	2005
Paulo Cezar Mendes	Geografia	UFU	Gênese e Estrutura Espacial das Chuvas em Uberlândia (MG)	Antônio Giacomini Riberiro	2001
Rita de C. M. de Souza	Geografia	UNESP/RC	Oliveira Vianna e a unidade - identidade do espaço brasileiro	Silvio Carlos Bray	1995
Rossevelt José Santos	Geografia	USP	Quando a produção camponesa vira negócio	Odette Carvalho de Lima Seabra	1993
Samuel do Carmo Lima	Geociências	UFF	Estudo sedimentológico, textural, mineralógico e geoquímico dos sedimentos superficiais e do material em suspensão na baía da Ribeira, em Angra dos Reis (RJ)	Edison Dausacker Bidone	1985
Sílvia Carlos Rodrigues	-	-	*Realizou o doutorado direto, na USP.	-	-
Túlio Barbosa	Geografia	UNESP/PP	O conceito de Natureza e análises dos livros didáticos de Geografia	Eliseu Savério Sposito.	2006
Vanderlei de O. Ferreira	Geografia	UFMG	Eventos Pluviais Concentrados em Belo Horizonte-MG: caracterização genética e impactos físico-ambientais	Antônio Giacomini Riberiro	1996

Vicente de Paulo da Silva	Geografia	USP	Destruição e Reconstrução Simbólica em Tempos de Modernização	Maria Regina Cunha de Toledo Sader	1995
Vinícius de Lima Dantas	Ecologia	UFSCAR	Defesas contra herbivoria e descritores da vegetação: relações com variáveis edáficas em uma área de cerrado	Marco Antônio P. L. Batalha	2010
Vitor Ribeiro Filho	Geografia	UFRJ	Mobilidade Residencial em Manaus: Uma Análise Introdutória	Roberto Lobato Corrêa	1997
William R. Ferreira	Transportes	UnB	Áreas centrais congestionadas: a questão do pedestre - um estudo de caso	Matsuo Shimoish	1997

Fonte: Plataforma Lattes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Observa-se que nas dissertações realizadas pelos docentes, 9 foram realizadas em áreas correlatas à Geografia, como geociências, meio ambiente, transportes, geodésia, informações espaciais. Os demais 19 docentes realizaram suas dissertações em Geografia. E 1 docente realizou o doutorado direto após a graduação.

No que tange à instituição de ensino, verifica-se a grande concentração das universidades da região Sudeste brasileira, principalmente as universidades paulistas, a USP (Universidade de São Paulo) e as estaduais UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) como formadoras desses docentes; com 5 dissertações defendidas na UNESP Campus Rio Claro, 4 na UNESP Campus Presidente Prudente e 5 na USP. As demais instituições de ensino, com exceção da UFPR e UnB, também se concentram no Sudeste, eixo majoritário na pesquisa científica.

O Quadro 20 mostra a trajetória acadêmica de formação em nível de doutorado dos pesquisadores que compõem o programa da UFU.

Quadro 20 – Formação acadêmica em nível de Doutorado dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU

<b>Pesquisador</b>	<b>Área</b>	<b>IES</b>	<b>Título da Tese</b>	<b>Orientação</b>	<b>Ano</b>
Adriany de A. M. Sampaio	Geografia	UFRJ	ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR: Aplicação Analógica e Digital no Ensino Fundamental	Paulo Márcio Leal de Menezes	2006
Alan Silveira	Geografia	UNESP/RC	Proposta Metodológica para Avaliação dos Níveis de Restrição do Relevo ao Uso Urbano	Cenira Maria Lupinacci da Cunha	2013

Antônio C. F. Sampaio	Geografia	UFRJ	A Cartografia no Ensino de Licenciatura em Geografia: Análise da Estrutura Curricular Vigente no País, Propostas e Perspectivas na Formação de Futuros Professores	Paulo Márcio Leal de Menezes	2006
Beatriz R. Soares	Geografia	USP	Uberlândia da cidade jardim ao portal do cerrado -imagens e representações no Triângulo Mineiro	Amália Ignez Geraides de Lemos	1995
Claudionor R. da Silva	Ciências Geodésicas	UFPR	Extração de estradas vicinais em imagens digitais e dados laser scanner usando abordagens automática e semi-automática	Jorge Antonio Silva Centeno	2008
Gabriel do N. Guimarães	Engenharia	USP	A Geoid Model in the State of São Paulo: an Attempt for the Different Methodologies,	Denizar Blitzkow	2013
Geisa D. G. Cleps	Geografia	UNESP/RC	Estratégias de Reprodução do Capital e as Novas Espacialidades Urbanas: o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG)	Pompeu Figueiredo de Carvalho	2005
Gelze S. de S. C. Rodrigues	Geografia	UFU	Educação Ambiental e Hiperfídia: a construção de uma material didático para o Parque Municipal Victório Siquierolli, Uberlândia, MG	Marlene T de Muno Colesanti	2007
Guilherme R. Corrêa	Agronomia	UFV	Pedogênese em platôs de canga ferrífera e basaltos na Serra Dos Carajás -PA	Carlos Ernesnto Gonçalves Reynaud Schaefer	2011
João Cleps Junior	Geografia	UNESP/RC	Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro	Vera Mariza Henriques de Miranda Costa	1997
João V. M. Bravo	Ciências Geodésicas	UFPR	Identificação e caracterização das tarefas de uso e geração de geoinformação no mapeamento colaborativo	Claudia Robbi Sluter	2017
Jorge Luis Silva Brito	Geografia	USP	Adequação do uso da terra na bacia do ribeirão Bom Jardim-ensaio de Geoprocessamento	Renato Herz	2001
Julio Cesar de Lima Ramires	Geografia	USP	A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação	Amália Ignez Geraiges de Lemos	1998

Luiz Antônio de Oliveira	Geologia	UNB	O Sistema Aquífero Guarani no estado de Goiás: distribuição, caracterização, hidrodinâmica, hidroquímica, composição isotópica e CFCs	José Elói Guimarães Campos	2009
Marcelo C. Chelotti	Geografia	UFU	A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)	Vera Lúcia Salazar Pessoa	2009
Marcelo T. Matsuoka	Ciências Cartográficas	UNESP/PP	Influência de Diferentes Condições da Ionosfera no Posicionamento por ponto com GPS: Avaliação na região brasileira	Paulo de Oliveira Camargo	2007
Maria Beatriz J. Bernardes	Geografia	UFU	Bacia hidrográfica do rio Uberabinha: a disponibilidade de água o uso do solo sob a perspectiva da Educação Ambiental	Marlene Teresinha de Muno Colesanti	2007
Mirlei F. V. Pereira	Geografia	UNESP/RC	O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre	Samira Peduti Kahil	2009
Paulo Cezar Mendes	Geografia	UFU	Aspectos ecológicos e sociais da doença de Chagas no município de Uberlândia	Samuel do Carmo Lima	2008
Rita de C. M. de Souza	Geografia	UNESP/RC	Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira	Silvio Carlos Bray	2000
Rossevelt José Santos	Geografia	USP	As Humanidades do Cerrado na Dialética da Festa e do espetáculo,	Odette Carvalho de Lima Seabra	1998
Samuel do Carmo Lima	Geografia	USP	As veredas do ribeirão Panga no Triângulo Mineiro e a evolução da paisagem, Ano de obtenção	José Pereira de Queiros Neto	1996
Sílvio Carlos Rodrigues	Geografia	USP	Análise Empírico-Experimental da Fragilidade Relevo-Solo no Cristalino do Planalto Paulistano: Sub-bacia do Reservatório Billings	Jurandyr Luciano Sanches Ross	1998
Túlio Barbosa	Geografia	UNESP/PP	Estética Romântica Germânica e a Paisagem em Humboldt: Percurso da Geografia	João Osvaldo Rodrigues Nunes	2011

Vanderlei de O. Ferreira	Geografia	UFMG	Paisagem, recursos hídricos e desenvolvimento econômico na bacia do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais	Allaoua Saadi	2007
Vicente de Paulo da Silva	Geografia	UFRJ	Efeitos Socio-espaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte - MG: Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana	Ana Maria Lima Daou	2004
Vinícius de Lima Dantas	Ecologia	UFSCAR	O papel do fogo na estruturação funcional e filogenética de savanas e florestas tropicais	Marco Antonio Batalha	2014
Vitor Ribeiro Filho	Geografia	UFRJ	A Configuração da Área Central de Manaus e sua Dinâmica Recente	Roberto Lobato Corrêa	2004
William R. Ferreira	Geografia	USP	O espaço público nas áreas centrais: a rua como referência - um estudo de caso em Uberlândia-MG	Amália Ignez Geraiges de Lemos	2002

Fonte: Plataforma Lattes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Pela análise da tabela de formação acadêmica em nível de doutorado, verifica-se que o perfil de formação diferencia-se um pouco se comparado ao nível de mestrado. Com relação à área, há uma unicidade, pois dos 29 docentes que compõem o programa, apenas 5 não realizaram seus doutoramentos na área de Geografia e sim em áreas correlatas como engenharia, geodésia, meio ambiente, ciência do solo. Já em observação à instituição de ensino, o eixo Sudeste brasileiro também lidera, com 8 docentes doutores pela USP, 4 pela UNESP Campus Rio Claro, 4 pela UFRJ e 2 pela UNESP Campus Presidente Prudente.

Em relação à formação dos docentes, segundo Rodrigues e Souza (2023, p.9), podemos dividi-los em três grupos. O primeiro, em número mais significativo, docentes que fizeram o doutorado na Unesp (9) e na USP (8), mantendo-se o perfil inicial do programa, com a maioria dos docentes provenientes de dois dos programas consolidados há mais tempo – USP e Unesp. O segundo grupo, os que fizeram o doutorado na UFU (4) e na UFRJ (4). E o terceiro, proveniente de outras instituições, como UFPR (2), UnB (2), UFV (1) e UFScar (1). Essa genealogia se reflete na composição das bancas de doutorado e mestrado, bem como na formação das redes e grupos de pesquisa, onde é frequente a participação de docentes dessas universidades originárias, indicando as conexões na rede científica do programa.

Buscamos identificar a construção do conhecimento produzido pela Geografia do Brasil Central, mas que é realizada muitas vezes por docentes de fora, vindos em sua grande maioria do Sudeste, que continuará sendo o principal centro irradiador da formação de pesquisadores. É importante esclarecer que, com isso, os docentes trazem consigo as matrizes teórico-metodológicas de sua instituição de origem e acabam por promover uma mobilidade geográfica do conhecimento.

Ao caracterizarmos o PPGeo da UFU, assim como constatamos nas demais universidades que compõem a tese, é importante mencionar o papel significativo das políticas de expansão de vagas no ensino superior, empreendidas pelo governo federal, após 2007. A adesão da universidade ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, resultou em mudanças positivas na estruturação e consolidação do programa.

O REUNI produziu impacto direto, sobretudo porque também refletiu diretamente no quesito da ampliação do corpo docente do departamento. Após o programa, o Instituto de Geografia ampliou-se significativamente, com a criação de mais três cursos de graduação: Saúde Coletiva, Engenharia Cartográfica e Geologia.

Outro dado importante sobre o crescimento do programa, segundo Souza (2023), é que este se efetivou também por meio das parcerias, como as efetuadas com as Faculdades Integradas no Norte de Minas (Funorte) nos anos de 1990, que permitiram a oferta de Mestrado Interinstitucional<sup>78</sup> (Minter) e com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) para

---

<sup>78</sup> Programa de apoio à realização de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* interinstitucionais para a rede federal de educação profissional e tecnológica. Os projetos Minter/Dinter caracterizam-se pelo atendimento de uma turma ou grupo de alunos por um programa de Pós-Graduação já consolidado, em caráter temporário e sob condições especiais, caracterizadas pelo fato de parte das atividades de formação desses alunos serem desenvolvidas no campus de outra instituição. Possuem como objetivo viabilizar a formação, em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* no país, de docentes e técnicos administrativos estáveis das IES à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A CAPES, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, disponibiliza recursos de custeio e bolsas. Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programasencerradosnopais/minter-e-dinter-capes-setec>.

a oferta de Doutorado Interinstitucional (Dinter), nos anos 2000. A Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Araguaína, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás são exemplos de colaborações nesse sentido, com Dinter em 2009 e 2014, respectivamente.

Em entrevista concedida à pesquisadora, o coordenador do PPGEU, prof. Antônio C. F. Sampaio<sup>79</sup>, ao descrever os motivos que o fizeram escolher a Geografia e sobre sua inserção na Pós-Graduação, destaca que:

Sou engenheiro cartógrafo e trabalhei com cartografia algum tempo na prática depois fui para o IME, fiz mestrado e fiquei como professor por 12 anos. Saí e fiz o doutorado na Geografia da UFRJ e surgiu a oportunidade de fazer concurso para o curso de Geografia. Graduei em licenciatura em Geografia, sou prof. do Instituto de Geografia nas áreas de Cartografia, Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto. Em 2015, solicitei o credenciamento e venho orientando pesquisas. E recentemente fui eleito coordenador do PPGEU UFU.

Conforme mencionado anteriormente, entrevistamos a profa. Beatriz Ribeiro Soares<sup>80</sup>, por ser uma docente que acompanha o curso desde o seu início. Sobre sua inserção na graduação e pós da UFU, ela relata:

O curso teve início em 1971, no auge da ditadura e em 1974 formamos em licenciatura. Antes de me formar, já comecei a dar aulas de Geografia no antigo ensino secundário (5ª A 8ª Série). Logo após trabalhar como secretária do reitor da universidade, uma pró-reitora me chamou e falou: você será professora. Isso era mais ou menos em 1978, ingressei na universidade em 1976. E ingressei então no Instituto de Estudos Sociais naquela época, formada em Geografia e comecei a dar aulas de EPB (estudos de problemas brasileiros) e lecionávamos na Geografia. Havia uma primeira formação em Estudos Sociais e depois em Geografia. Naquele período, não havia concurso, éramos quase que escolhidos. Então lecionei naquele Instituto que era formado pela Geografia, História e Ciências Sociais. Depois ele foi dividido, fizemos um movimento muito grande onde separamos a Geografia e a História. Começamos de novo um curso de Geografia. Entrei com 20h e 6 meses depois fui para 40h DE. E aí fiz o mestrado e o doutorado na USP e, por incrível que pareça, agora que estou fazendo pós-doc. Criamos o curso de Bacharelado, criamos o Mestrado, o Doutorado, fizemos uma trajetória muito boa.

Conforme abordamos no capítulo 3, sobre a interação entre universidades UFG e UFU e as parcerias firmadas, a professora Beatriz comentou sobre a disciplina Urbanização dos Cerrados:

Nessa trajetória, orientei muita gente. Fui a primeira tutora do Programa de Educação

Ver: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2277/portaria-capes-n-237>

<sup>79</sup> Entrevista concedida a autora pelo Prof. Antônio Carlos Freire Sampaio, via Zoom, em 29 de novembro de 2023.

<sup>80</sup> 62 Entrevista concedida a autora pela Professora Beatriz Ribeiro Soares, via Google Meet, no dia 30 de novembro de 2023.

Tutorial, trabalhei com Iniciação Científica, mas nunca deixei a graduação. Sou professora na Arquitetura também, há dez anos no PPGAU. Trabalhei em Curitiba-PR, durante a criação do mestrado deles, lecionei por dois anos com disciplina de planejamento Urbano. Trabalhei também no mestrado em Guarapuava-PR. E em Goiânia-GO, sempre trabalhei com a profa. Celene Monteiro Barreira e o prof. João de Deus, em uma disciplina denominada Urbanização dos Cerrados e fizemos várias parcerias. Agora ela aposentou, mas mesmo assim é uma amiga para a vida toda. Sempre tivemos alunos nossos que foram para lá (Goiânia) e alunos de lá que vieram para cá (Uberlândia), sempre tivemos muito boa relação.

Conforme ressalta Chaveiro (2010, p. 29), para compreender mais os conteúdos sociais desse tipo de urbanização, devem-se pensar os seus fundamentos e funções. O autor nos diz que à medida que essa urbanização resultou da modernização do território, consolidada na modernização da agricultura e na pecuária comerciais, a função das grandes cidades é a de organizar um terciário propício para abastecer as demandas dessa economia agrária moderna. E a função das pequenas cidades é apenas abastecer as relações em nível local. E cabe às cidades médias gerar uma “urbanização extensiva e mirada ao circuito econômico agrícola”. Como “cidades do campo”, que concentram a renda bruta gerada especialmente pelo agronegócio, os seus tempos e espaços são hibridados: palcos dos novos ricos, elas comungam com práticas de sujeitos tradicionais. Ligadas às bolsas internacionais possuem uma vida local amena. Como se fossem “a cara do mundo” não deixam de apresentar as figuras do local. E das ameaças em não se inserir no mundo da rapidez e dos negócios além-mar.

Segundo a professora Beatriz, de início, a proposta era a criação de um curso de mestrado que envolvesse os cursos de Geografia das três universidades (UFG, UnB e UFU). Foram realizadas reuniões, mas a proposta acabou não dando certo e cada instituição criou o seu programa. No entanto, desde a criação dos cursos de mestrado, o primeiro na UFG, as instituições não deixaram de estabelecer parcerias colaborativas, seja por meio de iniciativas individuais ou ações coletivas. Prova disso foi a criação de um grupo de trabalho na ANPEGE, desde as primeiras edições do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, o ENANPEGE; o Grupo de Trabalho Urbanização dos Cerrados. De acordo com a professora, este grupo sempre contou com a participação da UnB, UFG e a UFU, e agora a UFT também integra o grupo. E ainda acresce:

Esses programas foram criados na raça mesmo. Éramos muito ousados. Pensávamos: vamos fazer o programa e ver o que acontece. Os Doutorados também, não eram algo pronto, onde havia um corpo docente, com uma grande produção científica. Era assim, vamos fazer, vamos tentar, vamos interiorizar!

Segundo o Boletim Informativo da Anpege (2009), os GTs são espaços de diálogos para

aprofundamento de discussões e trocas de experiências de trabalhos que proporcionam o avanço da geografia e a consolidação da Pós-Graduação em Geografia no Brasil.

#### 5.4 Áreas de concentração e linhas de pesquisa

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU é formado por uma área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais e por três linhas de pesquisa reestruturadas da seguinte forma:

Quadro 21 – Linhas de pesquisa PPGeo UFU

<b>Área de concentração</b>	<b>Linhas de pesquisa</b>
Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais	1- Dinâmicas Territoriais
	2- Estudos Ambientais e Geotecnologias
	3- Educação Geográfica e Representações Sociais

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Quando houve o início da primeira turma de mestrado, em março de 1998, o programa foi criado com a área de concentração Planejamento Socioespacial e três linhas de pesquisa. Em agosto de 2003, quando ingressou a primeira turma do Doutorado, o programa passou a ter a área de concentração Geografia e Gestão do território.

Em 2015, em revisão pelo Colegiado para reformulação do Regulamento, estruturou-se o PPGeo em uma área de concentração denominada Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais, conforme sintetiza o Quadro 22, sobre as mudanças de área de concentração e linhas de pesquisa no decorrer dos 25 anos do PPGeo UFU.

Quadro 22 – Modificações na Área de concentração e nas Linhas de pesquisa

<b>Área de concentração</b>		
Planejamento Socioespacial	Geografia e gestão do território	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais
<b>Período</b>		
(1998-2002)	(2003-2015)	(2015-atual)
<b>Linhas de Pesquisa</b>		
1. Planejamento e Gestão Ambiental;	1. Análise, Planejamento e Gestão Ambiental;	1. Dinâmicas Territoriais;
2. Cidade e Campo Relações Políticas e Socioespaciais;	2. Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural;	2. Estudos Ambientais e Geotecnologias;
3. Geoprocessamento e Sensoriamento remoto.	3. Ensino, Métodos e Técnicas em Geografia.	3. Educação Geográfica e Representações Sociais.

Fonte: Página do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

A linha 1- Dinâmicas Territoriais, contempla os seguintes eixos temáticos: estudos ambientais e geotecnologias: geomorfologia; Planejamento ambiental; Erosão dos solos; Recursos hídricos; Pedogêse em regiões tropicais; Pedologia; Sustentabilidade dos recursos naturais; Climatologia regional; Mudanças climáticas globais; Cartografia geotécnica; Planejamento ambiental; Gestão de recursos hídricos; Geologia ambiental; Geologia de engenharia; Ecologia humana; desenvolvimento sustentável; Gestão ambiental urbana e Processamento diferenciado de resíduos sólidos.

Os docentes que atuam na linha são: Beatriz Ribeiro Soares, Geisa Daise Guimiero Cleps, João Cleps Júnior, Julio Cesar de Lima Ramires, Marcelo Cervo Chelotti, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Samuel do Carmo Lima, Vicente de Paulo da Silva, Vitor Ribeiro Filho, William Rodrigues Ferreira e Rivaldo Mauro de Faria.

A linha 2- Estudos Ambientais e Geotecnologias, contempla os seguintes eixos temáticos: dinâmicas territoriais: Políticas públicas e gestão do território; Planejamento urbano e regional; Cidade e urbano: relações socioespaciais; Geografia cultural e turismo; Geopolítica e Geografia política; Planejamento de trânsito e transporte; Geografia dos transportes; Relações campo-cidade; Agricultura e políticas públicas; Desenvolvimento, modernidade e contradições no campo; Agroindústria; Movimentos sociais rurais; Questão agrária; Reforma agrária; Assentamentos rurais; Desenvolvimento rural; Desenvolvimento sustentável; Extensão rural; Geografia da saúde; Antropologia rural; Vigilância ambiental em saúde e Geografia médica.

Os docentes que atuam na linha são: Alan Silveira, Claudionor Ribeiro da Silva, Gabriel do Nascimento Guimarães, Gelze Serrat de S. Campos Rodrigues, Guilherme Resende Corrêa, João Vitor Meza Bravo, Jorge Luis Silva Brito, Luiz Antônio de Oliveira, Marcelo Tomio Matsuoka, Paulo Cezar Mendes, Silvio Carlos Rodrigues, Vanderlei de Oliveira Ferreira e Vinícius de Lima Dantas.

A linha 3- Educação Geográfica e Representações Sociais, contempla os seguintes eixos temáticos: educação geográfica e representações sociais: Ensino de Geografia; Teoria e método em Geografia; História do pensamento geográfico; Epistemologia em Geografia; Educação ambiental; Geoprocessamento; Cartografia; Resiliências; Vínculos territoriais; Populações tradicionais; Cultura camponesa e Autenticidade dos lugares.

Os docentes que atuam na linha são: Adriany de A. M. Sampaio, Antônio Carlos Freire Sampaio, Maria Beatriz Junqueira Bernardes, Rita de Cássia Martins de Souza, Rosselvelt José

Santos, Túlio Barbosa e Amanda Regina Gonçalves.

Outra questão abordada em entrevista foi a respeito da produção do conhecimento do programa no qual a professora Beatriz se insere. Assim, ela discorreu a respeito das linhas de pesquisa do programa e suas alterações no decorrer do tempo, no relato a seguir:

Quando houve a criação do Doutorado mudou-se a Área de Concentração para Geografia e Gestão do Território, com três linhas de pesquisa: uma ambiental, outra humana e de educação e tecnologias. Então tivemos, talvez, em tempos diferentes uma procura muito grande para a área de Geografia Urbana regional, na busca pela compreensão de questões regionais, de como se estruturavam as cidades médias. Na área rural também temos vários estudos do professor João Cleps, que trabalhou com agronegócio e depois direcionou-se para a Geografia Agrária, temos também o prof. William Ferreira e a profa. Denise Labrea, que trabalharam com mobilidade em um tempo que ninguém o fazia.

Portanto podemos dizer que o PPGEU da UFU possuía uma matriz ampla, que trabalhava uma Geografia mais crítica, mas também com uma tendência aplicada no que concerne aos transportes, pesquisas urbano/rurais, área de consumo e acessibilidade.

Com esse novo paradigma ambiental do século XXI, a área ambiental passou a ser mais atrativa, pois nela havia o Geoprocessamento. Então houve a mudança da área de tecnologias de educação na linha 3, e na linha 2 ficaram as Geotecnologias.

Conforme o relato, havia uma área mais Crítica e uma área aplicada, que era a de mobilidade e do planejamento:

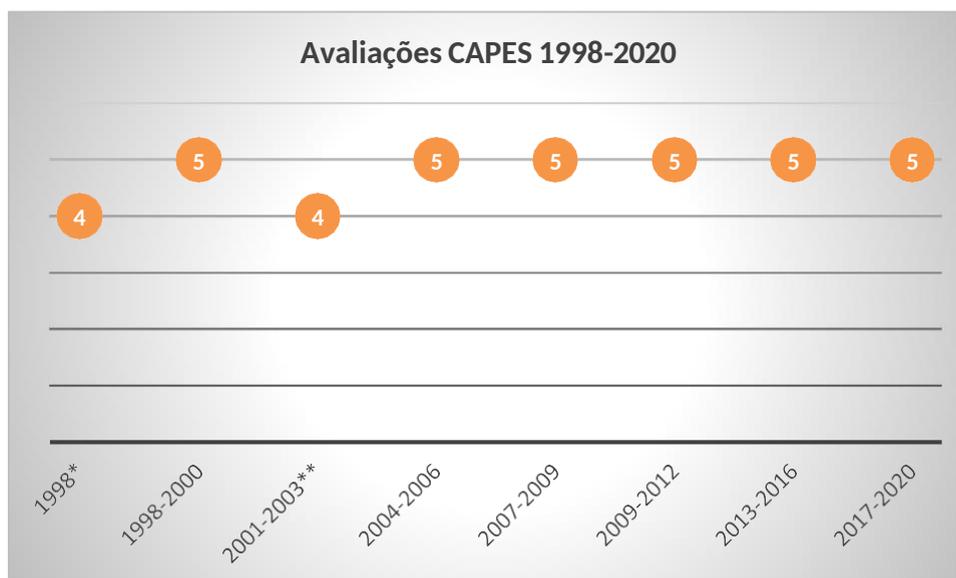
Hoje essa área tem mais peso, há mais pessoas trabalhando, como é o caso, por exemplo, do prof. Sílvio Carlos Rodrigues, que trabalha na área de Geomorfologia e Clima. E depois educação ambiental, com a profa. Marlene e profa. Maria Beatriz. E a área de educação sempre era considerada o “primo pobre”. Haviam poucos recursos, então uniu-se essa questão teórico metodológica, educação e a área de geotecnologias da educação em uma só linha que, ao meu ver, ainda não se encontrou, pois nesse imbróglio, ficaram questões de geopolítica e cultural, pois são professores de Teoria e Método que orientam em Geopolítica e Aspectos Culturais. A Geografia Humana ainda se encontra nesta área.

Nos últimos tempos tem sido desenvolvidos estudos de gênero, mas na área de Geografia Humana, a mais forte era a de Geografia Urbana, onde haviam mais pessoas, recursos e contato externo também, acrescenta a entrevistada.

Neste contexto, segundo Souza (2023), a área de concentração e as linhas de pesquisa norteiam o programa e seguem atualizadas ao longo de sua existência. As alterações destas ocorreram para atender tendências e mudanças do conhecimento geográfico e da incorporação de novos docentes com formações específicas, promovendo novos arranjos internos.

## 5.5 Avaliações

Gráfico 19 – Notas do PPGEO UFU nas avaliações da Capes



Fonte: CAPES, 2023. Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

\*1998: Início do curso de Mestrado

\*\*2003: Início do curso de Doutorado

Na primeira avaliação da CAPES, o programa recebeu nota 4, e encerrou o triênio com a nota 5, novamente recebeu nota 4 no triênio 2001-2003. A aprovação do curso de doutorado ocorreu no ano de 2002, com nota 4. Atualmente o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia é nota 5 na avaliação da CAPES.

### Prêmios

No decorrer da história do PPGEO, cinco pesquisas foram premiadas pela Associação Nacional de Pesquisa em Geografia – ANPEGE.

Em agosto de 2023, a Tese “Agronegócio Globalizado e uso do território no contexto de financeirização: o Grupo Cosan e o setor sucroenergético brasileiro”, de Laís Ribeiro Silva, orientada pelo Prof. Mirlei Fachini Vicente Pereira, venceu o prêmio CAPES de tese na área de Geografia. A mesma pesquisa foi premiada duas vezes, em outubro de 2023 também recebeu o prêmio UFU de Teses, na área do conhecimento Ciências Humanas, Sociais, Letras, Artes e Multidisciplinar, durante o III Seminário de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação da UFU.

Em 2019, a Tese “O chapadão do diamante na Serra da Canastra/MG, Brasil:

caracterização geomorfológica e análise integrada do meio físico a partir de dados multifontes”, de Thallita Isabela Silva Martins Nazar, orientada pelo Prof. Sílvia Carlos Rodrigues, recebeu o prêmio “Aziz Nacib Ab’Saber”, referente a melhor tese de doutorado em Geografia Física da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE).

Em 2015, a Dissertação “Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba MG”, de Natália Lorena Campos, orientada pelo Prof. João Cleps Junior, recebeu menção honrosa no prêmio Mauricio de Almeida Abreu, referente as melhores teses e dissertações na área de Geografia Humana, durante o XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), em Presidente Prudente/SP, na FCT UNESP.

Em 2005, a dissertação “Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahö”, de Emerson Ferreira Guerra, orientada pela Profa. Vânia R. Farias Vlach recebeu o prêmio de melhor dissertação na área de Geografia Humana, durante o VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), em Fortaleza/CE, na UFC.

Em 2003, a dissertação “Oeste de Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: 1750-1851”, de Luis Augusto Bustamante Lourenço, orientada pela Profa. Beatriz Ribeiro Soares recebeu o prêmio de melhor dissertação na área de Geografia Humana, durante o V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), em Florianópolis/SC, na UFSC.

## 5.6 Periódicos associados ao Programa

Atualmente existem dois periódicos no PPGeo da UFU: Sociedade & Natureza e Caminhos de Geografia.

Tabela 14 – Periódicos PPGeo UFU

	<b>Periódicos Associados ao PPGeo - UFU</b>		
	<b>2010-2012</b>	<b>2013-2016</b>	<b>2017-2020 vigente</b>
<b>Sociedade &amp; Natureza</b>	B4	A2	A1
<b>Caminhos de Geografia</b>	B4	A2	A1

Fonte: Sucupira – CAPES (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O periódico Sociedade & Natureza é publicado pelo instituto de Geografia da

Universidade Federal de Uberlândia, sendo um veículo de registro e divulgação científica, tem como objetivos: publicar trabalhos inéditos de revisão crítica sobre temas pertinentes à Geografia e áreas afins ou resultados de pesquisas de natureza empírica, experimental ou conceitual; estimular a troca de experiências em sua capacidade com outras instituições nacionais ou estrangeiras que mantenham publicações similares; defender e respeitar os princípios do pluralismo das ideias filosóficas, políticas e científicas<sup>81</sup>.

Caminhos de Geografia é um periódico on-line organizado e mantido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia. O periódico possui como objetivo a divulgação do conhecimento científico de temas pertinentes à Geografia e áreas correlatas com interfaces nas Ciências Humanas, Tecnológicas e Ambientais<sup>82</sup>.

Para tanto, são publicados trabalhos inéditos de revisão crítica da área de Geografia e áreas afins ou resultado de pesquisa científica de natureza empírica, experimental ou conceitual, contribuindo assim para a ampliação do debate científico e acesso ao conhecimento geográfico em âmbito nacional e internacional.

### **5.7 Dissertações produzidas**

Conforme abordado no capítulo anterior, o curso de Mestrado no PPGEO UFU teve início em 1998 e as primeiras defesas começaram a acontecer no ano 2000, com 10 defesas naquele ano. A primeira defesa de dissertação no programa foi a de Mauro das Graças Mendonça, denominada “Políticas ambientais de Uberlândia/MG no contexto estadual e federal”, orientada pelo Prof. Samuel do Carmo Lima, em 14 de abril de 2000.

De acordo com o Gráfico 20, em 2001 aconteceram 30 defesas. 2002, 16 defesas. 2003, 31 defesas. 2004, 45 defesas. 2005, 32 defesas. 2006, 25 defesas. 2007, 20 defesas. 2008, 20 defesas. 2009, 16 defesas. 2010, 15 defesas. 2011, 30 defesas. 2012, 26 defesas. 2013, 16 defesas. 2014, 33 defesas. 2015, 25 defesas. 2016, 25 defesas. 2017, 27 defesas. 2018, 13 defesas. 2019, 16 defesas. 2020, 23 defesas. 2021, 20 defesas e em 2022, 10 defesas. Totalizando para o período analisado, 524 dissertações de Mestrado produzidas no programa.

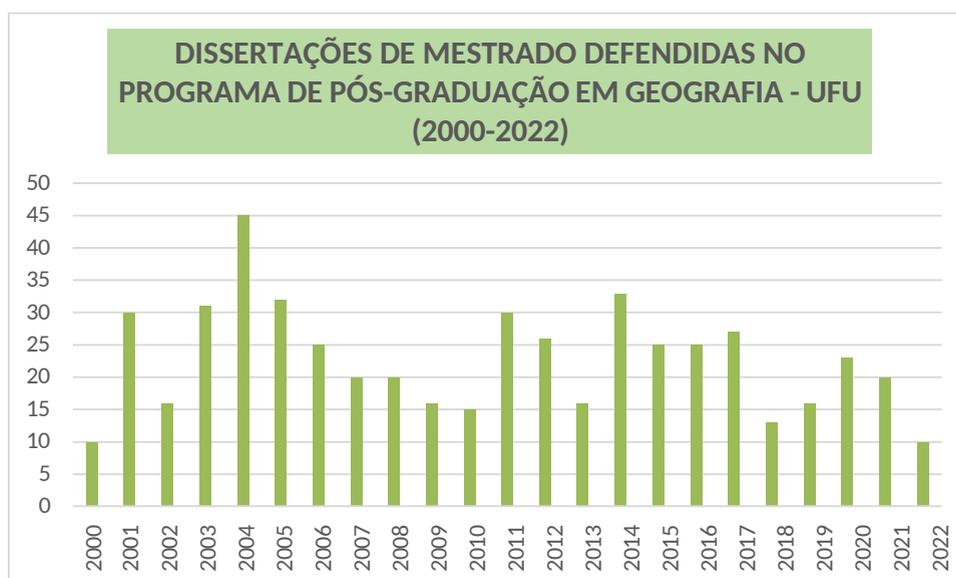
Ou seja, de 2000 a 2022, em um período de 22 anos, é notório o crescimento do programa, que capacitou 524 profissionais em nível de Mestrado.

---

<sup>81</sup> Ver em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza>.

<sup>82</sup> Ver em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>.

Gráfico 20 – Dissertações PPGEU UFU (2000-2022)



Fonte: Repositório institucional UFU e Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

As defesas realizadas no quadriênio anterior (2017-2020) no âmbito do Mestrado foram: 27 em 2017; 13 em 2018; 16 em 2019 e 23 em 2020, totalizando 79 defesas de Mestrado para o período.

As defesas realizadas no quadriênio vigente (2021-2024) no âmbito do Mestrado foram: 20 em 2021; 10 em 2022; totalizando 30 defesas de Mestrado para o período.

Durante os vinte e dois anos que se sucederam desde a primeira defesa de mestrado no programa até o ano de 2022, foram defendidas 524 dissertações, uma produção bastante significativa.

A Tabela 15 mostra os principais recortes espaciais citados nas dissertações produzidas pelo PPGEU:

Tabela 15 – Recortes espaciais das dissertações do PPGEU UFU (2000-2022)

Recorte espacial	Número de ocorrências na análise
MG	204
Uberlândia	135
Triângulo Mineiro	36
Alto Paranaíba	28
Araguari	21
Brasil	21

Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

São pesquisas que apresentam como principais áreas de estudo o Estado de Minas Gerais (204 ocorrências), o município de Uberlândia (135 ocorrências), a região do Triângulo Mineiro (36 ocorrências), Alto Paranaíba (28 ocorrências), o município de Araguari (21 ocorrências) e os estudos a nível de Brasil (21 ocorrências). Ou seja, percebemos que as áreas de pesquisa das dissertações estão muito concentradas em Minas Gerais, mais especificamente nos municípios do Triângulo Mineiro. A ilustração a seguir evidencia as palavras-chave mais citadas nas dissertações do PPGEQ.



que potencialmente possibilita o uso dos procedimentos metodológicos e resultados das pesquisas em políticas públicas e ações na comunidade e na iniciativa privada.

### Análise das classes

O dendrograma apresentado na figura 2, elaborado no software Iramuteq, explica as ligações entre as classes e mostra o percentual de palavras de cada das classes em relação ao conjunto de palavras – corpus textual.

#### Classe 01

Em relação ao tamanho, a classe 01 está em primeiro lugar no conjunto de palavras (corpus) em questão de tamanho. Com 17 UCE (radicais de palavras) representa 40,1% das palavras do conjunto e encontra-se relacionada com a classe 2 e ambas relacionadas com a classe 03.

#### Classe 02

A Classe 02 com 06 UCE representa 21,1% das palavras do conjunto, sendo a menor das classes, com 16 UCE (radicais de palavras) e está relacionada a classe 3.

#### Classe 03

A classe 03 é a segunda maior, representa 36,8% das palavras do conjunto, caracterizando-se, com 18 UCE. Está ligada diretamente às classes 01 e 02.

Figura 11 – Dendrograma de palavras-chave das dissertações PPGEU UFU

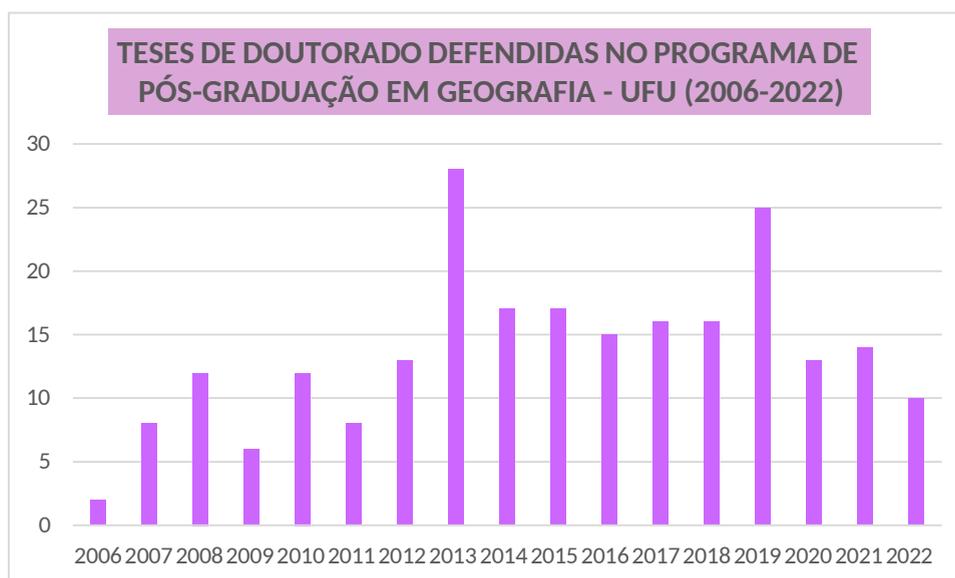


## 5.8 Teses produzidas

O curso de Doutorado do PPGEO iniciou suas atividades 2003 e as primeiras defesas vieram a acontecer no ano de 2006, com 2 defesas. A primeira tese defendida no programa foi a de Aguinaldo Alemar, intitulada: “Geopolítica das Águas – o Brasil e o Direito Internacional Fluvial”, sob orientação do professor Samuel do Carmo Lima.

De acordo com o gráfico 21, em 2007 ocorreram 8 defesas. 2008, 12 defesas. 2009, 6 defesas. 2010, 12 defesas. 2011, 8 defesas. Em 2012, 13 defesas. 2013, 28 defesas, sendo este o ano com mais registros de defesas de tese. Em 2014, ocorreram 17 defesas. 2015, foram 17 defesas. 2016, 15 defesas. 2017, 16 defesas. 2018, 16 defesas. 2019, 25 defesas. 2020, foram 13 defesas. 2021, 14 defesas e em 2022, 10 defesas. Totalizando para o período analisado, 232 teses de Doutorado produzidas no programa.

Gráfico 21 – Teses PPGEO UFU (2006-2022)



Fonte: Repositório institucional UFU e Plataforma Sucupira, Capes (2023).  
Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

As defesas realizadas no quadriênio anterior (2017-2020) no âmbito do Doutorado foram: 16 em 2017; 16 em 2018; 25 em 2019 e 13 em 2020, totalizando 70 defesas de Doutorado para o período.

As defesas realizadas no quadriênio vigente (2021-2024) no âmbito do Doutorado foram: 14 em 2021; e 10 em 2022; totalizando 24 defesas de doutorado para o período.

Durante os dezesseis anos que se sucederam desde a primeira defesa de doutorado no programa até o ano de 2022, foram defendidas 232 teses, uma produção bastante significativa.

A Tabela 16 mostra os principais recortes espaciais citados nas Teses produzidas pelo PPGEIO:

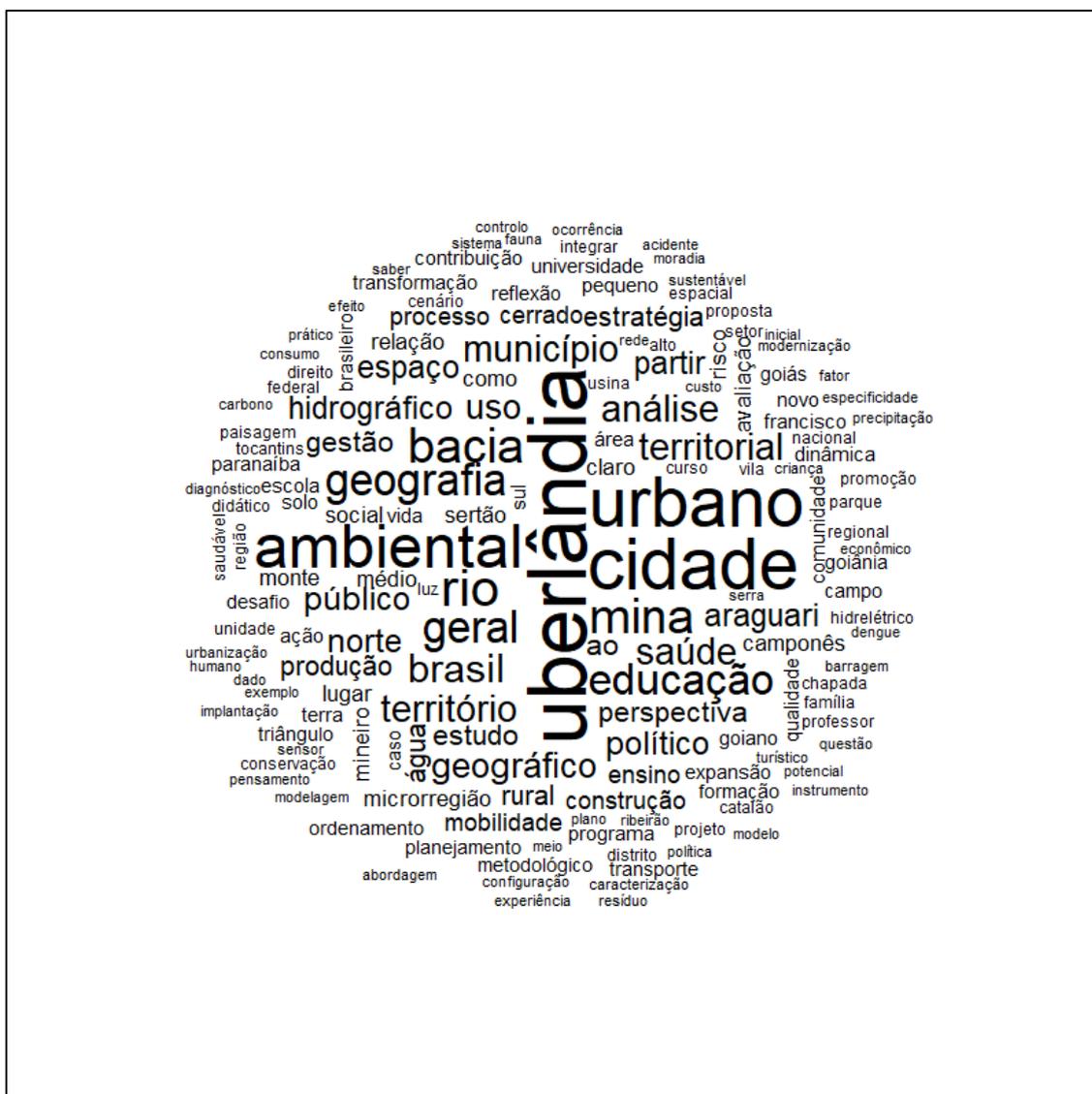
Tabela 16 – Recortes espaciais das teses do PPGEIO (2006-2022)

<b>Recorte espacial</b>	<b>Número de frequência na análise</b>
Uberlândia	36
Brasil	15
Araguari	11
Goiás	6
Goiânia	6
Araguaína	6
Ituiutaba	3

Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

São pesquisas que apresentam como principais áreas de estudo o município de Uberlândia (36 ocorrências), o município de Araguari (11 ocorrências), Ituiutaba (3 ocorrências). A nível de Brasil (15 ocorrências), estaduais: Goiás (6 ocorrências), Goiânia (6 ocorrências), Araguaína (6 ocorrências). A ilustração a seguir evidencia as palavras-chave mais citadas nas teses do PPGEIO.

Figura 12 – Nuvem de palavras-chave das teses do PPGEU UFU (2006-2022)



Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Dentre as palavras chave mais citadas na nuvem de palavras das Teses produzidas no programa, temos (na ordem decrescente de frequência): Uberlândia (36), cidade, urbano, ambiental (26), rio (21), bacia (20), mina (20), Geografia (18), geral (18), educação (17), Brasil, análise (14), município (14), saúde (14), território, uso (13), norte (12), político (12), público (12).

Ao pensar como um todo, na trajetória dos 25 anos de criação do PPGEU UFU, percebemos que há uma grande diversidade de trabalhos produzidos, que envolvem desde a área de Geografia da Saúde aos estudos de gênero, etc.

### Análise das classes

O dendrograma apresentado na Figura 4, elaborado no software Iramuteq, explicita as ligações entre as classes e mostra o percentual de palavras de cada das classes em relação ao conjunto de palavras – corpus textual.

#### Classe 01

A Classe 02 com 06 UCE representa 29,2% das palavras do conjunto, sendo a menor das classes, com 18 UCE (radicais de palavras) e está relacionada às classes 02 e 03.

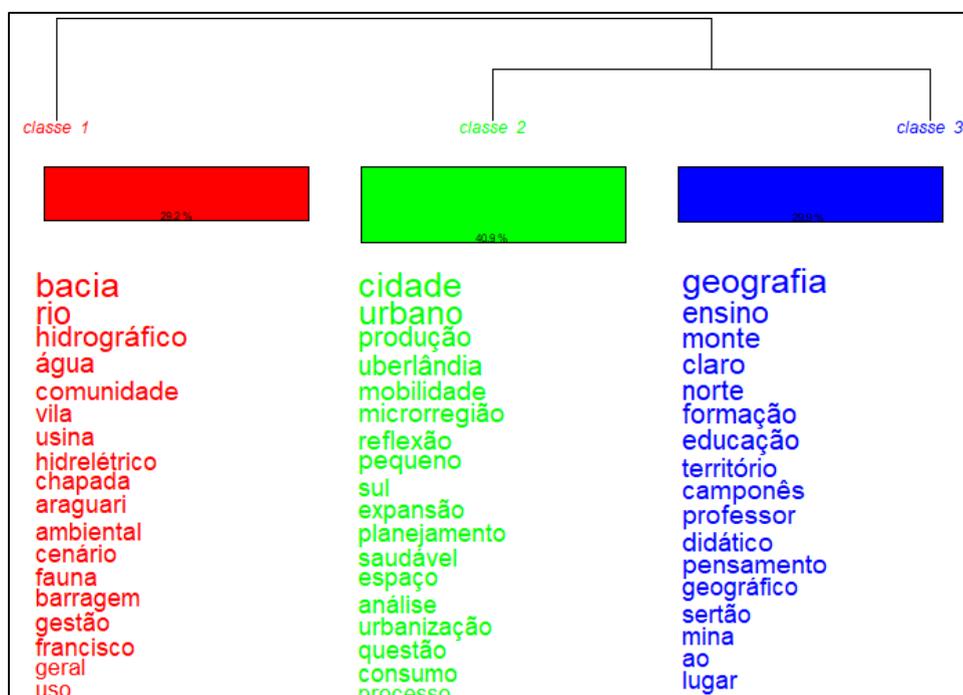
#### Classe 02

Em relação ao tamanho, a classe 02 está em primeiro lugar no conjunto de palavras (corpus) em questão de tamanho. Com 18 UCE (radicais de palavras) representa 40,9% das palavras do conjunto e encontra-se relacionada com a classe 3 e ambas relacionadas com a classe 01.

#### Classe 03

A classe 03 é a segunda maior, representa 29,9% das palavras do conjunto, caracterizando-se, com 17 UCE. Está ligada diretamente às classes 02 e ambas com a classe 01.

Figura 13 – Dendrograma de palavras-chave das teses PPGEU UFU



Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

## 5.9 Egressos

Consideramos, em primeiro lugar, que a Pós-Graduação só tem significado a partir dos egressos. O PPGEU possui um número grande de titulados que hoje são professores universitários, secretários de desenvolvimento e pessoas que migraram para a vida política.

Procuramos identificar nas Tabelas 17 e 18, o número de egressos do programa em níveis de Mestrado e Doutorado, desde o ano das primeiras defesas, quantificar e qualificar esses dados. Para se ter uma dimensão da composição do quantitativo de discentes do sexo feminino e do sexo masculino.

Tabela 17 – Número de egressos do PPGEU doutorado (2006-2022)

<b>PPGEU – UFU</b>		
<b>Número de discentes egressos por sexo - doutorado</b>		
<b>Período</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>2006</b>	2	0
<b>2007</b>	2	6
<b>2008</b>	4	8
<b>2009</b>	2	4
<b>2010</b>	8	4
<b>2011</b>	4	4
<b>2012</b>	6	7
<b>2013</b>	16	12
<b>2014</b>	9	8
<b>2015</b>	9	8
<b>2016</b>	5	10
<b>2017</b>	7	9
<b>2018</b>	9	7
<b>2019</b>	14	11
<b>2020</b>	4	9
<b>2021</b>	5	9
<b>2022</b>	7	3
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>119</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>232</b>	

Fonte: Repositório institucional UFU e Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Quanto a composição do quantitativo de discentes por sexo, observa-se que no total geral este número é bastante equitativo, pois entre 2006 e 2022 foram 113 egressos do sexo masculino e, para o mesmo período, 119 egressos do sexo feminino para o nível de Doutorado. Somente ao observarmos ano após ano na tabela acima, conseguiremos identificar diferenças pontuais.

No entanto, ao quantificarmos os dados de egressos referentes ao quantitativo de discentes para o nível de Mestrado percebemos que há sim uma diferenciação acentuada, na

qual as mulheres predominaram no curso no decorrer dos anos, como exemplo o ano de 2003, onde 24 egressos eram do sexo feminino e apenas 7 do sexo masculino, ou o ano de 2005, onde 25 egressos eram do sexo feminino e tiveram somente 7 egressos do sexo masculino.

Tabela 18 – Número de egressos do PPGE0 mestrado (2000-2022)

<b>PPGEO – UFU</b>		
<b>Número de discentes egressos por sexo - mestrado</b>		
<b>Período</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>2000</b>	7	3
<b>2001</b>	12	18
<b>2002</b>	6	10
<b>2003</b>	7	24
<b>2004</b>	17	28
<b>2005</b>	7	25
<b>2006</b>	9	16
<b>2007</b>	8	12
<b>2008</b>	11	9
<b>2009</b>	8	8
<b>2010</b>	3	12
<b>2011</b>	16	14
<b>2012</b>	10	16
<b>2013</b>	10	6
<b>2014</b>	15	18
<b>2015</b>	9	16
<b>2016</b>	15	10
<b>2017</b>	13	14
<b>2018</b>	7	6
<b>2019</b>	9	7
<b>2020</b>	13	10
<b>2021</b>	11	9
<b>2022</b>	6	4
<b>TOTAL</b>	<b>229</b>	<b>295</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>524</b>	

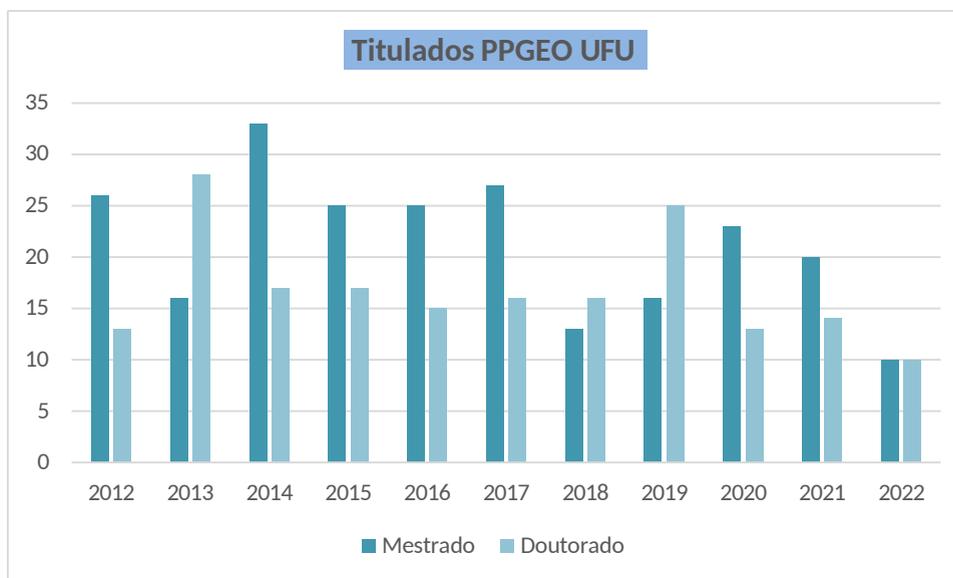
Fonte: Repositório institucional UFU e Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

Em 22 anos de defesas (2000-2022), foram 229 homens titulados e 295 mulheres defenderam seus Mestrados, 66 mulheres a mais.

Em dez anos o número total de titulados, no período 2012 a 2022 foi de 418 alunos. Titularam-se no Mestrado 234 alunos e no Doutorado 184 alunos, como demonstrado no gráfico a seguir.

O Gráfico 22 apresenta o número de titulados no PPGE0 UFU no período 2012-2022.

Gráfico 22 – Número de titulados de Mestrado e Doutorado no PPGEU UFU



Fonte: Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

O número total de teses e dissertações produzidas pelo programa foi obtido em entrevista com a coordenação. Até o final de novembro de 2023, segundo entrevista com a coordenação, prof. Antônio Carlos Freire Sampaio, o PPGEU formou 802 profissionais, sendo 254 doutores e 548 mestres.

A tese defendida por Souza (2023, p. 135) mapeou as ocupações profissionais dos egressos do PPGEU UFU entre 2000-2022, e apresentou os seguintes resultados:

“Das 113 variadas ocupações, buscou-se aferir a relação entre atuação profissional e área geográfica; assim contabilizou-se: analista ambiental (4), perito ambiental (3), analista em reforma e desenvolvimento agrário (2), analista de planejamento e gestão ambiental (1), consultor ambiental (1), coordenador de projetos socioambientais (1), gestor ambiental (1), técnico em atividades ambientais (1)”.

Segundo Souza (2023, p. 135), a quantidade de geógrafos é considerada baixa, 2% do total de egressos. Porcentagem também aplicada aos que se identificaram como pesquisadores. Os 69 estudantes (10%) se referem aos que finalizaram o mestrado e estão cursando doutorado e/ou se direcionaram para formações distintas. Do volume geral de egressos (711), 404 (57%) são professores. Desses últimos, 48 (12%) atuam em instituições privadas, 349 (86%), em instituições públicas e 7 (2%) não realizaram essa identificação. Ainda nessa perspectiva, 290 (73%) informaram trabalhar no ensino superior; 98 (24%), no ensino médio/fundamental; 11 (3%), no ensino técnico; 2 (0,5%), na Pós-Graduação; 1 (0,3%), no ensino especializado. Logo, em sua maioria o programa forma educadores, contribuindo para a melhoria da qualidade do

ensino. A Tabela 19 apresenta o número de ingressantes e egressos do mestrado e do doutorado dos últimos anos.

Tabela 19 – Número de egressos do mestrado e do doutorado do PPGE0 em 2020, 2021 e 2022 e respectivo número de ingressantes

<b>Mestrado</b>	<b>Ingresso 2016</b>	<b>Conclusão 2020</b>	<b>Ingresso 2019</b>	<b>Conclusão 2021</b>	<b>Ingresso 2020</b>	<b>Conclusão 2022</b>
		24	23	12	11	17
<b>Doutorado</b>	<b>Ingresso 2018</b>	<b>Conclusão 2020</b>	<b>Ingresso 2017</b>	<b>Conclusão 2021</b>	<b>Ingresso 2018</b>	<b>Conclusão 2022</b>
	13	13	14	14	18	10

Fonte: Plataforma Sucupira, Capes (2023). Elaboração: MARIA, Ana Cristina de Souza (novembro/2023).

É importante ressaltar o impacto da pandemia (Covid-19) nas defesas para o intervalo de tempo 2020-2023, para Rodrigues e Souza (2023), a pandemia causou, em um primeiro momento, grande desordem em todas as esferas da sociedade, inclusive nos programas de Pós-Graduação. As atividades presenciais nas universidades foram paralisadas, laboratórios pararam de funcionar, bibliotecas fecharam e pesquisadores tiveram que obrigatoriamente voltar para suas casas, refletindo sobre como prosseguir com suas pesquisas em um horizonte temporal de pandemia incerto.

Assim, consideramos que a evasão e o desligamento no programa hoje constituem um desafio para o PPGE0 - UFU, bem como para as demais IES em todo país. Em entrevista a profa. Beatriz Soares comenta que:

Acredito que desde a pandemia há um desânimo total. Talvez não ocorra mais o grande pique que havia em outros tempos. Observo que a oferta diminuiu e a procura está muito baixa. Antes da pandemia, 22.000 alunos faziam parte da UFU, após a pandemia, a universidade perdeu 5.000 alunos, pois muitos não voltaram.

Ainda de acordo com Rodrigues e Souza (2023, p. 19), outra questão a se colocar é que, nos últimos anos, o programa tem apresentado um menor número de matriculados, o que ocasiona a existência de vagas ociosas. São múltiplas as causas que podem explicar o atual cenário, desde o baixo valor das bolsas de estudo concedidas pelos órgãos de fomento, que não eram reajustadas desde 2013 (situação que já mudou, visto que houve reajuste no início do ano de 2023); a ampliação do número de programas de Pós-Graduação em Geografia, com cursos de mestrado, em municípios contíguos a Uberlândia, como em Ituiutaba e Catalão; a redução do número de matriculados no curso de graduação em Geografia na própria UFU, decorrente da pandemia, mas também a falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho, tendo em

vista a redução da carga horária das aulas de Geografia no Ensino Médio, resultante da reforma do Ensino Médio, com a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a preferência do setor empresarial pela contratação de engenheiros ambientais em detrimento dos bacharéis em Geografia; até a mudança de expectativa dos jovens em relação à carreira docente nas universidades.

### 5.10 Internacionalização, parcerias e formação de redes

As informações levantadas a partir da Plataforma Lattes de cada docente do PPGEOD demonstram ações de internacionalização com destaque para publicações em colaboração com IES estrangeiras, assim como atividades ligadas a realização de cursos concentrados, participação em bancas e difusão de redes de pesquisas internacionais. Como relatou a professora Beatriz, em entrevista:

Recebíamos alunos do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, muitos alunos de Goiás, do Tocantins. Fizemos DINTER com o Tocantins, com o IFG. Tivemos experiências muito ricas. Fizemos também projetos de cooperação com Moçambique, Lisboa, México.

Sobre tais parcerias, trata-se da publicação de livro em conjunto com a Assis Editora – UFU e Universidade de Lisboa, em 2017, pelos docentes Beatriz Ribeiro Soares, Samuel do Carmo Lima, Nuno Marques da Costa e Eduarda Marques da Costa - Construindo Cidades Saudáveis: utopias e práticas<sup>83</sup>.

No México, em 2002, os docentes Júlio César de Lima Ramires e Beatriz Ribeiro Soares publicaram o artigo “Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras”. In: Luis Felipe Cabrales Barajas. *Latinoamerica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara, Jalisco - México: Universidad de Guadalajara/ UNESCO. Além de 6 publicações de trabalhos acadêmicos durante a realização do 9 Encuentro de Geógrafos de América Latina, em 2003.

Em Moçambique, em 2013, foram criados 2 grupos de estudos, no Brasil e no referido país, pelos os docentes Samuel do Carmo Lima, Beatriz Ribeiro Soares, Paulo Cezar Mendes, Vitor Ribeiro Filho e Winston Kleiber de Almeida Bacelar; para realização do diagnóstico da saúde ambiental em Maputo, Moçambique e desenvolver estratégias de promoção da saúde<sup>84</sup>.

Um exemplo desse esforço de internacionalização do programa é o desenvolvimento de

<sup>83</sup> Informações coletadas de: <http://lattes.cnpq.br/1556085029126611>

<sup>84</sup> Informações coletadas de: <http://lattes.cnpq.br/1556085029126611>

projetos de pesquisa por meio de parcerias acadêmicas entre a UFU e UFG, que intensificou-se ao longo dos anos. O que reforça nossa premissa que, ainda de forma indireta, já existe a formação de uma rede colaborativa de pesquisa entre as três universidades estudadas. Como é o caso do projeto “Contribuições ao estudo do processo de urbanização nas áreas de Cerrado brasileiro”, desenvolvido desde 2002, com recursos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O projeto tem como objetivo compreender o processo de urbanização recente nas áreas de Cerrado brasileiro, considerando as transformações socioespaciais ocorridas a partir do século XX. Vários estudos já foram concluídos, tanto no que diz respeito ao processo histórico de urbanização do Cerrado brasileiro bem como estudos de casos sobre a dinâmica rural e urbana dos estados de Minas Gerais e Goiás, que estão elencados na produção dos membros integrantes do projeto. Os diversos trabalhos concluídos e em desenvolvimento foram apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais, dissertações de mestrado aprovadas e publicações em periódicos e livros.

As parcerias internacionais são efetivadas seja por meio da recepção de alunos estrangeiros ou pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa. Segundo Rodrigues e Souza (2023, p. 16), o programa possui cerca de 1% de formandos de outras nacionalidades: Colômbia (2), Moçambique (2), Venezuela (2), Equador (2), Costa Rica (1) e Honduras (1). A participação de alunos estrangeiros é apoiada por programas de bolsas de estudo oferecidas por órgãos internacionais, como iniciativas da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com isso, o programa atende orientações estabelecidas por Brasil (2019), que estabelece procedimentos para internacionalização, instruindo colaborações paritárias entre instituições, no contexto de: convênios; desenvolvimento de projetos de pesquisa e publicações; participação de profissionais nacionais em palestras, cursos e orientações; participação em bancas no exterior; publicações em canais informacionais estrangeiros; pesquisas internacionais; doutorados com dupla titularidade; intercâmbio entre discentes e docentes.

Na entrevista, ao questionar sobre como os entrevistados percebem a interação do programa de Pós-Graduação com os demais programas em Geografia, foi nos relatado que esta interação foi construída principalmente ao longo das parcerias acadêmicas firmadas nos eventos científicos:

As relações estabelecidas entre essas três universidades foram para a vida toda, seja nos eventos, na ANPEGE. Acredito que a contribuição de sua tese será muito grande em entender essas universidades no contexto em que os programas de Pós-Graduação foram criados. Porque é um contexto de ousadia, de coragem, enfrentamento aos grandes programas que existiam.

Assim, a professora Beatriz comenta que houve um pouco de resistência a criação desses programas:

Em algumas reuniões, colegas da USP nos questionavam que, como sendo ex-alunos deles, iríamos criar novos programas, sem optarmos pelo deles.

Beatriz relata também que, com o passar do tempo, criaram-se novos referenciais de estudos, discutiram-se novos conceitos e novas formas de compreensão dessa dinâmica histórica brasileira. Para ela, houve um avanço inegável e muito grande na produção científica.

Sobre as parcerias e formação de redes de pesquisa, problematizamos, durante a entrevista, uma possível caracterização da Geografia produzida no Brasil Central:

Caracterizar a Geografia do Brasil Central se passa pela Urbanização do Cerrado, de uma Geografia regional feita pela Celene e eu, pelas pesquisas desenvolvidas pelo Everaldo, Fernando, na UnB, por João de Deus e Eguimar, na UFG. Sinto que nós conseguimos pelo menos, produzir. Pois não havia nada produzido sobre essa região. Hoje, temos um conjunto de publicações que nos oferece condições de avançarmos. Veja os dados, por exemplo, da última ANPEGE, foram 22 trabalhos. Sinto que houve sempre muitas parcerias, seja do Marcelo (Mendonça), Vera (Salazar), João Cleps, com o pessoal de Goiás, com o Calaça (Manuel). Mas, em minha área, temos um conjunto de trabalhos que podemos compreender a relação com a natureza, a modernização agrícola, a criação de novas cidades, as cidades planejadas, esse crescimento urbano acelerado frente ao restante do Brasil e temos também questões ligadas a bem-estar e qualidade de vida, o estudo das regiões metropolitanas.

Essa registro da professora é importantíssimo e nos faz refletir sobre a produção acadêmica desenvolvida por essas três instituições. Se somarmos o número de teses e dissertações, juntos, os três PPG'S produziram, ao longo de pelo menos 25 anos, mais de 1800 pesquisas, o que nos revela uma produção de relevância.

Ao questionar na entrevista sobre como a entrevistada percebia a interação do programa de Pós-Graduação com outros programas em Geografia, foi nos relatado que esta interação ocorre a algum tempo:

Penso que fizemos sim essa integração e temos construído um pensamento com alguns pressupostos, talvez não grandes teorias para trabalhar com conceitos, mas já há um conjunto que dá uma base para se pensar. Entender essa dinâmica regional pautada no tripé Brasília, modernização agrícola, serviços, rodovias e que levam a instalação de usinas hidrelétricas, O nosso grande elo foi UnB, UFG e UFU, tínhamos mais unidade e diversidade, acho que devido as empatias construídas ao longo do tempo. Sinto que é algo ligado muito mais as pessoas, que fomos em busca dessas questões de criar redes, de pensar em unidades, de sair para eventos juntos.

Ao final da entrevista, a professora deixa claro a questão da empatia desenvolvida entre

os docentes dos três programas: UFG, UnB e UFU, e argumenta a respeito de alcançarem um próximo passo, na direção da publicação de um livro juntos ou publicações coletivas em periódicos.

A este respeito, deixamos como sugestão a criação e formalização de uma ou mais Redes de Pesquisa articuladas entre pesquisadores docentes dos três programas de Pós-Graduação em Geografia estudados nessa tese; pois a maioria dos docentes possuem grupos de pesquisa cadastrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, os quais atuam em temas de pesquisa correlatos e articulam-se há bastante tempo, conforme demonstrado na pesquisa.

Para além da rede de pesquisa, sugerimos como estratégia de aproximação dos programas o resgate da “Ampeginha”, a realização de Seminários com os demais PPG’s em Geografia e também a publicação de séries especiais nos periódicos entre as três universidades.

Sugerimos, ainda, o desenvolvimento de projetos conjuntos para concorrer a editais de fomento, projetos de internacionalização, diálogos entre orientados e a participação coletiva em eventos científicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese buscou, por meio de um panorama das dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, UnB e UFU, apontar as tendências das pesquisas em Geografia desenvolvidas nos programas. Em primeiro lugar, após as análises da formação acadêmica do corpo docente, vale ressaltar que, ainda que parte do corpo docente das instituições sejam formados por instituições de ensino superior distintas, as “Geografias” do Brasil Central são formadas, principalmente, a partir de centros como a USP, da UFRJ e da UNESP que, em nível de graduação e de Pós-Graduação, formaram boa parte dos geógrafos do país até a década de 1990.

Assim, podemos afirmar, de maneira modesta, que um dos intuitos desta tese foi contar uma história dos programas de Pós-Graduação em Geografia. Relatar essa história considerando que estiveram envolvidos na criação dos programas, docentes entusiastas como Valter Caseti, Manuel Calaça, Horieste Gomes, Beatriz Ribeiro Soares, Marlene Colessanti, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, dentre tantos outros.

Considerando que os objetivos propostos para esta pesquisa visavam caracterizar a produção do conhecimento científico-acadêmico em Geografia desenvolvida pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, UnB e UFU, por meio da estratégia metodológica adotada de análise das dissertações e teses defendidas, buscamos identificar e refletir as tendências principais estudadas no decorrer dos anos nesses trabalhos. Foi possível, então, comprovar a hipótese de que os usos corporativos do território no Brasil Central balizam e direcionam a produção do conhecimento geográfico dessas universidades.

Nesse sentido, a pesquisa permitiu discutir os temas e recortes espaciais mais comuns nas dissertações e teses realizadas nos programas analisados. Os programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil Central pesquisam prioritariamente a região em que estão inseridos. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível conhecer seus percursos históricos; verificar as principais mudanças nos perfis dos programas, a partir das alterações em suas linhas de pesquisa e área de concentração.

Em segundo lugar, destacamos com o desenvolvimento da pesquisa, que foi possível chegar à tese de que a expansão da pesquisa geográfica é resultado do avanço da Pós-Graduação em Geografia desenvolvida nessas instituições. A fundação desses três programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil Central, quase que respectivamente a partir de meados dos anos 1990, demonstraram a expansão e interiorização da Pós-Graduação em Geografia, o que reverberou na ampliação da produção geográfica brasileira.

Do ponto de vista da ciência produzida nas universidades, a Geografia do Brasil Central é por nós considerada como uma Geografia diversa, plural, mas que possui como ponto em comum, sobretudo nos estudos desenvolvidos no programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, a presença dos recortes de estudos ao nível regional e a incorporação das múltiplas abordagens temáticas aos estudos do bioma Cerrado; dos estudos voltados para a Urbanização dos Cerrados e suas reverberações nas investigações realizadas. A tese então evidenciou a grande presença da pluralidade de investigações realizadas na Geografia, expressa pela heterogeneidade dos temas.

Nas pesquisas desenvolvidas no programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB, em nível regional, a tese identificou a realização de estudos voltados para a incorporação da temática do Distrito Federal, uma vez que trata-se de um programa localizado em Brasília, lócus de diversas possibilidades de desenvolvimento de pesquisa acadêmica, o que explica esse nível de recorte espacial. Contudo, também foram levantados estudos que se realizam em escala nacional, com recortes voltados ao Brasil.

As ações de internacionalização, estabelecimento de redes acadêmicas e científicas, intercâmbios e parcerias com setores públicos e privados diferencia os programas de excelência dos demais. Foi possível confirmar na tese o estabelecimento de diversas dessas ações nos três programas de Pós-Graduação em Geografia. Dentre eles, o PPGEIO IESA UFG, que possui a nota 6, é o que mantém o maior número de ações de internacionalização de parcerias firmadas. No entanto, consideramos válido deixar claro que muitas vezes, essas ações já ocorrem no contexto cotidiano dos demais programas, no entanto, por algum motivo não é realizado o devido registro e as iniciativas acabam por se tornarem desconhecidas ou transformarem-se em ações pontuais e individuais. O fato de que egressos dos programas atuem em diversas instituições de ensino e pesquisa, aponta a qualidade da formação oferecida por esses programas.

As articulações entre os programas de Pós-Graduação em Geografia ocorrem a partir das disciplinas ofertadas pela Pós-Graduação, por meio das parcerias acadêmicas estabelecidas nos eventos científicos, na participação em bancas avaliativas e pode caminhar para a publicação de livros, organização de eventos. Por isso, sugerimos a criação de possíveis redes de pesquisa articuladas entre pesquisadores docentes dos três PPGs.

Portanto, a pesquisa bibliométrica empenhada nessa tese, nos proporcionou uma visão a respeito do que está sendo estudado atualmente e ao longo dos anos nos programas de Pós-Graduação em Geografia. Consideramos que os três programas desenvolvem pesquisas qualificadas em Geografia que não se restringem aos grandes centros; qualificando em níveis

de mestrado e doutorado um significativo número de profissionais no decorrer dos anos. Assim, as dissertações e teses defendidas indicam a tendência de consolidação dos programas, o que também perpassa pela presença de um corpo docente qualificado.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, V. L. C. e LEITE, F. M. de C. (orgs). **As Expedições geográficas do IBGE: Um retrato do Brasil: 1941-1968**. Rio de Janeiro: IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2018.

ABRANTES, V. L. C. **Imagens do Trabalho Feminino no Brasil: um estudo sobre a produção bibliográfica de Tibor Jablonszy (1952-1968)**. 210f. 2010. Tese. (Doutorado em Memória Social) Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALENCAR, A. K. G. Breve ensaio sobre história da geografia no Brasil: reflexões ao sul do equador. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 20, n. 3, p. 91-99, Dez. 2018, Disponível em: <http://uvanet.br/rcgs>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ALMEIDA, R. S. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período de 1938- 1998**. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000.

ALMEIDA, M. G. **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005.

\_\_\_\_\_. Diversidade paisagística e identidades territoriais e Culturais – Brasil Sertanejo In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.

\_\_\_\_\_. **O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares**. Maria Geralda Almeida (org.). Goiânia: Gráfica UFG, 2015, 329 p.

AMORIM, C. C. **O uso do território brasileiro e as Instituições de Ensino Superior**. São Paulo-SP: USP, 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANDRADE, M. C. A construção da geografia brasileira. **Finisterra**, v. 34, p. 21-30, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1681>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ARANHA, P. M. **Geografia como Profissão: campo, auto-representação e historiografia (1934-1955)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da Pós-Graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, vol. 16, núm. 31, 2011, pp. 51-70 Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14718352004.pdf> Acesso em: 18 jan. 2024.

ARAÚJO, G. C. C.; OLIVEIRA, N. B. Centro-Oeste brasileiro: alguns semióforos do Planalto Central. **Revista Pluritas**, v. 1, n. 1, 2016.

ARROYO, M.; LIMA, F. L. S.; VENCESLAU, I. Geografia Econômica e desenvolvimento: diferentes abordagens nos programas de cursos de graduação no Brasil. **Geosp**, v. 27, n. 1, e-

208360, jan./abr. 2023. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.208360.pt>. Acesso em: 09 dez. 2023.

BALBACHEVSKI, E. **A Pós-Graduação no Brasil**: novos desafios para uma política bem sucedida. In: Brock. C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Geografia, Ciência e sociedade**: Uma introdução do pensamento Geográfico. Recife: EDUFPE, 2006.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Capex 60 anos**. Revista comemorativa. Brasília/DF: CAPES, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da área**. Área 36 Geografia/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2016, 42 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da área**. Área 36 Geografia/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2019, 33p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório de Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG - **Quadriênio 2017-2020**. Brasília/DF: CAPES, 2020. 412 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre a avaliação**. Brasília, DF: Capes, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acesso em: 02 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Situação da Pós-Graduação brasileira e do pós-graduando no Brasil**. Apresentação para a Audiência pública na Câmara dos Deputados. Brasília/DF: CAPES, 2023b, 27 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Evolução do SNPG no decênio do PNPGE 2011-2020**. Brasília/DF: CAPES, 2021, 208 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Plataforma Sucupira**. Brasília, DF: Capes, 2023. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/coleta\\_online/discente/listagemManutencaoDiscente.jsf/](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/coleta_online/discente/listagemManutencaoDiscente.jsf/). Acesso em: 12 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Apresentação para a Audiência pública na Câmara dos Deputados**, 14/09/2023. Brasília/DF: CAPES, 2023, 27p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Reunião de Meio Termo Geografia**. Brasília/DF: CAPES, 16-17 Nov 2023.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Seminário de Meio Termo, indicadores preliminares 2021-2022**. Capes Geografia, Brasília/DF: CAPES, 2023, 55p.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.**Indicadores Quantitativos**. Capes Geografia, Brasília/DF: CAPES, 2023, 31p.

BRAY, S. C. **As escolas geográficas em São Paulo e no Brasil: 1934 e 1976** (uma tentativa de classificação). In: SPOSITO, E. e SANT'ANNA, J. (Org.). Uma geografia em movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.p.135-142

CABRAL, T. L. de O.; SILVA, F. C. da; PACHECO, A. S. V.; MELO, P. A.de. A CAPES e suas sete décadas: trajetória da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S.l], v.16, n.36, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v16i36.1680>. Acesso em: 16 dez. 2023.

CAMPOS, F. R. **A influência da ferrovia norte-sul no desenvolvimento regional do território goiano**. Goiânia-GO: UFG, 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, IESA. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

CARDOSO, L. P. C. Notas sobre o papel da sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e sua contribuição para o desenvolvimento do saber geográfico no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, 2010. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br) Acesso em: 25 jan. 2024.

CHAVEIRO, E. A urbanização do cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos. **Revista UFG**, ano XII, n. 9, dezembro 2010.

\_\_\_\_\_. Os desafios teóricos da Geografia brasileira: rumos e desdobramentos. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 15, n. 21, p. 13-33, 2013.

CHRISTOFOLETTI, A. Doutorado e pós-doutorado em geografia. **Revista de Geografia**, São Paulo, n. 8/9, p.125-130, 1989/90.

COSTA, E. B. Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologia. In: XII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011. **Ciência e utopia: por uma Geografia do possível**, Belo Horizonte, 2011. p. 1-16. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33540815.pdf> Acesso em: 01 mar. 2022.

\_\_\_\_\_.; STEINKE, W. A. Brasília Meta Síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 44, n. 493, 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15033/18385> Acesso em: 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_.; SUZUKI, J. C. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 16, n. 418, 2012. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/259733> Acesso em: 02 mar. 2022.

CORRÊA, R. L. SAUER, C. Sobre a geografia cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 16, 2009.

CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. – A Geografia Cultural no Brasil. **Revista da ANPEGE**, 2, 2005.

DUTRA E SILVA, S. **No Oeste, a terra e o céu**: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p. 55.

\_\_\_\_\_. Um outro olhar sobre o lugar: a Cang no tempo da fronteira. **Sociedade e Cultura**, v.5, nº1, jan/jun 2002, p. 65-79. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/555/478> Acesso em: 03 out. 2023.

ESTEVAM, L. A. **O Tempo da Transformação**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Tempo da Transformação**: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Campinas-SP: Unicamp, 1997. Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Unicamp, Campinas, 1997.

FIORI, V. **As contradições dos cursos de licenciatura em geografia no Brasil**: uma análise territorial e de situação. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDE, C. H. “**Histórias De Goiás**”: transferência da Capital, da cidade de Goiás para Goiânia. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544\\_0af9cdee670d22101aacb1dc1d7704ee.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_0af9cdee670d22101aacb1dc1d7704ee.pdf) Acesso em: 04 out. 2023.

HOLZER, W. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**, nº 3, janeiro de 1997.

INOCÊNCIO, M. E. **O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Goiânia-GO: UFG, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, IESA/ UFG. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal**; organização: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro ; elaboração do texto, José Mauro de Barros Gabriel. – Brasília-DF, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/roteiro\\_dos\\_acampamentos\\_pioneiros\\_no\\_distrito\\_federal.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/roteiro_dos_acampamentos_pioneiros_no_distrito_federal.pdf) Acesso em: 12 nov. 2023.

LAMEGO. M. **Práticas e representações da Geografia Quantitativa no Brasil**: a formação de uma caricatura. Rio de Janeiro-RJ: UFRJ, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LENCIONI, S. Linhas de pesquisa da Pós-Graduação em Geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. **Revista da Anpege**, Presidente Prudente, [S.l.], v. 9, n. 11, p. 5-19, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/RA2013.0911.0001> Acesso em: 15 abr. 2022.

LIMA NETO, J. S.; OLIVEIRA, M. P. Balanço e perspectivas da Pós-Graduação em Geografia no Brasil – considerações sobre a avaliação trienal de 2010/2012. **Revista da Anpege**, [S.l.], v. 10, n. 14, p. 7-25, jul./dez. 2014.

LISITA, C. Fronteira e Conflito: o processo de ocupação das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 16, n. 1, jan/dez. 1996.

LUIZ, G. C.; MORAIS, E. M. B. de. O Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG: um processo de construção assentado no trabalho coletivo. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 19, n. 39, 2023. DOI: 10.5418/ra2023.v19i39.17469. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/17469>. Acesso em: 25 dez. 2023.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.309-352.

MACIEL, D. P. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. In: XXVI Simpósio Nacional de História. **Anais**. São Paulo: ANPUH, jul/ 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855455\\_46ebc57fdb12ee2697b1e0609372fcf7.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855455_46ebc57fdb12ee2697b1e0609372fcf7.pdf) Acesso em: 05 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. O Estado na integração de territórios vazios à Nação brasileira (1943-1968): atuação da Fundação Brasil Central na região do Médio Araguaia. In: XXIV Simpósio Nacional de História. **Anais**. São Paulo: ANPUH, jul./2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24?start=820> Acesso em: 05 mar. 2022.

MAIA, J. M. E. **Estado, território e imaginação espacial**: o caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MANCEBO, D. e VALE, A. A. “Expansão da Educação Superior no Brasil e a Hegemonia Privado-Mercantil: o caso da UNESA.” In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas. V. 34, n. 122, pp. 81-98, Janeiro-Março, 2013.

MARANHÃO, R. de A. Análise da produção científica em geografia médica e da saúde: algumas reflexões. **Caminhos de Geografia**. V. 15, n. 49, Uberlândia, Mar/2014, p. 41–49.

MENDONÇA, F. Temas, tendências e desafios da Geografia na Pós-Graduação brasileira. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 2, n. 02, p. 7–20, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6608>. Acesso em: 2 jan. 2024.

MENDONÇA FILHO, M. J. A. **A Geografia dos Transportes: ferrovias Mogiana e Norte**

**Sul em território goiano.** Brasília-DF: UnB, 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, ICH/ GEA. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MONTEIRO, C. A. de F. A Geografia no Brasil no século XX: um panorama. **Borrador**, São Paulo, v. 4, n.4, 2002.

MORAES, A. C. R. de. **Bases da formação territorial no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. Geografia, história e história da geografia. **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 2, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/319> Acesso em: 14 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Ideologias Geográficas.** v.1, 4. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002. 156 p.

\_\_\_\_\_. **Geografia:** pequena história crítica. 20ª ed., São Paulo: Annablume, 2005, 152p.

\_\_\_\_\_. **Território e História no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154 p.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira:** contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. 320 p.

\_\_\_\_\_. **O pensamento geográfico brasileiro 2:** As matrizes da renovação. 2ª ed, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

MORITZ, G. O.; MORITZ, M. O.; MELO, P. A. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. **Anais [...]** Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf>. Acesso em: 17 dez.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R. da. Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade. **Cadernos metrópole.** 20 pp. 197-220. 2º sem. 2008.

NOBRE, L. N; FREITAS, R. R. A evolução da Pós-Graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 26–39, 2017. Disponível em: [https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/v3n2\\_3](https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/v3n2_3). Acesso em: 17 dez. 2023.

OLIVEIRA, A. F. DE. Primaveras que maturam no outubro: a evolução dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 19, n. 39, 2023. DOI: 10.5418/ra2023.v19i39.17611. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/17611>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PAVIANI, A. **Geografia Urbana do Distrito Federal:** evolução e tendências. In: Espaço & Geografia, v. 10, n.1, 2007, p.1-22.

PONTUSCHKA, N.; PAGANELLI, T.; CACETE, N. **Para ensinar e aprender geografia.** 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

PRADO, JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo:** Colônia. 6ª edição. Editora Brasiliense, 1961.

PEREIRA, D. E. I. **A Geografia Agrária em Goiás: um estudo da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto De Estudos Socioambientais (1995-2012)**. Goiânia-GO: UFG, 2016. Monografia (Curso de Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Geógrafos: o pensamento da Geografia Agrária nos Programas De Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia-GO: UFG, 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2019.

RIBEIRO, D. **UnB - Invenção e Descaminho**. São Paulo: Avenir: 1978.

RODRIGUES, G. S. de S. C.; SOUZA, K. P. de. A trajetória do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 19, n. 39, 2023. DOI: 10.5418/ra2023.v19i39.17477. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/17477>. Acesso em: 25 dez. 2023.

ROYSEN, R. Resenha: VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 638p. **Novos Cadernos NAEA**. v.18 n.1. 2015. p.303-307. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1992> Acesso em: 04 abr. 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: USP, 2005.

\_\_\_\_\_. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9º ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. 471 p.

SCHWARTZMAN, S. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 56, p. 161-189, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000100012> Acesso em: 01 nov. 2023.

SILVA, J. B. da.; DANTAS, E. W. C. A Pós-Graduação em Geografia no Brasil: uma contribuição à política de avaliação. In: **Revista da ANPEGE**, n. 2, 2005, p. 21-37.

\_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, M. P. de. A trajetória da Pós-Graduação no Brasil e a ANPEGE: algumas questões. **Revista da ANPEGE**, v. 5, no 5, p. 79-92, 2009.

SILVA, A.C. **O território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo**. In: OLIVEIRA, F. R; PAIVA, D. Saberes geográficos e geografia institucional. Relações luso-brasileiras no século XX. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2019, pp. 271-289.

SILVEIRA, M. L. O território em pedaços. **ComCiência**, n.133, Campinas, 2011. Disponível

em: [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000900007&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000900007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 04 nov. 2023.

SILVEIRA, M. R. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. Presidente Prudente-SP: Unesp, 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

SOUSA NETO, M. F. de. Palestra proferida na Seção local da AGB-Niterói e no Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores/UERJ no dia 27/03/2002 em São Gonçalo-RJ. Rio de Janeiro: 2002.

SOUZA, K. P. de. **Produção acadêmica, rede científica e formação da comunidade epistêmica no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia**: uma contribuição dos estudos métricos da informação. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2023. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.6004> Acesso em: 01 out. 2023.

SPÓSITO, E. S. **A Pós-Graduação em Geografia no Brasil**: avaliação e tendências. In: SPÓSITO, E. S.; SILVA, Charlei A. da; SANT'ANNA NETO, João L.; MELAZZO, Everaldo S. A diversidade da geografia brasileira. Escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, pp. 523-543.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia**. O desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

SUERTEGARAY, D. M. A. A expansão da Pós-Graduação em Geografia e a ANPEGE. In: **Revista da ANPEGE**, v. 1, n. 01, 2003, pp. 17-32.

. Rumos e rumores da Pós-Graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 3, 2007, p. 17-31. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/> Acesso em: 14 abr. 2023.

TEIXEIRA NETO, A. Formação Territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 2, n. 2, p. 137-163, jul./dez. 1982. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/8565/6063> Acesso em: 16 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. O território do Cerrado em Goiás – Brasil. **Élisée, Rev. Geo. UEG** – Goiás, v.9, n.2, jul./dez. 2020.

UNES, W. O esforço de interiorização do país e a construção de Goiânia. **História Revista**, v.3, nº 1/2. p. 111-126, jan./dez.1998. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10660/7080> Acesso em: 31 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Geografia. **Projeto para implantação do curso de mestrado em Geografia**. Uberlândia: UFU, 1996.

\_\_\_\_\_. Instituto de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Programa de Pós-Graduação em Geografia: histórico e contextualização.** Uberlândia, 2023a. Disponível em: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/139>. Acesso em: 15 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Programa de Pós-Graduação em Geografia: linhas de pesquisa.** Uberlândia, 2023b. Disponível em: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/43>. Acesso em: 8 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Programa de Pós-Graduação em Geografia: objetivo.** Uberlândia, 2023c. Disponível em: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/141>. Acesso em: 15 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto de Geografia. **Projeto Pedagógico.** Uberlândia: UFU, 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto de Geografia. **Proposta de implantação do curso de doutorado no programa de Pós-Graduação em geografia da UFU.** Uberlândia: UFU, 2002.

VARGAS, G. D. Discurso do Rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 2, p. 259-262, 1942.

VESENTINI, J. W. **A capital da Geopolítica: um estudo geográfico-político sobre a implantação de Brasília.** São Paulo: Editora Ática, 2º edição, 1988. 240 p.

VIDAL E SOUZA, C. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro.** 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

VIEIRA, Atílio Corrêa Lima e o planejamento de Goiânia – um marco moderno na conquista do sertão brasileiro. **Urbana**, v. 4, n. 4, mar. 2011.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. **A Marcha para o Oeste: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu.** São Paulo: Globo, 1994.

WAIBEL, L **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Geografia e Território do Brasil Central”, de responsabilidade de Ana Cristina de Souza Maria, estudante de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a produção do conhecimento científico-acadêmico em Geografia desenvolvida pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, UnB e UFU, no período de 1998 a 2022. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Durante a realização da entrevista pode ocorrer o sentimento desconforto, desconhecimento e constrangimento a respeito dos temas abordados.

A respeito disso, informamos que caso você sinta algum desconforto durante a pesquisa você poderá solicitar ao pesquisador que as atividades sejam encerradas ou que se passe para uma próxima questão da entrevista. Você também poderá solicitar qualquer esclarecimento quando sentir necessidade e poderá interromper sua participação em qualquer momento, sem ônus, de qualquer natureza. Você tem a liberdade de se recusar a falar sobre qualquer temática abordada ou retirar o consentimento de fala sem penalização em qualquer etapa da pesquisa.

Asseguramos que o que for dito, registrado e escrito será respeitosamente utilizado exclusivamente para fins desta pesquisa.

A entrevista solicitada será precedida de esclarecimentos quanto ao teor da pesquisa e seu sigilo, somente a pesquisadora terá acesso a transcrição das entrevistas na íntegra, essa não será repassada a outras pessoas. Além disso, a pesquisadora apresentar-se-á sempre disponível para esclarecimentos a qualquer tempo, atenuando os possíveis incômodos.

Tendo em vista que as entrevistas semiestruturadas serão realizadas virtualmente, não haverá riscos de contaminação e/ou dispersão viral da Covid-19 entre os agentes responsáveis pelo estabelecimento dos diálogos.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para fortalecer a pesquisa a nível

interinstitucional, por meio da análise da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UnB, UFG e UFU, possibilitará ampliar o horizonte de estudo sobre a produção do conhecimento geográfico do Brasil Central.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone ou pelo e-mail.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de tese de doutorado, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep\_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/da participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – PAUTA DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

### Pauta das entrevistas semi-estruturadas

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a produção do conhecimento científico-acadêmico em Geografia desenvolvida pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, UnB e UFU, no período de 1998 a 2022. Para tanto, contamos com a sua colaboração fornecendo-nos algumas informações de sua atuação profissional e acadêmica. Assim, os objetivos da entrevista são conhecer a trajetória do pesquisador e suas contribuições no programa de Pós-Graduação em Geografia da universidade \_\_\_, no que concerne à produção de conhecimento do PPG.

As informações aqui fornecidas serão de uso exclusivo no desenvolvimento da tese. A pesquisa foi registrada no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília e, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) você colaborará com o desenvolvimento da pesquisa.

#### Bloco de questionamentos sobre o pesquisador e o programa de Pós-Graduação

Poderia relatar um pouco de sua trajetória de vida até a escolha pela Geografia?

Quais foram as influências teóricas e metodológicas que nortearam sua formação acadêmica?

Como foi sua inserção no programa de Pós-Graduação?

Qual seria o número médio de dissertações e teses produzidas?

Quantos mestres e doutores foram formados?

Há muita evasão? De onde vem os alunos? Qual a origem?

Como você percebe a interação do seu programa de Pós-Graduação com outros programas em Geografia?

Considerando as diferentes matrizes epistemológicas, como você definiria “que Geografia” produz o programa de Pós-Graduação que você participa?

Bloco de questionamentos sobre o território em que a universidade se insere

Após seu ingresso para trabalho na universidade, quais mudanças você observou no território em seu entorno?

Quais suas experiências com a cidade em que a universidade se insere?

Algum fato relacionado às particularidades da região foi significativo para você enquanto docente?

Bloco de questionamentos sobre o pensamento geográfico do Brasil Central

Como você caracteriza a Geografia do Brasil Central?

Nos últimos dez anos, quais mudanças você observa no território do Brasil Central?

Como a Geografia produzida na universidade contribui para a produção de conhecimento sobre o Brasil Central?

Por meio da democratização do ensino no Brasil, estamos pressupondo que há em curso “Geografias do Brasil Central”, sendo produzidas nos programas de Pós-Graduação da UFG, UnB e UFU. Você concordaria que há uma “Geografia do Brasil Central”? Poderia discorrer mais a respeito?

Estamos pressupondo que os usos corporativos do território podem balizar a produção de conhecimento no Brasil Central. Você concorda que os usos do território conduzem o perfil dos trabalhos nos programas de Pós-Graduação?

## APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### Parecer Consubstanciado do CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Geografia e território do Brasil Central

**Pesquisador:** Ana Cristina de Souza Maria

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 56428622.3.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências Humanas/UNB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.328.268

#### Apresentação do Projeto:

O projeto intitulado "Geografia e território do Brasil Central" é desenvolvido no âmbito de trabalho de doutorado por Ana Cristina de Souza Maria, sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEA), Departamento de Geografia (GEA), Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade de Brasília (UnB).

A fase de coleta de dados está prevista para abordar, por meio de entrevistas semi-estruturadas (virtuais), 20 participantes, docentes de 3 universidades federais, a saber, UnB, Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

#### Objetivo da Pesquisa:

Segundo a proponente, o objetivo primário do projeto é "Analisar as contribuições científicas das 'Geografias' desenvolvidas desde a UFG Goiânia, UnB e UFU, entre 1998 e 2019, com enfoque no território usado no Brasil Central."

Como objetivo secundário, a doutoranda aponta:

- "1) apresentar as referências teóricas e metodológicas que norteiam a produção de conhecimento e a formação dos pesquisadores dos programas de Pós-Graduação em Geografia analisados.
- 2) Compreender as características da produção acadêmica científica em Geografia dos programas analisados.

<b>Endereço:</b> CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de	
<b>Bairro:</b> ASA NORTE	<b>CEP:</b> 70.910-900
<b>UF:</b> DF	<b>Município:</b> BRASILIA
<b>Telefone:</b> (61)3107-1592	<b>E-mail:</b> cep_chs@unb.br

3) Entender o avanço do neoliberalismo pelo território do Brasil central, e como suas ações impactaram economia e na formação espacial dessa região.

4) Apresentar que conhecimento geográfico produzem os docentes das universidades elencadas e de que maneira os usos corporativos do território conduzem a produção de conhecimento desses geógrafos e geógrafas."

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Quanto aos riscos a participante, a pesquisadora aponta o eventual desconforto relativamente a alguma questão de cunho mais técnico que possa vir a expor fragilidade profissional. Nossa apreciação da mitigação do risco eventual, ora entendido como baixo por esta relatoria, confere à pesquisa requisitos necessários para prosseguimento.

Os benefícios apontados vão ao encontro mais dos programas envolvidos no que se refere a auto-conhecimento e conseqüente aperfeiçoamento contínuo do que ao grupo de participantes de imediato (muito embora sejam estes, parte do corpo dos referidos programas).

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Esta relatoria entende que a proposta de pesquisa, no que diz respeito à intervenção planejada pela pesquisadora e submetida à apreciação deste Comitê de Ética em Pesquisa, está em conformidade com a normativa de referência, a saber, as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado pela pesquisadora está em conformidade com o disposto na Resolução CNS 510/2016 ao solicitar anuência da/o participante da pesquisa, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, bem como ao explicitar compromisso de sigilo, de devolutiva dos resultados da pesquisa, esclarecimento quanto à possibilidade de interrupção na participação, informações de contato tanto com o pesquisador como com o CEP/CHS (UnB), entrega de duas vias, sendo uma a deixar com a/o participante.

#### **Recomendações:**

Sem mais.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pesquisa de risco apreciado como baixo, eventual e de mitigação prevista e viável.

Parecer favorável à realização da pesquisa.

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de

**Bairro:** ASA NORTE

**CEP:** 70.910-900

**UF:** DF

**Município:** BRASÍLIA

**Telefone:** (61)3107-1592

**E-mail:** cep\_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 5.328.268

### Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1901674.pdf	01/03/2022 22:14:11		Aceito
Outros	Riscos.pdf	01/03/2022 22:13:43	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	01/03/2022 22:08:02	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Outros	carta_de_revisao_etica.pdf	01/03/2022 22:00:40	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Outros	termo_aceite_ufu.pdf	26/02/2022 16:39:55	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	25/02/2022 11:22:03	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Outros	ANA_CRISTINA_cep_CHS_termo_de_aceite_institucional_revisado_UNB.pdf	24/02/2022 15:30:59	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Outros	Instrumento_coleta_dados_entrevistas.pdf	23/02/2022 13:36:16	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	cep_CHS_tcle_revisado.pdf	22/02/2022 14:39:22	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Outros	Lattes_Ana_Cristina_Souza_Maria.pdf	22/02/2022 14:17:48	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Outros	lattes_Everaldo_Costa.pdf	22/02/2022 14:15:55	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Outros	cep_CHS_carta_de_encaminhamento.pdf	22/02/2022 14:11:22	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.pdf	20/02/2022 20:13:07	Ana Cristina de Souza Maria	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

BRASILIA, 03 de Abril de 2022

---

**Assinado por:**  
**MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br